

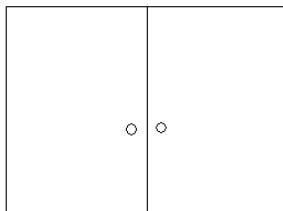


PLANO DIRETOR MUNICIPAL

1ª REVISÃO

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
RELATÓRIO AMBIENTAL

AGOSTO 2023



DOCUMENTO PREPARADO PARA IMPRESSÃO FRENTE E VERSO

Histórico do documento:

VERSÃO	DESCRIÇÃO	DATA
0	Versão inicial	Fevereiro 2022
A	Versão Final	Outubro 2022
B	De acordo com Conferencia procedimental	Agosto 2023

Coordenação de Equipa:

CM de Belmonte Carlos Simões, Eng. Civil
Proengel, Lda Marta Falcão, Arquiteta urbanista

Coordenação setorial (Proengel, Lda.)

Sistema Urbano – Marta Falcão, Arquiteta urbanista
Sistema Patrimonial – Marta Falcão, Arquiteta urbanista
Sistema Socio Economico - Ana Preto, Geógrafa
Sistema Biofísico - Ana Sofia Dias, Arquiteta Paisagista
Ambiente – Helena Nascimento, Engenheira do Ambiente
Infraestruturas territoriais e urbanas - Margarida Maceira, Engenheira Civil
Riscos – António Flor, Engenheiro Civil
Apoio jurídico – Andreia Almeida

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE	7
3. OBJETO DE AVALIAÇÃO	12
3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO.....	12
3.2. REVISÃO DO PDM – OPORTUNIDADES E OBJETIVOS.....	14
4. CONTRIBUTOS DO PERÍODO DE CONSULTA	17
5. DESCRIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	18
5.1. QUESTÕES ESTRATÉGICAS.....	18
5.2. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO.....	18
5.3. FATORES AMBIENTAIS.....	24
5.4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO.....	24
5.5. DOMÍNIOS, OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E INDICADORES.....	29
6. AVALIAÇÃO AMBIENTAL POR FCD	34
6.1. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E COMPETITIVIDADE.....	35
6.1.1. <i>Situação Atual</i>	35
6.1.2. <i>Análise de Tendências</i>	43
6.1.3. <i>Efeitos Esperados com a Proposta de Plano</i>	45
6.2. ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	49
6.2.1. <i>Situação Atual</i>	49
6.2.2. <i>Análise de Tendências</i>	84
6.2.3. <i>Efeitos Esperados com a Proposta de Plano</i>	86
6.3. RECURSOS NATURAIS E PATRIMÓNIO NATURAL.....	90
6.3.1. <i>Situação Atual</i>	90
6.3.2. <i>Análise de Tendências</i>	125
6.3.3. <i>Efeitos Esperados com a Proposta de Plano</i>	127
6.4. PATRIMÓNIO CULTURAL.....	131
6.4.1. <i>Situação Atual</i>	131
6.4.2. <i>Análise de Tendências</i>	139
6.4.3. <i>Efeitos Esperados com a Proposta de Plano</i>	140
6.5. RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICO E MISTOS.....	143
6.5.1. <i>Situação Atual</i>	143
6.5.2. <i>Análise de Tendências</i>	153
6.5.3. <i>Efeitos Esperados com a Proposta de Plano</i>	153
7. DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO	156
8. ORIENTAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO	163
9. GOVERNANÇA	173
10. CONCLUSÕES	176
11. BIBLIOGRAFIA	177

ANEXO I – INSTRUMENTOS DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO.....	178
ANEXO II – RELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS PARA A 1.ª REVISÃO DO PDMB E OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DOS PLANOS DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO.....	210
ANEXO III – ENTIDADES CONSULTADAS NO ÂMBITO DO RFCD E RESULTADOS DAS CONSULTAS.....	233
ANEXO IV – ENTIDADES CONSULTADAS NO ÂMBITO DO RA PRELIMINAR E RESULTADOS DAS CONSULTAS.....	234

Siglas utilizadas:

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
CCDR-C	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CMB	Câmara Municipal de Belmonte
DGEG	Direção Geral de Energia e Geologia
DGT	Direção-Geral do Território
DL	Decreto-Lei
DRAP-C	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
ERAE	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
FCD	Fator Crítico para a Decisão
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
LBSOTU	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
MA	Massas de Água
PDMB	Plano Diretor Municipal de Belmonte
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PROF CL	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório Ambiental
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RNT	Resumo Não Técnico

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o **Relatório Ambiental (RA)** da **Proposta de 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte (PDMB)**, visando dar cumprimento ao estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei (DL) n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos, Programas e Políticas tem sido um requisito obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que transpõe os requisitos legais europeus da Diretiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho (que prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente) e da Diretiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio (que estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente).

A aplicação da AAE aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), como é o caso da revisão do PDM de Belmonte, encontra-se corporizada no contexto jurídico-administrativo pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

O processo de AAE, no âmbito da elaboração dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) reporta-se essencialmente à análise e diagnóstico dos eventuais efeitos significativos que a concretização do Plano possa produzir no ambiente, através de um processo abrangido pela definição do âmbito, considerando os objetivos de avaliação, seguido da identificação dos efeitos significativos no ambiente, de modo a permitir uma ponderação das várias alternativas que conduzam à tomada de decisão.

De acordo com o referido enquadramento legal, o responsável pela AAE, que corresponde à entidade responsável pela elaboração do Plano, deverá proceder à determinação do âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental (RA), à consulta de entidades sobre o âmbito e alcance da AAE, à elaboração do RA, às respetivas consultas institucional e pública e à elaboração e disponibilização da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e restantes entidades consultadas no procedimento de AAE.

No Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), objeto de consulta institucional às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE), foram identificados os Fatores Críticos que consubstanciam a avaliação ambiental.

A estrutura adotada para o Relatório Ambiental respeita a legislação referenciada, assim como orientações metodológicas constantes do Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica (Partidário, 2012) e organiza-se da seguinte forma:

- No Capítulo 2 são apresentados os objetivos e metodologia da AAE;
- No Capítulo 3 é apresentado o objeto de avaliação, ou seja, a Proposta de Revisão do PDM de Belmonte, no que concerne aos antecedentes, identificação de problemáticas e oportunidades, visão, desafios e questões estratégicas;
- No Capítulo 4 é apresentado envolvimento público e institucional;
- No Capítulo 5 é apresentada a reformulação dos FCD's, considerando o cruzamento do quadro de referência estratégico, questões ambientais e de sustentabilidade e questões estratégicas;
- No Capítulo 6 procede-se à AAE do modelo territorial, estruturada pelos FCD's, na qual é feita a análise da evolução prevista na ausência de plano, dos efeitos decorrentes da implementação do plano e das respetivas oportunidades e riscos;
- No Capítulo 7 é apresentado são apresentadas as diretrizes para o seguimento através da identificação das medidas de planeamento e gestão;
- No Capítulo 8 são apresentadas das medidas de controlo que devem consubstanciar o programa de monitorização;
- No Capítulo 9 é apresentado o Quadro de Governança;
- No Capítulo 10 são apresentadas as conclusões.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE

A Avaliação Ambiental Estratégica visa estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, designadamente instrumentos de gestão territorial, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

A AAE, numa abordagem de pensamento estratégico, visa três objetivos muito concretos (APA, 2007):

- Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de política;
- Detetar oportunidade e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

O procedimento de AAE garante que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação. A avaliação contempla assim a análise e diagnóstico dos eventuais efeitos significativos que o plano possa produzir no ambiente, permitindo a integração e adequação dos resultados da avaliação ambiental nas opções ao nível do uso, transformações e ocupação do solo.

Desta forma, a AAE será integrada no processo de planeamento, não devendo em caso algum ser considerada e conduzida como um processo paralelo ou autónomo. Assim, cada uma das etapas da AAE será articulada com as diferentes fases do processo de elaboração do plano a que respeita e com as respetivas metodologias.

Tendo presente o objetivo de estabelecer uma programação articulada com o procedimento de elaboração do plano, distinguem-se as seguintes fases principais:

1ª Fase – Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental. Numa primeira fase procedeu-se à descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano e das suas relações com outros planos e programas pertinentes, bem como à identificação das características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano, com base nos estudos de caracterização e diagnóstico e nos objetivos do plano.

Foi efetuada a identificação dos objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano e a forma como estes objetivos e todas as outras questões ambientais foram tomados em consideração durante a sua preparação. O relatório deve ainda contemplar uma proposta de critérios a aplicar na avaliação dos efeitos significativos no ambiente.

O Relatório de Fatores Críticos para a Decisão foi sujeito a apreciação das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) (n.º 3 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

2ª Fase – Elaboração do Relatório Ambiental (presente fase). Esta fase é concretizada através da elaboração do relatório ambiental, bem como da realização de consultas, da ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e da divulgação pública de informação respeitante à decisão final.

A elaboração do relatório Ambiental traduz-se a identificação dos eventuais efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação do plano, considerando os fatores ambientais selecionados e na inter-relação entre os mesmos, bem como na identificação das medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano ou programa.

No RA são apresentadas as razões que justificam as opções e alternativas escolhidas para atingir os objetivos propostos, e descritas as diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação da implementação da 1.ª Revisão de PDMB.

Deverá ainda constar desta fase a definição das formas de acompanhamento público e envolvimento de entidades competentes e agentes interessados para acompanhar o processo de implementação do Plano.

Etapa 1 – Elaboração do Relatório Ambiental Preliminar

O RA constitui o documento síntese de todo o processo de AAE para a 1.ª Revisão do PDMB, onde se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação deste Plano, bem como as alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. Na elaboração do RA preliminar foram considerados os comentários/observações pertinentes para o desenvolvimento do Plano, formulados pelas ERAE consultadas na Fase 1 da AAE.

Os conteúdos e a metodologia a seguir para a elaboração do Relatório Ambiental deverão ter em consideração o disposto no DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. O procedimento de aprovação do Relatório Ambiental seguirá, todavia, o regime procedimental decorrente dos artigos 78.º e 83.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Etapa 2 – Consulta de Entidades

Antes da aprovação do Plano e do respetivo Relatório Ambiental preliminar, foi promovida a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação da 1.ª Revisão do PDMB. O RA a submeter a consulta pública deverá ter em consideração os contributos das ERAE.

3ª Fase – Seguimento/Monitorização

Etapa 1 – Consulta Pública

Concluída a elaboração do Plano, procede-se à sua submissão a discussão pública, acompanhado pelo RA.

A proposta de plano a submeter pela CMB à aprovação da Assembleia Municipal deve ser ainda acompanhada da Declaração Ambiental (DA), da qual conste:

- As formas como as considerações ambientais do RA foram integradas no Plano;
- As observações apresentadas durante a consulta pública e institucional (elaborada sobre o Relatório Ambiental e correspondente proposta de plano) e os resultados da respetiva

ponderação;

- O resultado das consultas realizadas, nos termos do artigo 8.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio;
- As razões que levaram à aprovação da proposta de Revisão do Plano, em prol de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A DA será desenvolvida numa redação clara, sucinta e autossuficiente, e incluirá, para além da abordagem acima referida, uma súmula sobre o processo de Avaliação Ambiental, abordando a forma como as considerações ambientais foram integradas no plano.

A Declaração Ambiental será posteriormente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, bem como às restantes entidades consultadas no procedimento de AAE, e disponibilizada ao público, para consulta.

Etapa 2 – Avaliação e Controlo

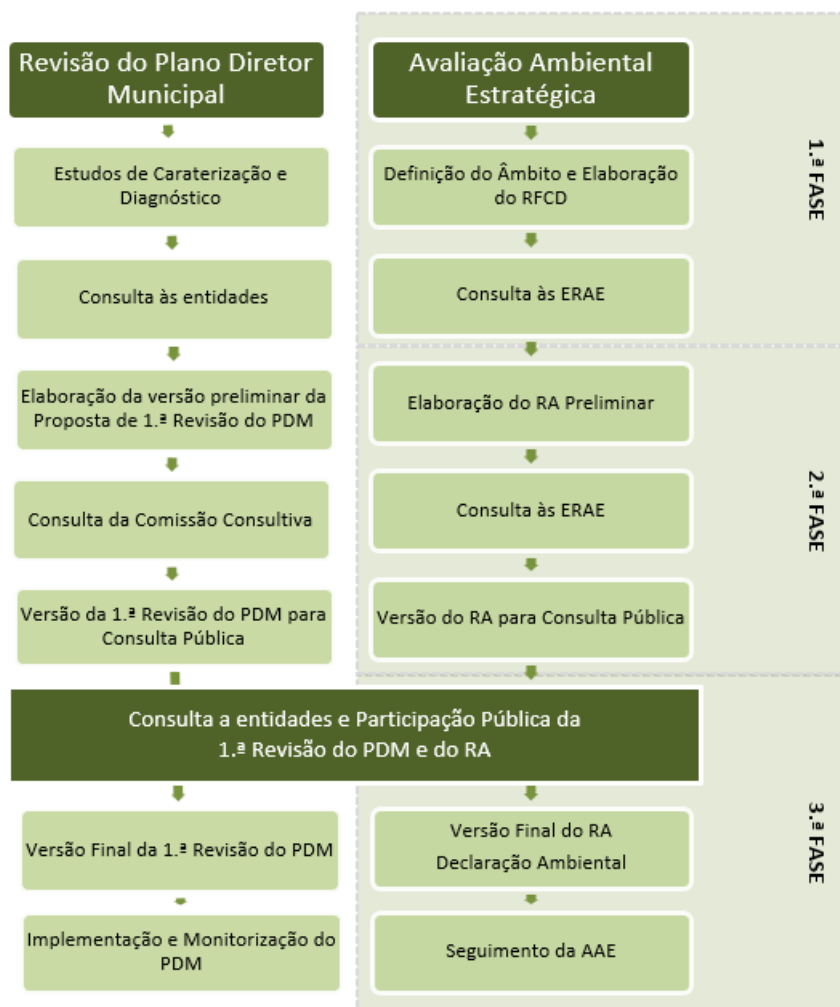
A Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela elaboração do PDM, avalia e controla os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos, devendo proceder à divulgação dos resultados deste controlo nos termos da legislação vigente.

Esta fase consiste no desenvolvimento de um programa de controlo, onde deverão constar diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação da implementação para a 1.ª Revisão do PDMB. Deverá ainda constar desta fase a definição das formas de acompanhamento público e envolvimento de entidades competentes e agentes interessados no processo de implementação da 1.ª Revisão do PDMB.

Desta fase deverá resultar um programa de ação para a gestão ambiental e de sustentabilidade da estratégia, que deverá incluir indicadores operacionais, medidas de gestão ambiental e de sustentabilidade, e um quadro institucional articulado com o quadro de governança para a implementação do Plano.

Apresenta-se seguidamente o fluxograma de atividades e a articulação entre o procedimento da 1.ª Revisão do PDM e o procedimento de AAE, sendo esta 1.ª Fase um dos momentos mais decisivos para o efeito.

Figura 1: Faseamento de elaboração da 1.ª Revisão do PDMB e da AAE



A AAE desenvolvida no âmbito da revisão do PDM de Belmonte segue, metodologicamente, as linhas de orientação constantes dos seguintes documentos:

- “Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2012), que constitui uma versão revista e atualizada do anterior Guia publicado em 2007 pela APA (APA, 2007);
- Guia orientador – revisão do PDM, publicado em 2019 pela CCDR-C;
- Guia - Formação dos planos territoriais, Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental’, Março 2021, Direção Geral do Território (DGT);
- Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT, Janeiro 2020, Direção geral do Território (DGT);
- Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais, publicado em Dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT);

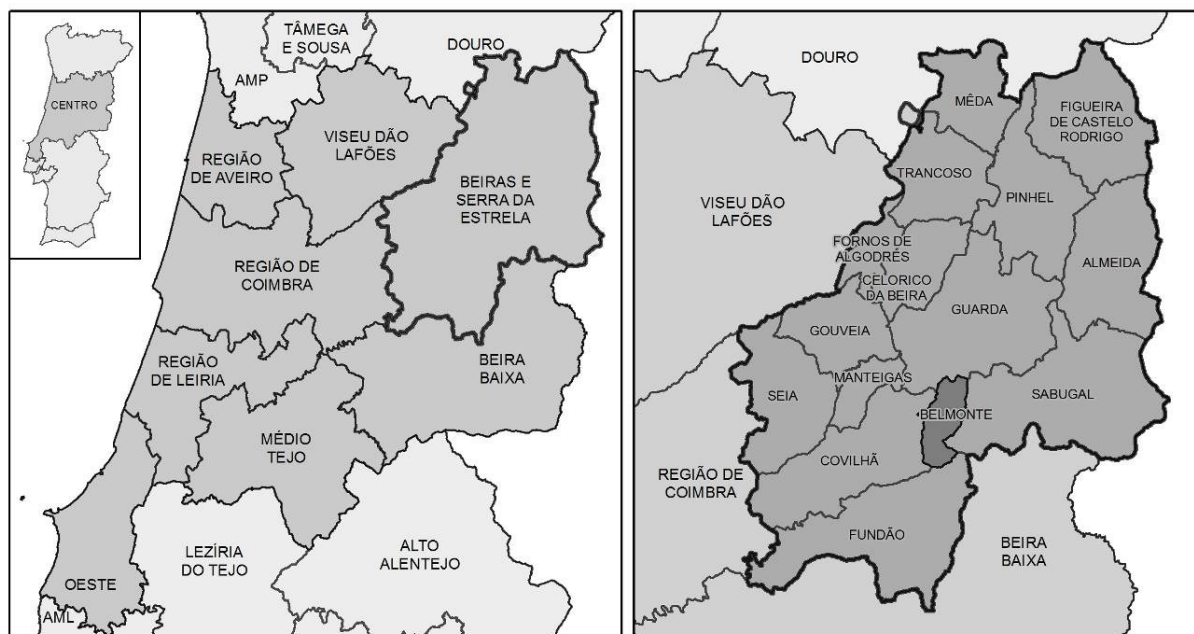
- 'Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA, datada de abril 2020;
- 'Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA, datada de abril 2020.

3. OBJETO DE AVALIAÇÃO

3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

O concelho de Belmonte, situado em Portugal continental, integra o distrito de Castelo Branco e, no contexto dos níveis hierárquicos da Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, de 2013 (NUTS2013), está enquadrado na NUTS I Continente (PT1), NUTS II Centro (PT16) e NUTS III Beiras e Serra da Estrela (PT16J).

Figura 2 - Localização do concelho de Belmonte no contexto das NUTS 2013. Fonte: DGT. CAOP. 2018



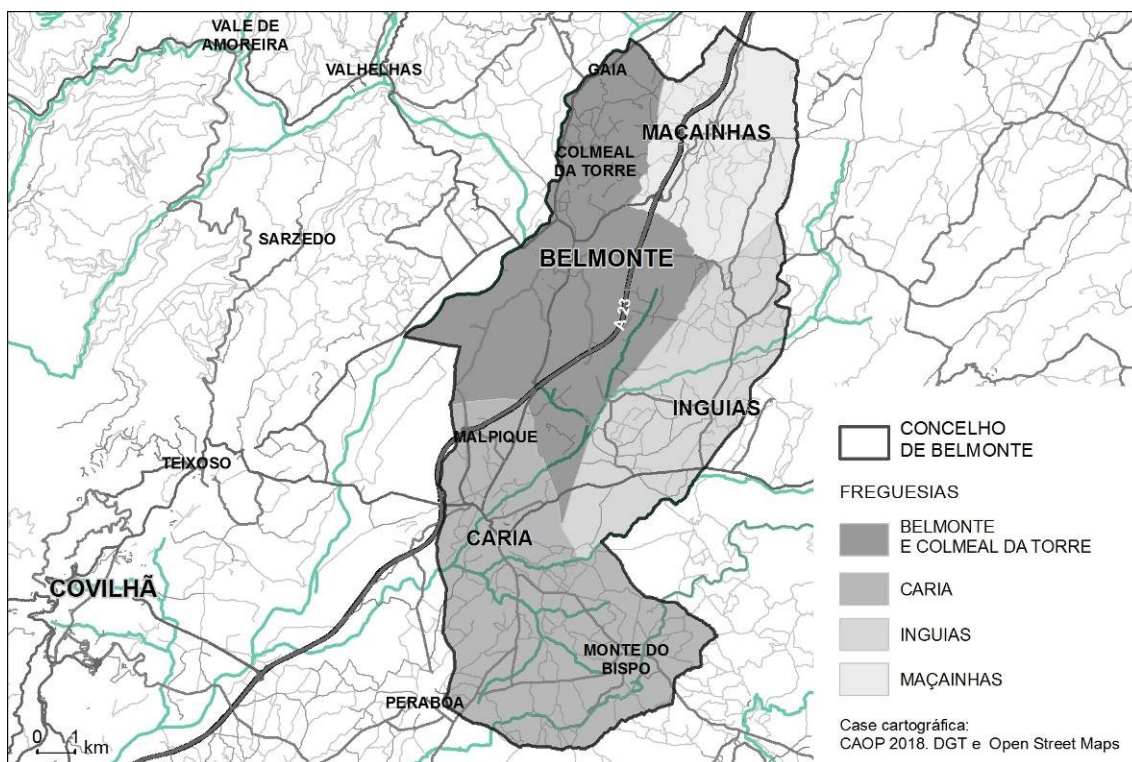
Até 1 de janeiro de 2015, data a partir da qual a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, começou a ser aplicada pelo Sistema Estatístico Nacional e Europeu, o município de Belmonte, juntamente com os municípios da Covilhã e do Fundão, constituí a NUTS III Cova da Beira. Com a aplicação desta lei, os municípios anteriormente integrados nas NUTS III Cova da Beira, NUTS III Serra da Estrela (Fornos de Algodres, Gouveia e Seia) e NUTS III Beira Interior Norte (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso) passaram a integrar uma só unidade territorial, designada NUTS III Beiras e Serra da Estrela. Esta unidade territorial estende-se por 630 495

ha, distribuídos pelos 15 municípios referidos, juridicamente enquadrados na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM BSE).

O território municipal, a partir da entrada em vigor da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, divide-se administrativamente em quatro freguesias: União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Caria, Inguias e Maçainhas.

De acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), publicada pela DGT, o Concelho de Belmonte ocupa 118,7 km², sendo Caria a sua maior freguesia, com 39,0 km²⁽¹⁾, correspondendo aproximadamente a um terço do seu território (32,9%). A União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, com 38,3 km² representa aproximadamente um terço (32,3%) da área do Concelho, correspondendo a restante território às freguesias de Inguias, com 23,2 km² e Maçainhas, com 18,21 km².

Figura 3 - Freguesias do concelho de Belmonte



O concelho de Belmonte localiza-se numa depressão tectónica encaixada entre as Serras da Estrela, Gardunha e Malcata. Nesta zona aplanada, situada entre os 400 e os 500 m, as cotas decrescem suavemente para SW. No interior da zona aplanada destacam-se uma série de relevos descontínuos,

¹ Até 2013 a área desta freguesia estava repartida pela freguesia de Belmonte, que correspondia a 30,9 ha, distribuídos por uma área principal (28,4 ha) e uma área secundária (2,5 ha) e Colmeal da Torre, que correspondia a 7,4 ha.

tais como a Serra da Esperança (724 m) entre outras pequenas colinas e o Rio Zêzere que a atravessa longitudinalmente.

Belmonte enquadra-se numa região cujas potencialidades se relacionam sobretudo com os seus recursos naturais e com a sua história. No entanto, através das novas estratégias e programas nacionais e regionais, um novo ciclo se inicia, tornando mais abrangente esta factualidade e alargando/diversificando ainda mais os seus horizontes, inovando na forma como se encaram e nas perspetivas em que são aprofundados.

Desde a elaboração do PDM vigente, muito se desenvolveram os conceitos, conhecimentos e experiências do ordenamento do território. Novas noções e prioridades passaram a constar da legislação portuguesa e europeia, assim como novas preocupações. O resultado dos denominados PDM's de primeira geração é visível/percetível, suscitando vontade de mudança na forma como se encaram os Planos.

O desenvolvimento de uma estratégia integrada na Comunidade Urbana das Beiras proporcionará um novo fôlego, passando pelo reforço dos principais objetivos e estratégias a implementar na região, tendo, portanto, um papel fundamental no suporte e apoio das decisões do próprio município.

3.2. REVISÃO DO PDM – OPORTUNIDADES E OBJETIVOS

Decorridos cerca de 25 anos desde a entrada em vigor do atual Plano Diretor Municipal (RCM n.º 23/96, de 13 de março) torna-se necessário proceder à sua revisão, uma vez que o seu prazo previsto de vigência já há muito que expirou. Em conformidade com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), a Câmara Municipal de Belmonte entendeu dar continuidade ao processo de revisão do Plano em 2010, por considerar necessária e urgente a supressão de um conjunto de lacunas e fragilidades de que este documento enferma, bem como dotá-lo de condições que garantam uma intervenção no território mais consentânea com a realidade atual, contribuindo assim para o agilizar da gestão urbanística do território concelhio.

A revisão do PDM de Belmonte teve uma primeira deliberação de revisão em reunião de Câmara de 2003, decorrente da aplicação do diploma legal do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com o fundamento na necessidade de adequação a essa evolução, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais, da necessidade de atualização das disposições vinculativas dos particulares e do estabelecimento de servidões administrativas e restrições de utilidade pública. Entretanto, a revisão tem tido avanço e retrocesso de várias naturezas, com destaque na constante introdução de novos normativos legislativos.

A Câmara Municipal de Belmonte delibera, pela primeira vez, em 2003, dar início à revisão do PDM, tendo, entretanto, procedido a vários procedimentos, aos estudos de caracterização, sendo os mesmos

aprovados em 2008, pela Comissão de Acompanhamento. Em 2015, as entidades competentes na razão da sua matéria emitiram parecer do relatório dos Fatores Críticos de Decisão, no Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica. Em paralelo, decorreu a delimitação da REN, contudo, por diversos motivos desde a alteração de legislação da REN pela publicação das orientações estratégicas de âmbito Nacional e Regional (2012), quer pela necessidade de implementar cartografia homologada (2014), quer pela alteração do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (2015), o Município não solicitou em tempo oportuno nenhuma reunião plenária da Comissão de Acompanhamento.

A Câmara Municipal de Belmonte deliberou, em reunião ordinária de 29 de janeiro de 2019, a suspensão parcial do PDM em virtude de oportunidade de criar um Área de Acolhimento Empresarial, em solo rústico. A suspensão prevista nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 126.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial implica obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração de plano municipal para a área em causa, em conformidade com a deliberação tomada, o qual deve estar concluído no prazo em que vigorem as medidas preventivas. Foi fixado um prazo de execução do PDM de 15 meses. A suspensão só se tornou eficaz após a deliberação por parte da Assembleia Municipal, que ocorreu a 25 de setembro de 2019.

A vigência prolongada do atual PDM em vigor (25 anos) em termos de dinâmica, procedimento e elaboração expostos anteriormente, depreende-se, que esta revisão é uma oportunidade de compatibilizar o plano com as disciplinas dos diversos instrumentos de desenvolvimento territorial e de articulação das intervenções de âmbito nacional, regional e local. O objeto de fundo é a harmonização com quaisquer outros planos, programas e projetos, de interesse municipal ou intermunicipal, que prevalecem sobre o PDM. Assim como, adequação as novas regras de classificação e qualificação do solo, bem como a legislação complementar em vigor, cujas alterações e aprovações possam relevar incompatibilidades e/ou desconformidades pela sua natureza ou alcance.

A revisão irá proporcionar a reapreciação da globalidade do plano em termos estruturais, correção de lacunas, colmatação de vazios, supressão de erros e atenuação de constrangimentos identificados e/ou constatados ao longo da vigência do PDM. Pretende-se adequar o Plano vindouro à realidade concelhia, à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais.

Com a preocupação de alinhar os objetivos da revisão do PDM com o PNPOT e o com os princípios orientadores da Coesão Territorial, e tendo em conta a compatibilização e convergência pelos programas, planos e projetos com incidência na área do município, assume-se como objetivos estratégicos do plano a seguir ao longo de todo o período de vigência do plano, os seguintes objetivos estratégicos (OE):

- OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular;

- OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos;
- OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo;
- OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos;
- OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade;
- OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana;
- OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade;
- OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos;
- OE9: Adaptação às alterações climáticas.

A partir da definição dos eixos estruturantes para o desenvolvimento do concelho, definiram-se os objetivos específicos para o PDM como instrumento regulador que importa agora reforçar:

- Contribuir para o desenvolvimento urbano e económico do concelho;
- Promover o desenvolvimento e programar o crescimento urbano sustentável dos aglomerados populacionais em equilíbrio com as redes de infraestruturas;
- Qualificar e proteger ambientalmente o território através de regulação do sistema biofísico local;
- Promover a valorização ambiental tendo em vista a preservação dos principais valores naturais e paisagísticos concelhios;
- Contribuir para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas promovendo os princípios da economia circular.

A revisão do PDM deve atender a:

- Reorganizar as infraestruturas em consonância com a realidade territorial e o desenvolvimento previsto;
- Promover o desenvolvimento da gestão urbanística municipal;
- A articulação do PDM com novas estratégias de âmbito regional e municipal;
- A articulação com o sistema multimunicipal de água e saneamento das Águas do Vale do Tejo;
- A definição da estrutura ecológica municipal e urbana, segundo as novas diretivas;
- Ajustar o Plano à realidade concelhia, com a introdução de correções de situações desadequadas às necessidades e anseios da população, bem como à legislação em vigor;
- Agilizar a gestão do PDM e proceder à sua articulação com outros Planos Municipais em revisão;
- Proceder à articulação do PDM com os Instrumentos de Gestão Territorial hierarquicamente superiores;
- Suprimir as deficiências e a desatualização, ao nível de representação, na Planta de Condicionantes e na Planta de Condicionantes, e proceder à revisão do Regulamento;

- Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;
- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e governamentais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Inclusão gráfica dos novos traçados das infraestruturas viárias;
- Ajustar os perímetros urbanos em função da ocupação atual e do crescimento previsto;
- Prever a implementação de novas Áreas de Acolhimento Empresarial;
- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos de modo a evitar descontinuidades territoriais.

4. CONTRIBUTOS DO PERÍODO DE CONSULTA

Na fase inicial da AAE, cabe à entidade responsável pela preparação do Plano propor o âmbito do Relatório Ambiental, os tipos de efeitos a avaliar, assim como o nível de pormenor a alcançar. O resultado final da primeira fase correspondeu à preparação do Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, que serviu de apoio na consulta das Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica (ERAE).

Neste sentido, foram consultadas todas as entidades que integram a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDMB, tendo-se pronunciado sobre o RFCD, a DGADR e a ANEPC tecendo comentários relativamente ao RFCD, os quais foram considerados na elaboração do presente Relatório Ambiental. Por lapso não foi considerado o parecer emitido pela CCDR Centro, pelo que se considerou na elaboração do presente relatório final.

A análise efetuada pela equipa técnica, aos pareceres emitidos por estas entidades, no âmbito do RFCD, considerados no Relatório Ambiental Preliminar, encontra-se documentada no anexo III do presente documento.

Concluída a elaboração da proposta de Plano, a Câmara Municipal procedeu novamente à consulta às ERAE, para emissão de parecer sobre o Relatório Ambiental Preliminar e restantes elementos do Plano, de acordo com o n.º 3, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. Nesta consulta, pronunciaram-se a CCDR-N, a APA, a DRC Centro e o IMT. No Anexo IV apresenta-se a análise efetuada aos pareceres e a forma como foram acauteladas as considerações das entidades. Refere-se que o parecer da APA incide ainda sobre o RFCD, tendo-se considerado no presente relatório, as questões aplicáveis à presente fase.

5. DESCRIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

A determinação dos FCD resulta, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do Quadro de Referência Estratégico (QRE) preconizado e as Questões Estratégicas (QE) definidas na proposta de revisão do PDM de Belmonte. Da integração das relações existentes entre estas duas componentes e dos Fatores Ambientais (FA), considerados como os mais relevantes, resultam então os Fatores Críticos de Decisão (FCD), que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes, e que servirão de base para a tomada de decisão.

5.1. QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Apesar do seu papel importante no contexto regional, o concelho de Belmonte apresenta algumas debilidades que poderão condicionar o seu desenvolvimento, ainda que, nos últimos anos tenham sido introduzidas algumas melhorias em diversas áreas.

A visão adotada na primeira revisão do PDM visa tornar Belmonte num território mais competitivo, inclusivo, sustentável e um destino privilegiado para o investimento e fixação de pessoas, reconhecido enquanto território rural de excelência.

Após análise dos estudos de base e dos princípios orientadores do município definidos no processo de fundamentação da Revisão do PDM, foram assumidos como linhas de orientação estratégica do plano, e como questões estratégicas a considerar na presente AAE, o seguinte:

- OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular;
- OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos;
- OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo;
- OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos;
- OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade;
- OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana;
- OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade;
- OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos;
- OE9: Adaptação às alterações climáticas.

5.2. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) para a AAE identifica as macro orientações de política nacional e os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade.

PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
ENDS 2015	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ENBCN 2030	Estratégia Nacional para a Biodiversidade e Conservação da Natureza 2030
PDR 2014-2020	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020
ER 2014-2020	Estratégia para o Regadio Público 2014-2020
Agenda 2030	Agenda de Inovação para a Agricultura 2030
PNA	Plano Nacional da Água
ET 2027	Estratégia Turismo 2027
PRN2000	Plano Rodoviário Nacional
PNEC 2030	Plano Nacional Energia e Clima 2030
PNUEA 2012-2020	Programa Nacional do Uso Eficiente da Água
PERSU 2020+	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020+
PENSAAR 2020	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020
ENE 2020	Estratégia Nacional para a Energia 2020
ENEAPAI	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
ENF	Estratégia Nacional para as florestas
PGRH TO	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste
PANCD	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação
PROFCI	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior
PROTC	Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro
PNI 2030	Programa Nacional de Investimentos 2030
EIDT-BSE	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela 2020
PEAC	Plano de Ação para a Economia Circular
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Belmonte
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Belmonte
PPR	Plano de Recuperação e Resiliência
ENMAC	Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030

PNVI	Programa Nacional de Valorização do Interior
Estratégia Portugal 2030	Estratégia Portugal 2030
CENTRO 2020	Programa Operacional Centro 2020
RIS3 do Centro	Estratégia Regional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2021-2027
PIAAC CIM BSE	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM BSE
Agenda 2030	Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável
ENAR 2020	Estratégia Nacional para o Ar 2020
RNC 2050	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050
ENAAC 2020	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
P-3AC	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas

Quadro 1 – Listagem de instrumentos de ordem superior com incidência no concelho

O PDM é um instrumento fundamental para a aplicação das estratégias definidas a nível regional e nacional ao nível local, por isso deve articular-se com os planos de diversas áreas, consubstanciando estratégias efetivas de uso e transformação do solo à escala municipal.

De seguida apresenta-se a lista de instrumentos de ordem superior que constituem o QRE, sobre o qual se desenvolver a matriz de convergência de cada instrumento com os objetivos estratégicos do plano.

A filosofia subjacente a estes instrumentos assenta no reconhecimento de que os objetivos económicos, sociais e ambientais podem reforçar-se mutuamente, avançando metodologicamente num conjunto.

Considera-se ainda a convergência destes planos e estratégias no sentido do desenvolvimento sustentável e Macro orientações de conformidade do plano.

A síntese dos objetivos de sustentabilidade dos instrumentos de referência que constituem o QRE da presente AAE apresenta-se no Anexo I ao presente Relatório Ambiental.

Foi analisada a interação entre os objetivos do QRE estabelecido (Anexo I) e as QE definidas na proposta de revisão do PDM de Belmonte, com o objetivo de verificar o cumprimento de orientações estratégicas nacionais relevantes e a coerência no cumprimento das mesmas.

Neste contexto, foram desenvolvidas matrizes de convergência, que se apresentam no Anexo II, onde se analisaram as relações de conflito e/ou complementaridade existentes entre estas duas componentes da AAE.

As matrizes de convergência específicas de cada instrumento com os objetivos do plano permitiram a construção do quadro síntese de modo a verificar a conformidade do Plano com o QRE.

Quadro 2 – Convergência entre os instrumentos do QRE com as QE do Plano

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	Q E1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8	QE9
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPT									
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015									
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ENCNB 2030									
Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 - PDR 2014-2020									
Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 - ER 2014-2020									
Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 – Agenda 2030									
Plano Nacional da Água - PNA									
Estratégia Turismo 2027 – ET 2027									
Plano Rodoviário Nacional - PRN2000									
Programa Nacional Energia e Clima 2030 – PNEC 2030									
Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água - PNUEA									
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos - PERSU 2020+									

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	Q E1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8	QE9
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais – PENSAAR 2020									
Estratégia Nacional para a Energia 2020 – ENE 2020									
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais - ENEAPAI									
Estratégia Nacional para as florestas									
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste – PGRH TO									
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação - PANCD									
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior – PROF CI									
Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro - PROTC									
Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)									
Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela 2020 (EIDT-BSE)									
Plano de Ação para a Economia Circular - PEAC									
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio - PMDFCI									
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil - PMEPC									
Plano de Recuperação e Resiliência - PPR									
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 - ENMAC									
Programa Nacional de Valorização do Interior - PNVI									

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	Q E1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8	QE9
Estratégia Portugal 2030									
Programa Operacional Centro 2020 - CENTRO 2020									
Estratégia Regional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2021-2027 - RIS3 do Centro									
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM BSE									
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável									
Estratégia Nacional para o Ar 2020 - ENAR 2020									
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 - RNC 2050									
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas - ENAAC 2020									
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas - P-3AC									

Legenda:

	Relação Forte (os objetivos do QRE são considerados nos eixos estratégicos / objetivos estratégicos da revisão do PDM)
	Relação Média (os objetivos do QRE são considerados indiretamente nos eixos estratégicos / objetivos estratégicos da revisão do PDM)
	Não existe relação (os objetivos do QRE são integrados nos eixos estratégicos / objetivos estratégicos da revisão do PDM)

Esta análise permite evidenciar as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguram como determinantes para integrarem os FCD que devem ser avaliados, por forma a contribuir para o processo

de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na revisão do PDM.

A análise do quadro anterior evidencia que os objetivos estratégicos definidos no âmbito do processo de revisão do PDM de Belmonte encontram-se compatibilizados com as grandes opções estratégicas definidas no QRE. Destaca-se sobretudo a afinidade dos objetivos estratégicos do PDM com os seguintes instrumentos do QRE: PNPOT, ENDS 2015, PAR - 2014-2020, e a EIDT-BSE.

5.3. FATORES AMBIENTAIS

Os fatores ambientais considerados na presente análise foram orientados por uma exigência legal e enquadram-se no definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na alínea e), n.º 1, artigo 6º, no que respeita à *"biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes fatores"*. Estes fatores definem o âmbito ambiental relevante e contribuem para a definição dos Fatores Críticos de Decisão.

Indexados, numa primeira fase, às fontes e aos tipos de informação disponível, os Fatores Ambientais (FA) deverão ser relacionados, num segundo momento, a outros indicadores e valores de referência mais qualificados, o que permitirá identificar e selecionar os mais pertinentes para orientar o consequente processo de AA.

No âmbito da AAE do processo de Revisão do PDM de Belmonte, considera-se pertinente considerar todos os fatores ambientais definidos na legislação, associados aos objetivos de sustentabilidade definidos para cada um do FCD a considerar.

5.4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar nas suas principais abordagens e conclusões, estruturam a análise e a avaliação de oportunidades e riscos em AAE e resultam de uma análise integrada essencialmente entre o as Questões Estratégicas (QE) do Plano, o Quadro de Referência Estratégico (QRE) e os Fatores Ambientais (FA). A definição dos FCD permitirá estruturar a análise e avaliação estratégica, estabelecendo o alcance da avaliação ambiental, o contexto institucional e o quadro de agentes a envolver, bem como a estratégia de comunicação.

Os FCD são os domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que serão adotados para estudar as implicações do Plano e deverão assegurar uma focagem estratégica.

A determinação dos FCD resultou da análise integrada do diagnóstico preliminar apoiado na consulta dos estudos de caracterização desenvolvidos no âmbito da revisão do PDM de Belmonte, bem como dos elementos estruturantes considerados descritos no capítulo 5 (QE, QRE e FA).

Os FCD a considerar no âmbito da AAE da revisão do PDM de Belmonte são os que se apresentam e sintetizam no quadro seguinte.

Quadro 3 – Fatores Críticos para Decisão

Fatores Críticos para a Decisão	Descrição sumária
Desenvolvimento Económico e Competitividade	Permitirá avaliar os efeitos do Plano sob o ponto de vista do desenvolvimento socioeconómico e da valorização e qualificação humana.
Ordenamento e Qualificação do Território	Visa avaliar de que forma propostas de revisão do PDM contribuem para um melhor equilíbrio no ordenamento do território, atendendo aos diferentes usos e aptidões do solo, ao tipo de ocupação dominante e tipologia das construções. Pretende igualmente aferir a capacidade do Plano em promover a melhoria da estruturação urbana e dos equipamentos públicos de utilização coletiva e a promoção da qualidade de vida das populações.
Recursos Naturais e Património Natural	Visa aferir o contributo da proposta de revisão do PDM na promoção da qualidade ambiental e utilização eficiente dos recursos naturais e na proteção, recuperação e valorização do património natural e da paisagem.
Património Cultural	Refere-se à valorização do património cultural, arquitetónico, arqueológico, etnográfico e imaterial. Permitirá analisar a forma como o património cultural poderá contribuir para o crescimento económico, e em que medida permitirá reforçar a identidade histórico-cultural do município.
Energia e Riscos Ambientais e Tecnológicos	Incide sobre a produção e utilização de energia e questões associadas à utilização de fontes renováveis, eficiências de consumos energético, emissões de gases com efeito de estufa e adaptação às alterações climáticas. Incide ainda sobre a prevenção de riscos ambientais e tecnológicos, fruto de acontecimentos esporádicos e indesejáveis, designadamente, derrocadas, cheias, incêndios urbanos e florestais, explosões e fugas de agentes químicos perigosos.

De forma a avaliar o grau de convergência entre os FCD definidos e os Fatores Ambientais estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, apresentam-se de seguinte o quadro síntese que reflete a relação entre estas duas componentes.

Quadro 4 - Relação entre os FA e os FCD definidos

Fatores Ambientais (DL 232/2007)	FCD				
	Desenvolvimento económico e Competitividade	Ordenamento e Qualificação do Território	Recursos Naturais e Património Natural	Património Cultural	Energia e Riscos Ambientais e Tecnológicos
Biodiversidade, fauna, flora			X		X
População	X	X			X
Saúde humana	X	X	X		X
Solo		X	X		X
Água			X		X
Atmosfera			X		X
Fatores climáticos	X	X	X		X
Bens materiais	X	X			X
Património cultural (arquitetónico e arqueológico)	X	X		X	
Paisagem	X		X		

Conclui-se efetivamente haver vários vetores de ligação entre os FCD e os FA propostos legalmente, facto que viabiliza a obtenção de um cenário de diagnóstico.

Importa ainda aferir a relação entre os QRE e os FCD definidos, por forma a demonstrar que existe uma relação direta com o cumprimento dos objetivos genéricos dos vários instrumentos identificados no quadro de referência (Quadro 5).

Quadro 5 - Relação entre os FCD definidos e o QRE

FCD QRE	Desenvolvimento económico e Competitividade	Ordenamento e Qualificação do Território	Recursos Naturais e Património Natural	Património Cultural	Energia e Riscos Ambientais e Tecnológicos
PNPOT	X	X	X	X	X
ENDS 2015	X	X	X		X
ENCNB 2030		X	X		
PDR 2014-2020	X	X	X		
ER 2014-2020	X	X	X		
Agenda 2030	X	X	X		
PNA	X	X	X		
ET 2027	X	X	X	X	
PRN2000	X	X			
PNEC 2030			X		X
PNUEA			X		
PERSU 2020+			X		
PENSAAR 2020		X	X		
ENE 2020		X	X		X
ENEAPAI	X		X		
ENF		X	X		X
PGRH TO	X	X	X		
PANCD	X	X	X		
PENDR	X	X			
PROFCI		X	X		X
PNDFCI			X		X
PROTC	X	X	X	X	X

FCD QRE	Desenvolvimento económico e Competitividade	Ordenamento e Qualificação do Território	Recursos Naturais e Património Natural	Património Cultural	Energia e Riscos Ambientais e Tecnológicos
PNI 2030	X	X	X		X
EIDT-BSE	X	X	X		X
PEAC	X	X	X		
PMDFCI			X		X
PMEPC		X			X
PPR	X	X	X		X
ENMAC	X	X	X		
PVI	X	X			
Estratégia Portugal 2030	X	X			
CENTRO 2020	X	X	X		X
RIS3 do Centro	X	X	X		X
PIAAC CIMBSE		X			X
Agenda 2030	X		X		X
ENAR 2020	X	X	X		X
RNC 2050	X	X	X		X
ENAAC 2020	X	X	X		X
P-3AC	X	X	X		X

Realça-se a intensa relação dos objetivos genéricos definidos nos vários instrumentos do QRE com o FCD Recursos Naturais e Património Natural.

5.5. DOMÍNIOS, OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E INDICADORES

No presente capítulo procede-se à análise dos FCD, identificando-se para cada um deles os domínios, os objetivos de sustentabilidade e os indicadores, de modo a melhor definir as tarefas analíticas e de abordagem para as fases seguintes da AAE.

Os domínios deverão incidir em questões pertinentes associadas a cada FCD e que influenciem a estruturação e conteúdo da análise. A estes associam-se então objetivos de sustentabilidade, que representam os propósitos associados a cada uma das áreas temáticas definidas, e os respetivos indicadores, que mais diretamente permitem avaliar de forma mensurável as propostas apresentadas na revisão do PDM de Belmonte.

Da análise efetuada a cada um dos FCD, resultou a identificação dos domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que se apresentam nos quadros seguintes, e que contribuirão para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nas grandes opções da proposta de revisão do PDM de Belmonte, pretendendo facilitar a avaliação e contribuir para uma tomada de decisão consciente e adequada.

Quadro 6 – FCD Desenvolvimento Económico e Competitividade: Domínios, objetivos e indicadores

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Desenvolvimento Económico	<p>Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional e nacional</p> <p>Criar condições especiais para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional</p> <p>Fomentar o desenvolvimento sustentável, proporcionando uma maior organização e coesão económica, social e territorial</p> <p>Aumentar a valorização económica em espaço rural</p>	Taxa de ocupação de Espaços empresariais / industriais estruturados e infraestruturados (%)
		Unidades de exploração agrícola, agropecuária e áreas florestais (N.º)
		Unidades de produção de produtos tradicionais protegidos (azeite da Beira Baixa, maçã Bravo de Esmolfe, queijos da Beira Baixa, etc.) (N.º de unidades)
		Área de produção de produtos tradicionais protegidos (ha)
Emprego e Qualificação humana	<p>Garantir a criação de emprego</p> <p>Aumentar da qualificação humana</p>	Taxa de desemprego (%)
		Evolução da População Ativa por atividade económica (%)
		Criação de postos de trabalho, por sector de atividade (%)
		Qualificações profissionais (% formações superiores e % de formação especializada)
Dinâmica Turística	Aumentar a atratividade turística do concelho	Taxa ocupação hoteleira (%)
		Estabelecimentos turísticos (N.º)

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
	Aumentar o apoio, suporte e promoção da atividade turística	Unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) (N.º)
		Capacidade hoteleira (N.º de camas)
		Percursos temáticos (N.º)

Quadro 7 – FCD Ordenamento e Qualificação do Território: Domínios, objetivos e indicadores

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Ordenamento do território	<p>Fomentar a organização espacial do território</p> <p>Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos</p> <p>Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana</p> <p>Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios</p> <p>Fomentar a fruição da floresta nas suas variadas vertentes</p> <p>Incentivar a requalificação nos centros históricos</p>	População Residente (N.º hab)
		Espaços verdes urbanos (ha)
		Reserva Agrícola Nacional afetada por propostas de solo urbano (ha)
		RAN utilizada para fins não agrícolas (%)
		Reserva Ecológica Nacional afetada por propostas de solo urbano (ha)
		REN com ocupação compatível (%)
		Estrutura Ecológica Municipal afetada por propostas de solo urbano (ha)
		Novos fogos construídos em solo rústico / fogos construídos em solo urbano (N.º)
		Licenças para reconstrução e reabilitação (N.º)
		Licenças para novos loteamentos (N.º)
		Taxa de execução de solo programado (% e ha/ano)
		Reclassificação do solo rural em solo urbano (%)
		Taxa de ocupação das áreas de atividade económica (%)
		Taxa de ocupação dos loteamentos urbanos (% e ha/ano)
		Estabelecimentos industriais em solo rural (n.º)
Concretização de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (N.º)		
Área de solo suscetível à desertificação (ha)		
Acessibilidades	Melhorar e potenciar as acessibilidades	Estado de conservação da rede viária (escala qualitativa)

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
		Tempo de deslocação entre os principais centros urbanos da região (min)
		Tempo de deslocação entre trabalho e habitação (min)
Qualidade de vida das populações	<p>Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho</p> <p>Qualificar o Espaço Público</p> <p>Adaptar as redes de infraestruturas, por forma a garantir os serviços à estrutura socioeconómica existente e potencial</p> <p>Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações</p> <p>Incentivar a instalação de cooperativas de habitação jovem</p> <p>Incentivar a instalação de residências para seniores</p>	<p>Alojamentos servidos por sistemas de abastecimento de água para consumo humano (%)</p> <p>Alojamentos servidos por sistemas de drenagem de águas residuais (%)</p> <p>Recetores expostos a situações de não conformidade com o valor limite regulamentado no RGR (N.º)</p> <p>População afetada por níveis de poluição atmosférica superiores aos limites legais (N.º de pessoas)</p> <p>Queixas dos munícipes (N.º de queixas)</p> <p>Capacidade de transporte de passageiros por meio de transporte (N.º de passageiros)</p> <p>Repartição modal transporte individual / transporte coletivo (%)</p> <p>Capitação de espaços verdes (m²/hab)</p> <p>Capacidade de alojamento em residências para seniores (N.º camas)</p> <p>Capacidade de alojamento em cooperativas jovens (N.º de camas)</p> <p>Condições de acessibilidade a equipamentos de saúde (escala qualitativa)</p> <p>Taxa de cobertura de respostas sociais para idosos (%)</p> <p>Taxa de execução de equipamentos desportivos (%)</p> <p>Produção de RSU (kg/hab)</p> <p>Valorização de Resíduos (%)</p> <p>Taxa de execução da ampliação da rede de saneamento e de abastecimento de águas para os aglomerados populacionais não servidos (%)</p>

Quadro 8 – FCD Recursos Naturais e Património Natural: Domínios, objetivos e indicadores

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Biodiversidade, Flora / Fauna	<p>Proteger a diversidade biológica</p> <p>Assegurar a gestão sustentável dos locais para a conservação de determinadas espécies, bem como dos processos ecológicos associados</p> <p>Controlar a proliferação de espécies não indígenas invasoras com risco ecológico conhecido</p>	<p>Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas (N.º de espécies)</p> <p>Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas (N.º de espécies)</p> <p><i>Habitats</i> protegidos (ha e % concelho)</p>

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
	Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis Reabilitação de habitats e de espécies para níveis viáveis	Espécies invasoras ou com risco ecológico conhecido (N.º e ha)
Floresta	Controlar as monoculturas de espécies de rápido crescimento e as invasoras lenhosas Proteção das espécies florestais autóctones e das folhosas de folha caduca Proteção Florestal, controlo de pragas e doenças	Área de Floresta de produção e agroflorestais (%)
Paisagem	Proteção e Salvaguarda da Paisagem Diminuição das áreas degradadas e intrusões visuais Contenção da edificação dispersa e do ordenamento da expansão urbana	Número de intrusões visuais (construções em grande escala, lixeiras entre outras) (N.º) Investimento em ações de valorização e recuperação paisagística (€) Áreas degradadas e principais intrusões visuais (pedreiras não recuperadas, lixeiras, áreas de depósito de entulho, etc.) (ha)
Recursos Naturais	Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos Reduzir os níveis de poluição na água para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais Promover o consumo eficiente e racional do recurso água	Qualidade da água superficial (escala qualitativa) Qualidade da água subterrânea (escala qualitativa) Investimento em ações de limpeza e requalificação dos recursos hídricos (€) Consumo de água por habitante (m³/hab) Utilização de água, por sector de atividade e tipologia (m³/setor de atividade) Perdas no sistema de abastecimento de água (%)
Atmosfera	Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salguarde a saúde pública Redução da poluição do ar Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites (N.º de dias) Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)
Solo	Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo Reduzir a ocorrência de situações de erosão do solo Salvaguarda dos solos pedologicamente evoluídos Racionalização da expansão urbana Controlo da impermeabilização do solo	Superfície agrícola utilizada (ha) Impermeabilização dos solos (% relativa ao concelho) Pedreiras recuperadas (N.º)

Quadro 9 – FCD Património Cultural: Domínios, objetivos e indicadores

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Património Cultural	<p>Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes</p> <p>Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos</p> <p>Valorizar a diversidade e a identidade local</p> <p>Promover o turismo cultural</p>	Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção) (N.º)
		Recuperação de edifícios urbanos degradados (N.º)
		Edifícios degradados ocupados e fora de uso (N.º)
		Circuitos históricos e culturais (N.º)
		N.º de visitantes de monumentos históricos (N.º visitantes)
		Património classificado e em vias de classificação (N.º de elementos classificados)
		Património arqueológico classificado e em vias de classificação (N.º de elementos classificados)
		Investimento na inventariação e conservação de elementos patrimoniais (€)

Quadro 10 – FCD Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos: Domínios, objetivos e indicadores

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Energia	<p>Aumento da eficiência energética</p> <p>Utilização racional de energia</p> <p>Utilização e produção de energia renováveis</p>	Consumo de energia elétrica (kWh/hab)
		Produção de energia através de recursos renováveis (kW/hab)
		Investimento em programas de eficiência energética (€)
Alterações Climáticas	<p>Diminuição das emissões de CO₂</p> <p>Adaptação às alterações climáticas</p>	<p>Emissão de CO₂ equivalente (gCO₂eq/hab)</p> <p>Quantidade de GEE (t/km²)</p> <p>Investimentos em estudos e programas de adaptação às alterações climáticas (€)</p>
Risco Naturais	<p>Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios</p> <p>Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas</p>	Ocupação humana em áreas de riscos naturais (N.º hab)
		Área ardida (ha)
		Ocorrência de incêndios (N.º ocorrências)

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
	Prever e mitigar a ocorrência de risco de inundações	Edifícios afetados pela ocorrência de incêndios (N.º edifícios)
		Ocorrência de cheias (N.º ocorrências)
		Elementos expostos e população expostos a zonas com risco de cheia (N.º)
Acidentes industriais	Prever e mitigar a ocorrência de risco de acidentes industriais	Ocorrência de acidentes industriais (N.º ocorrências)
		Acidentes com transportes de matérias perigosas (N.º acidentes)

6. AVALIAÇÃO AMBIENTAL POR FCD

Uma vez identificados no ponto anterior os Fatores Críticos para a Decisão, considerando as propostas efetuadas pelas ERAE, apresentadas de forma sintética no Capítulo 4, os mesmos são utilizados para balizar a avaliação das implicações ambientais da proposta de revisão do PDM.

Neste sentido, o procedimento da AAE prossegue com a avaliação ambiental por FCD, através da seguinte metodologia:

- Caracterização da situação existente e análise das principais tendências na ausência da execução da revisão do Plano. Refere-se que não se pretende descrever de forma exaustiva a situação atual e tendencial, mas sim destacar os aspetos críticos relevantes para o desenvolvimento da AAE, que permitam avaliar a sustentabilidade das propostas, contribuindo para a tomada de decisão.
- Análise das principais tendências de evolução da área de influência do Plano, na ausência da revisão, através do recurso a uma análise do tipo SWOT, sobre as vertentes socioeconómicas, ambientais e do ordenamento do território, identificando, para isso, um conjunto de pontos fortes e fraquezas, que se refletem num conjunto de oportunidades e ameaças decorrentes da implementação da revisão do Plano.
- Análise dos efeitos esperados com a implementação da proposta de Plano, através da identificação das oportunidades e dos riscos, em termos de sustentabilidade ambiental, na qual é avaliada a sua contribuição para a prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos, e analisados os potenciais efeitos negativos decorrentes da implementação dos objetivos estratégicos do Plano.

6.1. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E COMPETITIVIDADE

6.1.1. SITUAÇÃO ATUAL

6.1.1.1. DEMOGRAFIA

De acordo com os Censos de 2011, neste ano, residiam no concelho de Belmonte 6 859 indivíduos (Quadro 1), ou seja, menos 733 indivíduos do que em 2001, o que corresponde a uma diminuição de quase 10% no último período intercensitário (9,7%). Esta evolução negativa contraria o crescimento positivo verificado nos dois períodos intercensitários anteriores, durante os quais a população residente no Concelho cresceu, ainda que esse crescimento tenha sido mais expressivo entre 1981 e 1991 (9,5%) quando comparado com o da década seguinte, de 1991 e 2001 (2,4%).

No contexto regional em que se inseria, entre 1981 e 1991, NUTS III Cova da Beira (NUTS 2003), o concelho de Belmonte destacou-se positivamente, dado que, neste período, esta sub-região perdeu - 6,7% dos seus residentes, tendo o Concelho aumentado a sua população. Na década seguinte, entre 1991 e 2001, a Cova da Beira teve um ligeiro aumento da sua população (0,5%), mantendo-se o crescimento da população do Concelho acima destes valores (2,4%). Entre 2001 e 2011 ambos os territórios perderam população, sendo essa diminuição mais significativa no Concelho. No contexto da NUTS II Cento (NUTS 2003), Belmonte integrava o grupo de 16 concelhos com variações negativas entre os -9% e -13%, ou seja, abaixo dos valores médios para a região (Censos 2011. Região Centro, p.18).

Comparando a variação da população do Concelho com a variação da população no conjunto dos concelhos que integram a NUTS III Beiras e Serra da Estrela (NUTS 2013) (-8,8%), na qual Belmonte se insere desde 2015, verifica-se que, também neste contexto, entre 2001/2011, Belmonte apresenta valores mais baixos.

Quadro 11 – Evolução e variação da população residente no Concelho e nas NUTS III Cova da Beira, Serra da Estrela e Beira Interior Norte entre 1981 e 2011

Unidade territorial	População Residente						
	1981	1991	2001	2011	Variação (%)		
					1981/1991	1991/2001	2001/2011
NUTS III (2003) Cova da Beira	99799	93097	93579	87869	-6.7	0.5	-6.1
NUTS III (2013) Beiras e Serra da Estrela (1)	-	-	258799	236023	-	-	-8.8
Concelho de Belmonte	6765	7411	7592	6859	9.5	2.4	-9.7

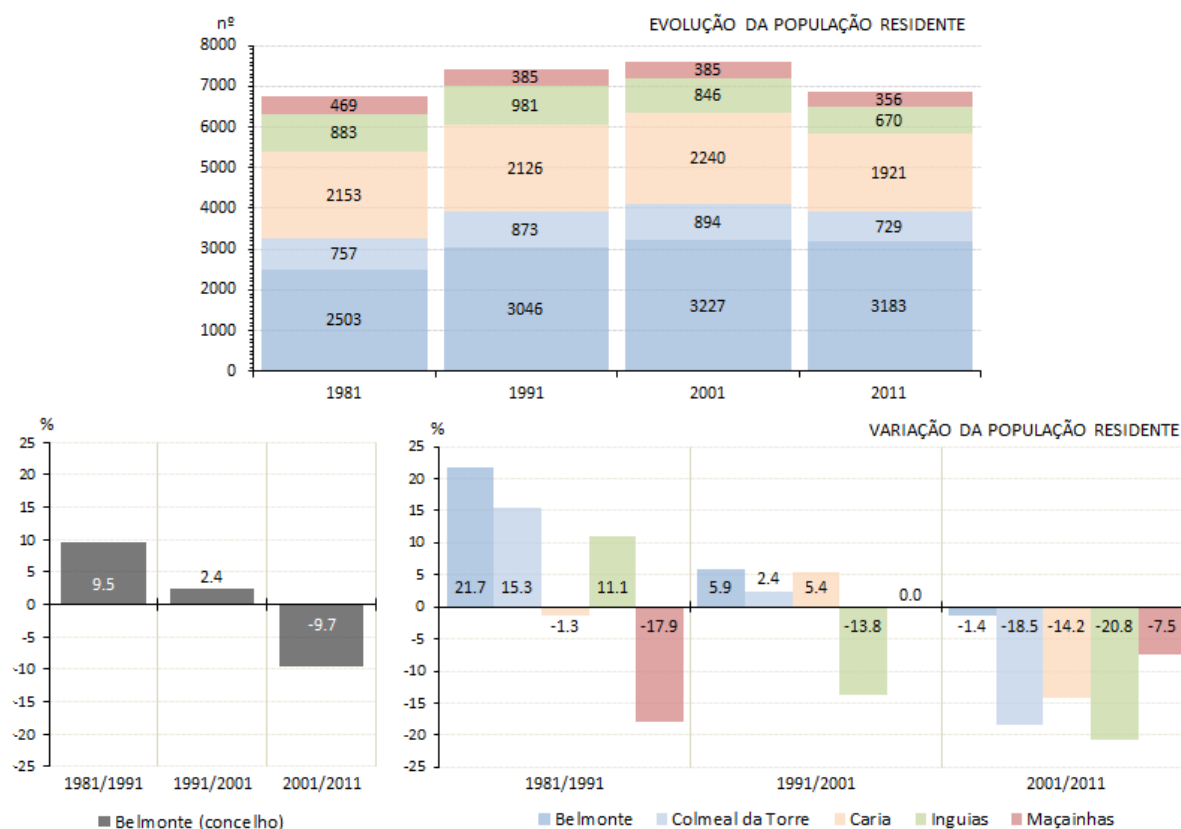
(1) Considerar-se a soma da população residente nos concelhos que integram a actual NUTS III Beiras e Serra da Estrela

Fonte: INE. Censos 1981, 1991, 2001 e 2011

No que diz respeito ao território concelhio, em 2011, a freguesia de Belmonte, com 3 183 residentes, era a mais populosa, albergando quase metade (46%) da sua população. Seguiam-se, por ordem decrescente as freguesias de Caria, com mais de um quarto da população (28%), Colmeal da Torre (11%), Inguias (10%) e Maçainhas (5%). No âmbito da reforma administrativa nacional de 2013, foi criada a União das Freguesias (U.F.) de Belmonte e Colmeal da Torre, através da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, reunindo as duas freguesias sem alteração dos respetivos limites, repondo a situação territorial anterior à desanexação de 1949. Esta unidade territorial passou a agregar 57,0% (3 912) dos residentes do concelho.

A evolução decenal do total da população residente no Concelho, no período compreendido entre 1981 e 2011 foi positiva até 2001, traduzindo-se numa variação de 9,5%, entre 1981/1991, e de 2,4%, entre 1991/2001, ou seja, ainda positiva, mas menos expressiva relativamente à década anterior. Entre 2001 e 2011, a tendência para o crescimento inverteu-se, tendo população do Concelho diminuído de 7 592 para 6 859 indivíduos, o que representa uma variação de -9,7%.

Figura 4 - Evolução decenal da população residente no Concelho e por freguesias, entre 1981 e 2011



Quadro 12 -Evolução decenal da população residente no Concelho e por freguesia, entre 1981 e 2011

Unidade territorial		População Residente									
		1981		1991		2001		2011			
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%		
Freguesias	Belmonte	2503	37.0	3046	41.1	3227	42.5	3183	46.4		
	C.Torre	757	11.2	873	11.8	894	11.8	729	10.6		
	Caria	2153	31.8	2126	28.7	2240	29.5	1921	28.0		
	Inguias	883	13.1	981	13.2	846	11.1	670	9.8		
	Maçainhas	469	6.9	385	5.2	385	5.1	356	5.2		
Belmonte (concelho)		6765	100.0	7411	100.0	7592	100.0	6859	100.0		

Fonte: Censos 1981, 1991, 2001 e 2011 (INE)

Quadro 13 - Variação decenal da população residente, no concelho e por freguesias, entre 1981 e 2011

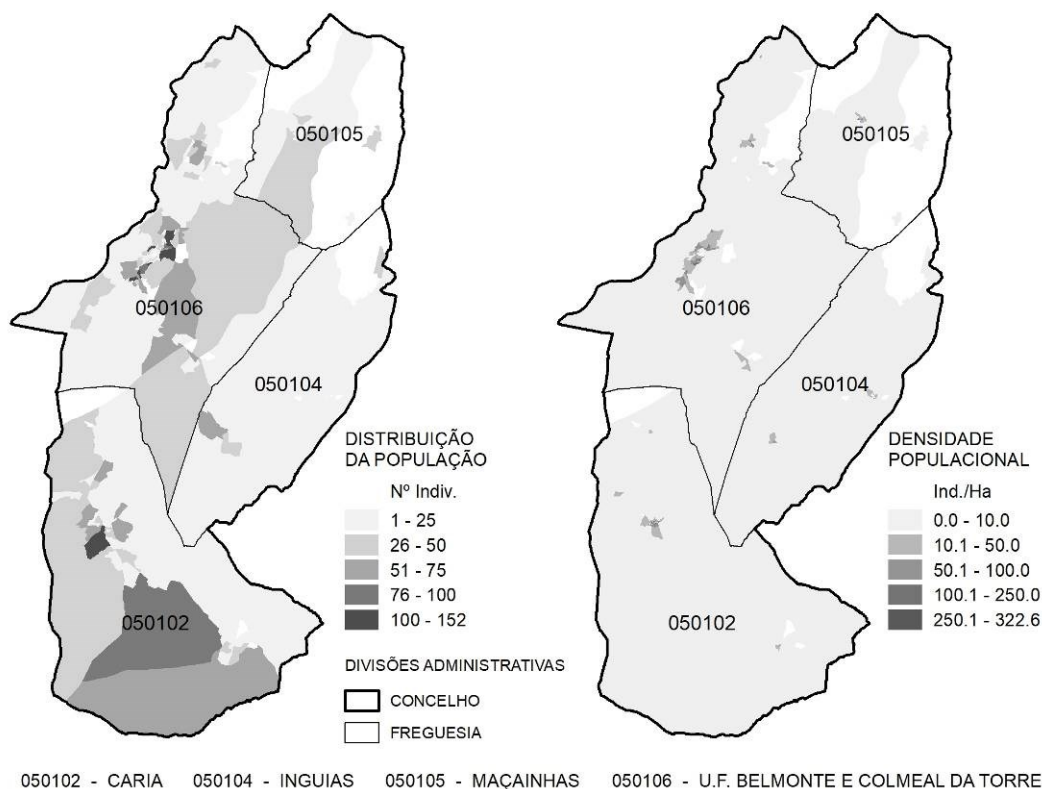
Unidade territorial		Variação da população (%)		
		1981/1991	1991/2001	2001/2011
Freguesias	Belmonte	21.7	5.9	-1.4
	Colmeal da Torre	15.3	2.4	-18.5
	Caria	-1.3	5.4	-14.2
	Inguias	11.1	-13.8	-20.8
	Maçainhas	-17.9	0.0	-7.5
Belmonte (concelho)		9.5	2.4	-9.7

No interior do concelho, entre 2001 e 2011, todas as freguesias perderam população: Inguias perdeu mais de um quinto dos seus residentes (20,8%), Colmeal da Torre, individualmente, perdeu 18,5%, Caria 14,2%, Maçainhas 7,5%. Em Belmonte esta variação, embora negativa, foi reduzida (1,4%), contudo, quando considerado o atual território da União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, essa variação foi de 5,1%.

Em 2011, os 6 859 residentes ocupavam o território concelhio, tal como ilustra a Figura 4, na qual se reflete a análise da distribuição da população pelas subdivisões da Base Geográfica de Referência da Informação (BGRI). A análise desta informação permite verificar que, em números absolutos, a população se distribuía principalmente em torno da sede do Município e a Sul da freguesia de Caria. Estabelecendo a relação entre o número de residente e as unidades territoriais ocupadas (subsecções),

conclui-se que, fora das áreas urbanizadas as densidades populacionais são baixas, não ultrapassando, os 10 indivíduos por hectare.

Figura 5 - Distribuição do número de residentes e densidade populacional no Concelho, por subsecção da BGRI, em 2011



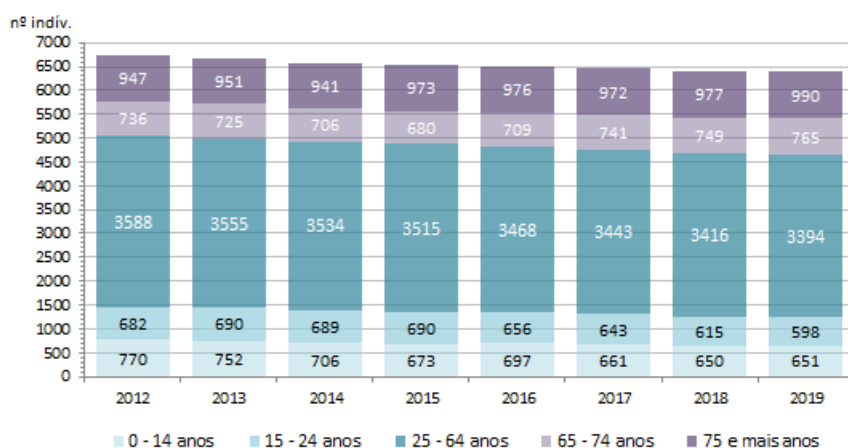
Fonte: Censos 2011. INE
Bases cartográficas: BGRI 2011. INE e CAOP 2018. DGT

Fonte: INE. Censos 2011

Considerando os lugares estatísticos em 2011, verificam-se algumas alterações relativamente a 2001, tanto no número de lugares existentes, como na evolução das respetivas populações. Considerando, em conjunto os lugares que atualmente constituem a freguesia de Belmonte e Colmeal da Torre, verifica-se que passou a existir mais um lugar - Galhisteiro – e que o Bairro do Carrola, que não constava dos Censos 1991 e passou a integrar os Censos de 2001, voltou a ser retirado em 2011. Dos lugares que permaneceram ao longo deste período, cinco perderam população: Quinta da Jardina (-32,9%), Quinta da Laginha (-16,7%), Quintas das Pereiras (15,8%), Gaia (-12,8%) e Colmeal da Torre (-1,7%); os restantes aumentaram as suas populações, verificando-se crescimento de 9,1% em Belmonte e um aumento bastante significativo, em Belmonte Gare (51,6%) e Lage do Tostão (52,6%). A população isolada decresceu para menos dois quintos (-40,3%), neste período.

Segundo as estimativas da população disponibilizadas pelo INE, entre 2012 e 2019, ter-se-á confirmado a tendência para o decréscimo progressivo da população, já manifestada durante o último período intercensitário. De acordo com os dados disponíveis, neste período, a população terá passado de 6 723 para 6 398 residentes, o que se traduz em uma taxa de variação de aproximadamente -5 % (Fig. 13).

Figura 6 - População residente, por ciclo de vida, no Concelho, entre 2012 e 2019



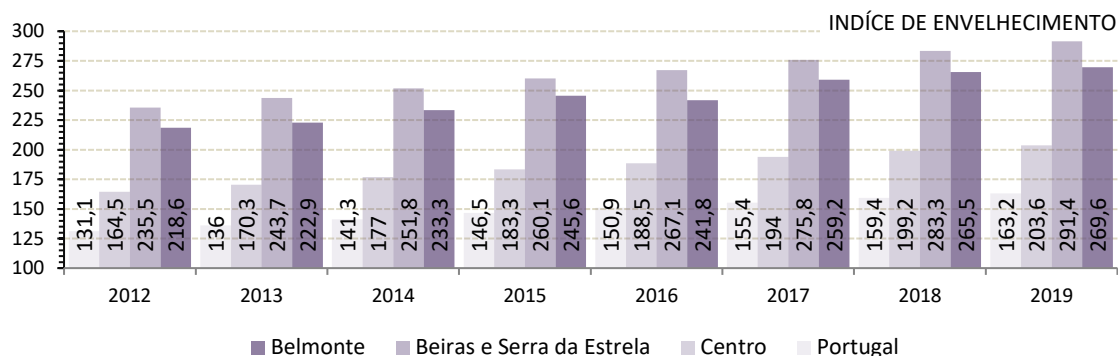
Fonte: INE. Estimativas anuais da população residente - Tabela 4 (Anexo I)

Este decréscimo ter-se-á ficado a dever à diminuição relativa da população com idade inferior a 65 anos, na medida em que, tanto no grupo etário dos 65 aos 74 anos, como no dos indivíduos com mais de 75 anos, terá havido uma variação positiva de 3,9% e 4,5%, respetivamente. Entre os menores de 65 anos o número de residentes entre os 25 e os 64 anos terá variado -5,4%, sendo essa variação mais expressiva nos grupos etários dos 15 aos 25 anos (-12,3%) e dos menores de 15 anos (-15,5%).

O envelhecimento da população do Concelho evidenciado pelos valores dos Censos de 2011, ter-se-á vindo a acentuar, de acordo com as estimativas sobre a sua evolução após o momento censitário. Entre 2012 e 2019, os indicadores demográficos apresentados pelo INE quantificam essa tendência oferecendo uma base para o dimensionamento de equipamentos e infraestruturas de apoio social.

O Índice de Envelhecimento (IE) (Figura 7), que traduz a relação entre a população idosa, com 65 ou mais anos e a população jovem, entre os 0 e os 14, terá acompanhado a tendência verificada, tanto para Portugal, como para as NUTS II Centro e NUTS III Beiras e Serra da Estrela, aumentando progressivamente neste período. Os seus valores terão variado entre 218,6, em 2012 e 269,6, em 2019 e, embora sejam muito elevados quando comparados com os do território nacional e da Região Centro, ter-se-ão mantido sempre inferiores aos da sub-região da Beiras e Serra da Estrela.

Figura 7 - Evolução do Índice de Envelhecimento no concelho de Belmonte, na sub-região Beiras e Serra da Estrela, na Região Centro e em Portugal, entre 2012 e 2018



Fonte: INE. Indicadores demográficos

6.1.1.2. SETOR ECONÓMICO

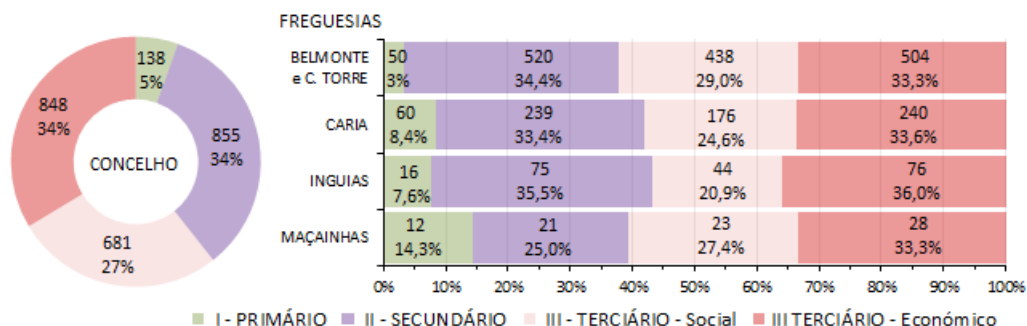
Em 2011, dos 2 522 residentes no Concelho economicamente ativos e empregados, 61% exerciam a sua profissão em atividades ligadas ao setor terciário, estando 27% relacionados com o subsetor social e 34% com o subsetor económico. O setor secundário concentrava mais de um terço dos empregados (34%), resumindo-se o emprego no setor primário a 5% do total.

O peso do emprego no setor terciário no contexto de cada uma das freguesias variava entre os 64%, em Belmonte e Colmeal da Torre e os 57%, em Inguias. O setor terciário económico abarcava um terço dos ativos empregados (33%) nas freguesias de Colmeal da Torre, Caria e Maçainhas e uma percentagem ligeiramente superior na freguesia de Inguias (36%); o setor terciário social empregava aproximadamente um quinto dos ativos empregados da freguesia de Inguias (21%) variando o seu peso no emprego das outras freguesias entre os 25% e 29%.

O emprego no setor secundário assumia valores próximos de um terço dos ativos empregados nas freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre (34%), Caria (33%) e Inguias (36%), sendo na freguesia de Maçainhas, correspondente a um quarto daquela população (25%).

O emprego no setor primário tinha maior expressão na população ativa empregada de Maçainhas, correspondendo a apenas 3% dos empregados, na freguesia de Belmonte e Colmeal da Torre.

Figura 8 - População empregada segundo o setor de atividade económica, no Concelho e por freguesia, em 2011



Fonte: INE. Censos 2011 – Tabela 7 (Anexo I)

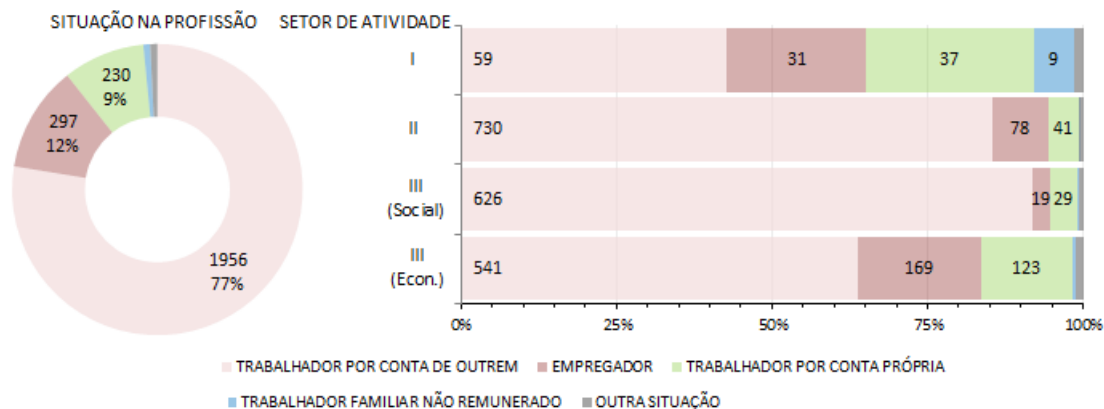
Sob o ponto de vista da situação na profissão (Figura 9), os trabalhadores por conta de outrem constituíam mais de três quartos da população empregada (77%); os empregadores e os trabalhadores por conta própria correspondiam, respetivamente, a 12% e a 9% desta população, perfazendo, em conjunto, aproximadamente um quinto dos ativos empregados do Concelho (21%).

Os trabalhadores por conta de outrem predominavam em todos os setores de atividade económica, com exceção do primário, correspondendo nos setores secundário e terciário social a mais de quatro quintos dos empregados, respetivamente, 85% e 92%. No setor secundário, os empregadores assumiam também alguma expressão (9%).

No setor terciário económico os trabalhadores por conta de outrem constituíam também a maioria dos empregados (63%), contudo, os empregadores (20%) e os trabalhadores por conta própria (15%), apesar de não predominarem, correspondiam no seu conjunto a mais de um terço desta população.

No setor primário os empregadores (23%) e os trabalhadores por conta própria (27%) assumiam um papel mais significativo do que nos outros setores de atividade, correspondendo os trabalhadores por conta de outrem a pouco mais de dois quintos dos empregados (43%). Os trabalhadores familiares não remunerados assumiam também alguma expressão, correspondendo a 7% do total.

Figura 9 - População empregada segundo a situação na profissão, no Concelho e por setor de atividade económica, em 2011

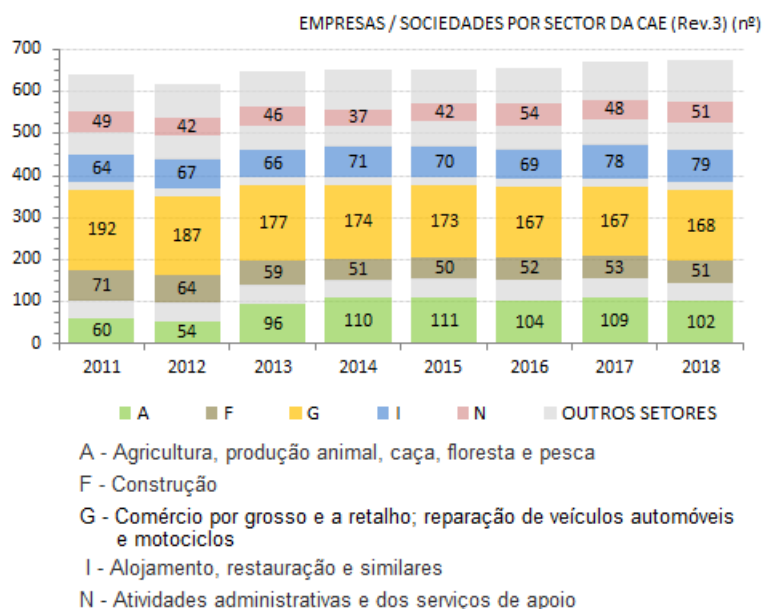


Fonte: INE. Censos 2011 – Tabela 7 (Anexo I)

Tomando como referência a classificação das atividades económicas da CAE (Rev.3) e a informação sobre o setor empresarial disponibilizada pelos Censos 2011, verificava-se que mais de três quintos (60%) da população empregada estava concentrada nas seguintes atividades: indústria do vestuário (16%), comércio a retalho (12%), educação (9%), promoção imobiliária (8%) e organismos públicos (Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória), agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados (5%), a restauração e similares (4%).

Em 2018, predominam em Belmonte as unidades ligadas ao setor comercial, que representam um quarto do total das unidades do Concelho (25%), seguindo-se, em função do número de unidades, o setor agrícola (15%), o setor do alojamento e restauração (12%) e os setores da construção (8%) e das atividades administrativas (8%). Estes setores englobam aproximadamente dois terços das unidades sediadas no Concelho (67%), distribuindo-se o restante terço por setores com menos de 50 unidades.

Figura 10 - Evolução do número de empresas e sociedades com sede no Concelho, por setor de atividade (CAE Ver.3), entre 2011 e 2018



Fonte: INE. Sistema de contas integradas das empresas

O predomínio do número de empresas / sociedades ligadas ao comércio manteve-se ao longo de todo o período considerado, tendo, no entanto, havido uma diminuição progressiva do número de unidades em termos absolutos e relativos, entre 2011 e 2016, passando respetivamente, de 192 para 167. Em 2017 manteve o número de unidades (167) e em 2018 aumentou para 168. Não se verifica, portanto, grande dinamismo no setor.

A atividade agrícola aumentou o peso relativo no total das empresas / sociedades, de 9% para 15%, entre 2011 e 2013, variando, após esse ano, entre os 15% e os 17%. O setor do alojamento e restauração apresenta a tendência para uma variação positiva, ainda que pouco expressiva.

6.1.2. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT

	Forças	Fraquezas
Sem implementação do Plano	<p>Concentração de equipamentos na sede de concelho, centralização dos serviços de apoio.</p> <p>Diminuição da taxa de analfabetismo.</p> <p>Otimização do centro escolar.</p> <p>Boa oferta de equipamentos de utilização pública.</p> <p>Diversidade gastronómica e de produtos endógenos, assim como um grande espólio de artesanato local.</p> <p>Forte presença da comunidade judaica.</p>	<p>Distribuição territorial da população assimétrica.</p> <p>Territórios rurais de baixa densidade incapaz de impulsionar a implementação de novos equipamentos.</p> <p>Abandono dos povoamentos rurais num cenário de envelhecimento.</p> <p>Escassa oferta de equipamentos de apoio à população de portadora de alguma deficiência.</p> <p>Diminuição da população infanto-juvenil.</p> <p>Migração dos jovens para estudos superiores.</p> <p>Equipamentos desportivos no meio rural a necessitar de intervenção.</p> <p>Isolamentos de alguns lugares.</p> <p>Dinâmica empresarial de pequena dimensão.</p> <p>Falta de dinâmica de empresas na TI.</p>
Com implementação do Plano	<p>Oportunidades</p> <p>Desenvolvimento dos polos industriais nas proximidades dos nós da A24-existent e programados.</p> <p>Implementação de vários Cluster na região:</p>	<p>Ameaças</p> <p>Dinâmico crescimento demográfico dependente de migrações de outras áreas do concelho.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> -Cluster dos descobrimentos; -Cluster da comunidade judaica; -Cluster do golf nas Beiras. <p>Artes e tradições apresentam-se como potencial recurso turístico.</p>	<p>Envelhecimento acentuado da população e com tendência a manter-se.</p> <p>Despovoamento das áreas rurais e repulsão interna.</p> <p>Dependência direta da Covilhã e Guarda.</p>
--	--	--

6.1.3. EFEITOS ESPERADOS COM A PROPOSTA DE PLANO

Os objetivos estratégicos assumidos na proposta de Plano consubstanciam diferentes oportunidades e riscos ao nível dos fatores críticos definidos.

O próximo quadro sistematiza a análise dos efeitos esperados, com a aplicação da proposta de revisão do PDM sobre os diferentes critérios do FCD Desenvolvimento Económico e Competitividade.

Quadro 14: Efeitos esperados sobre o FCD Desenvolvimento Económico e Competitividade: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE1 Promover a Economia Rural e a Economia Circular</p> <p>OE2 Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos</p>	<p>(++) Adoção de medidas de dinamização e diversificação económica do setor agrícola, turismo e indústrias de transformação/valorização dos produtos locais, através de parcerias, criando oportunidades de emprego diversificadas, com conseqüente aumento de postos de trabalho e de criação de novas empresas.</p> <p>(++) As atividades económicas terão os seus locais próprios, novos ou ampliação dos existentes. Os limites das áreas industriais previstas no PDM96 foram repensados de forma a adequar-se não só às necessidades atuais como à própria morfologia e acessibilidades do terreno. Os espaços económicos/industriais serão acolhidos em termos de qualificação do solo na categoria de espaços de atividade económica, caso se localizem em solo urbano, ou em espaços afetos a atividades industriais caso se localizem em solo rústico.</p> <p>(++) Está prevista a implementação de um Plano de ação para atratividade económica e de incentivo ao comércio de proximidade/ tradicional, com benefícios para a promoção da economia rural.</p> <p>(++) Criação de condições de atração de iniciativas empresariais de investimento, premiando o empreendedorismo local.</p> <p>(++) A divulgação dos valores culturais e a valorização do património cultural, potencia a atratividade turística do concelho, conduzindo ao desenvolvimento de atividades económicas associadas.</p> <p>(+) O aumento da atividade turística promove os recursos endógenos e a gastronomia, contribuindo para as indústrias produtoras.</p> <p>(++) A implementação de um sistema de fiscalidade verde municipal possibilitará canalizar fundos em forma de incentivos, para estimular o investimento em Economia Circular e/ou práticas valorizadoras da dimensão ambiental dos territórios.</p>	<p>(0)</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo</p>	<p>(++) Estão previstas inúmeras medidas de incentivo à atividade turística, que passam pela qualificação de espaços para o desenvolvimento turístico do concelho, pela criação de centros interpretativos, pela criação de percursos pedestres e cicláveis, etc.</p> <p>(++) A potenciação do investimento turístico terá um forte contributo para o desenvolvimento económico do concelho.</p> <p>(++) A divulgação dos valores culturais e a valorização do património cultural, potencia a atratividade turística do concelho, conduzindo ao desenvolvimento de atividades económicas associadas.</p> <p>(+) O aumento da atividade turística promove os recursos endógenos e a gastronomia, contribuindo para as indústrias produtoras.</p> <p>(++) A aposta no turismo reflete-se essencialmente no facto de as atividades turísticas serem transversais a todas as classes de espaço definidas tanto para solo urbano, como para o solo rústico. Existem um conjunto de projetos já concretizados e previstos para o concelho assentes no potencial natural, rural e cultural do concelho.</p>	<p>(-) O aumento da atividade industrial poderá aumentar o incumprimento das condições de bom desempenho ambiental de algumas atividades, quanto às emissões para a atmosfera.</p>
<p>OE4 Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos</p>	<p>(++) Promoção da mobilidade sustentável</p> <p>(++) Está previsto o apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia.</p> <p>(++) Está prevista a implementação de um plano de bioresíduos.</p>	<p>(-) O aumento da atividade industrial irá naturalmente implicar maior consumo energético e aumento das emissões de CO₂.</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE5</p> <p>Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade</p>	<p>(++) Criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, constitui um fator muito importante para a atratividade, fixação de empresas e criação de emprego.</p> <p>(++) Medidas de qualificação e formação profissional, com consequente aumento de mão-de-obra qualificada.</p> <p>(++) Estão previstas medidas que contribuirão para o desenvolvimento humano e para a equidade social, nomeadamente a requalificação do Centro escolar de Belmonte, a Beneficiação do complexo desportivo municipal, Requalificação das piscinas municipais (Belmonte e caria), a requalificação das sedes das associações desportivas, recreativas e culturais, bem como outros investimentos na prática desportiva.</p>	<p>(0)</p>
<p>OE6</p> <p>Promover a Regeneração e Inovação Urbana</p> <p>OE7</p> <p>Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade</p>	<p>(++) A criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, promoverá a resolução de conflitos urbanísticos.</p>	<p>(0)</p>
<p>OE8</p> <p>Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos</p> <p>OE9</p> <p>Adaptação às alterações climáticas</p>	<p>(++) Criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, contribui para a promoção da prevenção de riscos naturais e tecnológicos, bem como a adaptação programada às alterações climáticas. Sobre este aspeto, refere-se a requalificação e ampliação da zona industrial de Belmonte, bem como a implementação da nova zona empresarial de Maçainhas, que terão enquadramento no período de vigência do Plano.</p>	<p>(-) O aumento da atividade industrial implica, à partida, um aumento do risco de incêndio, ou de derrames acidentais, associados às atividades desenvolvidas.</p>

6.2. ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

6.2.1. SITUAÇÃO ATUAL

6.2.1.1. OCUPAÇÃO DO SOLO

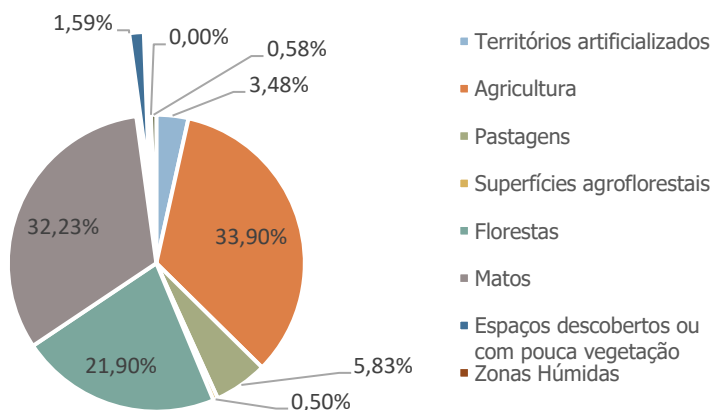
A base utilizada para a ponderação do uso e ocupação do solo no concelho de Belmonte foi a Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para o ano de 2018 (COS 2018), da Direção Geral do Território, DGT, representada no Anexo SB.9.

A nomenclatura da COS 2018 foi reformulada para a produção da COS2018, incluindo agora 83 classes, i.e. mais 35 classes do que a COS2015, com níveis de desagregação reajustados. A representação e dimensão das classes de ocupação/uso do solo ao nível 1, na seguinte tabela e gráfico.

Tabela 1 – Classes de ocupação/uso do solo ao nível 1 existentes no concelho de Belmonte
Fonte: COS 2018

N.º	CLASSE	ÁREA	
		ha	%
1	Territórios artificializados	692,39	3,48%
2	Agricultura	6738,92	33,90%
3	Pastagens	1157,90	5,83%
4	Superfícies agroflorestais	100,20	0,50%
5	Florestas	4352,50	21,90%
6	Matos	6406,05	32,23%
7	Espaços descobertos ou com pouca vegetação	315,38	1,59%
8	Zonas Húmidas	0,00	0,00%
9	Massas de água superficiais	114,31	0,58%
TOTAL		19877,65	100%

Figura 11 - Classes de ocupação/uso do solo ao nível 1 existentes no concelho de Belmonte



Fonte: COS 2018

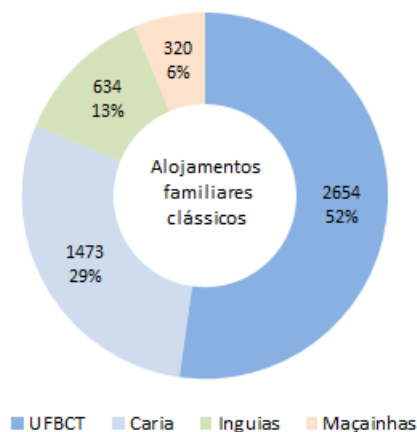
Relativamente ao uso e ocupação do solo, o concelho de Belmonte é maioritariamente ocupado por agricultura, cerca de 34%, seguem-se os matos a apresentar uma elevada expressão no concelho surgindo, assim, em todo o território com extensões consideráveis, 32%. Os matos cumprem funções de regulação, proteção, valorização paisagística ao introduzir diferentes espécies mediterrânicas e autóctones.

As áreas com menor expressão são as pastagens, os espaços descobertos ou com vegetação esparsa e os corpos de água. Os territórios artificializados correspondem a 3,48% do território.

6.2.1.2. HABITAÇÃO

De acordo com os censos de 2021, existem no Concelho 5 086 alojamentos, dos quais 5 081 são alojamentos familiares clássicos e 5 são alojamentos coletivos. Aproximadamente metade dos alojamentos familiares clássicos (52%) estão localizados na União de freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, distribuindo-se a outra metade pelas freguesias de Caria (29 %), Inguias (13 %) e Maçainhas (6%).

Tabela 2| Tipo de Alojamento no Concelho e por freguesia, em 2011 e 2021



Unidade territorial	Tipo de Alojamento									
	Total (nº)		Alojamentos familiares (nº)						Alojamentos colectivos (nº)	
			Total		Clássicos		Não clássicos			
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
UFBCT	2581	2656	2575	2654	2574	2654	1	0	6	2
Caria	1427	1474	1424	1473	1423	1473	1	0	3	1
Inguias	618	635	618	634	618	634	0	0	0	1
Maçainhas	311	321	311	320	311	320	0	0	0	1
Belmonte	4937	5086	4928	5081	4926	5081	2	0	9	5

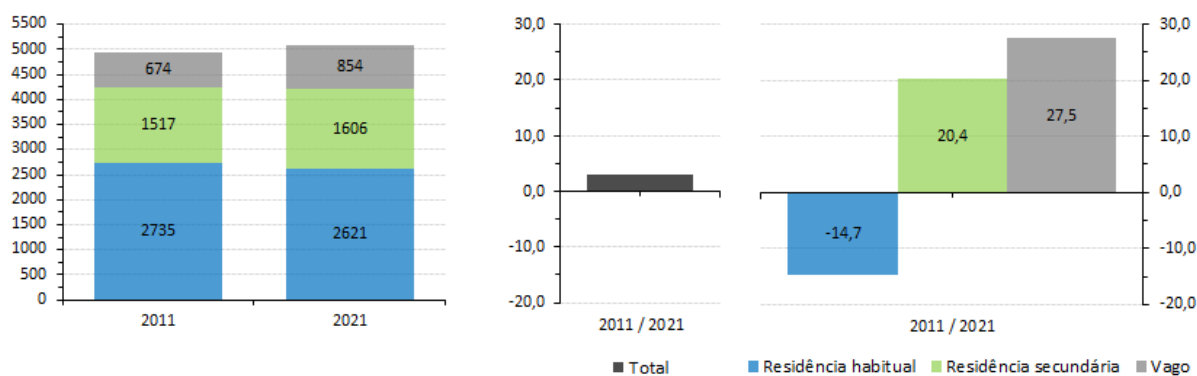
Fonte: INE. Recenseamento da População e da Habitação. 2011 e 2021.

Dos 5 081 alojamentos familiares clássicos, 2 621 estão ocupados como residência habitual, 1 606 correspondem a residências secundárias e 854 estão vagos.

No último período intercensitário, o número total de alojamentos aumentou 2,9 % no território municipal, verificando-se sendo a variação positiva em todas as freguesias (entre 2,6 % e 3,5 %) (Fig. 4.8.2). Este aumento não correspondeu ao crescimento do número de residências habituais, já que este tipo de alojamentos teve um expressivo decréscimo de 15 %, no Concelho, sendo negativo em todas as freguesias. A explicação para os valores positivos está no significativo aumento das residências secundárias, que cresceram 20,4 % neste período.

Os alojamentos vagos aumentaram também de forma muito expressiva, crescendo em mais de um quarto (28 %) relativamente a 2011.

Tabela 3| – Tipo de alojamento no Concelho e por freguesia e evolução em 2011 e 2021

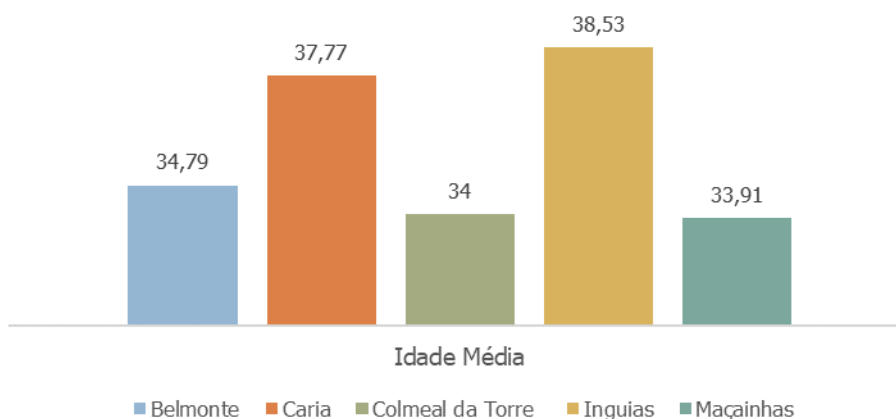


Unidade Territorial	Forma de ocupação											
	Total			Residência habitual			Residência secundária			Vago		
	2011	2021	Variação %	2011	2021	Variação %	2011	2021	Variação %	2011	2021	Variação %
UFBCT	2574	2654	3,1	1477	1447	-2,0	691	810	17,2	406	397	-2,2
Caria	1423	1473	3,5	799	763	-4,5	453	424	-6,4	171	286	67,3
Inguias	618	634	2,6	296	272	-8,1	265	242	-8,7	57	120	110,5
Maçainhas	311	320	2,9	163	139	-14,7	108	130	20,4	40	51	27,5
Belmonte	4926	5081	2,9	2735	2621	-14,7	1517	1606	20,4	674	854	27,5

Fonte: INE. Recenseamento da População e da Habitação. 2011 e 2021

Relativamente à idade média dos edifícios, no concelho de Belmonte, esta é de 36,09, mas de acordo com o gráfico seguinte é possível verificar que a freguesia de Inguias possui os edifícios mais velhos com uma idade média de 38.53, enquanto Colmeal da Torre apresenta como a freguesia com edifícios mais novos.

Gráfico 1| Idade média dos edifícios (Ano), por freguesia



Fonte: INE,2011

Relativamente à construção de novos fogos desde a vigência do PDM, de acordo com o INE, a dinâmica nos últimos anos tem sido baixa, estando, no entanto, em consonância com o cenário da região.

Tabela 4| Fogos concluídos (N.º) em construções novas para habitação familiar

	Belmonte	U.F. de Belmonte e Colmeal da Torre	Caria	Inguias	Maçainhas
1996	36	27	8	0	1
1997	35	21	7	4	3
1998	47	33	11	1	2
1999	26	19	4	2	1
2000	49	36	11	2	0

2001	17	8	5	1	3
2002	57	43	11	3	0
2003	40	33	4	0	3
2004	26	20	4	1	1
2005	44	23	20	1	0
2006	19	6	7	4	2
2007	27	16	9	2	0
2008	13	4	2	4	3
2009	11	1	6	1	3
2010	33	13	16	3	1
2011	12	7	5	0	0
2012	17	11	6	0	0
2013	9	-	-	-	-
2014	2	-	-	-	-
2015	4	-	-	-	-
2016	1	-	-	-	-
2017	4	-	-	-	-
2018	1	-	-	-	-
2019	2	-	-	-	-
2020	4	-	-	-	-

Relativamente à conservação do parque habitacional verifica-se até há poucos anos, uma degradação de muitos imóveis de épocas mais antigas, sobretudo os anteriores a 1945, afetando a sua solidez, segurança e salubridade, motivadas pelo seu abandono, mas também pelos custos associados à sua manutenção e reabilitação serem difíceis de comportar por parte dos proprietários. Mais recentemente e com a aposta na reabilitação urbana essa realidade começa a inverter-se, sendo notório em muitos aglomerados urbanos/rurais.

De acordo com os dados do INE, em 2011, eram as freguesias de Belmonte e Caria as que apresentavam um parque habitacional mais degradado.

Gráfico 2 | Edifícios (n.º) por freguesia e estado de conservação.

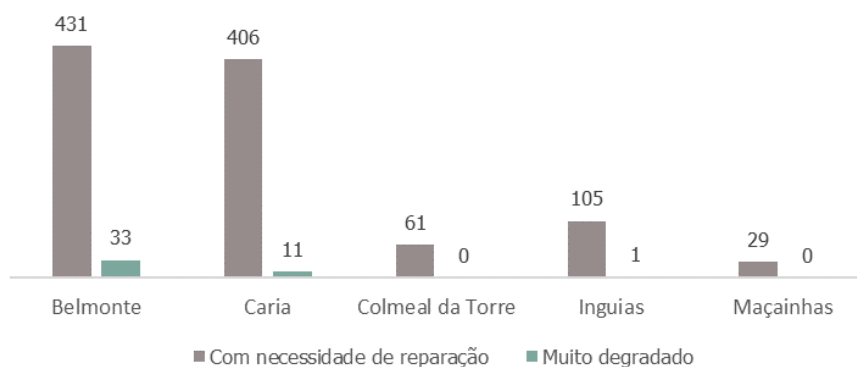


Figura 1| Belmonte Gare, Colmeal da Torre e Gaia



As novas políticas da habitação, da reabilitação urbana, a reforma do arrendamento urbano têm sido um motor de arranque para a dinâmica do parque habitacional aumentando significativamente o interesse dos particulares e dos municípios por esta temática. O imobiliário a seguir à crise tem tido um crescimento exponencial nos grandes centros urbanos, e começando mais recentemente a dinamizar os mercados do interior. Também aqui as políticas de valorização do interior estão a surtir os seus efeitos.

O “Levantamento nacional das necessidades de realojamento local” elaborado pelo IHRU com a colaboração das autarquias, em 2018, “identifica o universo de situações de precariedade habitacional existentes em Portugal, constituindo o primeiro levantamento sistemático realizado em matéria de precariedade habitacional, incidindo sobre todo o território nacional. Teve por objetivo realizar um diagnóstico abrangente das carências habitacionais graves existentes no país e servir de base à preparação e implementação do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Direito à Habitação. Enquadra-se também, no âmbito da concretização primeiro objetivo estipulado no documento “Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação” aprovado em Conselho de Ministros a 4 de outubro de 2017 e colocado a consulta pública a 17 de outubro do mesmo ano, bem como, na resposta a Resolução da Assembleia da República n.º 48/2017. Retificada pela Declaração de Retificação n.º 9/2017, de 3 abril, que recomendou ao Governo que procedesse ao levantamento das necessidades de realojamento e proteção social em matéria de habitação, que avaliasse a execução do Programa Especial de Realojamento e que criasse um novo Programa Nacional de Realojamento para garantir o efetivo acesso ao direito à habitação.”

Do estudo realizado foi detetado que cerca de metade dos municípios tem carências habitacionais sinalizadas, e muitos fogos sem as condições mínimas de habitabilidade, sendo as situações mais graves nas áreas da Grande Lisboa e do Grande Porto. Na região da Beiras encontra-se um conjunto significativo de municípios que sinalizam a necessidade de realojamento, no concelho de Belmonte foram apenas identificadas 2 famílias com necessidade de realojamento.

Tabela 5| carências habitacionais, segundo inquérito realizado em 2017

Município	N.º de núcleos	N.º de famílias a realojar
Belmonte	2	2
Covilhã	0	0
Guarda	5	35
Sabugal	1	2
Fundão	16	25
Penamacor	0	0

Nos municípios que apresentam carências o número de agregados familiares a realojar acompanha tendencialmente o número de núcleos com presença de necessidade e de realojamento. Os valores para Belmonte e concelhos similares são muito residuais.

Este estudo realizou uma estimativa orçamental e analisou a capacidade de resposta do município para resolver a questão da carência habitacional. Esta questão deverá ser tratada no Estratégia local de habitação que o município venha a elaborar.

6.2.1.3. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

Os equipamentos de utilização coletiva (adiante designados como equipamentos) são um dos principais meios de proporcionar igualdade de oportunidades à população. Têm a capacidade de agregar pessoas, para funções específicas, bem como para momentos de recreio e lazer. Permitem e proporcionam muitas vezes o relacionamento mais intenso entre as diferentes faixas etárias e/ou sociais, sendo assim um meio privilegiado de relacionamento entre a população. Nos equipamentos que estão sob a alçada da CMB, o município tem apostado na qualidade, quer ao nível da conceção de projetos quer ao nível de execução de obra e posteriormente na fase de funcionamento, assegurando níveis de serviço exemplares (higiene, segurança, equipamentos e material de apoio, pessoal qualificado, etc.).

Com base nestas tipologias, foi efetuado o levantamento de todos os equipamentos coletivos do concelho, analisando as suas diversas características (tipo de equipamento, capacidade e localização). O objetivo é constituir uma base atualizada e fiável, para uma posterior intervenção e programação dos equipamentos consoante as necessidades do concelho e das suas freguesias.

A rede de equipamentos serve todo o concelho, com maior relevância para a sua sede. Tem existido algum investimento sobretudo na área da educação, saúde e, mais recentemente, da cultura, recreio e lazer.

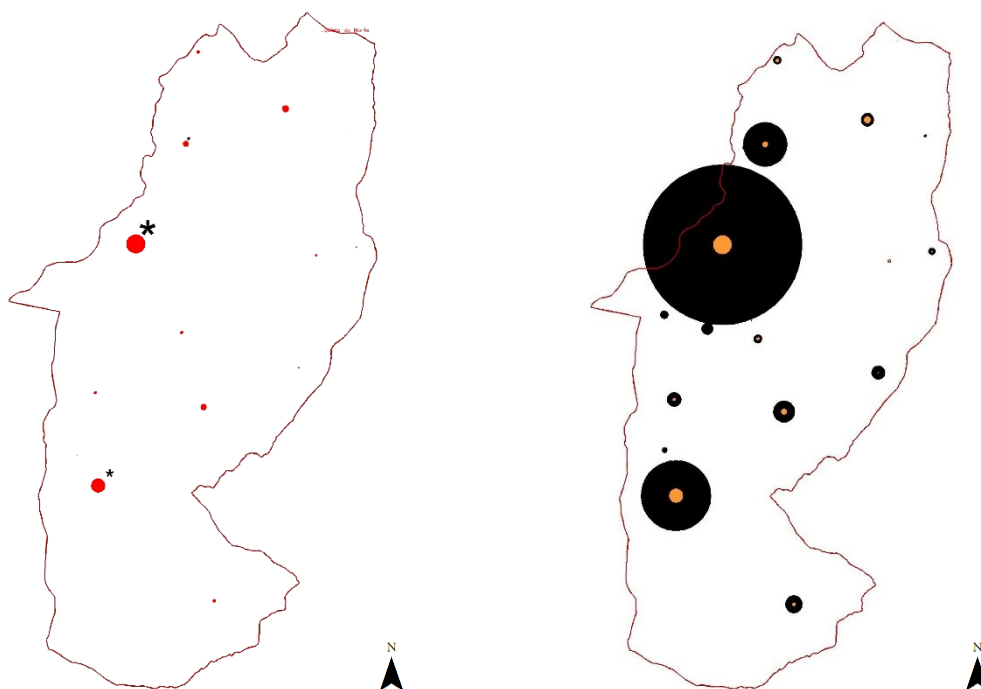


Figura 2| – Densidade e singularidade de equipamentos de utilização coletiva no concelho de Belmonte (Simbologia: asterisco - singularidade; esfera vermelha - densidade). (s/esc).

Figura 3| – Proporção entre equipamentos de utilização coletiva e população no concelho de Belmonte (equipamentos-esferas laranjas; esferas pretas- população Censos2001). (s/esc).

A aposta na área da educação é importante como atrativo para população jovem, que possa vir a contribuir para o aumento da taxa de natalidade do concelho. Relativamente aos equipamentos que servem a população mais idosa, de um modo geral são recentes e distribuem-se por todo o concelho. Analisando a população por lugares e a localização dos equipamentos de utilização coletiva é possível identificar locais muito bem servidos como Belmonte e Caria, o que é expectável face ao seu estatuto político administrativo. Destacam-se ainda outros locais como Maçainhas e Carvalhal Formoso.

Fazendo uma análise comparativa, entre as prioridades assinaladas no PDM96 (com a implementação de novos equipamentos e aumento da capacidade de outros), o desenrolar de toda a situação ao longo do prazo de vigência do mesmo e a própria situação atual, podem assinalar-se uma série de “deficiências”. Em primeiro lugar, se alguns dos equipamentos a implementar e/ou ampliar, referidos

no PDM96, já eram imprescindíveis para colmatar as carências verificadas no Concelho, atualmente, uma vez que muitos deles não foram concretizados, torna-se imperativo tomar medidas de rápida resolução. O maior problema reside nos equipamentos destinados à população mais idosa, dado que este concelho apresenta índices de envelhecimento com tendência para aumentar. No entanto, existem alguns equipamentos, que não foram mencionados no PDM96, tendo sido planeados posteriormente. Estes surgem no sentido de suprir algumas das deficiências, já há muito sentidas. É o caso das novas instalações para o Quartel da GNR em Belmonte, por exemplo.

Através deste quadro e do estudo efetuado é possível avaliar a evolução dos equipamentos coletivos no município de Belmonte, que se apresenta de seguida.

	PDM96		SEM EVOLUÇÃO	EM PROJETO	EXECUTADO	
	Equipamentos propostos / sujeitos a ampliação					
Equipamentos de Administração	Câmara Municipal	Ampliação dos Paços do Concelho	X			
	Tribunal Judicial	Execução de 1em Belmonte			X (julgado de paz)	
Equipamentos de Educação	Pré-escolar (jardins de Infância)	+ 5 salas – Jardim Infância de Belmonte			x	
		+ 2 salas – Jardim Infância de Caria			x	
		+ 1 sala – Jardim Infância de Colmeal da Torre			x	
		+ 1 sala – Jardim Infância de Carvalhal Formoso			X	
		+ 1 sala – Jardim Infância da Freg. Maçainhas	X			
	Ensino Básico – 1º Ciclo	- 1 sala - Freg. Belmonte				X
		- 4 sala – Freg. Caria				X
		- 1 sala – Freg. Colmeal da Torre				X
		- 2 salas – Freg. Inguias				X
	Ensino Básico 2.º e 3.º Ciclo/Secundário	- 1 sala – Freg. Maçainhas				X
+ 6 salas - Belmonte					X	
Equipamentos de Saúde	Centros e Extensões de Saúde	Prevista a construção de 1 centro de saúde de raiz em Belmonte			X	
Equipamentos de Segurança Social	Creche, Jardim de Infância e ATL	Não estava nada previsto			X +1	
		+ 1 – na freg. Belmonte	x		X	
	Centro de Dia	+ 1 – freg. Inguias				X
		+ 1 – freg. Maçainhas				X
Lar de Idosos	- 1 na freg. de Belmonte	X				
Equipamentos de Desporto	Campo de Jogos Grande	- 2 na freg. de Caria	X (1 deles)			
		- 1na freg. Colmeal da Torre	X			
		- 2 na freg. de Inguias	X			
		- 1 na freg. de Maçainhas	x			
		+ 2 na freg. de Belmonte			x	

	PDM96		SEM EVOLUÇÃO	EM PROJETO	EXECUTADO	
	Equipamentos propostos / sujeitos a ampliação					
		+ 2 na freg. de Caria			X	
	Campo de Jogos Pequeno/ Polidesportivo	+ 2 na freg. de Colmeal da Torre			X (1 deles)	
		+ 2 na freg. de Inguias			X	
		+ 1 na freg. de Maçainhas			X	
		Piscinas	+ 1 piscina coberta em Belmonte	x		
Equipamentos de Correios e Telecomunicações	Postos de Telef. Público	+ 12 na freg. de Belmonte	X			
		+ 8 na freg. Caria	X			
		+ 4 na freg. Colmeal da Torre	X			
		+ 2 na freg. Inguias	X			
Equipamentos de Cultura e Recreio	Bibliotecas	+ 1 Biblioteca municipal			x	
	Museus	+ 3 Museus em Belmonte			X (5)*2	
Equipamentos de Seg. Pública	Bombeiros	+ 1 Quartel em Belmonte (novo)			x	
Equipamentos de Culto	Cemitérios	Ampliação dos cemitérios de Belmonte, 3 da freg. Caria e 1 de Carvalhal Formoso	X (2 na freg. de Caria)		X	
Equipamentos de Espaços Verdes	Espaços de Recreio Infantil	- 1 na freg. Belmonte			x	
		- 2 na freg. de Caria			X	
		- 1 freg. de Colmeal da Torre	x			
		- 1 na freg. de Inguias	x			
	Espaços de Convívio e Encontro	+ 1 na freg. Belmonte				X
		- 1 na freg. de Maçainhas	x			
Equipamentos de Transportes e Comunicações	Central de Camionagem	Implementação de 1 em Belmonte			X	
Equipamentos - Outros	Espaços Polivalentes	+ 3 na freg. de Caria	X (2)		X (1)	
		+ 1 na freg. de Colmeal da Torre			X	
		+ 1 na freg. de Inguias			X	
		+ 1 na freg. de Maçainhas			X	

6.2.1.4. TRANSPORTES E MOBILIDADE

ACESSIBILIDADE VIÁRIA

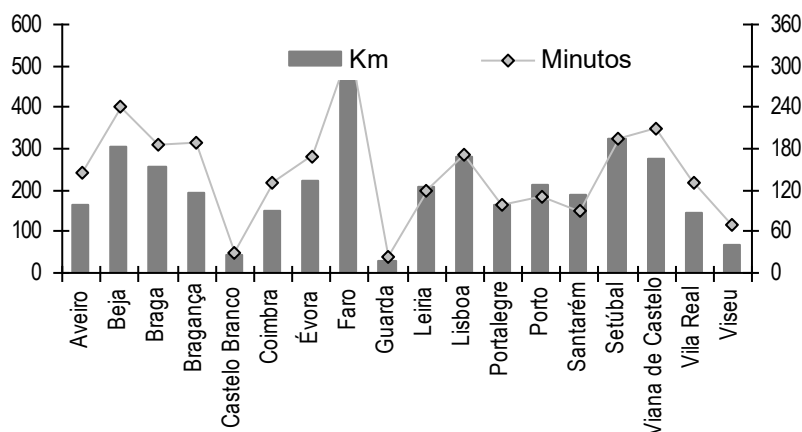
Em termos de acessibilidades, o concelho de Belmonte é geograficamente privilegiado, sendo servido pela autoestrada da Beira Interior, A23 – que faz a ligação entre a A1 (Torres Novas) e a A25 (Guarda).

A A23 tem duas ligações diretas (nós viários) ao Concelho: o Nó Sul (Belmonte Sul) com ligação a Catraia de Caria e Caria Gare, e o Nó Norte (Belmonte Norte) próximo de Maçainhas, ambos os nós com ligação à sede de concelho através de estradas municipais. Assim, a localização do concelho de Belmonte, face à região em que se insere, ou mesmo, em mais larga escala, face ao território nacional, tornou-se, com a A23, muito mais atrativa e estratégica. O fator distância-tempo reduziu-se significativamente, aproximando as diversas capitais de distrito (Castelo Branco, Guarda, etc.) deste concelho, e por sua vez este de Espanha ou dos grandes pólos económicos.

A melhoria de acessibilidades tem consequências a diversos níveis proporcionando, por exemplo, maior interação entre os diferentes territórios, contribuindo para a quebra do isolamento do concelho, potenciando ainda dinâmicas urbanas mais intensas. Ou seja, este fator proporciona uma maior dinâmica entre os diversos municípios (seja ela dinâmica económica, social, etc.), e conseqüentemente uma significativa melhoria na qualidade de vida de quem habita e/ou trabalha em Belmonte.

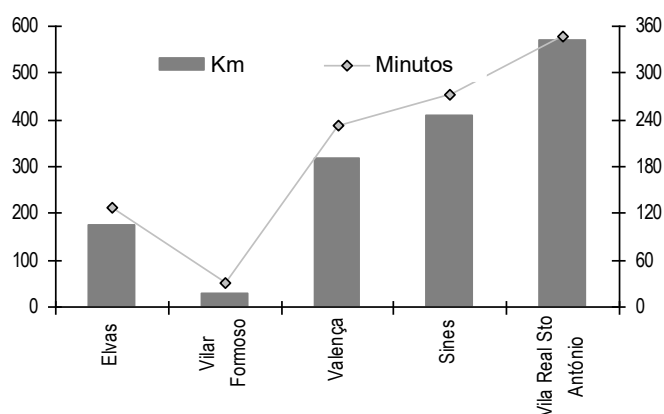
Com estas alterações, o fator distância-tempo de Belmonte em relação a diversos locais transformou-se de forma relevante. Da leitura do gráfico seguinte verifica-se que existe equilíbrio entre a distância e o tempo de Belmonte a Castelo Branco, Guarda e Portalegre, enquanto em relação ao Porto, Santarém e Leiria, a rapidez é maior do que a distância, subentendendo-se muito boas acessibilidades para estes pontos. Por sua vez, são Beja e Bragança as capitais mais difíceis de alcançar, não tanto pelos quilómetros, mas pelo tempo, subentendendo-se portanto as más condições viárias que de facto existem.

Figura 4| Distâncias -Tempo entre Belmonte e todas as capitais de distrito de Portugal continental, em 2020.



Uma análise importante, de modo a determinar a centralidade de Belmonte face a Espanha, é a relação distância tempo aos principais pontos fronteiriços nacionais. Neste sentido tem-se que o melhor comportamento é em relação a Vila Real de Sto. António. No entanto, a distância a Vilar Formoso é mais relevante, uma vez que é extremamente próxima, levando pouco tempo a alcançar.

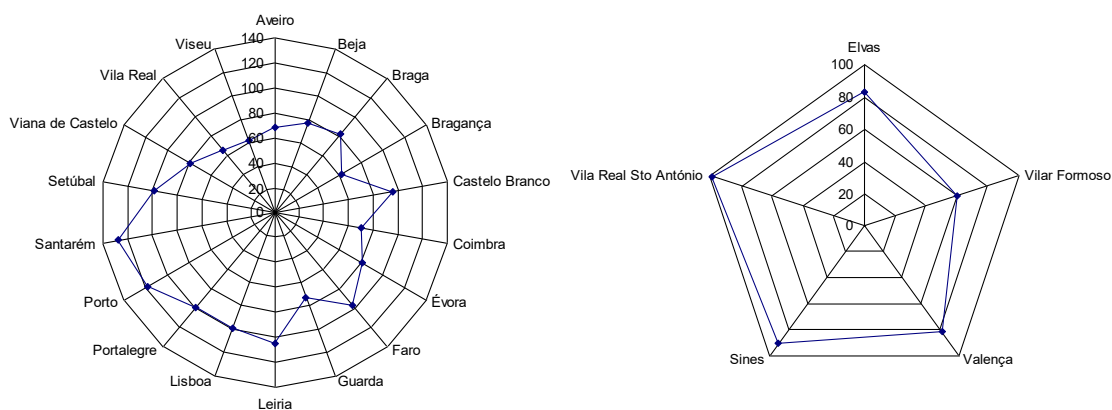
Figura 5| Distâncias - Tempo entre Belmonte e fronteiros/portos no continente em 2005.



Ou seja, as atuais acessibilidades de Belmonte favorecem a ligação a Castelo Branco, Guarda, Porto e Santarém (focando as capitais de distrito apenas) ou ainda, em termos de pontos fronteiriços, a ligação a Vilar Formoso. O facto de o tempo não ser proporcional à pequena distância entre Belmonte e Vilar Formoso, poderá ser um dado importante a ter em conta na fase de propostas, uma vez que esta ligação deverá ser melhorada.

Importa ainda, compreender qual a velocidade média de cada percurso (Km/h), de modo a avaliar as capitais de distrito que têm melhor percurso. O que, pela figura seguinte se verifica é que se mantém as conclusões anteriores.

Figura 6| Velocidade média (Km/h) nos vários percursos de ligação às capitais de distrito nacionais (continentais apenas) e aos pontos fronteiriços.



Mais uma vez se refere a questão pertinente de Vilar Formoso, uma vez que a velocidade média é de cerca de 60 km/h, ou seja, uma velocidade relativamente baixa, que faz com que um percurso curto se torne demorado, não aliciando tanto a que os utentes utilizem esta ligação.

MOBILIDADE DA POPULAÇÃO

A identificação da circulação e movimentações pendulares da população permite compreender e identificar quais as vias mais importantes para o funcionamento das atividades quotidianas. Esta rede nem sempre coincide com a hierarquização viária proposta pelo PRN2000, que os organiza pelos seus níveis de serviço. As deslocações provocadas pelas necessidades quotidianas traduzem-se em deslocações pendulares – trabalho e estudo, e deslocações ocasionais – compras, lazer e cultura, serviços. Estas são condicionadas pela localização dos respetivos equipamentos e pela existência de acessibilidades. Neste sentido, a análise da mobilidade da população tem como base as deslocações atrás descritas e as necessidades sentidas, traduzindo-se nos principais movimentos efetuados pela população, ou seja, nos trajetos principais.

Através dos levantamentos de campo e observação direta, é possível intuir a caracterização geral da mobilidade da população referente a Belmonte. Ou seja, que os grandes movimentos internos se definem pelo eixo Caria-Belmonte (EN345), sendo estes dois aglomerados os que correspondem aos pólos socioeconómicos principais do concelho. Ou seja, este eixo reflete os movimentos pendulares (quotidianos) mais significativos do concelho. Outro percurso importante, embora em muito menor grau, é o atravessamento de quem se dirige ao Sabugal e atravessa o concelho de Belmonte longitudinalmente, passando por Catraia de Caria e Caria. Para percursos que envolvam o exterior do concelho, claramente é a A23 que canaliza a importância, seja na direção sul como no norte.

Figura 7| Esquema dos principais movimentos internos.



Figura 8| Fluxos Populacionais Interconcelhios (Fonte: PAMUS CIMBSE, síntese de projeto 2017)



Diagnóstico | Padrões de Mobilidade

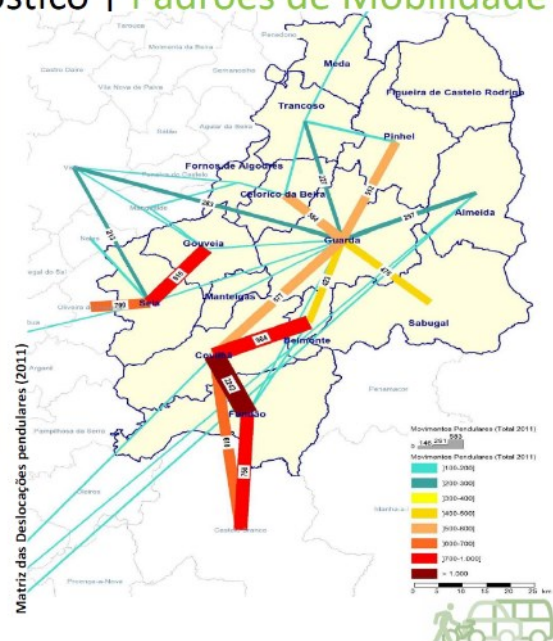
Os padrões de mobilidade foram caracterizados com base nos resultados dos Censos de 2011 (e de 2001).

Apenas **47%** da população da CIM-BSE realiza movimentos pendulares (no Continente esta % é **56%**).

87% das deslocações pendulares são realizadas no concelho de residência; destas **44%** são internas à freguesia de residência; **43%** são realizadas noutra freguesia do mesmo concelho.

Cerca de **13%** dos movimentos têm destino noutra concelho.

Movimentos interconcelhios destacam a importância de **Guarda e Covilhã**, mas também dos eixos **Covilhã – Fundão**, **Covilhã - Belmonte** e **Seia – Gouveia**.



TRANSPORTES PÚBLICOS

Em relação aos transportes públicos que servem o concelho de Belmonte tem-se a referir principalmente os transportes rodoviários, sendo que os transportes ferroviários, já foram referidos no capítulo da rede ferroviária.

A rede de transportes públicos pretende dar cobertura aos vários núcleos urbanos, com o intuito de servir toda a população. Os transportes públicos representam o meio que permite equidade social nas oportunidades de uma região. A rede de transportes públicos é composta pela rede pública, pela rede escolar e pelas praças de Táxi.

De acordo com o diagnóstico dos transportes públicos elaborado no âmbito do PAMUS BSE, a rede pública interurbana é assegurada por:

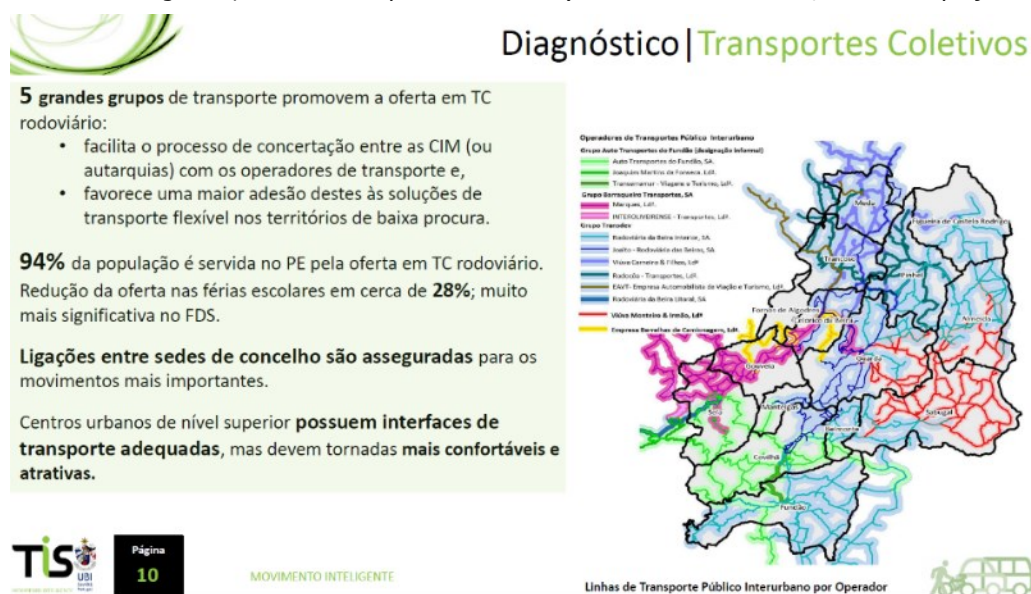
Grupo Transdev:

- Rodoviária da Beira Interior, SA - zona norte e sul do concelho

Grupo Auto transportes do Fundão:

- Auto transportes do Fundão, SA – zona sul.

Figura 9| rede de transportes coletivos (Fonte: PAMUS CIMBSE, síntese de projeto 2017)



A rede escolar é assegurada pela Câmara Municipal, em consonância com Auto Transportes e ainda algumas entidades privadas ou instituições particulares de solidariedade social. Futuramente vai ser assegurada pela CMB.

Atualmente o concelho é quase na sua totalidade (aglomerados urbanos) servido por estas redes, no entanto, as expectativas esmorecem na análise das frequências das carreiras, pois entre freguesias, é bastante escassa.

Considera-se que o nível de cobertura da rede de transportes públicos rodoviários no Concelho é significativo.

Transporte interurbano e regional

Relativamente às ligações entre os principais centros urbanos da região o concelho encontra-se bem servido, com ligações diretas e diárias a Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Vila Real, Coimbra e também para Lisboa e Porto, sendo que neste último ser necessário fazer uma escala. As principais operadoras de transportes públicos de passageiros a atuar no concelho efetuam viagens diárias para vários destinos.

Transporte em Táxi

O serviço de táxis constitui uma componente da oferta de serviços rodoviários importantes em termos concelhios. A grande flexibilidade dos serviços em termos espaciais e temporais, aliadas às condições de conforto e comodidade, tornam-no num importante modo de transporte para a população em geral.

As praças existentes são 7, com vários lugares. Os números apresentados parecem suficientes, face às necessidades dos próprios aglomerados. O rácio é de 506 hab/veículo, que se considera bastante razoável no enquadramento nacional.

O número de veículos existente no concelho em 2020 eram 16, sendo:

Freguesias	N.º de Veículos
Belmonte	9 (sendo 7 em Belmonte, 1 em Belmonte Gare e 1 em Gaia)
Caria	3
Colmeal da Torre	1
Maçainhas	1
Inguias	2 (sendo 1 em Inguias e 1 em Carvalhal Formoso)

Figura 10| Os taxis em Belmonte

PORTUGAL > BEIRAS E SERRA DA ESTRELA

Belmonte

16

Total de táxis licenciados em dezembro de 2017.

16

Total dos contingentes em dezembro de 2017.

0

Total de vagas existentes em dezembro de 2017.

0

Licenças existentes no CMR em dezembro de 2017.

0

Variação no número de licenças entre 2006 e 2017.

0%

Variação percentual do número de licenças entre 2006 e 2017.

2.5

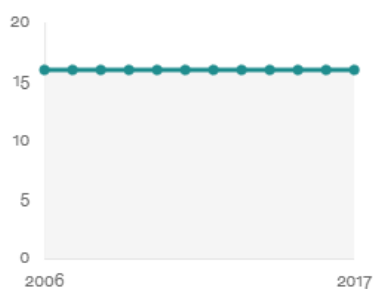
Táxis licenciados por 1000 residentes.

0.7

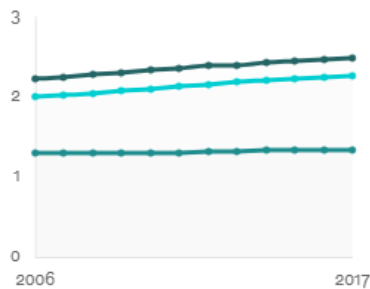
Táxis licenciados por 1000 dormidas.

AMBITO GEOGRÁFICO DO CONTINGENTE	REGIME(S) DE ESTACIONAMENTO	% DO TOTAL DE LICENÇAS EM PORTUGAL	% DO TOTAL DE POP. RESIDENTE EM PORTUGAL	POPULAÇÃO RESIDENTE
Infra Concelho	L C F E	0,12%	0,06%	6 460

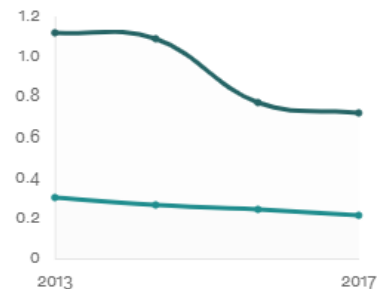
Evolução dos táxis licenciados de 2006 a 2017



Evolução dos táxis licenciados por 1000 residentes



Evolução dos táxis licenciados por 1000 dormidas



Fonte: Observatório dos mercados da mobilidade, AMT 2017

O regime de estacionamento é fixo e não existem licenças registadas para veículos com acesso a mobilidade condicionada.

Relativamente à rede TVDE (transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica) à data de abril de 2020, ainda não existe qualquer rede a operar no município.

TRANSPORTES SUAVES

De acordo com IMT entende-se como transporte suave o meio de deslocação com pouco impacto no ambiente e que promove um estilo de vida saudável, ou seja uma mobilidade sustentável. Importa que

estes meios estejam no centro da vida quotidiana dos cidadãos. Os modos suaves de transporte aqui considerados - andar a pé e de bicicleta tem a sua eficácia nas deslocações de curta e média distância, e em complemento à utilização de outros modos de transporte, cada vez mais reconhecida.

Relativamente à deslocação a pé, dentro dos aglomerados rurais este é feito de um modo geral, muito informalmente uma vez que a maior parte das aldeias não tem passeios pois o próprio desenho urbano não o permite. Nos aglomerados urbanos maiores, como Belmonte está bem definido. No entanto de acordo com a mobilidade da população, grande parte da população ou se desloca de transporte escolar ou viatura própria. Uma vez que estudam ou trabalham longe da residência.

Em Belmonte não existe nenhuma ciclovia implementada. Não são considerados aqui os trilhos cicláveis, uma vez que estes se destinam, mais ao passeio e desporto e não à deslocação pendular.

Apesar de não existir um plano de mobilidade municipal, o município integra o Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável para a Região da Beira e Serra da Estrela que se encontra em desenvolvimento.

O Bike Friendly Index (BFI) é um índice para avaliar a amigabilidade de um concelho para a utilização da bicicleta enquanto modo de transporte urbano, desenvolvido pela faculdade de arquitetura. De acordo com a plataforma "O Bike Friendly Index é uma iniciativa do grupo de investigação BEAM com a colaboração da empresa Pulsar!, resultando de uma experiência acumulada de investigação e projeto na área da mobilidade ativa. Este índice foi construído tendo por base a literatura científica conhecida sobre os fatores que explicam os níveis de utilização da bicicleta e ainda o compromisso político para avaliar o quanto os municípios estão a investir no sentido da promoção da bicicleta e da mobilidade urbana sustentável em geral. Desta forma, o índice é composto por 5 dimensões (declive, ambiente construído, infraestruturas cicláveis, compromisso político, utilização da bicicleta atual), medidos através de um conjunto de 12 indicadores."

Para Belmonte o índice apurado é de 2.1, que é um índice pouco favorável, agravado pela falta de infraestruturas e por ainda não haver um compromisso das políticas setoriais locais. No entanto, o ambiente construído e o declive poderão contribuir para que o índice venha a ser mais favorável.

Comparando com os concelhos vizinhos, Belmonte apresenta um índice semelhante, sendo que o concelho da Guarda tem um índice ligeiramente superior.

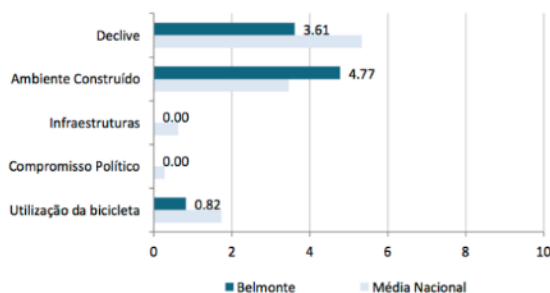
Figura 11| - índice de amigabilidade no concelho de Belmonte

Belmonte

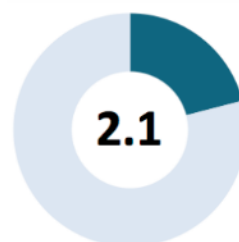
Principais indicadores

Área do Concelho	118.8 km²
População residente (2011)	6859 hab.
Extensão ciclovias (2017)	0 km
Existência de bikeshare	Não
Investimento (2015-2017) (projectos de mobilidade sustentável contratualizados)	- €
Utilização da bicicleta	
Total	0.22 %
Mulheres (% do total)	0 %

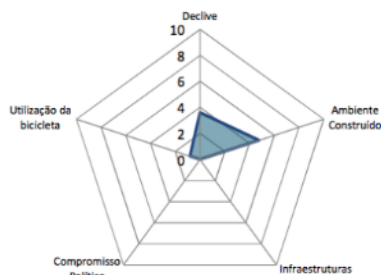
Fontes: INE Censos 2011, Copernicus, OpenStreetMap, Portal BASE



Bike 2018 Index Friendly



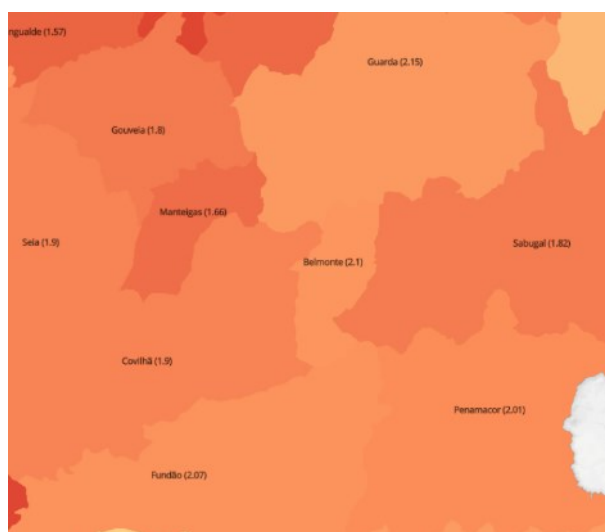
Belmonte
Posição 150º lugar



Autoria: A. P. Figueiredo e D. S. Vale | BEAM | Faculdade de Arquitectura - Universidade de Lisboa
www.bikefriendlyindex.com



Figura 12| | índice de amigabilidade na região



6.2.1.5. INFRAESTRUTURAS URBANAS E TERRITORIAIS

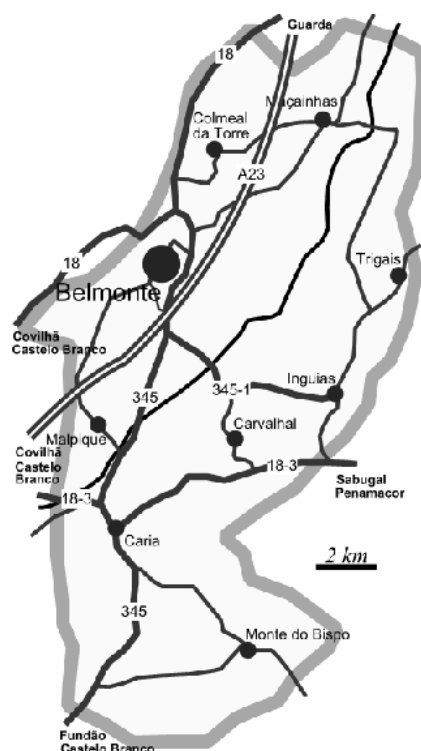
REDE RODOVIÁRIA

As estradas continuam a ser o meio predominantemente utilizado quer no transporte de mercadorias quer no de passageiros. Como tal, o estudo das infraestruturas viárias revela-se fundamental para a total compreensão das dinâmicas presentes no Concelho e nas que, sendo exteriores a este, o influenciam. Este relatório integra ainda a questão da rede de transportes públicos que serve o concelho, de forma a compreender as possibilidades de mobilidade acessíveis e disponíveis a toda a população, e a questão da mobilidade interna e externa referente à área de intervenção, de modo a compreender as dinâmicas presentes e potenciais.

Traçado viário

O sistema viário de Belmonte define-se essencialmente pela rede interna que faz a ligação entre as várias freguesias e os eixos que fazem a ligação principal com o exterior – a A23 e a EN18. É de assinalar ainda a existência de diversos caminhos rurais. A grande distribuidora interna é a EN345 que faz a ligação Norte/Sul do concelho.

Figura 13| Esquema viário do concelho



Fonte: www.cm-belmonte.pt.

Sendo o perfil das vias um fator importante para este estudo, fez-se uma análise geral aos perfis e ao seu ajustamento com a função da via. Apresentam-se em geral adequados face à realidade existente, excetuando-se alguns caminhos municipais que poderiam ser alargados pelo menos para garantir a circulação nos dois sentidos com segurança.

O estado de conservação é de um modo geral razoável ou bom, exceto alguns troços da EN345 que se apresentam em mau estado de conservação.

Verifica-se que, a maior parte das estradas analisadas não tinham nem bermas nem passeios, tornando a circulação pedonal extremamente perigosa, obrigando o peão a circular na faixa de rodagem. Os casos que se apresentam com bermas referem-se às novas variantes de Belmonte e Caria.

Em termos de material a maioria tem tapete de betuminoso exceto em dois casos que são de terra batida.

Os eixos viários principais encontram-se arborizados, com destaque para os grandes alinhamentos de plátanos.

Relativamente aos estacionamento, verifica-se que apenas existem nas vias urbanas, sendo inexistentes nos eixos viários distribuidores, apesar de se verificarem por vezes estacionamento informais (à beira das estradas ou nas bermas).

As novas construções têm, geralmente, a preocupação de definir lugares de estacionamento para os novos habitantes (como aliás está previsto na Lei). No entanto, e sobretudo nas áreas residenciais mais consolidadas, o problema da escassez de lugares de estacionamento começa a surgir com maior incidência, levando os seus habitantes a improvisarem novos espaços para satisfazerem as suas necessidades.

Em geral, o traçado viário não apresenta muitas situações de "conflito"/disfunções preocupantes, no entanto as que existem relacionam-se sobretudo com os nós e relação perfis x função viária. É de assinalar com particular importância o cruzamento entre a EN18-3 e a EN345, na zona de Catraia de Caria, uma vez que nessa situação é evidente o estrangulamento existente, e cuja colocação de sinalização luminosa vertical procurou resolver, embora ainda resultando em situações de algum congestionamento. Outras situações identificadas foram:

- A via de acesso à Quinta da Jardina, em Colmeal da Torre, que entronca na EN18 sem quaisquer condições, seja pelos pavimentos, pelo perfil e traçado, como pelo próprio entroncamento;
- A via de acesso à Quinta das Laginhas, pelas condições de falta de visibilidade no seu traçado muito curvilíneo, perfil muito estreito, embora não se preveja que Quinta das Laginhas vá ter um desenvolvimento/crescimento muito significativo que implique um significativo aumento de tráfego importa regularizar e melhorar o existente;

- CM1052 em Carvalhal Formoso, pelo seu perfil estreito, sendo esta a via que atravessa o aglomerado, e portanto o seu núcleo antigo, terá dificuldade em ser corrigido de modo a permitir melhor visibilidade e condições de trânsito mais seguras. Neste sentido poderá vir a ser equacionado uma via alternativa, numa fase mais avançada deste trabalho;
- CM1051 na zona da Quinta das Pereiras, pela existência de diversos entroncamentos com muito trânsito, faz a ligação da A23 com Belmonte, mas alguns com condições viárias menos adequadas.

Neste sentido, em fase de proposta estas questões deverão ser consideradas de modo a melhorar a qualidade de circulação e consequentemente melhorar a segurança dos utentes.

Por outro lado, a EN345-2, EM570, EM571 e o CM1052 entre outras foram sujeitas a beneficiações, desde o PDM96 melhorando os seus pavimentos

Hierarquia viária

A hierarquia viária permite diferenciar as funções das vias em relação aos volumes de tráfego. À função de mobilidade correspondem as vias de grau superior e à de acessibilidade, as de grau inferior. Quando o perfil da via não corresponde diretamente à sua função, constitui uma disfunção que dificulta a mobilidade. A hierarquização viária pode ser analisada de duas formas: uma pelo Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000), organizando todo o sistema viário nas várias redes; outras pela importância que as vias que compõem o sistema têm para a região em que se inserem.

A existência de Planos Rodoviários Nacionais é essencial no sentido de estabelecer parâmetros que melhoram a qualidade do sistema nacional viário, equilibrando e esclarecendo características gerais. Estabelece-se assim, uma linguagem global que permite uma maior coerência e consequentemente, uma maior eficácia. O primeiro Plano Rodoviário Nacional foi definido em 1945 (pelo Decreto n.º 34593), subdividindo-se em classes para as quais se apresentavam também as principais características funcionais. Com o rápido desenvolvimento económico e dos transportes, foi necessário uma readaptação do PRN às novas situações entretanto surgidas. Assim procedeu-se à sua revisão em 1985 (DL n.º 380/85 de 26 de Setembro). Este novo Plano incluía características funcionais, de acessibilidade e operacionais. Em 2000 foi novamente revisto e melhorado, tentando assim, colmatar as falhas encontradas na sua aplicação.

Neste contexto, elaborou-se a identificação hierárquica das vias principais, vias secundárias e vias locais enquadradas no PRN2000 (Dec. Lei n.º 222/98 e demais alterações), na tentativa de enquadrar e sistematizar a rede viária de Belmonte numa rede global a nível nacional:

Tabela 6| Enquadramento Viário das estradas de Belmonte no PRN 2000

		Concelho de Belmonte
Rede Nacional	Fundamental - IP	IP2/A23
	Complementar – IC, EN	EN18, entre o limite municipal com o município da Covilhã, decorrendo na periferia noroeste da vila de Belmonte, até ao entroncamento com a EN18 desclassificada e, com a EN345 municipalizada;
Rede Municipal	Estradas regionais sob jurisdição ad IP, SA	ER345, decorre entre o nó 32 do 1F2/A23 e a rotunda após passagem superior à Linha de caminho-de-ferro, onde inicia o troço municipal da mesma estrada;
	Estradas desclassificadas sob jurisdição ad IP, SA	EN18, segue entre o entroncamento com a EN18 e o limite norte do município, com o município da Guarda, paralelamente ao 1P2/A23.
	Estradas Regionais - ER	ER 18-3 – Caria/Moita
	Estradas Municipais - EM	EM 570
		EM 571 EM 563
	Caminhos Municipais - CM	CM 1045, CM 1050, CM1051, CM1052,
Outras Vias	Vias de acesso às habitações, caminhos de acesso às propriedades.	

Taxa de motorização

A taxa de motorização é um dos indicadores mais relevantes para a análise da capacidade de mobilidade motorizada da população. É expressa em termos de número de veículos (ligeiros e mistos) por mil habitantes, e permite conjuntamente com outros indicadores (tais como contagens de tráfego e trajetos) concluir as necessidades viárias quer a nível dos próprios traçados como da beneficiação física das vias.

Figura 14| Evolução do parque automóvel seguro no concelho e em Portugal entre 2014 e 2018 (Fonte: ISP, e março 2020)

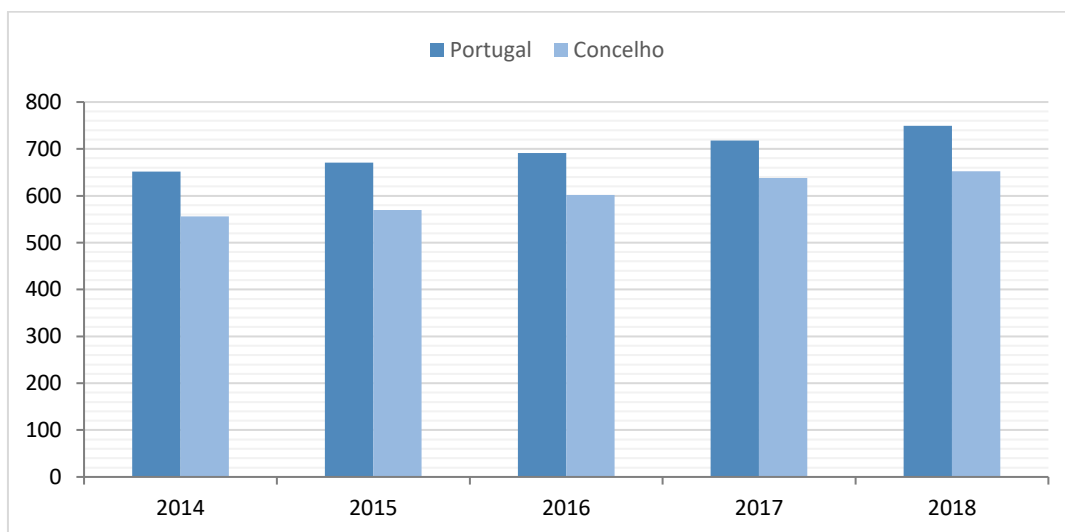
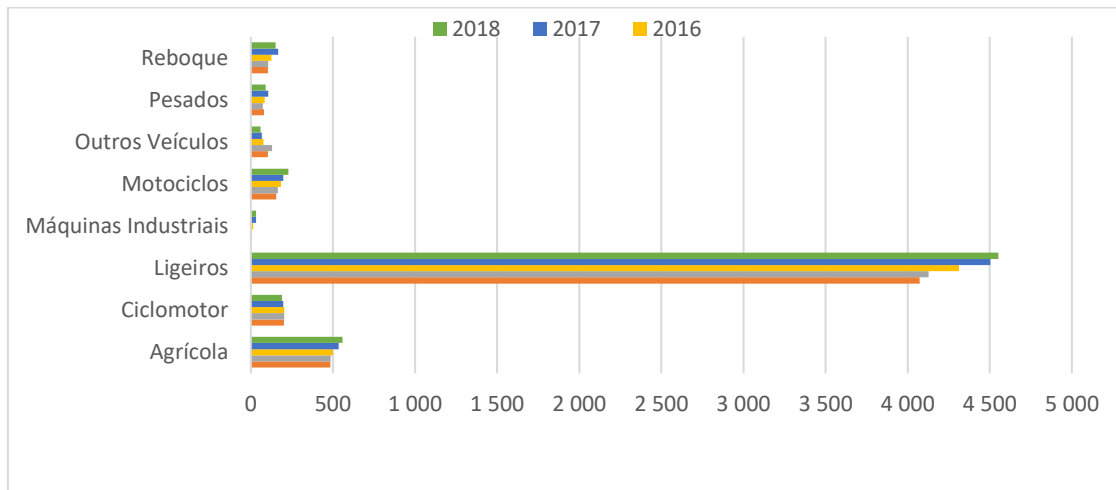


Figura 15| Evolução do parque automóvel seguro no concelho por categoria 2014 e 2018 (Fonte: ISP, março 2020)



No que respeita ao parque automóvel nacional verificou-se um crescimento gradual entre 2014 e 2018 passando de 556 veículos/1000 habitantes para 652 veículos/1000 habitantes² (valor mais elevado no período analisado), refletindo-se assim as melhorias a nível nacional da rede de acessibilidades e do poder de compra dos portugueses – aumento do PIB e maior facilidade das condições de crédito a partir de 2015 depois da profunda crise. O aumento mais significativo é na classe dos veículos ligeiros e nos veículos agrícolas.

O parque automóvel do Concelho de Belmonte constitui-se, maioritariamente, por veículos ligeiros, sendo que a tendência evolutiva destes, ao longo do período em análise, segue a tendência registada para todo o parque (ver figura 144). Com alguma expressão no parque automóvel segurado local regista-se os tratores, mistos e motociclos, o que parece reforçar o caráter da economia agrícola/florestal local.

REDE FERROVIÁRIA

O concelho de Belmonte é atravessado pela rede ferroviária, Linha da Beira Baixa, recentemente remodelada e ativa entre Guarda e Covilhã.

De acordo com o planeamento da IP as intervenções programadas/em curso na rede rodoviária sob jurisdição da IP, SA., na área de estudo:

- Modernização do troço Covilhã- Guarda – inaugurado em Abril de 2021;
- Linha da Beira Baixa — empreitada de proteção anticorrosiva de pontes metálicas — fase 4.

² Parque Automóvel Seguro 2013/2018 ISP.

A Linha da Beira Baixa faz parte do Corredor Atlântico que envolve Portugal, Espanha, França e Alemanha e integra o projeto prioritário do Corredor Internacional Norte da Rede Transeuropeia de Transportes integrado no programa Ferrovia 2020 com os seguintes desígnios (extrato da brochura)

Figura 16| Brochura de apresentação do corredor internacional norte



Fonte: www.IP.pt, março 2020.

“O projeto de modernização da Linha da Beira Baixa, integrado nas intervenções prioritárias do Corredor Internacional Norte do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+), possibilitará a conclusão da modernização da Linha da Beira Baixa e contribuirá não só para descongestionar a Linha do Norte e a Linha da Beira Alta, como permitirá canais alternativos e mais curtos ao tráfego internacional de mercadorias, aumentando significativamente a capacidade de ligação à fronteira de Vilar Formoso. A intervenção prevista está também devidamente enquadrada e compatibilizada com todos os projetos em curso, nomeadamente com o Projeto da “Concordância da Linha da Beira Baixa – Linha da Beira Alta” e com o projeto de “Modernização da Linha da Beira Alta, troço Guarda – Vilar Formoso”.

Em suma, a intervenção na linha da Beira Baixa no concelho de Belmonte permite fazer a ligação com a linha da Beira Alta, e a modernização das linhas e das estações e apeadeiros – de Belmonte Gare (denominada de Belmonte-Manteigas), outra em Caria Gare e outra em Maçainhas Apeadeiro. Uma novidade desta intervenção é a possibilidade de circulação de comboios de mercadorias com 750 m de comprimento.

Figura 17| Obras de remodelação da Ponte e Apeadeiro de Maçainhas, e Caria



Fonte: levantamento de campo, março 2020

REDE AÉREA

Belmonte não tem nenhum aeroporto ou aeródromo, sendo o mais próximo o aeródromo de Municipal de Castelo Branco que se insere em espaço aéreo com classe G. “Além de liberdade que esta classificação lhe confere, possui características que viabilizam Condições Meteorológicas Visuais (VMC) para voos operados em Regras de Voo Visual (VFR) durante grande parte do ano. Está localizado 3 NM a NE da cidade de Castelo Branco e possui uma pista asfaltada com 1.460 metros de comprimento, de 30 metros de largura.” O aeródromo fica a cerca de 50 min de carro de Belmonte.

ENERGIA ELÉTRICA

Inserido na Área de Rede da Beira Interior, o concelho de Belmonte é servido por uma rede de transporte de energia elétrica de 60 kV, constituída por 4 linhas: Guarda-Belmonte, Belmonte-Sabugal, Belmonte-Várzea da Covilhã e Seia-Belmonte.

Estas linhas alimentam a subestação situada próximo de Belmonte a partir da qual é feita a distribuição de energia elétrica aos postos de transformação do Concelho, em média tensão (MT) a 15kV e, a partir deste em baixa tensão (BT) a 400 V/230 V. A subestação tem uma potência instalada de 20 MVA (20 MVA – 60 kV/15 kV). O concelho é ainda atravessado pela linha da rede de transporte, Chafariz (Celorico da Beira)-Ferro (Covilhã) de 220 kV.

Na tabela seguinte é mostrada a extensão das linhas aéreas e subterrâneas de baixa e média tensão existentes no Concelho.

Tabela 7| Linhas aéreas existentes no concelho de Belmonte

	Linhas aéreas [m]	Cabos Subterrâneos [m]
Tensão de Serviço 60 kV	48121	
Tensão de Serviço 15 kV	153972	2342

Baixa Tensão	269328	24948
--------------	--------	-------

Na tabela seguinte é apresentada a capacidade de alimentação de energia elétrica instalada no Concelho.

Tabela 8| Capacidade de energia instalada no Concelho de Belmonte

	Quantidade	Potência total [kVA]
Subestações	1	20000
Postos de transformação	92	13220

Não se verifica atualmente produção de energia elétrica para autoconsumo.

Ao nível de iluminação pública, verifica-se que há ainda muito por melhorar procurando implementar sistemas que melhorem a eficiência energética.

De acordo com os dados do INE verifica-se que o consumo de energia elétrica tem vindo a baixar na última década com exceção do consumo doméstico que aumentou ligeiramente, esta situação contraria significativamente o que se passava no anos 90 e início de 2000. Este facto deve-se não só à perda de população no concelho mas também aos hábitos de consumo dos utentes, e da eficiência energética dos aparelhos elétricos e dos próprios edifícios.

Tabela 9| consumos de energia elétrica por ambiente em Belmonte, por tipo de consumo (fonte: PorData março 2021)

Doméstico				Não doméstico				Indústria			
1981	2001	2011	2017	1981	2001	2011	2017	1981	2001	2011	2017
242,8	887	1 165,90	1 195,10	91,5	559,9	587,9	483,5	225,6	702,2	437,1	326,5

Agricultura				Iluminação das vias públicas				Edifícios do Estado			
1981	2001	2011	2017	1981	2001	2011	2017	1981	2001	2011	2017
11,3	118,6	79,4	73,7	57,5	159,6	314,8	296,9	9,6	158,8	192	197

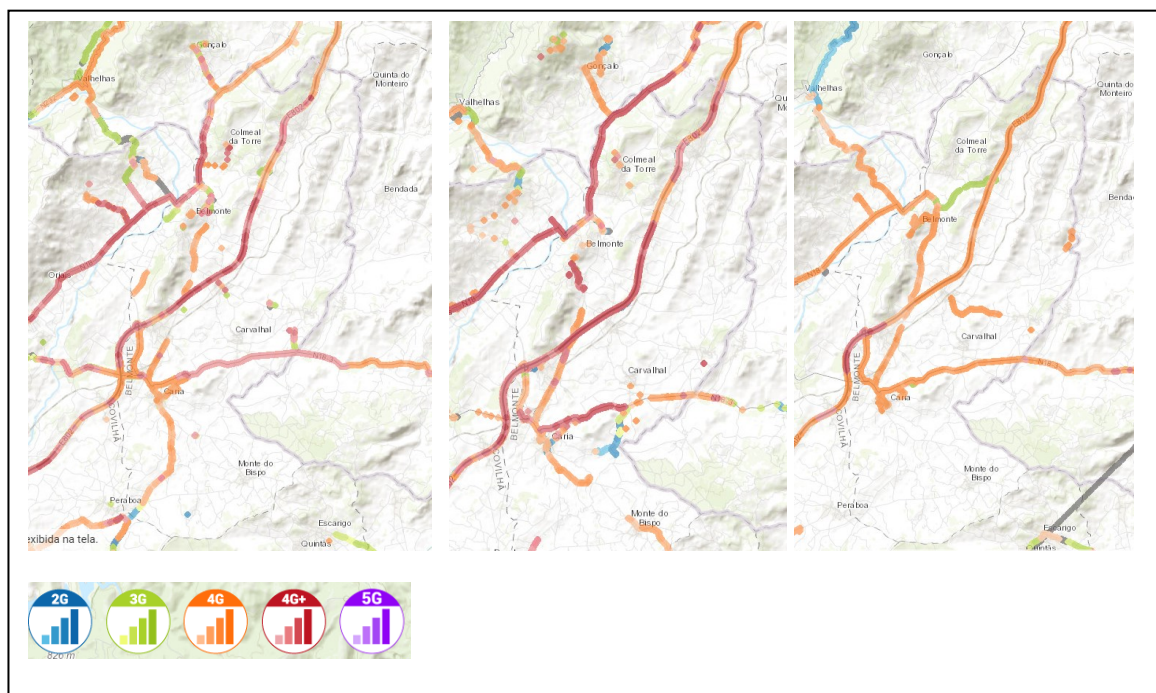
TELECOMUNICAÇÕES

As redes de distribuição telefónica da rede fixa são efetuadas na maioria dos casos por cabos aéreos.

O concelho de Belmonte está coberto pelas três operadoras telefónicas móveis (MEO, Vodafone e NOS), bem como pela rede fixa da PT. Algumas zonas do concelho a rede têm muito sinal, nomeadamente na freguesia de Inguias e Maçainhas.

De acordo com a The NPERF³, plataforma francesa que testa as redes móveis em todo o mundo a cobertura das três operadoras em março de 2021 tinha a seguinte distribuição: a rede da MEO é sem dúvida a rede com maior abrangência no concelho, no entanto é a Nos que apresenta maior cobertura em 4G.

Figura 18| extratos dos mapas de distribuição das operadoras em Belmonte, MEO, NOS e Vodafone



Fonte: Nperf, março2021.

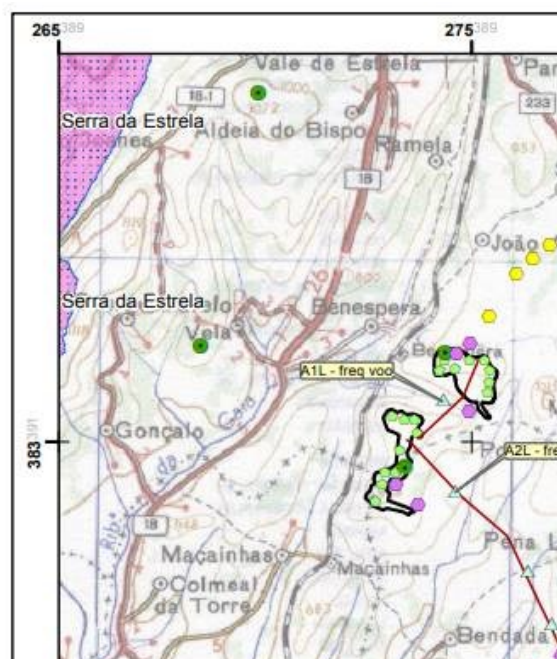
ENERGIAS ALTERNATIVAS

Cada vez mais se recorre a energias alternativas como meio de ordenar e utilizar o território de forma sustentável explorando os recursos endógenos do concelho.

Neste âmbito surgem já importantes desenvolvimentos no concelho com a implementação do sub-parque Eólico de Benespera, inserido no Parque Eólico da RAIA. No concelho de Belmonte, deste parque eólico apenas se localizam duas torres em território municipal na freguesia de Maçainhas. Este importante investimento traduz-se num valioso aproveitamento de um recurso natural existente, que constitui a alternativa sustentável e renovável.

Figura 19| extrato da planta de "Enquadramento geográfico da área de estudo e localização dos pontos de escuta e de observação de aves"

³www.nperf.com



Fonte: relatório de monitorização da avifauna, ProceSl, 2013.

Tabela 10| Dados gerais do Parque Eólico da RAIA (fonte: Parques Eólicos em Portugal, 2015, e2p)

Nome Name	Distrito District	Potência total Total Capacity [MW]	Número de máquinas Number of WECs	Potência nominal Nominal power [kW]	Fabricante Manufacturer	Modelo Model	Ligação à rede Connected to grid
RAIA	Guarda	128,8	56	2300	ENERCON	E-82	2011-13
RAIA - Benespera	Guarda	34,0	17	2000	ENERCON	E-82	2011
RAIA - Pousafoles	Guarda	20,0	10	2000	ENERCON	E-82	2011
RAIA - Pousafoles (exp.)	Guarda	8,0	4	2000	ENERCON	E-82	2013
RAIA - São Cornélio	Guarda	32,0	16	2000	ENERCON	E-82	2011
RAIA - São Cornélio (exp.)	Guarda	2,0	1	2000	ENERCON	E-82	2013
RAIA - Troviscal	Guarda	14,0	7	2000	ENERCON	E-82	2011
RAIA - Troviscal (exp.)	Guarda	2,0	1	2000	ENERCON	E-82	2013
RAIA - Benespera uprating	Guarda	5,1	17	300	ENERCON	E-82 uprating	2013
RAIA - Pousafoles uprating	Guarda	4,2	14	300	ENERCON	E-82 uprating	2013
RAIA - São Cornélio uprating	Guarda	5,1	17	300	ENERCON	E-82 uprating	2013
RAIA - Troviscal uprating	Guarda	2,4	8	300	ENERCON	E-82 uprating	2013

Não existia no concelho projetos de geotermia e fotovoltaicos em 2019, sendo desconhecido os valores para o Município do aproveitamento das mini-hídricas.

No entanto, a CIM Cova da Beira integra o projeto "geoATLANTIC", projeto internacional com o objetivo de promover e divulgar perspectivas futuras de aproveitamento dos recursos geotérmicos.

REDE DE GÁS

Em termos de infraestruturas de gás, no que diz respeito ao Concelho de Belmonte, as entidades respeitantes a este tema informaram que nada existe dentro da área de intervenção.

Existe no entanto uma conduta de gás natural em alta pressão – Gasoduto Portalegre/Guarda – que se desenvolve muito próximo do concelho de Belmonte, mas nunca entrando neste.

Não existem perspetivas futuras para as infraestruturas de gás, pelo que nada há a considerar neste âmbito.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O fornecimento de água “em alta”, às localidades do concelho de Belmonte é efetuado, essencialmente, através de uma conduta adutora, proveniente da ETA do Sabugal. Esta conduta adutora alimenta o reservatório de Santo Antão, a partir do qual se efetua, através de condutas adutoras, o abastecimento de água à quase totalidade do concelho de Belmonte.

Estas condutas adutoras têm os respetivos pontos de entrega nos vários reservatórios existentes ao longo do concelho, conforme se pode observar na respetiva peça desenhada.

De referir que o reservatório de Santo Antão também pode ser abastecido através das captações da Ponte de Belmonte, após o tratamento da água captada na ETA respetiva.

Além daquelas captações existem, ao longo do concelho, outras captações que constituem um reforço, em especial na época estival, ao sistema de abastecimento “em alta” preconizado, nomeadamente:

Captação da Ponte de Santa Ana - alimenta o reservatório (elevado) de Caria;

Captação da Quinta da Azenha /Ferrarias – alimenta o reservatório de Monte do Bispo;

Captação da Jardina – alimenta o reservatório de Colmeal da Torre;

Captação da Senhora da Estrela – alimenta o reservatório de Inguias

Todas as localidades do concelho apresentam rede de abastecimento, integrante do sistema “em baixa” gerido pelo município, considerada assim uma cobertura de 100%

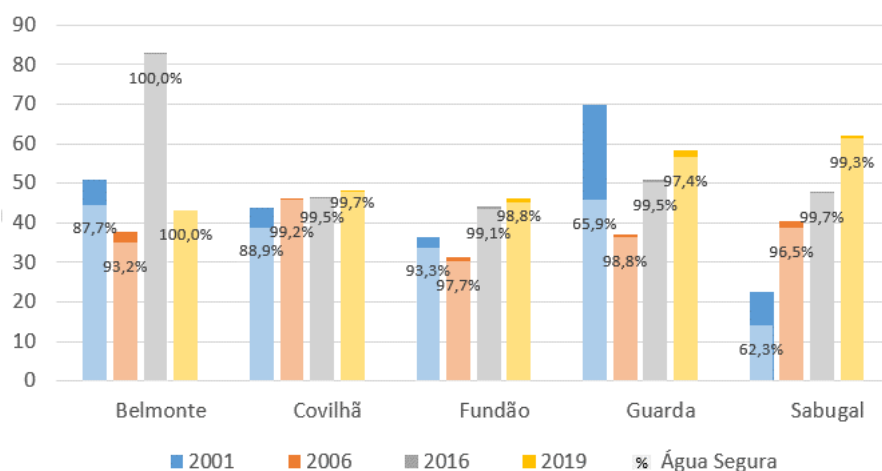
O sistema “em alta” constituído por ETAR, EE e emissário é gerido por Águas do Vale do Tejo.

Em anexo (Volume II) apresenta-se a localização das infraestruturas existentes de abastecimento de água, “em alta” e “em baixa”, do concelho de Belmonte.

Do consumo de água dos últimos anos verifica-se em Belmonte uma certa oscilação, sendo que em 2016 o consumo teve um grande pico, seja no panorama do concelho seja no enquadramento com os

concelhos vizinhos. Este fato deve-se essencialmente a o sistema, que te vindo a ser resolvidos com eficácia. Atualmente no concelho de Belmonte a água é 100% segura.

Figura 20| Água distribuída (m³/ hab) versus água segura.



SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Em todas as localidades do concelho de Belmonte, as águas residuais domésticas são recolhidas e transportadas através das redes de drenagem existentes (redes “em baixa”), geridas pelo município.

As redes de drenagem descarregam as águas residuais brutas nas estações de tratamento de águas residuais domésticas – ETAR - (sistema “em alta”), através de um emissário gravítico ou de um sistema elevatório, de acordo com a topografia do local.

O tratamento existente em cada uma das ETAR do concelho tem como objetivo a obtenção de um efluente cujas características permita a sua descarga nas linhas de água, de acordo com a legislação em vigor.

De referir que as águas residuais produzidas na localidade de Gaia são transportadas para a ETAR de S. Gonçalo, no concelho da Guarda, através do sistema elevatório de Gaia.

As ETAR existentes “em alta” no concelho de Belmonte são:

- ETAR de Belmonte;
- ETAR de Caria;
- ETAR de Monte do Bispo.

Estas estações de tratamento, à exceção da ETAR de Monte do Bispo, efetuam o tratamento das águas residuais domésticas de mais do que uma localidade, como se pode observar na peça desenhada em

anexo. O município efetua a gestão de duas ETAR compactas, integrantes do sistema “em baixa”, nomeadamente as ETAR de Quinta Cimeira e de Trigais.

O sistema “em alta” constituído por ETAR, EE e emissário é gerido por Águas do Vale do Tejo, sendo o sistema “em baixa” gerido pelo município de Belmonte.

Em anexo (Volume II) apresenta-se a localização das infraestruturas existentes de saneamento de águas residuais, “em alta” e “em baixa”, do concelho de Belmonte.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Todos os aglomerados urbanos do Concelho estão abrangidos pelo sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos existente, explorado pela Câmara Municipal de Belmonte. O seu tratamento, posterior à recolha para o ecocentro municipal, é efetuado pela empresa Resiestrela.

“A RESIESTRELA é responsável pelo tratamento e valorização dos resíduos urbanos nos municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso, contribuindo assim, para o desenvolvimento sustentável da região e país e para a maximização do bem-estar humano, através da criação de valor. O Sistema serve atualmente uma população de 184.457 habitantes, com uma área de 6.160 Km², que corresponde a cerca de 7% do território português”.

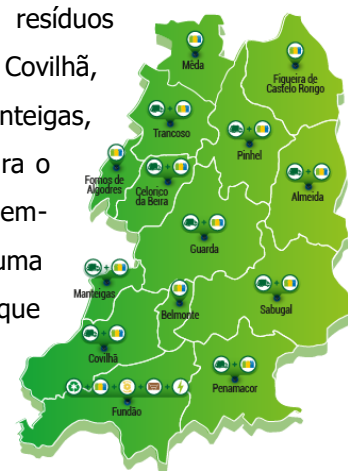


Figura 21| área de atuação da Resiestrela (fonte:Resiestrela)

Atualmente, os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da globalidade do Concelho estão sujeitos apenas a um destino - o Centro de Tratamento de RSU. O Centro de Tratamento de RSU (CTRSU), em funcionamento no concelho do Fundão (Cova da Beira) recebe a totalidade dos RSU produzidos provenientes quer da recolha indiferenciada, quer da recolha seletiva.



Este CTRSU é constituído atualmente por três infraestruturas específicas, com tratamentos distintos: central de compostagem, armazenamento de resíduos para valorização e aterro sanitário.

A central de compostagem recebe e trata os resíduos provenientes da recolha indiferenciada, sendo que os de natureza orgânica seguem para a compostagem propriamente dita através de um processo natural de decomposição biológica. Este tratamento assume grande importância, pois evita a acumulação de RSU em aterro e devolve à terra os nutrientes indispensáveis.

O armazenamento de resíduos para valorização é uma etapa fundamental no processo, pois é aí que se acumulam os resíduos sólidos (no caso os recicláveis) que seguirão posteriormente para reutilização e reciclagem noutras instalações destinadas a esse efeito.

O aterro sanitário tem por finalidade a receção e deposição final dos RSU que não apresentem qualquer potencial reciclável.

Recentemente (Março de 2006) foi inaugurado o ecocentro de Belmonte, que fica localizado na estrada de ligação entre Caria e Belmonte, ampliando-se, assim, os espaços destinados à deposição dos RSU da totalidade do concelho.

Este espaço, constitui uma área destinada à receção de resíduos potencialmente recicláveis, que podem assumir diferentes tipologias, nomeadamente os RSU não integrados nos circuitos normais de recolha, os resíduos domésticos que, dadas as suas características não devem ser integrados nos circuitos de recolha de RSU indiferenciados, e os resíduos industriais banais com viabilidade de recuperação e reciclagem.

Esses resíduos são transportados pelos veículos de recolha da Câmara Municipal e pelos próprios habitantes, que os depositam nos contentores adequados, com capacidade para 30m³ cada um, num total de 5 (cinco). Quando se atinge a capacidade máxima deste espaço, os resíduos são transportados para o CTRSU, onde prosseguirão com o tratamento adequado, consoante a sua natureza.

Ao nível dos volumes e tipologia dos resíduos, Belmonte tem tido uma evolução positiva enquadrada no mesmo panorama dos concelhos vizinhos, tendo tido uma quebra no ano de 2019, relativamente ao ano de 2016. Neste ano, Belmonte apresentava o valor mais alto na recolha de seletiva por habitante. Conclui-se que cerca de 11% dos resíduos recolhidos por habitante são reciclados (2019), estando a par com os concelhos vizinhos, não deixando de ser ainda um índice muito baixo.

Figura 22| Resíduos urbanos recolhidos por hab. (kg/ hab. – Rácio)

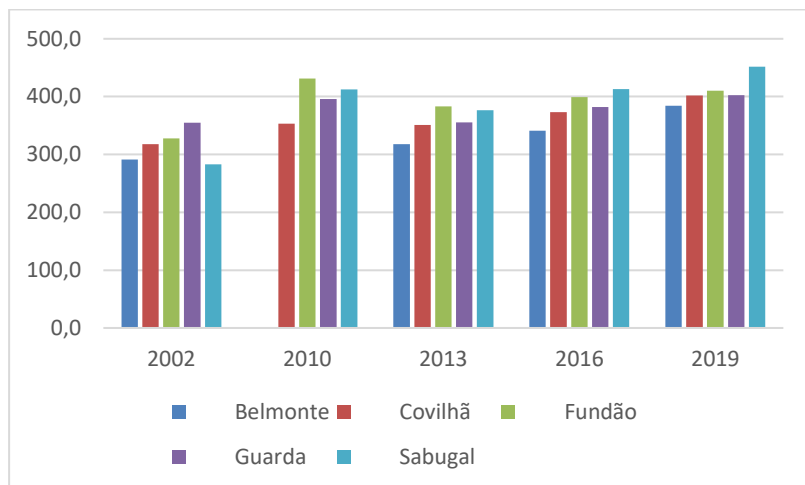
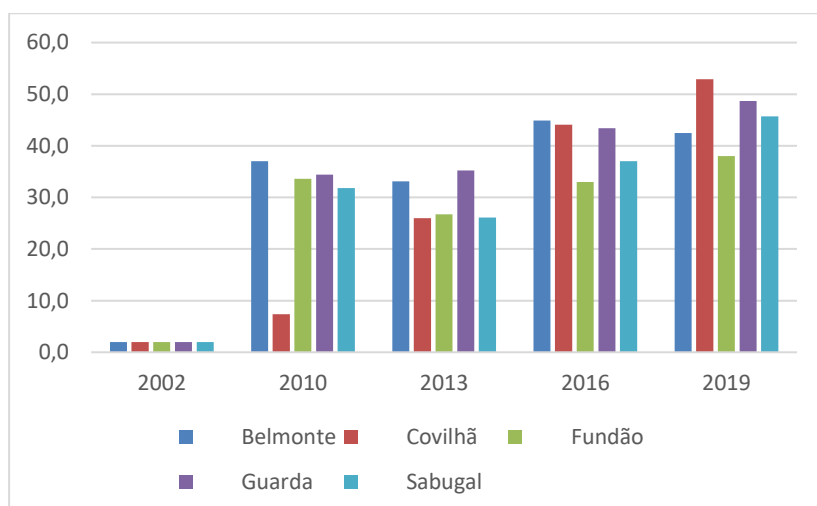


Figura 23| Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por hab. (kg/ hab. – Rácio)



Relativamente ao serviço de serviço de recolha de monos domésticos (móveis, colchões, eletrodomésticos, grandes volumes) o município de Belmonte dispõe desse serviço gratuitamente, podendo estes ser entregues diretamente no Ecocentro de Belmonte. Caso os munícipes não tenham meios para se deslocar ao Ecocentro para fazer a deposição dos mesmos, podem solicitar a sua recolha ao domicílio, através do Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Belmonte.

OUTROS RESÍDUOS SÓLIDOS

Na zona de Carvalhal Formoso, Sitio do Sobral, existe um centro de recolha de veículos em fim de vida, Ambibelmonte (APA00360577), destinada ao desmantelamento de veículos e recolha de baterias, integrada na ValorCar, possui licenças do Estado Português para gerir o Sistema Integrado de Gestão de Veículos em Fim de Vida (SIGVfV) e o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Baterias e Acumuladores (SigrBA). Segundo dados da ValorCar, já reciclaram mais de 600 mil

Veículos em Fim de Vida (VFV) desde 2005, contribuindo fortemente para o caminho da Economia Circular.

6.2.1.6. ZONAMENTO ACÚSTICO

O mapa de ruído do Concelho foi elaborado em 2009, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído (RGR). Conclui que grande maioria da área do Concelho apresenta níveis de ruído ambiente exterior baixo, e cumpre o valor regulamentar estabelecido para zonas sensíveis ($L_{den} \leq 55$ dB(A) e $L_n \leq 45$ dB(A)), mas que existem áreas onde os níveis de ruído ambiente exterior são mais elevados, associados ao tráfego viário, e algumas indústrias, excedem os valores legislados para zonas sensíveis sendo, contudo, cumpridos os valores para zonas mistas ($L_{den} \leq 65$ dB(A) e $L_n \leq 55$ dB(A)). Constatou-se que, à data, o Concelho se podia considerar com um ambiente sonoro de qualidade.

De facto, identificam-se situações pontuais, que ocorrem para o indicador L_{den} , em que não é cumprido o valor limite de LA_{eq} definido para zonas mistas (e, conseqüentemente, para zonas sensíveis - tal como são definidas no n.º 1, do art.º 11 do novo RGR). Nestas circunstâncias encontram-se as áreas imediatamente adjacentes aos principais eixos rodoviários do Concelho de Belmonte, em especial ao troço da A23. Na zona envolvente das indústrias consideradas, constata-se, para o indicador L_{den} , que é ligeiramente excedido o valor limite de LA_{eq} estabelecido para zonas sensíveis, principalmente na freguesia de Colmeal da Torre. No entanto, não deverá ser desprezada a influência que o tráfego existente nos eixos rodoviários localizados nas proximidades exerce sobre os valores obtidos. No que diz respeito à envolvente próxima dos principais eixos rodoviários, verifica-se incumprimento do valor limite estabelecido para o indicador L_n relativo a zonas mistas, em especial nas áreas próximas da A23.

A análise de ruído ambiente exterior nas zonas de indústrias não detetou incompatibilidade com a função habitacional envolvente pois não excede os indicadores para zonas mistas, uma vez que o período de maior ruído é o diurno e que corresponde ao período de laboração das fábricas.

6.2.2. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT	
Forças	Fraquezas

<p>Sem implementação do Plano</p>	<p>Mosaico territorial diversificado;</p> <p>Concentração de equipamentos na sede de concelho, centralização dos serviços de apoio;</p> <p>Boa oferta de equipamentos de utilização pública;</p> <p>Aposta na reabilitação urbana na sede do concelho e refuncionalização dos edifícios devolutos;</p> <p>Boa cobertura de rede elétrica com grande percentagem da energia consumida no concelho é produzida através do parque eólico da serra da Montemuro;</p> <p>A configuração da rede viária proporciona uma boa cobertura de acessos internos e externos;</p> <p>Boa cobertura das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;</p>	<p>Aglomerados urbanos com grande debilidade funcional;</p> <p>Escassa oferta de equipamentos de apoio à população de portadora de alguma deficiência;</p> <p>Equipamentos desportivos no meio rural a necessitar de intervenção;</p> <p>Perímetros urbanos em vigor desadequados que proporcionaram um crescimento disseminado em algumas freguesias;</p> <p>Sistema de transportes públicos que de um modo geral só serve a rede escolar;</p> <p>Isolamentos de alguns lugares</p> <p>Mercado imobiliário fraco.</p>
<p>Com implementação do Plano</p>	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede viária com eixos estruturantes do território concelhio e regional (A23, EN18), assegurando boas ligações externas; • A baixa pressão construtiva fácil na manutenção dos 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despovoamento das áreas rurais e repulsão interna; • Descaracterização arquitetónica nas áreas de expansão dos aglomerados periurbanos. •

	<p>preços dos terrenos e da Habitação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Execução de projetos atualmente previstos reparação, beneficiação/requalificação da rede viária • Autarquia dinâmica com algumas iniciativas de revitalização/atração social. 	
--	---	--

6.2.3. EFEITOS ESPERADOS COM A PROPOSTA DE PLANO

Os objetivos estratégicos assumidos na proposta de Plano consubstanciam diferentes oportunidades e riscos ao nível dos fatores críticos definidos.

O próximo quadro sistematiza a análise dos efeitos esperados, com a aplicação da proposta de PDM sobre os diferentes critérios do FCD Ordenamento e Qualificação do Território.

Quadro 15: Ordenamento e Qualificação do Território: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE1 Promover a Economia Rural e a Economia Circular</p> <p>OE2 Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos</p>	(0)	(0)
<p>OE3 Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo</p>	<p>(++) O ordenamento do território proposto e as categorias de espaço estabelecidas e sua regulamentação promove uma ocupação e utilização do solo em função das condicionantes e dos riscos detetados contribuindo para a proteção e valorização efetiva dos recursos, do património natural e da paisagem.</p> <p>(++) O povoamento concentrado facilita a correta infraestruturação.</p> <p>(++) Identificação servidões administrativas e restrições de utilidade pública associadas a recursos hídricos, tendo-se estabelecido condicionantes de edificabilidade em função das características destas áreas.</p> <p>(+) A distribuição adequada dos usos do solo, permitirá uma proteção da população relativamente ao ruído. A garantia de que as atividades que se venham a implementar em qualquer área do sistema urbano, terão que ter em conta o zonamento acústico definido para o território municipal, também promoverá a proteção da população ao ruído.</p> <p>(++) O povoamento concentrado facilita a correta infraestruturação, evitando o aparecimento de novos focos de poluição através da rejeição indevida de efluentes domésticos.</p> <p>+) Melhoria do sistema de acessibilidades e transportes, contribui para o estabelecimento de roteiros turísticos moção do património cultural existente.</p>	<p>(-) Aumento dos níveis de ruído resultantes do aumento de tráfego rodoviário face à consolidação urbana.</p> <p>(-) Incumprimento das condições de bom desempenho ambiental de algumas atividades, que comprometem a qualidade em vários âmbitos (solo, água e ar).</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
OE4 Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	(0)	(0)
OE5 Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	<p>(++) A qualificação do solo rústico e urbano promove um ordenamento equilibrado do território e assegura a proteção e valorização do solo.</p> <p>(+) Criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, prevenindo-se a afetação dos vários parâmetros ambientais.</p> <p>(++) Identificação servidões administrativas e restrições de utilidade pública associadas a recursos hídricos, tendo-se estabelecido condicionantes de edificabilidade em função das características destas áreas.</p> <p>(+) A aposta na formação profissional terá efeitos positivos na fixação de população, na criação de novos postos de trabalho e de novas empresas.</p> <p>(+) A qualificação e reabilitação urbana contribui para um ambiente social e ambiental atrativo para a sua qualificação física, aproveitando a disponibilidade no parque edificado e as suas evidentes qualidades no domínio do espaço público, promovendo assim a atratividade do concelho e a fixação da população.</p>	(0)
OE6 Promover a Regeneração e Inovação Urbana OE7 Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	<p>(++) Melhoria do sistema de acessibilidades e transportes e da rede de infraestruturas e água e saneamento, contribuindo para uma melhor organização espacial do território.</p> <p>(++) Ampliação da rede de saneamento para os aglomerados populacionais não servidos .</p> <p>(++) Implementação de planos de acessibilidade e de segurança para equipamentos públicos.</p>	(0)

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
	<p>(+) A melhoria das redes de infraestruturas de águas e saneamento, bem como de recolha e tratamento de resíduos promove uma maior adequabilidade às exigências ambientais e tem efeitos positivos na fixação e atração de novos residentes e investimentos empresariais.</p> <p>(+) A melhoria do concelho em termos de disponibilização de equipamentos promove a fixação da população.</p>	
<p>OE8 Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos</p> <p>OE9 Adaptação às alterações climáticas</p>	<p>(++) As medidas de requalificação dos espaços edificados, terá em consideração a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas.</p> <p>(++) A adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas, terão consequências muito positivas ao nível da qualidade de vida das populações, permitindo evitar o aumento de doenças associadas à poluição do ar e aeroalérgenos. Estas medidas permitirão também minimizar os efeitos sobre pessoas e bens, resultantes de eventos extremos (cheias e secas), bem como do aumento da frequência e intensidade das ondas de calor. Permitirão ainda evitar alterações na distribuição e incidência de doenças transmitidas por vetores e alterações da disponibilidade e qualidade da água e toxico-infeções.</p>	(0)

6.3. RECURSOS NATURAIS E PATRIMÓNIO NATURAL

6.3.1. SITUAÇÃO ATUAL

6.3.1.1. GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

GEOLOGIA

As Cartas Geológicas, dando uma visão global das potencialidades de uma região no que concerne aos minerais, têm um papel primordial nos projetos de instalação de indústrias baseadas na exploração e aproveitamento das matérias-primas, com possibilidades de virem a constituir futuros polos de desenvolvimento regional. De facto, o conhecimento dos locais onde se encontram as matérias-primas, onde é possível obter água necessária para as populações e empreendimentos, onde se pode ou não construir em segurança ou sem delapidar os recursos naturais, onde situar aterros sanitários, etc., é fundamental para o estabelecimento de qualquer plano de ordenamento do território.

Belmonte insere-se litológica e estruturalmente no Maciço Antigo ou Maciço Hespérico, ao qual pertence 70% da superfície de Portugal. É um conjunto constituído por rochas sedimentares, ígneas e metamórficas ante-mesozóicas, consolidadas sobretudo aquando dos movimentos hercínios. Estes são responsáveis pelas orientações de conjunto e pela promoção de extensos fenómenos de granitização com o decorrente metamorfismo.

O Maciço Hespérico ocupa a parte Ocidental e central da Península Ibérica e constitui o núcleo primitivo e fundamental do território, que o mar só tornou a invadir na periferia. Por isso, é à volta do Maciço Hespérico que se dispõem as restantes unidades constituintes da Península Ibérica. Devido ao facto de ter sido dobrado e metamorfozido (muitas vezes com granitização) durante a orogenia hercínica, o Maciço Hespérico tornou-se no núcleo resistente ao dobramento alpino. O carácter maciço da Península Ibérica e a importância que os planaltos assumem devem-se, justamente, à existência do soco hercínico que constitui a microplaca Ibérica.

O Maciço Hespérico não tem um carácter homogéneo, apresenta um zonamento bem marcado perpendicular às principais direções estruturais NW-SE da cadeia hercínica. É possível a distinção de várias zonas com características geológicas diferentes, caracterizadas pela sua paleografia, tectónica metamórfica e evolução magmática.

Figura 24| Carta Geológica de Portugal



Zonas externas: ZC – Zona Cantábrica; ZSP – Zona sul Portuguesa;

Zonas internas: ZCI – Zona Centro Ibérica; ZOM – Zona Ossa Morena; ZAL – Zona Oeste Astúrico-Leonesa.

Estas diferentes zonas do Maciço Hespérico estão separadas por grandes acidentes profundos, que se manifestaram várias vezes durante o ciclo hercínico.

A área do Concelho de Belmonte situa-se na Zona Centro-Ibérica (a zona mais interna da Cadeia Varisca). Esta zona é genericamente caracterizada pela existência de rochas muito deformadas e afetadas por elevado grau de metamorfismo e ainda pela predominância de rochas graníticas.

GEOMORFOLOGIA

O território correspondente ao Concelho de Belmonte está contido, essencialmente, numa região de natureza granítica, gerando diferentes tipos de paisagem. Na formação granítica a erosão provocada pelas inúmeras ribeiras originou vales, primeiro muito encaixados, mas que alargam ao aproximarem-se do Zêzere.

Entre os vales destacam-se alguns acidentes como a serra da Pena, Senhora do Castelo, a serra do Espírito Santo, a Sortelha, a Esperança, etc. A altitude destes testemunhos da antiga superfície da meseta situa-se entre 700 e 800 metros.

A Noroeste de Belmonte, o Zêzere corre num vale largo, meandroso, com depósitos aluviais ricos em estanho. A altitude do leito é cerca de 450 metros. A parte terminal da ribeira de Caria, com seus afluentes, é caracterizada igualmente por vales abertos em que se depositam aluviões.

A partir da junção dos afluentes da ribeira da Gaia o vale alarga e forma, na zona de confluência com o Zêzere, uma pequena bacia cujo fundo é ocupado por depósitos aluviais de certa importância, pois possibilitaram a exploração mineira, principalmente de cassiterite (óxido de estanho). Alguns dos vales fluviais anteriormente citados podem ter sido orientados por acidentes tectónicos.

LITOSTRATIGRAFIA

A área abrangida pelo Concelho de Belmonte caracteriza-se pela predominância de rochas do soco antigo (granito) com rochas filonianas (filões) intercaladas, e depósitos aluviais (Anexo SB.6). Seguidamente será apresentada uma descrição das diferentes unidades geológicas.

ALUVIÕES ATUAIS - Classificam-se como terrenos modernos de cobertura. A maior parte dos sedimentos dos rios e ribeiras é periodicamente depositada sobre o fundo do canal e na adjacente planura aluvionar. O material detrítico depositado pela água corresponde a argila, silte, areia, cascalho, seixo. Contudo, os aluviões do rio Zêzere, ribeira da Gaia e ribeira de Maçainhas deram origem a explorações mineiras, uma vez que alguns destes depósitos aluvionares contêm cassiterite e tautalite. Devido à sua natureza, os terrenos aluvionares são normalmente muito férteis, o que lhes confere aptidão para a prática agrícola.

GRANITO MONZONÍTICO E PORFIRÓIDE - Pertence às rochas de soco antigo. Este granito é, relativamente à composição mineralógica, monzonítico, ou seja, de duas micas, com predomínio da biotite. Como elementos essenciais contém, habitualmente, quartzo, oligoclase ou oligoclase-andesina, microclina, microclina-perite, microperite, albite ou albite-oligoclase, biotite e moscovite. Os minerais acessórios compreendem apatite, zircão, magnetite, turmalina, rútilo, etc. Entre os minerais secundários assinalam-se caulinite, sericite, clorite, rútilo acicular, esfena, etc. O granito monzonítico apresenta, todavia, variedades diferentes quanto à textura (abundância e tamanho dos cristais e granularidade da restante massa), dominando claramente no Concelho o granito porfiróide de grão grosseiro. A sul da ribeira das Amoreiras, na área de Caria, existe uma mancha de granito porfiróide de grão médio e médio a fino conhecida como Mancha de Saraiva.

ROCHAS FILONIANAS - As fraturas nas rochas ígneas podem ser local de circulação e instalação de magmas e soluções aquosas quentes, com consequente cristalização/precipitação de minerais de composição química variada. O preenchimento das fraturas gera corpos mais ou menos tabulares, com espessuras que poderão ser da ordem de milímetros ou centímetros (formando filonetes) até muitos metros (filões). Na área onde incide o presente estudo existem numerosos filões predominando os quartzosos, seguidos dos de rochas básicas e os alpto-pegmatíticos. Relativamente aos filões de

quartzo, embora de maneira geral aflorem por toda a área, constituem muitas vezes grupos paralelos ou juntam-se em certas regiões, evidenciando zonas de maior fraturação. Na generalidade estão quase verticais, possuindo alguns mais de 10 m de espessura e quilómetros de comprimento. É comum formarem, por erosão diferencial, relevos de certa importância, cristas ou lombas.

No conjunto, podem distinguir-se dois tipos de filões quartzosos; uns de quartzo branco leitoso, por vezes hialino, maciço, outros de quartzo calcadónico e quartzo jaspóide, de estrutura zonada ou brechóide, acompanhados quase sempre de óxidos de ferro. (Os filões encontram-se, por vezes, a preencher zonas de falha. O movimento ao longo desta provoca esmagamento do material silicioso, dando-lhe, dessa forma, um aspeto de brecha).

Os primeiros, embora se encontrem também nas áreas graníticas, predominam nas regiões xistentas. Relacionam-se, no geral, com estes filões as mineralizações de volfrâmio e estanho. Os filões jaspóides característicos de modelados graníticos formam, habitualmente estruturas com mineralizações uraníferas.

Os filões e massas de aplitos e pegmatitos representam a porção mais hidratada e de cristalização mais tardia de um magma. Nos últimos estádios da cristalização magmática os magmas residuais são enriquecidos em voláteis tais como água, flúor e boro. Podem ainda conter outros elementos químicos que não entraram na estrutura dos minerais já formados e que, por isso, se concentraram neste magma residual, tais como Berílio e Estanho entre muitos outros. Como resultado disso, a partir do magma residual podem cristalizar minerais raros em que estes elementos são constituintes essenciais, tais como berilo (silicato de alumínio e berílio), cassiterite (óxido de estanho), topázio (silicato de alumínio e flúor) e turmalina (silicato complexo com boro, ferro e sódio). Num mesmo filão pode coexistir preenchimento aplítico e pegmatítico, com a porção pegmatítica na zona central e uma zona aplítica na periferia ou vice-versa. Estes filões, para além dos elementos referidos, têm obviamente uma constituição granítica, onde predominam os feldspatos e o quartzo, vindo de seguida a moscovite.

A posição dos filões pegmatíticos e alpto-pegmatíticos é quase sempre horizontal ou sub-horizontal. as trincheiras da estrada da Guarda a Belmonte permitem observar diversos filões nestas condições.

No Concelho de Belmonte estas rochas filonianas têm maior expressão em determinadas áreas, nomeadamente Olas – Trigais e Colmeal – Maçainhas. Com as rochas referidas devem relacionar-se as aluviões da ribeira da Gaia, onde a cassiterite tem sido explorada.

Magmas de composição básica também preenchem, frequentemente, fraturas nas rochas graníticas, originando filões com uma coloração escura que é devida à abundância de minerais ferromagnesianos (como piroxena, anfíbola, biotite, etc.). A sua textura é claramente mais fina do que a de rochas ígneas plutónicas, como os granitos. Tal deve-se ao facto da sua cristalização, embora tendo lugar em profundidade, ser mais rápida do que nos granitos. Na verdade, os magmas de natureza básica, ao

arrefecerem, iniciam a sua cristalização a temperaturas mais elevadas do que os magmas graníticos e, além disso, se instruírem fraturas da parte superior da crosta tendem a arrefecer mais rapidamente devido ao contraste térmico com as rochas encaixantes. Devido à sua composição rica em minerais ferromagnesianos, estas rochas são facilmente meteorizadas, pois tais minerais são mais suscetíveis à alteração do que o quartzo e o feldspato potássico.

Por essa razão, os filões de rochas básicas apresentam-se, frequentemente, mais alterados do que a rocha granítica envolvente. Em muitos casos observa-se disjunção esferoidal que consiste na fragmentação e separação de camadas curvas de um bloco geralmente esférico. O seu mecanismo permanece desconhecido, mas pode resultar de fendas paralelas à superfície do afloramento causadas por alteração química ou da distribuição diferencial de meteorização química e mudanças de temperatura.

RECURSOS GEOLÓGICOS

Verifica-se no concelho a prevalência de rochas graníticas, cujos comportamentos erosivos variados originam diferentes tipos de paisagens. Para além disso, refere-se a importância da existência de áreas mineralizadas passíveis de exploração. A grande riqueza de recursos minerais sobretudo na zona norte e nascente do concelho originou atividades de exploração durante bastantes anos, embora atualmente já não sejam tão significativas.

No concelho de Belmonte, existem pedreiras com concessão de exploração, assim como possui diversas ocorrências e recursos minerais (Anexo SB.7).

Tabela 11 | Massas minerais no concelho de Belmonte

N.º PEDREIRA	DENOMINAÇÃO	ENTIDADE REGISTADA	SUBSTÂNCIA	ESTADO	LOCALIZAÇÃO
6626	Quinta do Conde	BRITABLOCO-FABRICA DE BRITAS E BLOCOS LDA	Granito ornamental	Encerrada	Freguesia: Colmeal da Torre Concelho: Belmonte Distrito: Castelo Branco NUT II: Centro

Esta concessão está atualmente desativada.

Tabela 12 | concessões de depósitos minerais existentes no concelho de Belmonte

CONCESSIONÁRIO	PROCESSO	SUBSTÂNCIA	DATA ASSINATURA/APROVAÇÃO	TIPOLOGIA	TIPO DE PUBLICITAÇÃO
Felmica - Minerais Industriais, S.A.	MN/C/067 Serrado (integração de concessões)	Quartzo e Feldspato	15/06/2020	Concessão de Exploração	ativa
Felmica - Minerais Industriais, S.A.	MN/C/040 Quinta Cimeira	Quartzo e Feldspato	15/06/2020	Concessão de Exploração	ativa
Sopred - Soc. de Protecção, Recuperação e Desenvolvimento	MN/C/155 Tapada dos Mortuórios	Estanho, Quartzo e Feldspato	08/05/2019	Concessão de Exploração	Contrato de concessão em vigor

Mineiro do Vale do Gaia,
S.A.

Felmica - Minerais Industriais, S.A.	MN/C/040 Quinta Cimeira	Quartzo e Feldspato	24/11/1994	Concessão de Exploração	Contrato
--------------------------------------	----------------------------	---------------------	------------	-------------------------	----------

Fonte: DGEG, 2021

No PDM96 existia a classificação de “espaços a salvaguardar para eventual atividade de prospeção mineral”, referindo-se a 2 áreas definidas no concelho. As propostas elaboradas tiveram como objetivo principal a salvaguarda do recurso mineral existente, para que não ocorra o seu comprometimento a longo prazo.

Figura 25| Localização dos espaços a salvaguardar para eventual atividade de prospeção mineral no PDM96- Planta de condicionantes; localização das áreas de prospeção, proposta de ordenamento (Fonte: SNIG, 2014).



Durante a vigência do plano não houve qualquer ação neste sentido.

O concelho de Belmonte é ainda abrangido pelo recente Programa de prospeção e pesquisa de Lítio em Portugal, integrando a área Guarda-Mangualde C e a área Guarda-Mangualde E, perfazendo um total de 102.183km² (86% da área do município), numa primeira fase do plano. Após consulta pública a área foi bastante reduzida, onde foram excluídas zonas de maior densidade urbana, funcional e demográfica, tendo ocorrido uma redução de 49% da área total inicialmente sujeita a Avaliação Ambiental.

Figura 26| Programa de prospeção e pesquisa de Lítio (extrato da planta lançada a concurso, fev21)



GÁS RADÃO

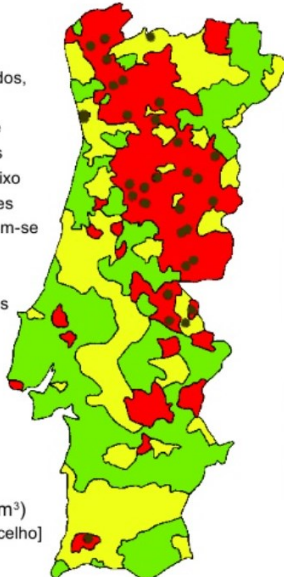
O concelho de Belmonte insere-se numa zona de exposição elevada ao gás radão (chegando a atingir os 130Bq/m³) por se situar numa zona granítica.

Figura 27| – Radão em Portugal (orientada a Norte, sem escala) (Fonte: Instituto tecnológico e Nuclear⁴).

⁴ <https://pt.slideshare.net/esrm14/afinal-o-que-o-rado>

Cartografia do radão em Portugal

Dos estudos já efectuados, em 4200 habitações, verifica-se que cerca de 60% das concentrações de radão se situam abaixo dos 50 Bq/m³. Os valores mais elevados encontram-se em casas situadas em regiões graníticas. Em 2,6% das habitações controladas, os níveis médios anuais de radão são superiores a 400 Bq/m³.



Legenda: Radão (Bq/m³)
[médias anuais por concelho]

- < 25
- 25 - 50
- 50 - 200
- Locais com concentrações superiores a 400 Bq/m³.

De acordo com consulta feita à APA (site, julho 2021), encontra-se em elaboração o Plano Nacional para o Radão (PNR), dando resposta ao disposto no regime jurídico de proteção radiológica, baseando-se no princípio da proteção radiológica da otimização da exposição. "PNR pretende estabelecer um conjunto de ações para minimizar a exposição ao gás radão e reduzir o mais possível a incidência de cancro do pulmão daí decorrentes. As áreas de intervenção do PNR são:

- Definição de orientações metodológicas na medição, remediação e prevenção do radão;
- Promoção da investigação e desenvolvimento;
- Definição de obrigações e compromissos na gestão da exposição ao radão nos locais de trabalho;
- Promoção da qualidade de serviços e da qualificação profissional;
- Divulgação e gestão da informação;
- Comunicação e interação com o público.

6.3.1.2. RECURSOS HIDRICOS

A água é um dos recursos fundamentais à existência de vida na superfície terrestre, e no âmbito do ordenamento do território importa conhecer a distribuição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no espaço e no tempo, as suas características, disponibilidade e qualidade.

A caracterização hidrográfica assenta essencialmente nas formações hidrogeológicas como fontes de informação acerca da profundidade e disponibilidade dos mantos freáticos, da potencialidade e

qualidade das águas subterrâneas, do funcionamento hidráulico dos sistemas aquíferos (recarga, armazenagem, circulação e descarga) e fatores de degradação.

O conhecimento dos recursos hídricos prende-se com os aspetos de abastecimento de águas para fins diversos, as disponibilidades hídricas para a irrigação e produção de energia e a sua utilização para fins recreativos. A caracterização dos recursos hídricos tem em conta a inventariação da disponibilidade, da localização e da classificação das fontes de recursos (superficiais – rios e albufeiras; subterrâneas – poços, furos e nascentes) e de vários usos.

ÁGUAS SUPERFICIAIS

Entende-se como águas superficiais aquelas águas que, ao se acumularem na superfície, são escoadas formando rios, riachos, lagos, lagoas, etc. Ao não penetrarem no solo, as águas superficiais acabam por formar as principais fontes de abastecimento de água potável.

No caso das águas superficiais, estas abrangem as águas superficiais interiores (rios e albufeiras), as águas de transição e as águas costeiras.

De acordo com o Índice Hidrográfico e Classificação Decimal dos Cursos de Água de Portugal, as linhas de água relevantes no concelho são:

Tabela 13 - Classificação decimal dos cursos de água do concelho do Belmonte

Classificação Decimal	Curso de Água	Área da Bacia Hidrográfica em Km ²	Comprimento do Curso de Água em Km
301 54	Rio Zêzere	4995,7	242,0
301 54 71	Ribeira de Inguias	240,1	29,1
301 54 71 03	Ribeira de Valverde	74,8	22,2
301 54 71 03 01	Ribeira de Sto. Antão	27,2	8,2
301 54 71 03 01 02	Ribeira da Lagoa	6,0	5,9
301 54 71 03 01 04	Ribeira de Castelhana	7,4	3,2
301 54 71 03 01 04 02	Ribeira do Monte	4,8	2,9
301 54 71 03 03	Ribeira das Amoreiras	9,7	6,3
301 54 71 04	Ribeira das Maçainhas	28,7	11,2
301 54 71 05	Ribeira do Carvalhal	8,3	5,8
301 54 71 06	Ribeira das Olas	6,2	6,1
301 54 73	Ribeira da Serra da Esperança	8,5	6,4
301 54 75	Ribeira de Gaia	104,7	26,5
301 54 75 01	Ribeira do Colmeal	5,9	4,8

PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E DAS RIBEIRAS DO OESTE (RH5)

Este plano é constituído pela bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes, as bacias hidrográficas das Ribeiras do Oeste, as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes, conforme Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho.

A bacia do Tejo é internacional com uma área total em território nacional de 25.015,51km², que engloba total ou parcialmente, 103 concelhos, sendo que sendo que 73 estão totalmente englobados nesta RH e 30 estão apenas parcialmente abrangidos. Os concelhos totalmente abrangidos são: Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Alcochete, Alenquer, Almada, Almeirim, Alpiarça, Alter do Chão, Alvaiázere, Amadora, Arruda dos Vinhos, Avis, Azambuja, Barreiro, **Belmonte**, Benavente, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Cascais, Castanheira de Pera Castelo Branco, Castelo de Vide, Chamusca, Constância, Coruche, Covilhã, Crato, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Fronteira, Fundão, Gavião, Golegã, Idanha-a-Nova, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mação, Mafra, Marvão, Moita, Mora, Nazaré, Nisa, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Oleiros, Pedrógão o Grande, Penamacor, Peniche, Ponte de Sôr, Proença-a-Nova, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Seixal, Sertã, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Sousel, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vila de Rei, Vila Franca de Xira, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão. Os concelhos parcialmente abrangidos são: Ansião, Arraiolos, Arronches, Batalha, Borba, Elvas, Estremoz, Évora, Góis, Guarda, Leiria, Lousã, Manteigas, Marinha Grande, Monforte, Montemor-o-Novo, Montijo, Ourém, Palmela, Pampilhosa da Serra, Penela, Pombal, Portalegre, Porto de Mós, Redondo, Sabugal, Seia, Sesimbra, Setúbal e Vendas Novas.

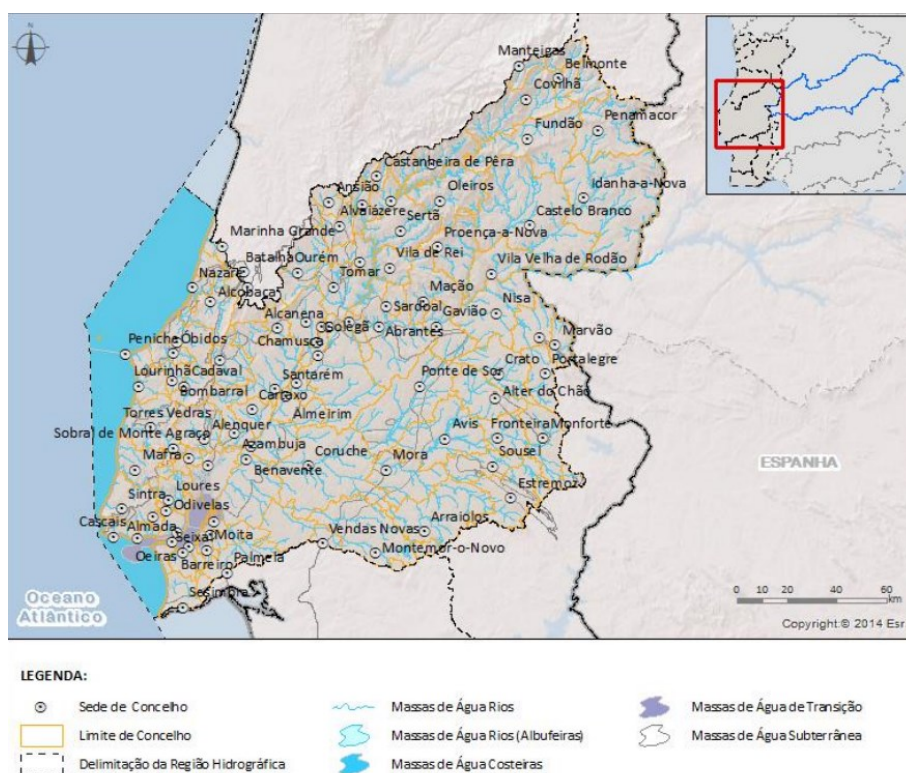


Figura 28| Delimitação geográfica da Região Hidrográfica Tejo e das Ribeiras do Oeste (RH5)

Fonte: Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021

Com a nascente na Serra de Albarracín (Espanha) a cerca de 1600 m de altitude, o Rio Tejo apresenta um comprimento de 1100 km, dos quais 230 km em Portugal e 43 km de troço internacional. Os grandes afluentes do rio Tejo na vertente direita são o Erges, o Aravil, o Pônsul, o Ocreza e o Zêzere, ao qual pertence a rede hidrográfica do Concelho de Belmonte. A sub-bacia Rio Zêzere representa cerca de 90% da capacidade total de regularização na região hidrográfica do Tejo e Oeste.

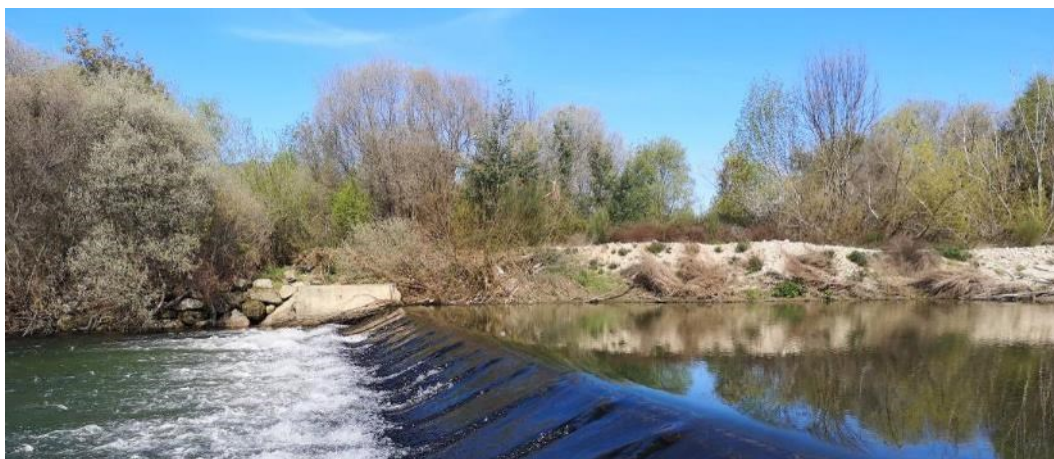


Figura 29| Rio Zêzere

Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

É de salientar que o PGRH apresenta uma recomendação direta para a gestão florestal, a medida SUP_E466_AT2 relativa à valorização ambiental dos espaços florestais. Esta refere que procura, para os concelhos de Loures, Ourém, Castelo Branco, Torres Novas, Covilhã, Alenquer, Idanha-a-Nova, Abrantes, Alvaiázere, Marvão, Penamacor, Sabugal, Ferreira do Zêzere, Chamusca, Ansião, Guarda, Batalha, Salvaterra de Magos, Fundão, Coruche, Pedrógão Grande, Rio Maior, Sertã, Borba, Sesimbra, Benavente, Castanheira de Pera, Vendas Novas, Mora, Montemor-o-Novo, Almeirim, Ponte de Sôr, Avis, Montijo, Portalegre, Lisboa, Azambuja, Góis, **Belmonte** e Constância:

“(...)aumentar o carácter público das florestas, promovendo a oferta de bens e serviços, sem retorno económico, proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando quer as suas funções ambientais, protetoras do solo e da água e contributivas para a biodiversidade, quer as suas funções sociais, de lazer e de fruição pelas populações, contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos, reordenar, reconverter e realocar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade.”

Relativamente à qualidade da água, as massas de água da categoria «Rios» apenas 48 % apresentam «Estado Bom e Superior», estando 50 % das massas de água com «Estado Inferior a Bom» e 2 % com «Estado Desconhecido». No que concerne às 20 massas de água subterrâneas, 18 apresentam «Bom Estado» e duas «Estado Inferior a Bom».

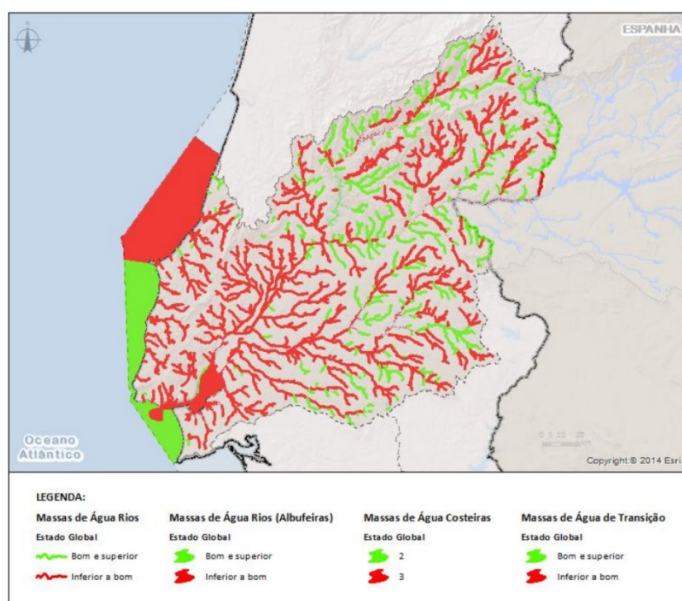


Figura 30| Classificação do Estado Global das Massa de água da Região Hidrográfica Tejo e das Ribeiras do Oeste (RH5)

Fonte: Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021

REDE HIDROGRÁFICA

A rede hidrográfica do Concelho de Belmonte (Anexo SB.8) pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, pertencendo dentro desta à sub-bacia Hidrográfica do Zêzere. Os cursos de água do concelho encontram-se na vertente esquerda do Rio Zêzere abrangendo uma área de aproximadamente 119.04 Km², distribuída pelas sub-bacias hidrográficas das Ribeiras de Gaia, Inguias e de Caria.



Figura 31 | Rio Zêzere

Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

O Rio Zêzere delimita o concelho a Noroeste em cerca de 4.5 km tendo uma área do Concelho a drenar diretamente para este com cerca de 3.50 Km². Este é o curso de água mais importante, uma vez que todas as linhas de água do concelho são suas tributárias. Para além do Rio Zêzere existem outros cursos de água que delimitam o concelho nomeadamente a Ribeira do Valverde a Sudeste numa extensão de 3.60 Km e a Ribeira de Gaia a Sudeste numa extensão de 7.1 Km.

As linhas de água do concelho desenvolvem-se preferencialmente de Nordeste para sudoeste, excetuando a Ribeira de Caria e de Sto. Antão que se desenvolvem de poente para nascente.

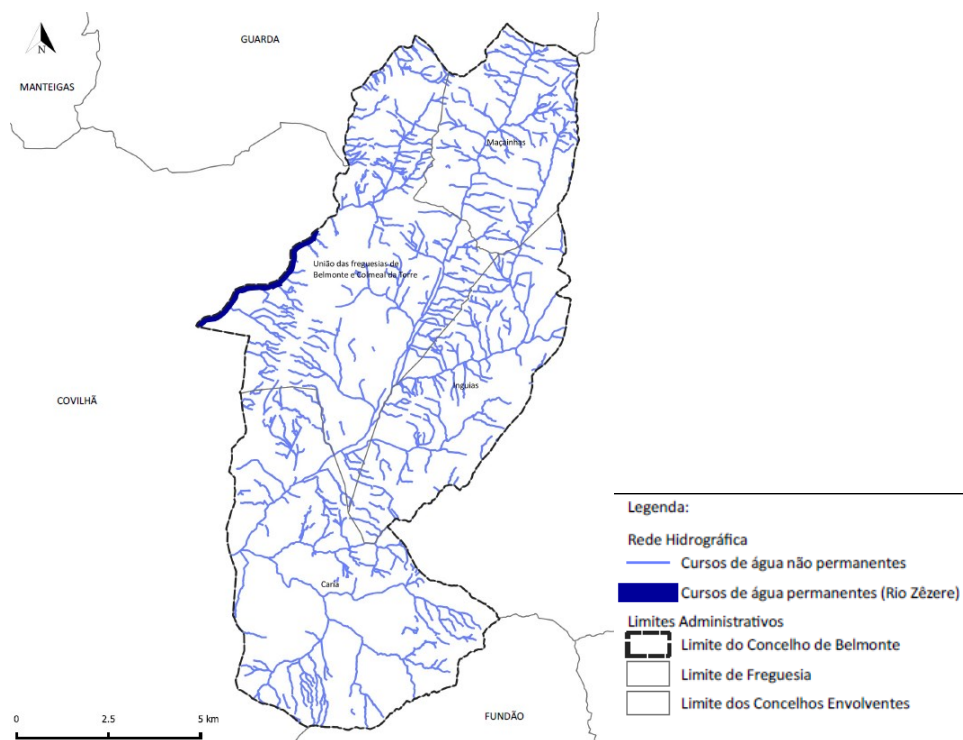


Figura 12 | Rede Hidrográfica de Belmonte

Fonte: PMDFCI

Pode-se definir três principais linhas de águas presentes no Concelho, tributárias diretas do Rio Zêzere:

- Ribeira de Gaia - faz fronteira com o Concelho a Noroeste, que para ela drena uma área de cerca de 12.35 Km². Os seus afluentes no Concelho são de pequena importância, realçando apenas a Ribeira do Colmeal com uma bacia de pequena dimensão, praticamente toda dentro da área do concelho com cerca de 6.75 Km²;

- Ribeira da Serra da Esperança - este curso de água nasce na encosta Oeste da serra com o mesmo nome, um tributário direto do Zêzere (bacia hidrográfica no concelho de 1.05 Km²) sem grande relevância enquanto recurso hídrico do Concelho;
- Ribeira das Inguias - linha de água com grande importância no Concelho, embora não nasça no mesmo atravessa-o de Este para sudoeste. Quase toda área em estudo pertence à bacia hidrográfica desta linha de água (102.5 Km²). Referem-se como talvegues principais tributários da Ribeira de Inguias, a Ribeira de Valverde, a Ribeira do Carvalhal, a Ribeira das Maçainhas e a Ribeira de Olas.

ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Os recursos hídricos subterrâneos constituem um importante recurso natural, indispensável para a vida e para a integridade dos ecossistemas. É reconhecido o importante papel que estes recursos têm no abastecimento das populações e atividades económicas.

O concelho do Belmonte, como já foi anteriormente referido, está inserido na Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, e do ponto de vista hidrogeológico na unidade hidrogeológica – Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo.

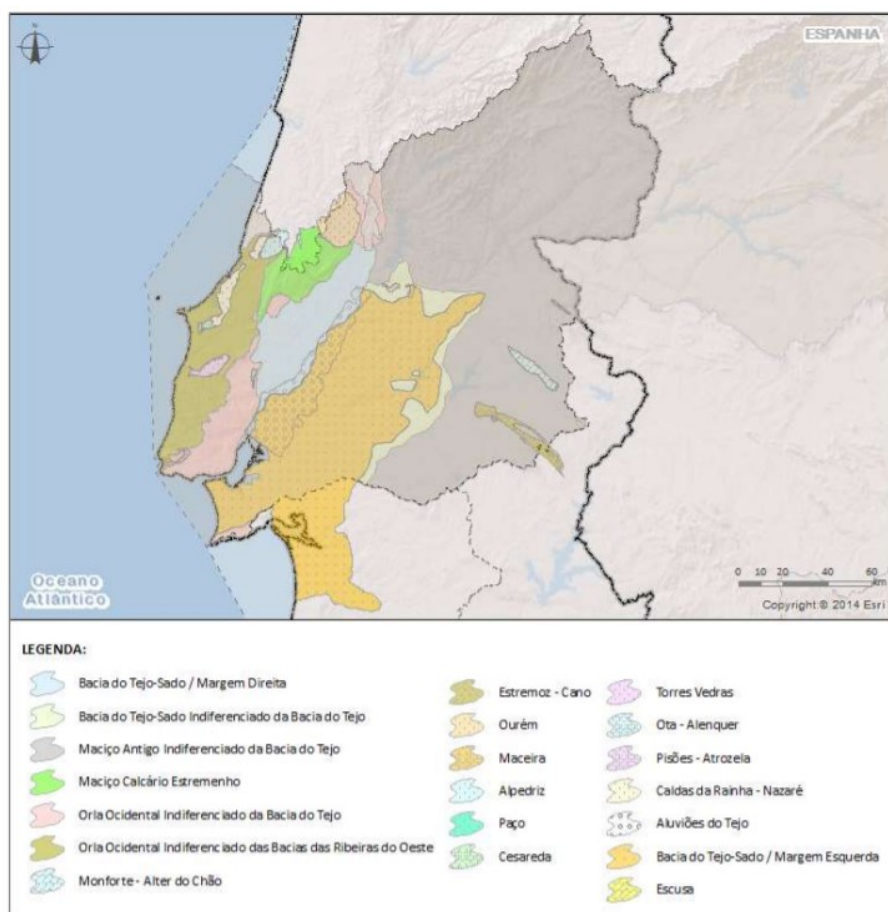


Figura 13 – Delimitação das Massa de água Subterrânea da Região Hidrográfica Tejo e das Ribeiras do Oeste (RH5)

Fonte: Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021

Na RH5 existem captações de água subterrânea destinadas à produção de água para consumo humano, que abrangem 19 massas de água. No concelho do Belmonte existem quatro furos de captação para abastecimento de água público.

A massa de água subterrânea do Maciço Indiferenciado da Bacia do Tejo, tem uma área de 14268,15Km², apresenta uma recarga média anual a longo prazo de 1006,48hm³/ano, e abrange todo o concelho de Belmonte.

Relativamente à classificação do estado da massa de água no 2º ciclo (2016-2021) apresenta um estado químico e um estado quantitativo Bom.



Figura 14 – Enquadramento Territorial da Massa de água Subterrânea da Maciço Indiferenciado da Bacia do Tejo

Fonte: Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021

6.3.1.3. CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM

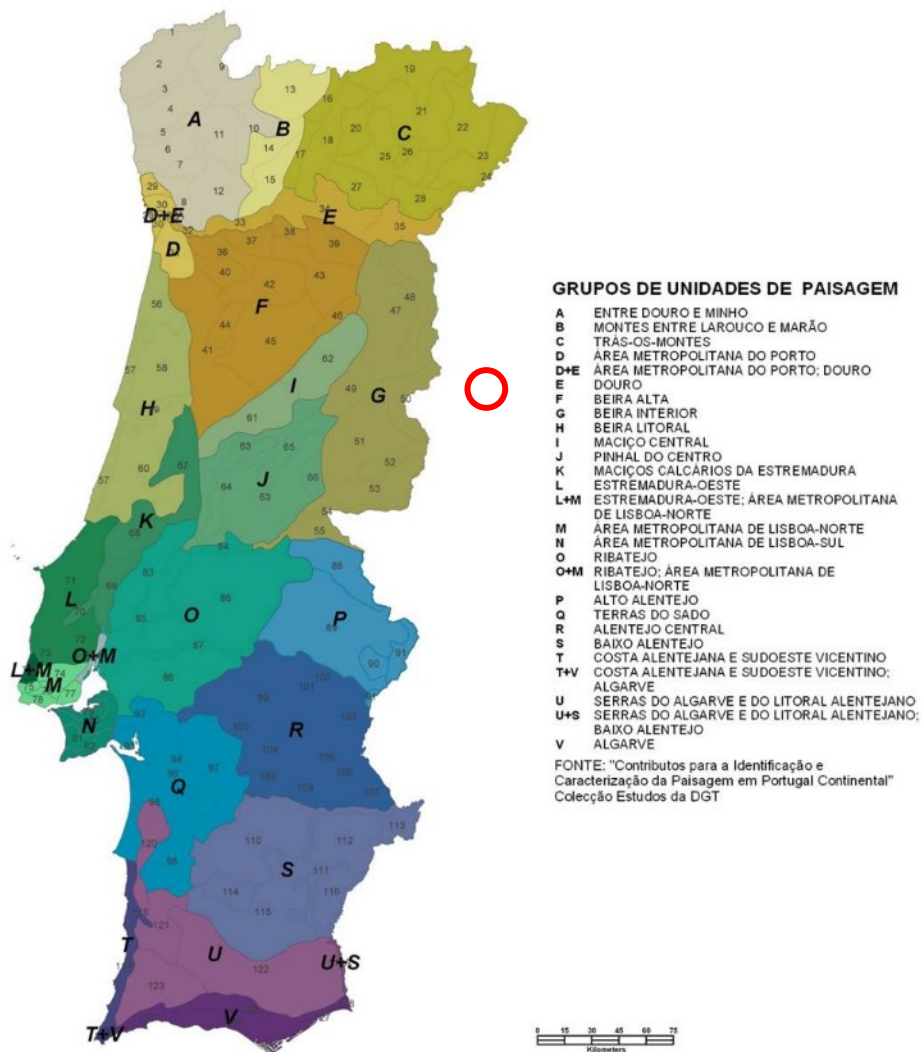
Nos termos da Convenção Europeia das Paisagens (Conselho da Europa 2000) é reconhecido que a paisagem integra o património natural e cultural europeu, contribuindo de uma forma marcante para a construção das culturas locais e para a consolidação da identidade europeia, sendo também um elemento fundamental na qualidade de vida das populações. Dados as dinâmicas históricas e os gradientes de humanização crescentes, conclui-se que as paisagens estão em elevado estado de transformação, que urge analisar e monitorizar, sendo essencial para o efeito a sua aprofundada caracterização.

A paisagem passa a ser juridicamente reconhecida, como elemento fundamental da qualidade de vida das populações, expressão da diversidade do seu património comum, tanto cultural como natural e, portanto, como parte importante da sua identidade. Para a sua gestão devem então ser implementadas medidas e ações que envolvam a generalidade dos agentes, integrando a Paisagem nas políticas alargadas de ordenamento e de planeamento. Para atingir graus de assertividade na gestão e monitorização da paisagem, é fundamental proceder à sua caracterização, encontrando na forma final da diversidade dos aspetos que as definem e distinguem enquanto Unidades de Paisagem.

As Unidades de Paisagem são áreas em que a paisagem se apresenta com um padrão específico, a que está associado um determinado carácter. Possuem características relativamente homogéneas, não por serem exatamente iguais, tomando em consideração a multiplicidade de fatores que condicionam a paisagem, tanto aqueles que dizem respeito à componente mais objetiva, ou material, como à componente mais subjetiva. Caracterizam-se como uma propriedade distinta de cada paisagem que inter-relaciona todas as suas componentes, naturais e culturais, e que lhe confere uma determinada identidade. De acordo com o estudo desenvolvido para a DGOTDU, no âmbito da caracterização de Unidades de Paisagem pela Universidade de Évora: "Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental"⁵, foram identificadas de 128 unidades de paisagem, associadas em 22 grupos.

⁵ DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. *Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*: Vol. II. Grupos de Unidade de Paisagem Grupos de Unidades de Paisagem A-E (Entre Douro e Minho a Douro) (Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, Universidade de Évora). Lisboa: DGOTDU, 2004.

Figura 32| Grupo de Unidades de Paisagem



Fonte: DGT

O concelho de Belmonte enquadra-se no Grupo de Unidades de Paisagem – G – Beira Interior, que integra uma Unidade de Paisagem, designadamente a UP 49 – Cova da Beira que ocupa a totalidade do concelho.

“Entre as duas grandes montanhas, aparece a Cova da Beira, revestida de enfeites por diversas culturas. Pinheiros viçosos, opulentos carvalhos, matas de castanheiros bravos que orgulhosamente esperam o seu ano de corte, alternam com talhões de vinha e pomar, com extensas várzeas de milho por onde circulam ribeiros claros, como veias abertas no solo, para gosto e prosperidade da gente. (...)

as águas das montanhas, a olhos e a alma em permanente sortilégio de cores. Pelas mimosas quintas onde toda a terra é semeada, menos a eira, todos os anos amadurecem os frutos em desafio aos mais exigentes paladares, as cerejas enrubescem e cintilam como jóias.” (Guia de Portugal, Vol III, Tomo II, 1985).⁶

Figura 33| Unidade de Paisagem Cova da Beira



Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

Extremamente rica e diversificada, a paisagem da Cova da Beira espelha a fertilidade do solo através de uma divisão de parcelas pequenas, mas com uma intensidade de exploração agrícola, que se multiplica na enorme variedade de usos, passando por algumas matas de pinheiros ou carvalhos, até olivais, pomares, vinha, cereais de sequeiro ou regadio, hortícolas, etc, em parte pela abundância de água em todo o padrão da paisagem. Apesar de contribuírem para a diversidade da paisagem, as sebes de compartimentação dos campos não são muito frequentes.

A Cova da Beira corresponde a uma bacia de abatimento com aproximadamente 30 km de comprimento e 12 km de largura máxima, apresenta-se como uma zona predominantemente plana, localizada entre as serras da Estrela e da Gardunha, sendo atravessada no sentido longitudinal pelo rio Zêzere. Os maciços das serras da Estrela e da Gardunha, oferecem uma proteção, que influencia o clima desta zona, proporcionando um inverno frio e seco, e um verão quente, apresentando características continentais.

Esta paisagem é também caracterizada pela densidade e dispersão do povoamento, acompanhado também por uma densa rede de vias de comunicação, para além da diversidade dos usos agrícolas e de algumas manchas florestais.

⁶ In Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, Universidade de Évora). Lisboa: DGOTDU, 2004.

Tabela 14| Caracterização da Unidade de Paisagem da Cova da beira

UNIDADE DE PAISAGEM	
49 - Cova da Beira	
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Beira Interior
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	Parte dos concelhos de Guarda, Covilhã, Belmonte, Sabugal, Fundão e Penamacor
PRINCIPAIS CENTROS URBANOS	Fundão, Belmonte e Covilhã (na transição)
ÁREA APROXIMADA	590 km ²
CARACTERIZAÇÃO PARTICULAR	
ELEMENTOS SINGULARES	Albufeira da Meimoa
PONTOS E LINHAS PANORÂMICAS	- Miradouro e outros pontos panorâmicos na estrada Covilhã - Penhas da Saúde. - Algumas vistas a partir da Covilhã. - Castelo de Belmonte.
OUTRAS PARTICULARIDADES	Produtos classificados como de qualidade pelo Ministério da Agricultura e direta ou diretamente relacionados com a paisagem: Azeite da Beira Alta, Azeite da Beira Baixa, Cabrito da Beira, Borrego da Beira, Cereja da Cova da Beira, Pêssego da Cova da Beira e Maçã da Cova da Beira, Queijo Amarelo da Beira Baixa, Queijo Picante da Beira Baixa e Queijo de Castelo Branco. Vinho com indicação de Proveniência Regulamentada da Cova da Beira.
ORDENAMENTO, DIAGNOSTICO E GESTÃO DA PAISAGEM	
FIGURAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	PDM dos concelhos de Guarda, Covilhã, Belmonte, Sabugal, Fundão e Penamacor.
DIAGNÓSTICO DA PAISAGEM	<p>Esta paisagem tem uma clara identidade, associada ao mosaico diversificado e especificidade da atividade agrícola, numa situação de “cova” dominada pela presença fortíssima dos maciços envolventes da Estrela e Gardunha. No geral, verifica-se uma coerência dos usos com características biofísicas. No entanto, existem exceções com algum significado, particularmente junto aos principais centros urbanos (Covilhã e Fundão) e ao longo das estradas, em que se assiste a uma ocupação, desordenada de zonas baixas com construção dos mais variados tipos (armazéns, instalações industriais, habitações, equipamentos). Outra exceção é construção do IP2, com um traçado que se afastou da localização mais correta do ponto de vista paisagístico (que seria na base da encosta da serra da Estrela, por onde passa a EN 18); a maior facilidade de construção desta via, bem no interior da Cova da Beira veio, no entanto, introduzir um elemento perturbador dos usos e funções desta zona. Esta unidade de paisagem terá uma “riqueza biológica” baixa a média, resultante da intensidade dos sistemas agrícolas dominantes, da densa rede viária e de outros fatores de artificialismo do maio (edificação dispersa, intervenções no rio Zêzere, etc.). Não se encontram referências à presença de espécies vegetais ou animais com elevado interesse para a conservação.</p>

ORIENTAÇÕES DE GESTÃO

Nesta unidade justifica-se um esforço de ordenamento acrescido no sentido de explorar de forma equilibrada as enormes aptidões agrícolas presentes. Assim, há que encontrar os meios para:

- Manter a diversidade no mosaico de usos, em simultâneo com a tendência para o aumento das áreas das parcelas e das explorações agrícolas;
- Minimizar os impactes ambientais negativos, principalmente através da aplicação de boas práticas agrícolas que preservem os recursos fundamentais para esta atividade - o solo e a água;
- Compensar aqueles impactes, nomeadamente através da concretização de uma rede de proteção e valorização ambiental (sebes, galerias ripícolas, maciços arbóreos em situações marginais para a agricultura, qualificação da rede de drenagem natural, etc.);
- Impedir a dispersão edificada, principalmente ao longo das estrada e caminhos.

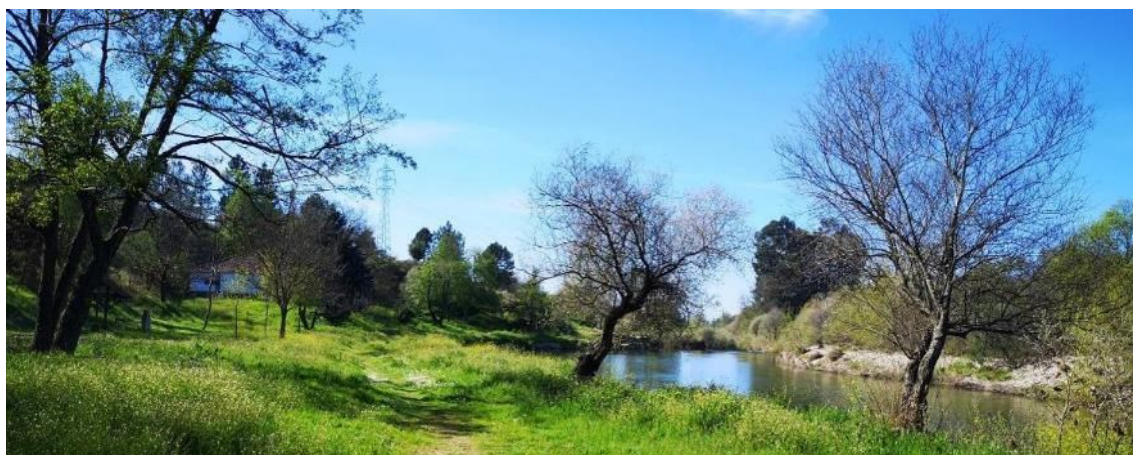
Fonte: Adaptado: Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. (Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, Universidade de Évora). Lisboa: DGOTDU, 2004.

6.3.1.1. PATRIMÓNIO NATURAL

O concelho de Belmonte tem uma localização privilegiada, adjacente ao Parque Natural da Serra da Estrela e limitado a oeste pelo rio Zêzere, atributos que concedem a esta região características ímpares e singulares com magníficas lugares e paisagens.

Figura 34| Exemplos das diferentes paisagens no território de Belmonte





Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

No entanto, é de destacar a Serra da Esperança, como património Natural de Belmonte. Situa-se num Inselberg, forma residual que apresenta feições variadas tal como a crista, cúpula e domo, cujas encostas mostram declives acentuados, dominando uma superfície de aplanamento superior da Cova da Beira.



Figura 35| Serra da Esperança com vista sobre a Serra da Estrela



Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

Do ponto de vista florestal, nas matas predominam o carvalho negral (*Quercus pyrenaico*), pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), sobreiro (*Quercus suber*) e azinheira (*Quercus ilex*). Existência de uma fauna com espécies próprias dos meios cerealíferos abertos e das zonas húmidas.

Os geosítios correspondem a elementos de interesse natural ou paisagístico onde se verifica uma associação equilibrada entre o homem e a natureza, cujo valor cultural, natural ou social, lhes confere uma considerável relevância patrimonial, correspondendo aos elementos identificados⁷:

Código	Nome	
GW6	<p>Inselberg de Belmonte</p> <p>O inselberg de Belmonte, que culmina a 758 metros de altitude, destaca-se da superfície de aplanamento de Castelo Branco que o rodeia, a cerca de 380 metros de altitude, proporcionando enormes vantagens defensivas que levaram à implantação do Castelo. O granito da Covilhã que compõe o grande domo maciço tem uma idade de aproximadamente 310 milhões de anos, mas a forma de relevo é mais recente, sendo certamente anterior à elevação da Estrela.</p>	
POP4	<p>Miradouro de Penha de Águia</p> <p>Este geossítio é caracterizado pela presença de um tor, de onde é possível um panorama para a superfície da Cova da Beira e o seu contacto com a Cordilheira central Portuguesa através da falha Teixoso-Tortosendo. A sua posição cimeira permite ainda observar o inselberg de Belmonte, forma de grande escala associada a processos de modelado de alteração granítica, destacando-se da superfície de aplanamento de Castelo Branco que o rodeia. É possível ainda identificar nas imediações do local alguns indícios de ocupação humana.</p>	

6.3.1.2. FLORA E FAUNA

A conservação da natureza e da biodiversidade constitui também um motor de desenvolvimento local e regional, associado à identificação de caracteres próprios e distintivos que urge valorizar, através de uma atividade de gestão e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, com o envolvimento e participação de toda a sociedade, numa lógica de benefício comum.

⁷ Geopark Estrela, abril 2020

FLORA E VEGETAÇÃO

A vegetação, enquanto coberto estruturado de um conjunto de espécies que se associam de acordo com as condições do meio e as relações entre eles, foi abordada sob 3 diferentes formas: ecológica, fitogeográfica e sinfitossociológica. Estas três abordagens têm como base a vegetação potencial, isto é, a comunidade vegetal estável que existiria no concelho, como consequência de uma sucessão vegetal progressiva, se o Homem deixasse de interferir e alterar os ecossistemas.

No estudo da flora são elencadas as espécies que se encontram no concelho. Como seria de esperar muitas das espécies identificadas na área de estudo encontram-se referidas nas diversas abordagens efetuadas para a vegetação.

A identificação e estudo da flora e da vegetação apresenta especial interesse não só em termos de biodiversidade e conservação da natureza, mas também para utilização como espécies com interesse para a floresta de proteção ou mesmo de produção, e como espécies ornamentais a utilizar em espaços verdes do concelho que requeiram um baixo nível de manutenção.

DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAÇÕES VEGETAIS

Na distribuição das associações vegetais naturais são preponderantes as características ecológicas dos locais, quer ao nível das características do clima (temperatura média anual e a temperatura mínima, a pluviosidade e a sua distribuição ao longo do ano e a humidade relativa), quer ao nível das características do relevo e subsolo.

A abordagem ecológica baseia-se na silva climática onde são consideradas espécies arbóreas indicadoras do clima e também em índices de caracterização termo-pluviométricos. O Concelho de Belmonte insere-se na "Zona de Predominância do Carvalhal da Zona Continental Seca e Fria⁸". Este zonamento tem por base as características climáticas da região descritas por temperaturas baixas de inverno (ventos frios e secos e eventualidade de neve) e um Verão com temperaturas elevadas, humidade relativa baixa e um largo período de seca estival.

Segundo os autores, baseados em trabalhos do Prof. João Carvalho e Vasconcelos e do Mapa de Distribuição dos Carvalhos em Portugal deste Prof. e do Prof. João Amaral Franco, as espécies presentes nesta zona são o carvalho negral, carvalho roble, sobreiro, azinheira, pinheiro manso, medronheiro, videiro, tramazeira, catapereira, cerejeira-brava, azevinho, pilriteiro, abrunheiro bravo, teixo, giesteira das vassouras, giesteira branca, amieiro-negra, arando, roseira-brava e o zimbro. Ainda segundo estes autores, esta é a zona limite do Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) devido à neve e à secura atmosférica.

De acordo com a classificação da Planta de Zonas Fitogeográficas do "Atlas do Ambiente Digital – Instituto do Ambiente", da responsabilidade do Prof. João Manuel Paes do Amaral Franco, o território

⁸A "Árvore em Portugal", de Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, Assírio e Alvim, Lisboa, 1999.

Português está dividido em várias zonas fitogeográficas, separadas entre si pela linha da queda pluviométrica anual dos 1250-1500 mm e por diferenças geológicas. Estas grandes zonas subdividem-se em zonas mais específicas de acordo com o índice de aridez, altitude e natureza das características geológicas.

Na referida planta a área de intervenção encontra-se na denominada “Zona norte” e “Zona Centro”. O norte do Concelho de Belmonte pertence à “Zona norte”, subdivisão Nordeste, (índice de aridez superior a 30%), à denominada Terra fria, com cotas acima dos 500 m e predominância do Carvalho Negral (*Quercus pyrenaica*).

Para esta zona são descritas as seguintes espécies:

NOME BOTÂNICO	NOME COMUM
<i>Quercus pyrenaica</i>	Carvalho Negral
<i>Rumex papillaris</i>	
<i>Aconitum napellus subsp. lusitanicum</i>	
<i>Holosteum umbellatum</i>	
<i>Ranunculus nodiflorus</i>	
<i>Arabis glabra</i>	
<i>Saxifraga carpetana subsp. carpetana</i>	
<i>Saxifraga dichotoma</i>	
<i>Sorbus latifolia</i>	Mostajeiro
<i>Cytisus multiflorus</i>	Giesteira branca
<i>Echinopartum ibericum</i>	Caldoneira
<i>Genista micrantha</i>	
<i>Vicia onobrychioides</i>	
<i>Trifolium medium subsp. medium</i>	
<i>Euonymus europaeus</i>	
<i>Armeria transmontana subsp. transmontana</i>	
<i>Galium rivulare</i>	
<i>Lithospermum officinale</i>	
<i>Echium vulgare</i>	Viperina
<i>Lavandula pedunculata subsp. pedunculata</i>	
<i>Veronica triphyllos</i>	
<i>Rhinanthus minor</i>	Galocrista
<i>Knautia arvensis</i>	
<i>Filago lutescens subsp. lutescens</i>	
<i>Scorzonera hispanica</i>	
<i>Crepis pulchra</i>	
<i>Avenula bromoides subsp. bromoides</i>	
<i>Phleum pratense subsp. pratense</i>	
<i>Alopecurus aequalis</i>	
<i>Alopecurus rendlei</i>	
<i>Stipa lagascae</i>	

O restante território em estudo pertence à grande “Zona Centro”, Subdivisão Leste, que compreende os territórios a Leste e sul da Bacia do Zêzere, até à área da Serra de São Mamede.

No Centro-Leste distinguem-se duas divisões: o Centro-Leste de Campina, que engloba uma pequena porção de território a Oeste do Concelho, junto ao Rio Zêzere, correspondendo à zona de planalto (próximo da cota 400 m), em que predomina a Azinheira (*Quercus rotundifolia*); e o Centro-Leste Montanhoso que abrange a maior parte do Concelho, em que predomina o Carvalho Negral (*Quercus pyrenaica*).

Dependendo da subdivisão em que se encontra são descritas pelo Prof. João Manuel Paes do Amaral Franco como plantas típicas da região:

- **Centro-Leste de Campina**

NOME BOTÂNICO	NOME COMUM
<i>Juniperus oxycedrus</i>	Junípero
<i>Quercus rotundifolia</i>	Azinheira
<i>Quercus faginea</i>	Carvalho cerquinho
<i>Celtis australis</i>	Lodão
<i>Ulmus procera</i>	Ulmeiro
<i>Viscum cruciatum</i>	
<i>Rumex roseus</i>	
<i>Rumex pappularis</i>	
<i>Retama sphaerocarpa</i>	Piorno amarelo
<i>Flueggea tinctoria</i>	
<i>Euphorbia welwitschii</i>	
<i>Euphorbia matritensis</i>	
<i>Euphorbia nicaeensis</i>	
<i>Daucus setifolius</i>	
<i>Armeria transmontana subsp. aristulata</i>	
<i>Lamium bifidum subsp. bifidum</i>	
<i>Phlomis herba-venti</i>	
<i>Centratherus calcitrapae subsp. trichocarpus</i>	Calcitrapa
<i>Centaurea aristata subsp. exilis</i>	
<i>Centaurea. alba subsp. strepens</i>	
<i>Avenula bromoides subsp. pauneroi</i>	

- **Centro-Leste montanhoso** (a maior parte da área sul de algumas espécies do Noroeste Montanhoso):

NOME BOTÂNICO	NOME COMUM
<i>Quercus pyrenaica</i>	Carvalho Negral
<i>Rumex acetosa subsp. planellae</i>	
<i>Papaver argemone</i>	Papoila longa peluda
<i>Sedum pruinaum</i>	
<i>Geum urbanum</i>	Erva-benta

<i>Pyrus cordata</i>	Escalheiro
<i>Cytisus multiflorus</i>	Giesteira branca
<i>Echinopartum ibericum</i>	
<i>Genista micrantha</i>	
<i>Lathyrus niger</i>	
<i>Acer pseudoplatanus</i>	Bordo
<i>Selinum carvifolia</i>	
<i>Pulmonaria longifolia</i>	
<i>Knautia arvensis</i>	
<i>Laucanthemopsis flaveola subsp. alpestris</i>	
São próprias desta área:	
<i>Verlotiorum lamotte</i>	
<i>Jurinea humilis</i>	
<i>Centaurea rothmalerana</i>	
<i>Asphodelus bento-rainhae</i>	

As formações naturais características do nosso país foram profundamente alteradas, a que Belmonte não é exceção. No início da Monarquia foram desbastadas muitas das nossas florestas, mas as transformações mais profundas ocorrem sobretudo a partir do século XIX/XX devido sobretudo à agricultura e introdução maciça de espécies florestais, nomeadamente o pinheiro bravo e o eucalipto, com interesse económico.

A estas atividades junta-se o pastoreio descontrolado nas serras e a introdução de espécies arbóreas exóticas pelos Serviços Florestais, o que conduziu a uma acentuada destruição da flora natural herbácea e arbustiva.

Em termos de **Sinfittossociologia**, ciência baseada na fitossociologia que estuda o conjunto das comunidades vegetais relacionadas entre si pelo mesmo processo de sucessão, interessa primeiro identificar a unidade biogeográfica em que se insere e de seguida as séries de vegetação presentes nessas unidades.

Em termos biogeográficos, o concelho de Belmonte situa-se no Reino Holoártico, Região Mediterrânea Ocidental, Super-Província Mediterrâneo-iberoatlântica, Província Carpetano-Iberico-Leonesa e abrange dois sectores (Rivas-Martinez, 1987):

- Sector Estrelense
- Superdistrito Zezerense
- Sector Salmantino
- Superdistrito Altibeirense

Em cada unidade biogeográfica podem ocorrer uma ou mais séries de vegetação, comunidades vegetais que se podem encontrar num espaço homogéneo do ponto de vista ecológico como resultado do

processo de sucessão, que inclui todos os tipos de vegetação representativos do ecossistema vegetal desde as comunidades iniciais (prados), passando pelas etapas de substituição até à etapa madura (Clímax).

Na unidade biogeográfica Superdistrito Altibeirense em termos de vegetação potencial surge a série supramesomediterrânea salmantina e orensana-sabriense subhúmida siliciosa do carvalho de negral *Genisto falcatae-Querceto pyrenaicae sigmetum*. Para esta série são bioindicadores:

- Bosque – *Quercus pyrenaica*, *Genista falcata*, *Luzula forsteri*, *Teucrium scorodonia*;
- Matorral denso – *Cytisus scoparius*, *Cytisus multiflorus*, *Genista hystrix*, *Pteridium aquilinum*;
- Matorral degradado – *Echinopartum ibericum*, *Cistus laurifolius*, *Calluna vulgaris*, *Santolina semidentata*;
- Pastagens - *Agrostis castellana*, *Dactylis hispânica*, *Aira praecox*.

Na unidade biogeográfica Superdistrito Zezerense surgem 2 séries de vegetação potencial: a Série mesomediterrânea luso-estremadurenses sub-húmida e húmida do sobreiro *Sanguisorbo agrimonioidis-Querceto suberis sigmetum* e a Série mesomediterrânea luso-estremadurenses húmida do carvalho negral *Arbuto unedonis-Querceto pyrenaicae sigmetum*.

Cada série de vegetação apresenta nas diferentes etapas sucessionais (bosque, matorral denso, matorral degradado e pastagens) espécies vegetais utilizadas para destacar propriedades do meio a que se chama bioindicadores. Para a primeira série destacam-se os seguintes bioindicadores:

- Bosque - *Quercus suber*, *Sanguisorba agrimonioides*, *Paeonia broteroi*, *Luzula forsteri*;
- Matorral denso – *Arbutus unedo*, *Erica arborea*, *Phillyrea angustifolia*, *Adenocarpus telonensis*;
- Matorral degradado – *Erica umbellata*, *Halimium ocymoides*, *Calluna vulgaris*, *Lavandula luisieri*;
- Pastagens - *Agrostis castellana*, *Festuca ampla*, *Airopsis tenella*.

No caso da série mesomediterrânea luso-estremadurenses húmida do carvalho negral *Arbuto unedonis-Querceto pyrenaicae sigmetum* os bioindicadores são:

- Bosque – *Quercus pyrenaica*, *Arbutus unedo*, *Daphne gnidium*, *Teucrium scorodonia*;
- Matorral denso - *Arbutus unedo*, *Viburnum tinus*, *Erica arborea*, *Rubus ulmifolius*;
- Matorral degradado – *Erica umbellata*, *Halimium ocymoides*, *Polygala microphylla*, *Cistus psilosepalus*;
- Pastagens – *Avenula sulcata*, *Stipa gigantea*, *Agrostis castellana*.

Com base nas séries de vegetação, Rivas-Martínez (1987) identifica nos planos de repovoamento florestal as espécies que melhor se enquadram nas comunidades locais e restantes componentes biofísicas do território. Nas séries indicadas para o concelho as espécies com interesse são a *Castanea sativa*, *Quercus rotundifolia*, *Quercus faginea ssp. broteroi* (*Quercus broteroi* segundo Rivas-Martínez).

ANÁLISE FISIONÓMICA

A vegetação natural/semi-natural no concelho de Belmonte tem a sua maior expressão nas galerias ripícolas (vegetação ribeirinha), nos matos e nas áreas agrícolas. Com menor expressão surgem os carvalhais e espaços florestais de pinhal.

O estrato arbóreo é dominado pelo pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) com fins de exploração e nas galerias ripícolas. Nas manchas florestais surgem ocasionalmente, como espontâneos, o carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) e o sobreiro (*Quercus suber*). Estas espécies podem ainda ocorrer nos redutos de flora climácica. Nos terrenos mais declivosos, em pequenas manchas, surge ainda o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*).

Na galeria ripícola destacam-se os amieiros, (*Alnus glutinosa*), freixos (*Fraxinus angustifolia*) e salgueiros (*Salix spp.*).

O estrato arbustivo domina nos matos, sob a forma de giestais e com menos frequência em urgeirais. Nos giestais dominam a giesta (*Cytisus multiflorus* e *Cytisus striatus*), o rosmaninho (*Lavandula pedunculata*), a urze-branca (*Erica arborea*) entre outras.

Quanto ao estrato herbáceo, toma expressão nas charnecas, limites das áreas agrícolas (searas, pomares e hortas sem tratamentos), bermas das estradas e áreas percorridas por incêndios. No estrato herbáceo encontramos a *Briza maxima*, *Digitalis purpurea subsp purpurea*, *Prunella vulgaris subsp. vulgaris*, entre outras e os fetos *Blechnum spicatum*, *Osmunda regalis* e *Pteridium aquilinum*.

A compilação das espécies que se encontram no concelho foi efetuada com base em informação disponível em bibliografia, complementada com os dados recolhidos em saídas de campo, com vista a confirmação de alguns exemplares. A informação apresenta-se dividida pelos diversos estratos, árvores, arbustos e herbáceas e dentro destas por famílias (Listagem das Espécies vegetais).

FAUNA

A metodologia utilizada para a caracterização das comunidades faunísticas foi desenvolvida segundo uma abordagem a nível regional e local. Os dados apresentados foram recolhidos em bibliografia disponível e com base em estudos já existentes para a região, complementada pela observação direta em saídas de campo. A metodologia baseou-se principalmente em dois aspetos: reconhecimento e tratamento dos dados.

O reconhecimento correspondeu à fase de pesquisa de elementos, perceção e caracterização da área de estudo através de visitas ao campo. A análise da carta de ocupação do solo e das bases bibliográficas disponíveis e visitas de campo permitiu a elaboração de uma lista de espécies presentes no Concelho. Foi igualmente realizada uma pesquisa da legislação de maior relevo ao nível dos recursos faunísticos.

No que respeita às observações de campo levantaram-se algumas dificuldades uma vez que muitos dos animais apresentam hábitos noturnos ou crepusculares tornando-se de difícil observação. No caso da

avifauna, a complexidade do seu ciclo anual e a ocorrência de um grande número de espécies migradoras, faz variar fortemente a composição das comunidades, ao longo do ano, sendo difícil a sua observação. Assim algumas das espécies incluídas na listagem não puderam ser confirmadas em visitas, mas surgem em bibliografia da região.

O tratamento dos resultados teve como base as espécies referenciadas para a área de estudo. A presença de uma espécie foi considerada provável quando, não estando confirmada, ocorre em biótopos semelhantes aos existentes na área de estudo e em zonas relativamente próximas. Toda a informação recolhida foi organizada por classes e famílias referindo-se o seu estatuto de conservação a nível nacional e ainda pela legislação específica, referindo-se os seguintes aspetos da ecologia das espécies.

Em consequência da sua raridade, do seu carácter endémico entre outros, muitas espécies estão abrangidas por disposições legais sobre a sua conservação, quer enquanto indivíduos, quer pelo seu "habitat". Sempre que se justifique indica-se a legislação, nacional e comunitária, que abrange as espécies referenciadas.

São de destacar as Diretivas das Aves sobre a conservação de aves selvagens, estabelecendo a conservação das aves, ovos, ninhos e habitats, para os quais foram criadas, para as espécies listadas como ameaçadas, Zonas de Proteção Especial (ZPE) ao nível dos Estados membros (79/409/CEE de 2 Abril de 1979), a Diretiva de Habitats cujo objetivo principal é o estabelecimento de uma rede de áreas protegidas em toda a União Europeia, denominada REDE NATURA 2000 (92/43/CEE de 21 Maio de 92), e a Convenção de Berna (Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos "Habitats" Naturais da Europa, adotada em 1979 entrando em vigor em 1982. A sua regulamentação em Portugal decorre da aplicação do Decreto-Lei n.º 316/89 de 22 de setembro e da Convenção de Bona (Conservação sobre Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem (terrestres e marinhas))⁹, que entrou em vigor em 1983. Portugal aprovou para ratificação a referida convenção através do Decreto-Lei n.º 103/80 de 11 de outubro.).

Salienta-se ainda a legislação relativa as espécies com valor cingético existentes no Concelho, de acordo com Decreto-Lei 43/90 de 8 de fevereiro.

1) Estatuto de Conservação – Com base nos critérios da União Europeia para a Conservação da Natureza, e de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal as espécies inventariadas foram classificadas de acordo com o seu estatuto de conservação. As classes utilizadas foram as seguintes:

⁹ Entrou em vigor o DL n.º38/2021, de 31 de maio, revogando o DL 316/89 e regulamentando a Convenção de Bona.

- **Em perigo (E)** – Considera-se em perigo quando a sua sobrevivência seja improvável se as condicionantes limitantes continuarem a atuar. Inclui a taxa que se julga em perigo iminente de extinção devido a se verificar uma diminuição populacional a um nível crítico ou pelo seu habitat ter sido drasticamente reduzido.

- **Vulnerável (V)** – Entram na categoria de provável extinção num futuro próximo as taxas cujos fatores limitantes que sobre estes atuam persistirem. Encontram-se nesta classe as populações que sofrem regressão acentuada devido a sobre-exploração, ampla destruição do habitat ou outro fator que determine regressão, bem como as que estão gravemente reduzidas e cuja sua sobrevivência não está garantida ou ainda populações atualmente abundantes, mas que se encontram sobre ameaça de sérios fatores de regressão a nível nacional.

- **Raro (R)** – Grupos taxonómicos com populações nacionais de efetivos reduzidos, e que não se englobam nas categorias anteriores. Engloba principalmente populações com distribuições geográficas restritas ou esparsas em áreas extensas.

- **Indeterminado (I)** – Grupo taxonómico sobre o qual existe pouca informação disponível, sabendo-se que estes pertencem às categorias descritas anteriormente, mas não se consegue decidir com base nas informações disponíveis em que classes se integram.

- **Insuficientemente conhecido (K)** – Taxa que se suspeita pertencerem às categorias anteriores, mas não se tem a certeza devido à falta de informação.

- **Não ameaçado (NT)** – Grupo taxonómico que não se inclui em nenhuma das categorias anteriores. Devido à grande mobilidade da maioria destas espécies, listaram-se aquelas sobre as quais obtivemos referências bibliográficas ou outras, o que não implica que estas existam permanentemente no concelho ou pelo contrário, que pela sua raridade existam e não foram detetadas.

Alguma da informação pode estar de algum modo desatualizada, nomeadamente os dados retirados do Livro Vermelho dos Vertebrados (com dados referentes a 1990-1993), visto ser uma obra em constante atualização, e encontrando-se neste momento este documento em revisão não estando ainda disponível para consulta.

2) De acordo com as informações recolhidas foi igualmente possível distribuir as espécies inventariadas de acordo com a sua abundância na área de estudo, de acordo com as seguintes classes:

- - MC – Muito comum;
- - C – Comum;
- - ESC – Escassa;
- - R – Rara;
- - MR – Muito rara;

- - X – Dada como existente não havendo dados sobre a sua abundância.

No caso dos mamíferos, Anfíbios e Repteis, visto não existirem estimativas de populações regionais é indicado sempre que possível a abundância em Portugal

3) Fenologia - devido à complexidade do ciclo anual de muitas espécies, principalmente as aves, houve necessidade de classificar a avifauna de acordo com o tipo de permanência no Concelho/região ao longo do ano. As classes adotadas são as aconselhadas por Matos (1984).

- - Rn – Sedentários ou Residentes cuja nidificação no Concelho está comprovada ou é fortemente suspeitada;
- - R – Sedentários ou Residentes cuja nidificação na área de intervenção é improvável;
- - MN – Migrador nidificante;
- - I – Invernante;
- - MP – Migrador de passagem.

O termo de residente e sedentário referem-se as espécies presentes durante todo o ano, enquanto os três termos seguintes referem-se a espécies migradoras, presentes respetivamente durante a época de reprodução, Inverno, e Primavera ou Outono.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A análise da área em estudo foi efetuada com base nos trabalhos realizados para elaboração da Carta de Ocupação do Solo de Belmonte. O que permitiu confirmar que predomina uma paisagem marcada pela agricultura e pomares e com uma floresta com pouca expressão e muito fragmentada, principalmente pela ação do fogo.

As áreas ribeirinhas são zonas de Elevada Sensibilidade Ecológica, pois possuem uma maior diversidade ecológica. As principais linhas de água apresentam uma densidade de vegetação marginal variável, que acompanham a microestrutura do leito, a oxigenação das águas, a temperatura e profundidade das mesmas pela posição e espaço que ocupam.

Estes fatores criam nuances ecológicas, a que são sensíveis diferentes seres vivos. Nestes locais existem sempre dois grupos de espécies: umas de forte ligação ao meio aquático (ex. rã, sapo, cágado, lontra) e outras do meio adjacente, que ocupam as galerias ripícolas como o pisco-de-peito-ruivo, a toutinegra de barrete preto, o chapim e o tentilhão comum ou aproveitam a textura fina dos solos das suas margens para fazerem as suas tocas (raposa, coelho).

As zonas de Média Sensibilidade Ecológica, incluem um grupo de biótopos (pinhais, zonas agrícolas e pomares) que considerados de forma isolada têm um valor conservacionista variado e muito inferior ao que acontece quando analisado numa visão integrada. Enquanto mosaico diversificado apresenta um

acréscimo de variabilidade e diversidade ecológica, permitindo a existência de comunidades florísticas e faunísticas ubíquistas e de grande capacidade de adaptação à presença humana.

Nas zonas de transição entre o pinhal e as zonas agrícolas, ou em áreas pedregosas dominam os matos. Em muitas situações estas zonas apresentam um solo muito pobre em que apenas certos arbustos sobrevivem (na maioria espécies pioneiras) e desempenham um papel importante no combate à erosão. Das várias espécies faunísticas associadas aos matos, as mais características são talvez o pintaroxo-comum, a toutinegra-de-cabeça-preta, a cobra-de-ferradura e o coelho bravo.

Nos pomares, olivais e vinhas encontram-se diversas espécies, nomeadamente o melro, a toutinegra-de-barreto-preto, o papa-figos, espécies mais comuns nestes habitats.

A redução das áreas cerealíferas deu origem a uma redução da perdiz comum, da codorniz e da lebre.

Aos sistemas policulturais encontram-se associados animais abundantes da família dos roedores, a raposa, a cotovia-de-poupa e várias espécies da Família *Fringilidae* (ex. chamariz, pintassilgo, verdilhão, tentilhão).

As zonas de Baixa Sensibilidade Ecológica são constituídas por áreas áridas, pedregosas, em que a pobreza orgânica dos solos associada aos fogos florestais frequentes, proporciona a implementação de um sub-bosque geralmente baixo, ralo, floristicamente pobre, onde predominam as estevas, tojo, rosmaninho. Nestes habitats encontram-se aves como a Cegonha branca (*Ciconia ciconia*) e a Cotovia pequena (*Lullula arborea*) e répteis e anfíbios como o Sapo de unha negra (*Pelobates cultripes*) e o Sapo corredor (*Bufo calamita*).

FAUNA TERRESTRE

A fauna terrestre foi caracterizada e analisada de acordo com a metodologia anteriormente descrita. A mobilidade associada à fauna permite assumir que algumas espécies, apesar de não terem sido identificadas na área de estudo nem surgirem na bibliografia consultada, possam ocorrer, uma vez que são características dos biótopos presentes no Concelho. As espécies listadas em bibliografia ou identificadas em visitas de campo são apresentadas em anexo no final do relatório.

Ao longo do trabalho foram referenciadas 46 espécies de aves que ocorrem no concelho com base na bibliografia disponível e em visitas de campo, representando cerca de 17% das espécies que ocorrem regularmente no território continental. Contudo, verificou-se que em áreas limítrofes, em que ocorrem biótopos semelhantes aos existentes no Concelho foram inventariadas mais 28 espécies, que não estão referenciadas como existindo no Concelho no entanto é Provável a sua ocorrência, nomeadamente: Andorinha das chaminés (*Hirundo rustica*), Petinha dos prados (*Anthus pratensis*), Toutinegra de cabeça (*Sylvia melanocephala*), Carriça do mato (*Sylvia undata*), Estrelinha de poupa (*Regulus ignicapillus*), Felosa comum (*Phylloscopus collybita*), Felosa musical (*Phylloscopus trochilus*), Papa-moscas-cinzento

(*Muscicapa striata*), Papa-moscas-preto (*Ficedula hypoleuca*), Rabirruivo preto (*Phoenicurus ochrurus*), Cartaxo comum (*Saxicola torquata*), Tordo músico (*Turdus philomelos*), Fuinha dos juncos (*Cisticola juncidis*), Estorninho preto (*Sturnus unicolor*), Estorninho malhado (*Sturnus vulgaris*), Chapim azul (*Parus caeruleus*), Chapim preto (*Parus ater*), Picanço real (*Lanius excubitor*), Pardal montanês (*Passer montanus*), Pintarroxo (*Achanthis cannabina*), Gaio (*Garrulus glandarius*), Gralha preta (*Corvus corone*), Pega rabuda (*Pica pica*) e Trigueirão (*Miliaria calandra*).

Existe ainda um conjunto de espécies de presa que surgem em alguns pontos das áreas envolventes ao Concelho e embora muito sensíveis à perturbação humana, estas espécies são características de biótopos presentes e dominantes no concelho de Belmonte. São característicos destes meios florestais e mosaicos agrícolas: o Gavião (*Accipiter nisus*), Falcão-tagarote (*Falco subbuteo*) e a coruja do mato (*Strix aluco*), bem como a Águia de asa redonda (*Buteo buteo*, excepto zonas urbanas). Por estas razões é provável que ocorram no concelho mesmo não vindo referenciadas em bibliografia ou observadas em visitas de campo. Ao nível da conservação verifica-se que são espécies muito sensíveis à perturbação direta pelo que se considera necessária a diminuição dos atuais níveis de perturbação.

Em relação aos anfíbios e répteis verifica-se que nas saídas de campo ou na bibliografia consultada foram detetadas várias espécies, verificando-se, contudo, um conjunto mínimo de algumas espécies que embora não existam dados sobre as mesmas para o Concelho surgem em biótopos semelhantes em áreas geográficas muito próximas.

Identificaram-se 17 espécies na área de intervenção e 6 de Provável ocorrência, tais como: Lagarto de água (*Lacerta schreiberi*), Lagartixa do mato (*Psammodromus algirus*), Cobra austríaca (*Coronella austríaca*), Cobra rateira (*Malpolon monspessulanus*), Cobra de água Viperina (*Natrix maura*), Cobra de água de colar (*Natrix natrix*). As espécies confirmadas para a área em estudo encontram-se listadas no Anexo SB.22.

Verifica-se a nível destes grupos taxonómicos, a presença da salamandra das costelas salientes (*Pleurodeles waltii*). Esta espécie apresenta a nível regional e nacional um elevado valor do índice de raridade.

Apresentam-se seguidamente as espécies que apresentam maior valor para a conservação: o Tritão de ventre laranja (*Triturus boscai*) é uma espécie a nível local e regional comum, no entanto rara a nível nacional. O Tritão marmorado (*Triturus marmoratus*), o Sapo de unha negra (*Pelobates cultripes*) são espécies que apresentam elevados valores de raridade tanto a nível local, regional e nacional. Já o Sapo corredor (*Bufo calamita*), a Rã ibérica (*Rana iberica*) e o Lagarto de água (*Lacerta schreiberi*) possuem valores médios /altos para os índices de raridade local e regional, apresentando-se a nível nacional com um índice de raridade muito elevado. A Cobra de ferradura (*Coluber hippocrepis*) é uma espécie que

apresentando valores muito elevados para os índices de raridade local e regional possui valores elevados a nível nacional.

Em relação à Salamandra (*Salamandra salamandra*) e ao Sapo comum (*Bufo bufo*) não se obtiveram dados de raridade a nível do índice regional e local sabendo-se que apresentam menor valor no índice de conservação. No entanto, a nível nacional o sapo comum é bastante abundante, ocupando uma grande variedade de biótopos, quer zonas secas ou húmidas, abertas ou com vegetação densa, cultivadas ou em áreas próximas a habitações; a salamandra encontra-se de norte a sul do país sendo bastante abundante a norte, preferindo habitats de árvores de folha caduca, mas podem ocupar inclusivamente os matagais mediterrâneos.

Como a área de estudo sofre influência das áreas ecológicas contíguas, a migração dos indivíduos contribui para a alteração dos índices, pelo que embora não tenham sido detetadas na bibliografia, nem nas saídas de campo, estão referenciadas para áreas contíguas à área de intervenção. Apresentam biótopos semelhantes e é provável que ocorram a Cobra austríaca (*Coronella austriaca*) e a Cobra de água viperina (*Natrix maura*), bem como as espécies com índices de raridade a nível local, regional e nacional, muito elevados como a Lagartixa do mato (*Psammodromus algirus*), Cobra rasteira (*Malpolon monspessulanus*) e Cobra de água de colar (*Natrix natrix*).

Como foi referido anteriormente são os biótopos aquáticos e ribeirinhos os que apresentam valores mais elevados de riqueza ecológica, pelo que se deverão tomar medidas de preservação e implementação dos habitats a eles associados, como sejam o cágado (*Mauremys leprosa*) e as diversas espécies de sapos. No entanto existem espécies que embora dependentes da água para a sua reprodução preferem a vegetação marginal dos sistemas aquáticos – matos, carvalhos pomares, zonas cobertas pedregosas, tais como o *Bufo calamita* e a *A. Obstetricans*.

Existem ainda espécies que são quase independentes da água preferindo zonas de matos, bosque, carvalhal e áreas rochosas ou de calhau.

Ao nível das espécies de mamíferos encontram-se listadas em anexo as espécies cuja ocorrência foi possível comprovar ao nível da bibliografia existente ou de visitas de campo. Contudo, e como foi referido anteriormente para os anfíbios e reptéis, existem um conjunto de espécies cuja existência é dada como provável por ocorrerem em áreas contíguas ou em biótopos semelhantes aos existentes no Concelho, nomeadamente: Musarinho comum (*Crossidura russula*), Fuinha (*Martes foina*, ocupa habitats constituídos por zonas rochosas, montados de carvalhos, mas também em zonas humanizadas), texugo (*Meles meles*, ocupa habitats que disponibilizem na sua proximidade alimento, tais como montados, hortas, pomares e olivais), Geneta (*Genetta genetta*), prefere habitats com cobertura vegetal densa, zonas rochosas e próximas de pontos de água).

Neste âmbito é ainda de salientar a presença da Lontra (*Lutra lutra*), pois encontra-se em regressão, quer em número de indivíduos, quer em área de distribuição ao nível das populações europeias. Em Portugal esta espécie é ainda frequente e de larga escala de distribuição.

HABITATS

A conservação da natureza e da biodiversidade constitui também um motor de desenvolvimento local e regional, associado à identificação de caracteres próprios e distintivos que urge valorizar, através de uma atividade de gestão e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, com o envolvimento e participação de toda a sociedade, numa lógica de benefício comum.

O Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, republicado através do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro, visa contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagem num estado de conservação favorável da proteção, gestão e controlo das espécies, bem como da regulamentação da sua exploração. Os objetivos previstos anteriormente são aplicados tendo em conta as exigências ecológicas, económicas, sociais, culturais e científicas, bem como as particularidades regionais e locais.

No que respeita a áreas protegidas da Rede Natura 2000, constata-se que o concelho de Belmonte não é abrangido por nenhuma das áreas definidas no território continental como Sítios de Importância Comunitária (SIC) e Zonas de Proteção Especial (ZPE). No entanto, é abrangido por um conjunto de espécies animais e vegetais de interesse comunitário (Anexo 23). Das espécies vegetais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação apenas foi identificada no concelho de Belmonte a *Centaurea micrantha ssp. herminii*.

Tabela 15| Espécie vegetais ocorrente no Concelho de Belmonte

Classe	Família	Espécie	DL n.º 156-A/2013, de 08 de novembro
Planta	<i>Compositae</i>	<i>Centaurea micrantha ssp. herminii</i>	Anexo B - II

Fonte: ICNF

Relativamente às espécies animais foram identificadas, espécies de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação que constam no anexo B-II, assim como espécies animais de interesse da comunidade que exigem uma proteção rigorosa que constam no anexo B-IV, do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro.

Tabela 16| Espécies animais ocorrentes no Concelho de Belmonte

Classe	Família	Espécie	DL n.º 156-A/2013, de 08 de novembro
Anfíbio	<i>Hylidae</i>	<i>Hyla arborea</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Hylidae</i>	<i>Hyla meridionalis</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Discoglossidae</i>	<i>Discoglossus galganoi</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Salamandridae</i>	<i>Chioglossa lusitanica</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Bufo</i>	<i>Bufo calamita</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Pelobatidae</i>	<i>Pelobates cultripipes</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Discoglossidae</i>	<i>Alytes obstetricans</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Discoglossidae</i>	<i>Alytes cisternasii</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Salamandridae</i>	<i>Triturus marmoratus</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Ranidae</i>	<i>Rana iberica</i>	Anexo B - IV
Mamífero	<i>Mustelidae</i>	<i>Lutra lutra</i>	Anexo B - IV
Mamífero	<i>Vespertilionidae</i>	<i>Myotis daubentonii</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Rhinolophidae</i>	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Rhinolophidae</i>	<i>Rhinolophus euryale</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Rhinolophidae</i>	<i>Rhinolophus mehelyi</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Rhinolophidae</i>	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Vespertilionidae</i>	<i>Myotis emarginatus</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Vespertilionidae</i>	<i>Barbastella barbastellus</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Vespertilionidae</i>	<i>Myotis myotis</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Microtidae</i>	<i>Microtus cabrerai</i>	Anexo B - IV
Peixe	<i>Cyprinidae</i>	<i>Barbus bocagei</i>	Anexo B - II
Peixe	<i>Cyprinidae</i>	<i>Rutilus lemmingii</i>	Anexo B - II
Peixe	<i>Cyprinidae</i>	<i>Rutilus alburnoides</i>	Anexo B - II
Peixe	<i>Cyprinidae</i>	<i>Rutilus macrolepidotus</i>	Anexo B - II
Réptil	<i>Emydidae</i>	<i>Mauremys leprosa</i>	Anexo B - II
Réptil	<i>Colubridae</i>	<i>Coluber hippocrepis</i>	Anexo B - IV
Réptil	<i>Scincidae</i>	<i>Chalcides bedriagai</i>	Anexo B - IV
Réptil	<i>Colubridae</i>	<i>Coronella austriaca</i>	Anexo B - IV
Réptil	<i>Lacertidae</i>	<i>Lacerta schreiberi</i>	Anexo B - IV

Fonte: ICNF

6.3.2. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças à implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
	Forças	Fraquezas
Sem implementação do Plano	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade paisagística privilegiada, dada a localização marginal com o rio Zêzere em parte do concelho 	<ul style="list-style-type: none">

	<ul style="list-style-type: none"> • Mosaico territorial diversificado; • Preservação das características morfológicas dos aglomerados urbanos da Beira Alta; • Aproveitamentos hidro agrícolas. 	
	Oportunidades	Ameaças
Com implementação do Plano	<p>Integração da principal rede hidrográfica na estrutura verde municipal</p> <p>Intensificação do aproveitamento dos solos com capacidade de uso agrícola</p> <p>Proteção dos solos de elevada capacidade produtiva</p> <p>Regulamentação dos diferentes usos e atividades em função das especificidades das diferentes tipologias de áreas a integrar na REN</p> <p>Promoção de atividades de recreio e lazer</p> <p>Estabelecer uma rede de áreas com valor natural, visando a sustentabilidade do território</p> <p>Desenvolvimento do turismo de natureza associado à melhoria das condições de fruição da paisagem</p> <p>Recuperação dos espaços com usos degradantes visualmente</p> <p>Desenvolvimento de soluções viárias sustentáveis</p> <p>Integração das questões ambientais no planeamento e reordenamento viário.</p>	<p>Abandono das explorações agrícolas</p> <p>Pressão antropogénica com potencial agravamento das situações de risco e redução das áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos</p> <p>Tendência de abandono do coberto vegetal com risco de diminuição do mosaico de habitats presentes</p> <p>Aumento da pressão antrópica</p> <p>Abandono das antigas práticas de tratamento e ocupação dos solos alterando a leitura da paisagem</p> <p>Poluição das linhas de água em resultado da emissão de efluentes líquidos não tratados provenientes de unidades industriais</p> <p>Agravamento do impacto sonoro ao longo das vias de maior tráfego</p>

	<p>Beneficiação das redes de saneamento.</p> <p>Beneficiação das redes de abastecimento de água.</p> <p>Energias renováveis sobretudo com o aproveitamento dos recursos energéticos.</p>	
--	--	--

6.3.3. EFEITOS ESPERADOS COM A PROPOSTA DE PLANO

Os objetivos estratégicos assumidos na proposta de Plano consubstanciam diferentes oportunidades e riscos ao nível dos fatores críticos definidos.

O próximo quadro sistematiza a análise dos efeitos esperados, com a aplicação da proposta de revisão do PDM sobre os diferentes critérios do FCD Recursos Naturais e Património Natural.

Quadro 16: Efeitos esperados sobre o FCD Recursos Naturais e Património Natural: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE1</p> <p>Promover a Economia Rural e a Economia Circular</p> <p>OE2</p> <p>Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos</p>	<p>(++) Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia</p> <p>(++) Com a implementação de um sistema de fiscalidade verde municipal será possível canalizar fundos em forma de incentivos, para estimular o investimento em Economia Circular.</p>	<p>(0)</p>
<p>OE3</p> <p>Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo</p>	<p>(++) O ordenamento do território proposto e as categorias de espaço estabelecidas e sua regulamentação promove uma ocupação e utilização do solo em função das condicionantes e dos riscos detetados contribuindo para a proteção e valorização efetiva dos recursos florestais.</p> <p>(++) Monitorização e atualização do Plano Municipal de Proteção Civil e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.</p> <p>(++) Identificação servidões administrativas e restrições de utilidade pública associadas a recursos hídricos, áreas agrícolas e florestais, recursos ecológicos e povoamentos florestais percorridos por incêndios, tendo-se estabelecido condicionantes de edificabilidade em função das características destas áreas.</p> <p>(++) O ordenamento do território proposto e as categorias de espaço estabelecidas e sua regulamentação promove uma ocupação e utilização do solo em função das condicionantes e dos riscos detetados contribuindo para a proteção efetiva dos recursos, do património natural e da paisagem.</p> <p>(++) O ordenamento proposto evita a edificação dispersa e implica a diminuição dos perímetros urbanos, evitando a ocupação de áreas e habitats classificados e impactes sobre a paisagem.</p>	<p>(0)</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
	<p>(+) Os espaços naturais e paisagísticos, bem como a redelimitação da REN permitirão a salvaguarda e a proteção dos recursos hídricos e dos solos.</p> <p>(+) Proteção da população ao ruído através das limitações impostas pelo zonamento acústico.</p> <p>(++) Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia.</p> <p>(++) Ao fundo municipal de sustentabilidade são afetas receitas resultantes da redistribuição de mais-valias, com vista a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais, sem prejuízo do município poder afetar outras receitas urbanísticas a este Fundo, com vista a promover a criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos ou áreas de uso público.</p> <p>(+) A criação de espaços verdes urbanos contribuem para a melhoria da qualidade do ar.</p> <p>(++) Melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, associada à reabilitação e reforço do sistema de saneamento básico, reduzindo as perdas no abastecimento e a poluição tóxica urbana.</p> <p>(++) Impactes positivos associados às ações de requalificação das principais linhas de água respetivas galerias ripícolas (infraestruturas verdes) e de promoção do valor ambiental dos espaços florestais.</p>	
<p>OE4</p> <p>Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos</p>	<p>(++) Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia</p>	<p>(0)</p>
<p>OE5</p> <p>Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade</p>	<p>(0)</p>	<p>(0)</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE6 Promover a Regeneração e Inovação Urbana</p> <p>OE7 Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade</p>	(0)	(0)
<p>OE8 Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos</p> <p>OE9 Adaptação às alterações climáticas</p>	<p>(++) As medidas de adaptação às alterações climáticas, contribuirão para o combate à escassez do recurso água, em situações extremas de seca.</p> <p>(++) As medidas de adaptação às alterações climáticas, passam também pela adaptação das florestas a este fenómeno, tendo como finalidade minimizar a ocorrência de incêndios, bem como o risco associado às pragas e doenças.</p>	(0)

6.4. PATRIMÓNIO CULTURAL

6.4.1. SITUAÇÃO ATUAL

6.4.1.1. PATRIMÓNIO CULTURAL

O Património cultural integra o Património arquitetónico e o Património arqueológico, incluindo o património classificado e em vias de classificação.

O património classificado e em vias de classificação corresponde a 5 imóveis classificados (dois integram o património arqueológico) e 4 em vias de classificação, nomeadamente:

Tabela 17 | Património classificado e em vias de classificação

ID	DESIGNAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DIPLOMA LEGAL
1	Castelo de Belmonte	Monumento Nacional MN	Bem: Decreto n.º 14 425, DG, I Série, n.º 228, de 15-10-1927 Z.E.P: Portaria de 15-11-1965, publicada no DG, II Série, n.º 179, de 3-08-1966
2	Igreja de Santiago e Capela anexa (Capela dos Cabrais) / Igreja Paroquial de Belmonte	Monumento Nacional MN	Bem: Decreto n.º 14 425, DG n.º 228, de 15-10-1927 / Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977 Z.E.P: Portaria de 22-04-1960, publicada no DG, II Série, n.º 167, de 19-07-1960
3	Torre de <i>Centum-Cellas</i>	Monumento Nacional MN	Bem: Decreto n.º 14 425, DG, I Série, n.º 228, de 15-10-1927
4	Pelourinho de Belmonte	Imóvel de Interesse Público IIP	Bem: Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933
5	Convento de Nossa Senhora da Boa Esperança	Imóvel de Interesse Público IIP	Bem: Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3-01-1986
6	Tulha dos Cabrais	Em vias de Classificação	Despacho de homologação de 28-08-1997 do Ministro da Cultura
7	Castro da Chandeirinha	Em vias de Classificação	-
8	Conjunto arquitetónico formado pela Casa da Torre (A), vestígios de fortificações e cisterna existentes na cerca, Capela do Calvário (B), Igreja Paroquial (C) e Solar Quevedo Pessanha (D)	Em vias de Classificação	Despacho de homologação de 9-10-1996 do Ministro da Cultura
9	Zona Histórica da Vila de Belmonte	Em vias de Classificação	Diário da República n.º 129/2022, Série II de 2022-07-06, Anúncio n.º 130/2022

O património arquitetónico corresponde aos edifícios que se apresentam com características arquitetónicas relevantes, integrando parte património classificados ou em vias de classificação, sem prejuízo de outros elementos que venham a obter classificação durante a vigência do plano, com base no inventário apresentado no relatório de estudos de caracterização.

O património arqueológico integra todos os locais onde se identifique a presença de vestígios de evolução humana, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade, principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções e outros métodos de pesquisa arqueológica. O concelho é possuidor de um considerável número de sítios arqueológicos, o que é facilmente explicável pelas suas características naturais e geoestratégicas, que oferecem um espaço favorável à instalação de comunidades humanas, indicam uma maior relevância para vestígios arqueológicos elementos relacionados com vestígios da ocupação romana na Península Ibérica. O material existente, embora apenas tenha como base achados fortuitos permite desde já um conhecimento razoável da evolução e fixação dos povos no atual concelho de Belmonte. Desta forma, o concelho tem vindo ao longo das últimas décadas a revelar a sua riqueza arqueológica. Corresponde aos elementos identificados na tabela seguinte conforme base de dados da Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

Tabela 18| Património Arqueológico Inventariado¹⁰

Id	Designação	CNS	Concelho/Freguesia
anexo I (1)	Castelo de Belmonte	8032	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
anexo I (3)	Torre de Centum Cellas	200	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
anexo I (5)	Convento de Nossa Senhora da Esperança	11628	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
anexo I (7)	Chandeirinha	17096	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
1	Quinta da Marrada	5529	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
2	Villa da Quinta da Fórnea	11867	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
3	Sepulturas da Nossa Senhora da Estrela	12703	Belmonte/Inguias
4	Chão do Lameiro I	12704	Belmonte/Inguias
7	Cabecinho do Santo	12705	Belmonte/Inguias
6	Tapada da Casa	12706	Belmonte/Inguias
5	Chão do Lameiro II	12707	Belmonte/Inguias
8	Lugar da Lage do Tostão	12708	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
9	Terras da Ribeira	12710	Belmonte/Inguias
10	Senhora da Estrela I	12711	Belmonte/Inguias
11	Senhora da Estrela II	12714	Belmonte/Inguias
12	Casa da Torre / Caria	14843	Belmonte/Caria
13	Seixais III	15942	Belmonte/Caria
14	Tapada da Queijeira	32528	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre

¹⁰ Consulte-se tabela mais detalhada no relatório dos Estudos de Caracterização.

15	São Geraldo	17098	Belmonte/Inguias
16	Quinta do Velho	17189	Belmonte/Maçainhas
17	Quinta do Vale de Sobreiro	17190	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
18	Casal da Poeja	17192	Belmonte/Maçainhas
19	Quinta do Pessegueiro	17193	Belmonte/Maçainhas
20	Villa da Quinta do Rei Fernando	17194	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
21	Abrigo da Quinta do Fernando	17195	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
22	Núcleo Medieval da Quinta das Minas	17199	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
23	Casal da Terra Grande	21828	Belmonte/Caria
24	Abrigo da Terra Grande	21830	Belmonte/Inguias
25	Habitat das Pardinas	24886	Belmonte/Caria
26	Sítio das Ferrarias	24887	Belmonte/Caria
27	Quinta do Cameira	24888	Belmonte/Caria
28	Tapada da Vinha	24915	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
29	Ribeira do Colmeal	24920	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
30	Lápide de Belmonte	24921	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
31	Quinta das Vinhas	24922	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
32	Chão Roxo	24923	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
33	Fonte do Soldado	24924	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
34	Capela da Nossa Senhora da Estrela	24925	Belmonte/Inguias
35	Chão Novo	24926	Belmonte/Inguias
36	Fonte Velha	24927	Belmonte/Inguias
37	Vilela	24929	Belmonte/Inguias
38	Quinta da Anta	24930	Belmonte/Caria
39	Tapada do Pinto	24931	Belmonte/Caria
40	Barrentas	24932	Belmonte/Caria
41	Quinta da Tapada das Minas	25646	Belmonte/Caria
42	Necrópole da Quinta da Fórnea/ Quinta da Fórnea II	25799	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
43	Quinta das Amoreiras	25812	Belmonte/Caria
44	Sepultura em Chão do Tanque	26150	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
45	Belmonte - Casa dos Condes	26430	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
46	Santo Antão	26689	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
47	Sítio do Muro	30115	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
n.localiz.	Trigais	4637	Belmonte/Inguias

n.localiz.	Via Emerita	10372	Belmonte
n.localiz.	Tapada dos Frades	12271	Belmonte
n.localiz.	Ribeira de Gaia	24916	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
n.localiz.	Ribeira das Antas	24928	Belmonte/Inguias
n.localiz.	Quinta da Laje do Tostão	26164	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre
n.localiz.	Torres da Esperança	26688	Belmonte/Belmonte e Colmeal da Torre

O município tem em desenvolvimento a implementação do projeto de requalificação e reabilitação da Torre de Centum Cellas, que inclui o centro de interpretação. O recinto afeto à Torre fica afeto à classificação de Solo Rustico – espaço cultural e o afeto ao centro em Espaço de equipamentos.

6.4.1.2. PATRIMÓNIO IMATERIAL

O regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, Dec. Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, surge em desenvolvimento do art. 91º da Lei de bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que compreende as medidas de salvaguarda e o procedimento de inventariação. Considera como domínios do património imaterial:

- Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial;
- Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo;
- Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
- Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo;
- Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais;

A inventariação do património imaterial é a base para a salvaguarda do património, que consiste no levantamento participado, sistemático atualizado das suas manifestações e realiza-se através de uma base de dados em linha de acesso público. A iniciativa para inventariação pertence ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais. Também poderá ser de entidades ou indivíduos não-governamentais que estejam interessados.

Considera-se património cultural imaterial, tudo o que represente testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas destacando-se as expressões orais de transmissão cultural e as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos.

No que se refere ao património imaterial do Concelho em estudo, este é muito rico tradições que vão resistindo ao testemunho das várias gerações, e são divulgadas nos 6 espaços museológicos existentes

em Belmonte: Museológico do Castelo de Belmonte, Igreja de Santiago, Museu Judaico, Ecomuseu do Zêzere, Museu do Azeite e Museu dos Descobrimentos.

PRÁTICAS SOCIAIS, RITUAIS E EVENTOS FESTIVOS

Relativamente a práticas sociais, rituais e eventos festivos que acontecem no por todo o concelho, sendo indubitavelmente, um traço típico da cultura popular e tradicional do povo. Estes eventos promovem tradições e memórias de um povo que luta para manter atual a cultura secular que lhe confere uma identidade muito própria, sendo por isso de destacar “Belmonte Medieval”, que atrai muita população residente e de concelhos vizinhos, assim como vários emigrantes, uma vez que decorre durante o mês de agosto.

Figura 36| Belmonte Medieval 2019



Fonte: <https://ointerior.pt/regiao>

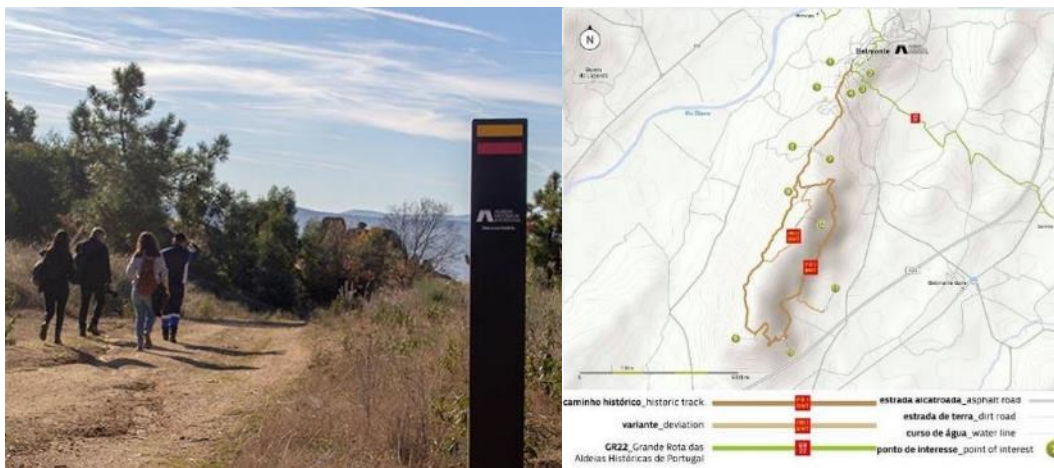
Com animação de rua permanente e diversas oficinas, é possível ainda fazer passeios de burro e uma visita guiada ao Castelo de Belmonte. Durante a noite, Belmonte Medieval apresenta espetáculos de teatro no Anfiteatro do Castelo e na Alameda e ainda um espetáculo de fogo.

PERCURSO PEDESTRES

A fruição, a observação e/ou a interpretação da paisagem em contexto de ar livre pode ser feita a pé, de BTT, no campo, na cidade, seja onde for, dependendo das potencialidade e objetivos dos interessados. A atividade de percorrer distâncias a pé em trilhos sinalizados permite um contacto com a paisagem e pode sensibilizar os utentes para a importância da proteção dos recursos naturais e culturais, enquanto, promove culturalmente a região.

No município de Belmonte, como percurso pedestre é de destacar o PR1- Percurso de Aldeia Histórica de Belmonte, que tem início na Aldeia Histórica de Belmonte, explorando os cénicos caminhos que percorrem a Serra da Esperança desfrutando das vistas privilegiadas para a Serra da Estrela, o rio Zêzere e a Cova da Beira.

Figura 37| PR1 – Percurso da Aldeia Histórica de Belmonte



Fonte: CMB

Também, dá a conhecer o Castro da Chandeirinha, uma antiga fortificação da Idade do Bronze que vigiava e defendia o território desde o alto da Serra da Esperança, as ruínas romanas da Quinta da Fórnea, villa com cerca de um hectare e o antigo Convento franciscano de Nossa Senhora da Esperança, fundado com D. Jorge Cabral.

O percurso é circular e acessível a quase todos, contando ainda com uma variante que cruza a serra e sobe ao Alto do Talefe, permitindo estender ou encurtar o percurso.

Como percurso de BTT ou pedestre, existe o GR22-Grande Travessia BBT, que tem como primeira etapa Belmonte, e a através de caminhos que percorrem serras, planícies, paisagens agrícolas, zonas ribeirinhas, parques naturais e reservas protegidas, une 12 aldeias.

O trajeto coincide com a vertente walking, no entanto, existem alternativas cicláveis que oferecem novas perspetivas para descobrir a história, o património e a natureza do território. Homologada e classificada como Grande Travessia a nível nacional, a GR22 dispõe ao longo da sua extensão de uma rede de Centros BTT e Bikotels que garantem serviços de apoio exigidos pelos amantes de bicicletas.

Figura 38| Folheto AHP Belmonte



Fonte: <https://aldeiahistoricasdeportugal.com/documentacao/>

Importa, também fazer referência à Via Portugal Nascente, realizado pela Associação de Peregrinos Via Lusitana, com o apoio do Turismo de Portugal e de todos os Municípios e Dioceses envolvidas, reconstrói o Caminho de Santiago pelo Interior de Portugal. Marcado essencialmente por caminhos de campos, promovendo o contacto com a natureza e o envolvimento espiritual, é um trajeto respeitador da História.

Figura 39| Via Portugal Nascente – Caminhos de Santiago, Percurso no concelho de Belmonte



COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DE PROCESSOS E TÉCNICAS TRADICIONAIS

Muitas são as artes tradicionais de manufatura existentes no concelho que o se devem manter vivas de modo a perpetuar as memórias e tradições existentes, destacando-se os vinhos, o azeite, pinturas a óleo ou artesanato em madeira. A promover o artesanato existem lojas e associações que permitem manter estes saberes vivos e ajudam na promoção do município.

Figura 40| Lojas de venda de artesanato de Belmonte



Fonte: CMB

6.4.2. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
	Forças	Fraquezas
Sem implementação do Plano	<p>Património arquitetónico e arqueológico de referência regional.</p> <p>Património cultural como um dos principais fatores de atração turística.</p> <p>Património arquitetónico e arqueológico de referência regional.</p> <p>A herança do Pedro Álvares Cabral.</p> <p>Integração na Rede de Aldeias Históricas.</p>	Degradação do património edificado
	Oportunidades	Ameaças
Com implementação do Plano	<p>Aposta estratégica regional na indústria do turismo como alavanca de desenvolvimento</p> <p>Artes e tradições apresentam-se como potencial recurso turístico.</p> <p>Articulação concertada entre as componentes patrimonial e turística que promova o desenvolvimento cultural e da economia local gerando emprego e levando a que a população local atribua maior valor e um maior sentimento de pertença aos elementos patrimoniais.</p>	<p>Agravamento dos custos de manutenção e preservação</p> <p>Desinteresse por parte dos proprietários na reabilitação do património arquitetónico</p> <p>Abandono dos elementos patrimoniais identificados e consequente degradação da imagem do concelho</p>

6.4.3. EFEITOS ESPERADOS COM A PROPOSTA DE PLANO

Os objetivos estratégicos assumidos na proposta de Plano consubstanciam diferentes oportunidades e riscos ao nível dos fatores críticos definidos.

O próximo quadro sistematiza a análise dos efeitos esperados, com a aplicação da proposta de revisão do PDM sobre os diferentes critérios do FCD Património Cultural.

Quadro 17: Efeitos esperados sobre o FCD Património Cultural: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE1 Promover a Economia Rural e a Economia Circular</p> <p>OE2 Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos</p>	<p>(++) O investimento turístico passará também pela adoção de medidas associadas à divulgação dos valores culturais e à valorização do património cultural.</p>	<p>(0)</p>
<p>OE3 Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo</p>	<p>(++) A reabilitação urbana, através da qualificação e requalificação do espaço urbano, contribui para a atratividade cultural e turística do concelho.</p> <p>(++) Estão previstas várias medidas de investimento no património cultural, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Requalificação dos espaços envolventes do património histórico edificado; - Requalificação do Castelo de Belmonte; - Centro interpretativo Centum Cellas; - Implementação de percursos pedestres e cicláveis e manutenção dos existentes, incluindo Caminhos Santiago; - Requalificação/ reconversão do património escolar desocupado; - Requalificação do Ecomuseu do Zêzere/ outros. <p>(++) Dar continuidade e publicar a Carta Arqueológica do Concelho que pelas suas características é um documento sempre em aberto e um instrumento a ser utilizado na política de ordenamento municipal.</p>	<p>(-) Execução de projetos que não cumpram as condicionantes arqueológicas vigentes na legislação em vigor e em pareceres técnicos da administração local e central para a salvaguarda do património arqueológico.</p>
<p>OE4 Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos</p>	<p>(0)</p>	<p>(0)</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
OE5 Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	(++) O contributo para a atratividade cultural e turística do concelho, promoverá a criação de emprego.	(0)
OE6 Promover a Regeneração e Inovação Urbana OE7 Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	(0)	(0)
OE8 Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos OE9 Adaptação às alterações climáticas	(0)	(0)

6.5. RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICO E MISTOS

6.5.1. SITUAÇÃO ATUAL

6.5.1.1. CLIMA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O concelho de Belmonte encontra-se integrado numa unidade morfológica bem definida, a Cova da Beira, onde os fatores que condicionam o clima são:

- A proximidade de Espanha implica que a região seja frequentemente invadida por ventos quentes e secos no verão, responsáveis por períodos de elevadas temperaturas;
- Afastamento do litoral e a barreira montanhosa da Serra da Estrela priva a região dos efeitos moderadores do oceano, aumentando a amplitude térmica na Cova da Beira;
- Baixa altitude relativamente às áreas circundantes, determina que seja frequente a subsidência de massas de ar;
- Presença de algumas elevações determina a ocorrência de situações climáticas diferenciadas, uma vez que as variações térmicas e pluviométricas são diretamente influenciadas pelo fator altitude.

A caracterização climática do concelho de Belmonte deve ser interpretada com certas cautelas atendendo a que não existem estações climatológicas no interior do concelho. Para esta caracterização foram utilizados os valores das Normais Climatológicas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) referentes à estação de Castelo Branco (latitude: 39°50'N; longitude: 07°28'W; altitude: 386 metros).

No que diz respeito à temperatura média anual, esta é de 16°C para os períodos 1971-2000, e 1981 – 2010, na Estação Climatológica da Guarda. Constatou-se que os valores mais elevados são registados nos meses de julho e agosto, e em contrapartida, os valores mais baixos são registados nos meses de janeiro e dezembro.

Os valores médios diários da temperatura máxima, atingem o seu máximo nos meses de julho e agosto, enquanto os valores mais reduzidos observam-se nos meses de janeiro e dezembro. No que concerne aos valores médios diários da temperatura mínima, verifica-se que os valores mais altos observam-se, também, nos meses de julho e agosto, assim, como, os valores mais reduzidos que se registam em janeiro e dezembro.

O regime pluviométrico caracteriza-se pela elevada concentração de precipitação no período de inverno e por escassa no período estival. Relativamente à precipitação média anual é nos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro que se registam os valores mais altos, variando entre os 101-128mm.

As baixas temperaturas que acompanham a época das chuvas no inverno e os elevados valores de temperatura e radiação na época de verão associadas a precipitações baixas suscitam alguns problemas de perda de produção, nomeadamente:

- Por escassez de precipitação implicando a necessidade de rega das culturas durante o verão, (necessidade de investimento em sistemas de rega);
- Nas culturas de outono/inverno devido à ocorrência de precipitações elevadas.

Igualmente a ocorrência de chuvas intensas provoca problemas de erosão nos solos. Este problema não aparenta ser muito grave no concelho, uma vez que os usos se encontram adequado às características biofísicas, no entanto, a floresta nas zonas mais declivosas apresenta-se bastante degradada não desempenhando na plenitude a sua função de proteção.

A existência de dias em que a pluviosidade atinge valores máximos superiores a 100 mm, ou próximos, determina a necessidade de manutenção dos canais naturais ou artificiais de escoamento e drenagem de água, de modo a facilitar a sua infiltração e/ou escoamento.

Parte da precipitação que atinge anualmente o concelho pode cair sob a forma de neve (não sendo muito comum), sobretudo nas zonas altas do concelho.

Figura 15 - Neve na vila de Belmonte, 2010



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/tiguh/4653127076/lightbox/>

De acordo com as normais climatológicas da Estação Meteorológica de Castelo Branco a humidade relativa na região é sempre igual ou superior a 50% pelas 9h.

Para as 9h, constata-se que a humidade relativa do ar regista os valores mais significativos nos meses de dezembro (87%), janeiro (85%), novembro (82%), fevereiro (81%) e outubro (76%), enquanto os

meses que apresentam uma humidade relativa mais reduzida são julho (50%), agosto (54%) e junho (58%), uma vez que nestes meses de verão a temperatura média é mais elevada.

Para as 18h, constata-se que a humidade relativa do ar é igual ou superior a 31% em todos os meses do ano, verificando-se que os valores mais expressivos registam-se nos meses de dezembro (79%), janeiro e novembro (74%, respetivamente), fevereiro (66%) e outubro (62%), enquanto os valores mais reduzidos de humidade relativa observam-se nos meses de julho (31%), agosto (33%) e junho (40%).

Os dados referentes à humidade demonstram que a proximidade da Serra da Estrela influencia os valores da humidade relativa que podem mesmo atingir os 80% nos meses de janeiro e dezembro, pode-se ainda verificar que existe um decréscimo gradual da humidade relativa mensal de janeiro até julho, e posteriormente um aumento da mesma a partir de agosto.

No que respeita ao vento, o rumo Noroeste assume importância nas duas estações climatológicas, parecendo indicar que as massas de ar que atingem esta região provêm do Atlântico. São essas massas de ar com elevado teor de humidade que provavelmente explicam as chuvas mais ou menos abundantes. Através dos dados das Normais Climatológicas, constata-se que predominam os ventos com o rumo de oeste (média anual de 23,4%) e de norte (média anual de 15,5%), enquanto os ventos menos frequentes são os que apresentam o rumo de sudeste (média anual de 4,0%) e de noroeste (média anual de 6,1%).

A caracterização climática do município de Belmonte aponta, entre outras alterações, para uma potencial diminuição da precipitação total anual e para um potencial aumento das temperaturas, em particular das máximas entre o verão e o outono, intensificando a ocorrência de Verões mais quentes e secos.

Estas alterações, num futuro não muito longe, podem provocar um conjunto de impactos sobre o território municipal, bem como sobre os sistemas naturais e humanos que o compõem. Mesmo na presença de respostas fundamentadas na adaptação planeada aos cenários climáticos futuros, existirão sempre riscos climáticos que irão afetar o município em múltiplos aspetos ambientais, sociais e económicos.

É por isso fundamental a análise, desenvolvimento e implementação de um conjunto coerente e flexível de opções de adaptação que permitam ao município estar mais bem equipado para lidar com os potenciais impactos das alterações climáticas, bem como tomar partido de possíveis oportunidades, através de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.

Essa Estratégia deverá ter em conta e refletir os objetivos operacionais que constam na medida 1.7 – “Prevenir risco e adaptar o território e adaptar o território às alterações climáticas” do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT)¹¹, nomeadamente:

1. Fomentar uma maior coordenação e articulação entre as entidades envolvidas e as políticas e planos setoriais, territoriais, e de financiamento;
2. Produzir e atualizar cartografia para a prevenção e redução de riscos, em função das vulnerabilidades dos territórios, considerando, quando pertinente, a cenarização climática;
3. Elaborar e disseminar orientações técnicas em matéria de riscos e de alterações climáticas para os programas e planos territoriais, com vista à convergência de princípios, de entendimentos e de soluções, aproveitando a experiência dos projetos financiados pelo programa AdaPT, como o Portal do Clima e o ClimAdaPT.Local, entre outros;
4. Implementar uma cultura de sensibilização para o risco, potenciando o acesso à informação, a troca de experiências e a difusão de boas práticas de prevenção e redução do risco e de adaptação às alterações climáticas;
5. Potenciar uma cultura resiliência territorial, através da colaboração das entidades públicas e privadas e do envolvimento das comunidades;
6. Promover ações de prevenção e redução de riscos e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, privilegiando as soluções participadas e de base natural como as mais adequadas.
7. Implementar a Estratégia Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas na sua vertente territorial.

Importa salientar que ao nível intermunicipal, em junho de 2019 foi desenvolvido o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) promovido pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela que tem com principais objetivos:

- Informação e conhecimento: constitui a base de todo o exercício de adaptação às alterações climáticas e foca-se sobre a necessidade de consolidar e desenvolver uma base científica e técnica sólida;
- Reduzir vulnerabilidades e aumentar a capacidade de resposta: constitui o fulcro deste plano e corresponde ao trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação;
- Participar, sensibilizar e divulgar: identificar o imperativo de levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas e a transmitir a necessidade de ação e, sobretudo, suscitar a maior participação possível por parte desses agentes na definição e aplicação do plano;

¹¹ Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) publicada pela Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05.

- Cooperar a nível internacional – abordar as responsabilidades em matéria de cooperação internacional na área da adaptação às alterações climáticas.

De acordo com este plano, a região das Beiras e Serra da Estrela será inequivocamente condicionado pelos novos padrões climáticos que se projetam, e por isso devem prosseguir o seu esforço de integração e implementação de iniciativas que contribuam para responder às necessidades atuais e futuras, como:

- Integrar a adaptação às alterações climáticas em processos de planeamento e decisão de agentes locais e regionais;
- Sensibilizar os agentes locais;
- Aumentar a capacidade de incorporação de medidas de adaptação e mitigação nos seus instrumentos de planeamento locais;
- Assegurar que estratégias se adequam às especificidades territoriais;
- Garantir a participação ativa de diversos agentes nas diversas fases do desenvolvimento do plano.

Reforça a importância da monitorização da implementação de medidas por forma a avaliar os impactos e quantificar eventuais danos evitados relacionados com fenómenos climáticos extremos. No que respeita à agricultura e à biodiversidade, destacam-se como fatores críticos, a diminuição da disponibilidade e consequente baixa na qualidade da água, o aumento dos fenómenos de erosão dos solos com consequências ao nível da fertilidade dos mesmos, o aumento da ocorrência de pragas e doenças e os problemas no funcionamento dos ecossistemas. Nesse sentido é extremamente importante desenvolver medidas de controlo e mitigação dos efeitos. Ao nível florestal e ao nível da produção é necessário desenvolver ações específicas que permitam ajustar os sistemas de produção às novas realidades climáticas.

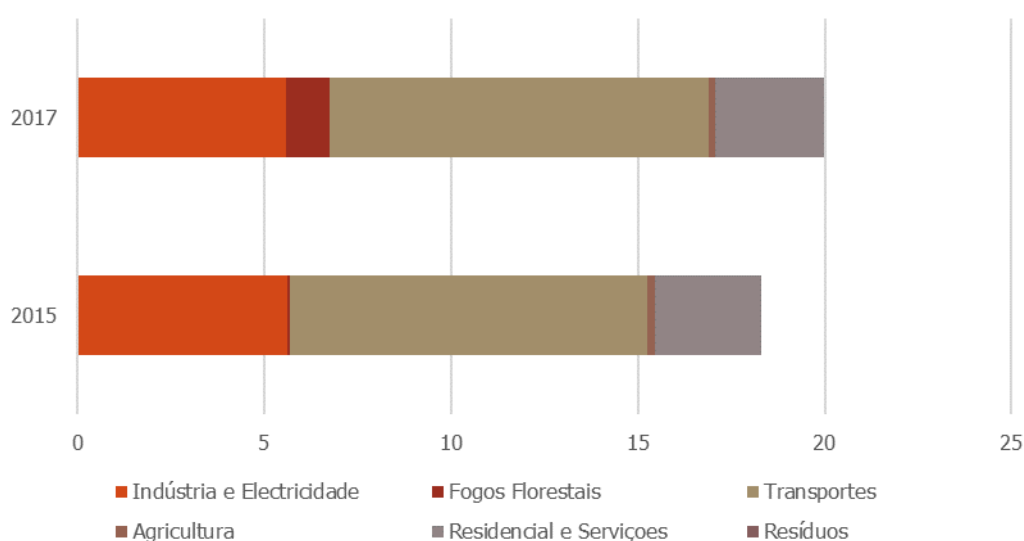
Este plano tem como suporte à sua implementação, o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) que pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, particularmente na prioridade de crescimento sustentável através de três pilares estratégicos:

- Transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores;
- Adaptação às alterações climáticas e a gestão e prevenção de riscos;
- Proteção do ambiente.

As alterações climáticas são um desafio acrescido em territórios que apresentam uma maior densidade populacional, devido à concentração de pessoas e bens. Esta concentração traduz-se em elevadas quantidades de emissões de gases com efeitos de estufa, devido às necessidades energéticas e de recursos e bens dos transportes, indústria, comércio e setor residencial.

No caso de Belmonte, os valores de emissão apresentados no gráfico seguinte, referentes aos setores: doméstico, industrial, agrícola, serviços e transportes, é possível observar que as emissões aumentaram de 2015 para 2017, em parte pelos fogos florestais que afetaram não só este concelho, como grande parte do território nacional. E a previsão é que continuem a aumentar caso não sejam tomadas medidas para a sua mitigação.

Figura 16 - Emissões (kton) de Dióxido de Carbono (CO2) por setor de atividade



Fonte: Sistema Nacional de Informação de Ambiente

Apesar, do PIAAC definir um conjunto de objetivos e medidas de integração e implementação de iniciativas de combate às alterações climáticas e de transição para uma economia com baixas emissões de carbono, não invalida a elaboração de um plano de âmbito municipal, pelo contrário, visa, assim, auxiliá-lo através da definição de "medidas de mitigação e adaptação para os diferentes setores identificados como prioritários."¹².

6.5.1.2. RISCOS

No presente capítulo pretende-se identificar as Áreas de risco do uso do solo, de modo a que a Revisão do PDM de Belmonte possa contribuir para a prevenção e para a minimização e mitigação de danos e impactes a estes associados.

Nesta fase de elaboração do PDM, apresenta-se uma súmula do PME quanto à identificação e localização de riscos, em consonância com os estudos de caracterização do concelho, salientando-se que a cartografia de risco não substitui os dados patentes no PME. Trata-se de uma síntese orientada para o

¹² Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas – Relatório final. CIM das Beiras e Serra da Estrela, 2019.

PDM (plano de natureza estratégica) de modo a definir quais as linhas orientadoras e medidas mitigadoras a serem preconizadas na revisão do PDM.

O plano municipal de emergência e proteção civil de Belmonte analisou os seguintes riscos:

Tabela 19| Riscos naturais, mistos e tecnológicos que podem afetar o concelho de Belmonte

Riscos Naturais	Riscos Mistos	Riscos Tecnológicos
<ul style="list-style-type: none"> •Sismos •Cheias e Inundações •Deslizamento de Terras •Ventos Fortes, Tornados e Ciclones Violentos •Secas •Ondas de Calor •Ondas de Frio •Nevões 	<ul style="list-style-type: none"> •Incêndios Florestais 	<ul style="list-style-type: none"> •Incêndios Urbanos •Colapso/ Estrago Avultado em Edifícios •Acidentes Industriais •Acidentes em Infraestruturas Hidráulicas •Acidentes Rodoviários, Ferroviários e Aéreos •Acidentes no Transporte de Mercadorias Perigosas •Concentrações Humanas •Terrorismo •Contaminação da Rede Pública de Abastecimento de Água

Dentro dos riscos que podem afetar o concelho de Belmonte, alguns destacam-se pela sua particular incidência e/ou pela potencial gravidade das suas consequências.

Tabela 20| Hierarquização do grau de risco (gravidade vs probabilidade)

		Grau de Gravidade				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
Grau de Probabilidade	Elevado				Ondas de Frio.	
	Médio-Alto		Nevões.		Ondas de Calor.	Incêndios Florestais.
	Médio		Cheias e Inundações.	Acidentes em Infraestruturas Hidráulicas.	Secas. Acidentes Rodoviários. Incêndios Urbanos. Colapso/ Estrago Avultado em Edifícios. Acidentes no Transporte de Mercadorias Perigosas.	
	Médio-Baixo			Acidentes Industriais.	Ventos Fortes, Tornados e Ciclones Violentos. Acidentes Ferroviários. Concentrações Humanas.	
	Baixo			Sismos. Deslizamento de Terras.	Contaminação da Rede Pública de Abastecimento de Água.	Acidentes Aéreos. Terrorismo.

Legenda: Risco Baixo Risco Moderado Risco Elevado Risco Extremo

O PME identifica um conjunto de Medidas de mitigação para cada risco identificado. Apresenta-se de seguida uma breve listagem das medidas que poderão ter impacto no PDM. A saber:

- Sismos
 - o Acompanhar a evolução do Plano Diretor Municipal (PDM) ao nível da introdução de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade sísmica;
- Cheias e inundações:
 - o Incrementar a articulação com a APA de modo a acompanhar a evolução do nível das barragens e dos leitos dos cursos de água;
 - o Realizar ações de sensibilização que sustentem a necessidade de observar distâncias entre os aglomerados urbanos e as linhas de água;
- Deslizamento de Terras
 - o Articular com os instrumentos de gestão territorial o cumprimento de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes em especial nas áreas urbanas;
 - o Definir, nas zonas de elevada suscetibilidade, em sede de PMOT, as medidas preventivas relativamente à segurança de pessoas e bens face à instabilização de vertentes, os quais poderão incluir:
 - Proibição da construção de hospitais, escolas, edifícios com importância na gestão da emergência e edifícios de habitação;
 - Realização de obras de estabilização e reforço a fim de aumentar a segurança de estruturas já existentes.
- Incêndios Florestais
 - o Garantir a articulação entre o PMDFCI e o PMEPC;
 - o Planear a gestão de faixas de combustível;
 - o Articular os sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.^a intervenção;
 - o Estudar e conhecer as dinâmicas do incêndio em termos municipais, por forma a adequar a vigilância e as campanhas de sensibilização;
 - o Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Colapso/Estrago Avultado em Edifícios
 - o Incluir a componente de reforço sísmico na reabilitação de edifícios;
- Acidentes em Infraestruturas Hidráulicas
 - o Promover a produção de cartografia das zonas afetadas pelas ondas de cheia e os tempos associados à sua progressão;

Provocados por precipitações moderadas e permanentes ou por precipitações repentinas e de elevada intensidade, as cheias são fenômenos naturais extremos e temporários. O escoamento dos caudais originados por este excesso de precipitação provoca aumento da velocidade das águas e a subida do nível originando o extravase do leito normal e a inundação das margens e terrenos vizinhos. Os prejuízos resultantes das cheias são muitas vezes elevados, podendo provocar a perda de bens e vidas humanas.

As cheias provocam inundações, mas nem todas as inundações resultam das cheias. As inundações são fenômenos hidrológicos extremos, de frequência variável, naturais ou induzidos pela ação humana, que consistem na submersão de uma área usualmente emersa.

No caso do concelho do Belmonte, este não foi afetado por cheias históricas e não apresenta riscos significativos de inundações.

As zonas ameaçadas por cheias incidem muito pontualmente em zonas urbanas, quase sem expressão.

A poluição sobre as massas de água estão muitas vezes relacionadas com a rejeição de águas residuais provenientes de diversas atividades, nomeadamente de origem urbana, industrial e pecuária. As pressões qualitativas responsáveis pela poluição difusa resultam do arrastamento de poluentes naturais e antropogénicos por escoamento superficial até às massas de água superficiais ou por lixiviação até às massas de água subterrâneas.

Neste contexto, a poluição pode resultar de:

- Excesso de fertilizantes aplicados em terrenos agrícolas;
- Produtos fitofarmacêuticos aplicados em explorações agrícolas;
- Óleos, gorduras e substâncias tóxicas do escoamento superficial de zonas urbanas;
- Sedimentos de áreas em construção;
- Sais resultantes das práticas de rega e escorrências ácidas de minas abandonadas;
- Microrganismos e nutrientes provenientes da valorização agrícola de efluentes pecuários, de sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais e de sistemas individuais de tratamento;
- Aterros e lixeiras.

De acordo com PGBH a determinação do risco de poluição accidental numa massa de água é definida pela probabilidade de ocorrência de um acidente, num determinado período de tempo e atendendo à severidade das suas consequências. São de destacar as seguintes instalações com risco particularmente elevado de poluição accidental da água:

- Instalações PCIP (REI) - instalações abrangidas pelo Regime de Emissões Industriais (REI), aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, que transpõe a Diretiva 2010/75/EU, de 24 de novembro;
- Instalações Seveso - instalações abrangidas pelo regime da prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (instalações Seveso), de acordo com o Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho de 2007, que transpõe para direito interno a Diretiva n.º 2003/105/CE, de 16 de Dezembro de 2003 que altera a Diretiva n.º 96/82/CE (Seveso II);
- Unidades de Gestão de Resíduos (aterros);
- Minas;
- Unidades Fitofarmacêuticas;
- Bombas de Gasolina;
- Estações de Tratamento de Águas Residuais Urbanas, servindo uma população igual ou superior a 2 000 habitantes equivalentes;
- Emissários submarinos;
- Instalações portuárias;
- Transporte de matérias perigosas (gasodutos, rodovias).

No concelho, as massas de água diretamente afetadas por descargas poluentes acidentais, sem prejuízo de outras massas de água adjacentes também serem afetadas, são as da Ribeira de Gaia e da Ribeira de Inguias.

Quadro 18 – Massas de água diretamente afetadas por descargas poluentes acidentais no concelho de Belmonte

Tipo de Instalação	Massa de água	
	Código	Designação
Instalações Seveso	PT05TEJO0743	Ribeira de Gaia
Minas	PT05TEJO0745	Ribeira de Inguias

Relativamente aos riscos provenientes de acidentes em parques industriais, em indústrias pirotécnicas e de explosivos, acidentes em instalações de combustíveis, extração de inertes e em emergências radiológicas, não se identificam no concelho de Belmonte uma vez que não registos nos últimos dez anos de acidentes relevantes. Não existem no município indústria pirotécnicas, nem emergências radiológicas, nem extração de inertes.

Mais recentemente e ainda sem grandes conclusões, surge o risco de pandemia, que até à data era praticamente nulo, na medida em que não se verificava desde 2009, com a pandemia da Gripe A, em que o concelho de Belmonte teve apenas um pico forte no meio do processo e enquadrado com o restante país.

6.5.2. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
	Forças	Fraquezas
Sem implementação do Plano	<p>Identificação de localidades e infraestruturas vulneráveis em caso de cheias e inundações.</p> <p>Integração no Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas.</p>	Não é evidente a preocupação efetiva com as alterações climáticas.
	Oportunidades	Ameaças
Com implementação do Plano	Revisão do PDM do Belmonte concertada com o Plano Municipal de Emergência	<p>Aumento da ocorrência de situações de seca</p> <p>Riscos de inundação em aglomerados populacionais, localizados em Zonas Ameaçadas pelas Cheias</p> <p>Perigo de incêndios e a destruição da floresta autóctone.</p>

6.5.3. EFEITOS ESPERADOS COM A PROPOSTA DE PLANO

Os objetivos estratégicos assumidos na proposta de Plano consubstanciam diferentes oportunidades e riscos ao nível dos fatores críticos definidos.

O próximo quadro sistematiza a análise dos efeitos esperados, com a aplicação da proposta de revisão do PDM sobre os diferentes critérios do FCD Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos.

Quadro 19: Efeitos esperados sobre o FCD Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE1 Promover a Economia Rural e a Economia Circular</p> <p>OE2 Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos</p>	<p>(+) Criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, promovendo-se a eficiência energética e a redução de emissões de GEE.</p> <p>(+) O aumento da competitividade económica direciona as empresas para a aquisição de tecnologia mais avançada e eficiente.</p> <p>(++) Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia.</p> <p>(+) Ações de sensibilização para o desenvolvimento de práticas industriais, adaptadas às alterações climáticas.</p>	<p>(-) Incumprimento das condições de bom desempenho ambiental de algumas atividades quanto às emissões para a atmosfera.</p> <p>(-) O aumento da atividade industrial irá naturalmente implicar maior consumo energético.</p>
<p>OE3 Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo</p>	<p>(+) Promoção da eficiência energética dos edifícios industriais e da instalação de infraestruturas de aproveitamento energético em espaço rural.</p>	<p>(0)</p>
<p>OE4 Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos</p>	<p>(0)</p>	<p>(0)</p>
<p>OE5 Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade</p>	<p>(0)</p>	<p>(0)</p>
<p>OE6 Promover a Regeneração e Inovação Urbana</p>	<p>(0)</p>	<p>(0)</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
OE7 Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade		
OE8 Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos OE9 Adaptação às alterações climáticas	(++) As medidas de adaptação às alterações climáticas, passam também pelo aproveitamento de fontes renováveis para produção de energia. (++) Criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, dotados de sistemas de drenagem adaptados às alterações climáticas. Nestes espaços será também promovida a eficiência energética e a redução de emissões de GEE (++) Estão previstas medidas de monitorização e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e do Plano Municipal de Proteção Civil.	(0)

7. DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

Para que a proposta de revisão do PDMB apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, deverá ser adotado um conjunto de medidas de planeamento e gestão, complementares às propostas apresentadas no Plano, que permitam minimizar ou eliminar os efeitos negativos identificados, de forma a assegurar um bom desempenho ambiental, de acordo com os objetivos de sustentabilidade.

As medidas de planeamento e gestão são apresentadas seguidamente para cada FCD.

Quadro 20: Medidas de Planeamento e Gestão

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
FCD Desenvolvimento Económico e Competitividade	
Desenvolvimento Económico	<p>Promover um correto ordenamento dos espaços de atividades económicas, dotando-os de todas as infraestruturas necessárias.</p> <p>Garantir a disponibilidade e o acesso de todas as unidades empresariais instaladas a todas as infraestruturas, bem como incentivar a incorporação de princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental.</p> <p>Estimular a dinâmica e o empreendedorismo da base económica local, desenvolvendo e implementando ações de apoio e de incentivo ao tecido empresarial.</p> <p>Fomentar a fixação e o desenvolvimento das atividades económicas instaladas no concelho.</p> <p>Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial.</p>
Emprego e Qualificação humana	<p>Promover a qualificação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região.</p> <p>Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada.</p>
Acessibilidades	<p>Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que apresentam benefícios em termos de qualidade do ar e ruído.</p> <p>Promover o correto ordenamento da rede viária intra e intraconcelhia.</p> <p>Promover a valorização da rede de caminhos secundários.</p> <p>Acompanhar a evolução do estado de conservação da rede viária existente.</p>

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
	Desenvolver um Plano de Mobilidade e Transportes, a elaborar em conformidade com as diretrizes nacionais para a mobilidade, inseridas no pacote da mobilidade.
Dinâmica Turística	<p>Promover o potencial turístico do concelho.</p> <p>Promover a fixação de iniciativas turísticas em meio rural com viabilidade económica e ambiental.</p> <p>Promover a criação de percursos temáticos que divulguem o potencial turístico do concelho.</p> <p>Definir uma estratégia para dinamizar os equipamentos culturais.</p>
FCD Ordenamento e Qualificação do Território	
Ordenamento do território	<p>Criar condições socioeconómicas favoráveis à fixação da população, nomeadamente a população em idade ativa.</p> <p>Promover o correto ordenamento do solo rústico e do solo urbano.</p> <p>Potenciar a importância económica e social do solo rústico.</p> <p>Salvaguardar os solos agrícolas, em especial os classificados como integrantes a RAN.</p> <p>Controlar a edificabilidade no solo rústico e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização destes espaços.</p> <p>Garantir a correta gestão e conservação dos espaços verdes urbanos.</p> <p>Salvaguardar, preservar e valorizar cada um dos subsistemas que integram a REN.</p> <p>Promover o correto ordenamento do solo urbano.</p> <p>Controlar a edificabilidade no Solo Rústico e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola.</p> <p>Deve ser implementada uma política municipal de reconversão de áreas urbanas degradadas.</p> <p>Fomento da requalificação urbana: consolidação da malha edificada, criação de espaços públicos com zonas verdes e, identificação de ações necessárias no parque edificado existente, essencialmente no que respeita à recuperação e reconversão de usos.</p> <p>Promover o ordenamento das UOPG através da concretização dos PP previstos.</p>

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
Qualidade de vida das populações	<p>Caso se venham a identificar zonas onde os valores limites legais sejam excedidos, originando zonas de conflito deverão ser aplicadas as medidas de redução previstas no Plano de Redução do Ruído ou, na sua ausência, as medidas regulamentadas na Lei Geral do Ruído.</p> <p>Assegurar a execução, qualificação e tratamento de espaço verdes públicos.</p> <p>Promover ações de erradicação de depósitos ilegais de resíduos eventualmente existentes.</p> <p>Promover ações de sensibilização de separação de resíduos relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha seletiva, e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos.</p> <p>Estabelecer um programa de monitorização dos resíduos valorizáveis e os que vão para aterro.</p>
FCD Recursos Naturais e Património Natural	
Floresta	<p>Distribuição adequada de caminhos florestais e agroflorestais.</p> <p>Identificar e resolver as causas mais frequentes de incêndios florestais e consolidar a rede de primeira deteção e prevenção de incêndios florestais em consonância com o PMDFCI.</p> <p>Adequar os espaços florestais e limítrofes com o objetivo da prevenção do risco de incêndio, dando cumprimento à legislação aplicável, nomeadamente ao nível das faixas de gestão de combustíveis.</p> <p>Promover a educação ambiental e a vigilância das florestas.</p>
Paisagem	<p>Garantir a manutenção e limpeza dos espaços verdes públicos e dos restantes espaços integrados na Estrutura Ecológica Municipal.</p> <p>Promover a construção de espaços verdes nas zonas industriais.</p> <p>Implementação de regras de proteção e valorização ambiental nas áreas da Estrutura Ecológica Municipal em solo rústico e em solo urbano.</p> <p>Garantir a integração paisagística nas zonas fronteira das zonas industriais, através da criação de cortinas arbóreas de proteção visual.</p>

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
<p>Recursos Hídricos</p>	<p>Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos.</p> <p>Combater as descargas de águas residuais clandestinas de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos.</p> <p>Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos.</p> <p>Promover ações que visem o uso eficiente e racional da água.</p> <p>Implementação de sistemas que identifiquem as perdas existentes na rede de distribuição.</p> <p>Garantir a manutenção das redes de infraestruturas de modo a minimizar as perdas e fugas.</p> <p>Assegurar que a população é abrangida pelos sistemas de abastecimento de água.</p> <p>Estabelecer um programa de monitorização do consumo da água.</p> <p>Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos.</p> <p>Assegurar que os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada.</p> <p>Promover a infiltração em detrimento do escoamento superficial, com particular relevo na envolvente de áreas com incidência de cheias.</p>
<p>Atmosfera</p>	<p>Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera.</p> <p>Assegurar o cumprimento da legislação em termos de emissões para a atmosfera.</p> <p>Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que apresentam benefícios em termos de qualidade do ar e acústica.</p> <p>Realizar campanhas de sensibilização para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.</p>
<p>Solos</p>	<p>Salvaguardar os solos agrícolas, em especial os classificados como integrantes a RAN.</p> <p>Garantir a recuperação dos terrenos afetados pela exploração de pedreiras.</p>

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
	Adotar práticas de conservação do solo.
Biodiversidade , Flora e Fauna	<p>Reforço da aposta do turismo ecológico/ambiental.</p> <p>Criação de percursos turísticos e recuperação/manutenção dos já existentes, que integrem valores culturais e atividades de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental.</p> <p>Valorização dos recursos naturais existentes através da qualificação/diversificação da paisagem e das espécies florestais, privilegiando as espécies autóctones.</p> <p>Promover estudos de caracterização dos valores ecológicos (fauna, flora e habitats) existentes no concelho, fomentando a atualização da sua distribuição espacial e integração da cartografia no planeamento municipal.</p> <p>Assegurar que a implementação das UOPG previstas (e outras iniciativas ou projetos a implementar no município durante a vigência do PDM) decorre de forma a minimizar as afetações dos recursos ecológicos, valores naturais e paisagísticos presentes no município fundamentalmente através do recurso aos instrumentos legais de monitorização e avaliação de impacte ambiental.</p> <p>Diversificar as espécies florestais exploradas, promovendo e valorizando as espécies florestais autóctones, mais resistentes ao fogo e com maior capacidade de suporte de biodiversidade.</p> <p>Promover uma gestão adequada para fins múltiplos da floresta de proteção no município.</p> <p>Promover uma gestão sustentada da floresta, com base nos planos de ordenamento florestal, Zonas de Intervenção Florestal, etc..</p> <p>Promover de parcerias e/ou associações entre os sectores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal e incentivar a certificação como gestão florestal sustentável.</p> <p>Apoiar e incentivar a elaboração de cartografia da distribuição das espécies exóticas infestantes no município e promover um plano de controlo e/ou erradicação para espécies invasoras</p>

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
	Recuperar as áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones, o aproveitamento dos produtos florestais e a capacidade socioeconómica da área atingida.
FCD Património Cultural	
Património	<p>Elaboração de estudos e prospeções nos locais com maior potencial arqueológico.</p> <p>Deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Plano de Urbanização e Plano de Pormenor), de acordo com a legislação aplicável.</p> <p>Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infraestruturas que tragam implicações sobre este património.</p> <p>Sempre que haja ocorrência de achados arqueológicos, no seguimento de intervenções no território (trabalhos de reflorestação e infraestruturização), terá de ser comunicado às entidades municipais e estaduais responsáveis pelo património cultural ou à autoridade policial.</p> <p>Fomento da inclusão, em planos e programas futuros a elaborar pela autarquia, do registo dos hábitos culturais dos seus habitantes, de forma a ir ao encontro das suas necessidades.</p> <p>Criação de roteiros arqueológico/arquitetónico/natural.</p> <p>Criação de núcleos museológicos temáticos locais em consonância com as comunidades autóctones.</p> <p>Promover a divulgação do património arqueológico, de exposições temporárias de arqueologia ou da realização de fóruns à população.</p> <p>Definição de condicionantes arqueológicas no âmbito dos licenciamentos e operações urbanísticas emitidos pela CMB.</p>
FCD Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos	
Energia	Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético.

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
	<p>Fomentar a implementação de sistemas de gestão de energia, através da avaliação de consumos</p> <p>Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE).</p> <p>Promover ações de sensibilização relativas à poupança de energia.</p> <p>Cumprir a legislação em vigor relativa à Certificação Energética de Edifícios, principalmente nas novas construções e remodelações.</p>
<p>Alterações Climáticas</p>	<p>Promover ações que visem diminuir a emissão de GEE.</p> <p>Cumprir a legislação em vigor relativa à Certificação Energética de Edifícios, principalmente nas novas construções e remodelações.</p> <p>Desenvolver um sistema de contabilização e monitorização das emissões de CO2.</p> <p>Desenvolver um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.</p> <p>Desenvolver um Plano de Minimização de Riscos de Seca que permita o desenvolvimento de indicadores e índices para caracterizar os vários tipos de seca (meteorológica, hidrológica, agrícola e socio-económica), a avaliação do risco de secas, a avaliação da vulnerabilidade à seca, a definição de medidas a curto e a longo prazo a implementar para prevenir e mitigar os danos da seca.</p> <p>Promover ações de sensibilização para o uso racional da água em situações de seca, nomeadamente evitar as regas e lavagens no exterior nas horas de calor, evitar encher piscinas com água da rede pública, verificar a existência de roturas ou fugas de água com regularidade, etc.</p>
<p>Riscos Naturais</p>	<p>Assegurar o cumprimento das orientações e responsabilidades estabelecidas no PROF.</p> <p>Assegurar o cumprimento das medidas estabelecidas no PMDFCI, bem como a sua monitorização.</p> <p>Garantir que as zonas ameaçadas pelas cheias, delimitadas no âmbito da REN, deverão ser articuladas com as demarcadas no âmbito do PME.</p> <p>Garantir a implementação das normas de higiene e segurança dos edifícios a instalar.</p>

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
	<p>Garantir a existência de corporações de bombeiros que respondam às necessidades.</p> <p>Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação.</p> <p>Garantir a limpeza e desassoreamento das linhas de água.</p> <p>Garantir a operacionalização dos planos de emergência em caso de ocorrência de inundação.</p>
Acidentes industriais	<p>Garantir a implementação de planos de emergência das indústrias instaladas e a instalar.</p> <p>Garantir a implementação do PME de Belmonte.</p>

A AAE visou a conceção de um Plano ambientalmente mais sustentável e potenciador de eventuais intervenções no território com o menor impacto possível no ambiente, antecipando e resolvendo potenciais conflitos que, de outro modo, apenas seriam abordados em fases subsequentes.

8. ORIENTAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO

As orientações para a implementação de um Plano de Controlo inseridas na fase de seguimento ou de monitorização do processo da AAE, pretendem acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de duração do PDM, atualmente em revisão.

Por forma a acompanhar os efeitos da execução do PDM no território e avaliar o desempenho da estratégia definida, foi definido um quadro de metas que o Município pretende alcançar para cada indicador de sustentabilidade, não só as definidas em documentos estratégicos, mas também as assumidas pela própria Autarquia para o período de vigência do Plano.

Na Quadro 21 apresentam-se os indicadores de sustentabilidade e respetivas metas que servirão de base à implementação do Plano de Controlo, durante o período de execução do Plano.

Na Declaração Ambiental a emitir serão apurados os valores de base, para todos os indicadores identificados, considera-se importante desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização, pelo que não foram incluídos na Tabela. Serão também posteriormente definidas as metas a alcançar para cada indicador.

Tendo em conta o referido no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, os resultados das ações previstas no Plano de Controlo (designadamente as ações de monitorização)

deverão ser atualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável (Câmara Municipal de Belmonte), e divulgados pela entidade referida através de meios eletrônicos e posteriormente remetidos à APA.

É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta deva constituir um processo dinâmico ao longo do tempo. Aquando da revisão do Plano de Controlo, deverá ser realizada uma nova ponderação relativa à evolução de cada indicador, e deverão ser ponderadas as medidas preconizadas, de forma a alcançar as metas pretendidas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste dessas mesmas medidas e metas.

Quadro 21: Indicadores e Metas por FCD

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Valor de Referência (Ano de Referência)	Tendência ou Meta para o horizonte do plano	Fonte de Informação	Período de Recolha
FCD Desenvolvimento Económico e Competitividade						
Desenvolvimento Económico	<p>Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional e nacional</p> <p>Criar condições especiais para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional</p> <p>Fomentar o desenvolvimento sustentável, proporcionando uma maior organização e coesão económica, social e territorial</p> <p>Aumentar a valorização económica em espaço rural</p>	Taxa de ocupação de Espaços empresariais / industriais estruturados e infraestruturados (%)	*	100%	INE; CMB	Anual
		Unidades de exploração agrícola, agropecuária e áreas florestais (N.º)	665 (2019)	Aumentar	INE; CMB	Anual
		Evolução da População Ativa por atividade económica (%)	Total 2516 (2021)	Aumentar	INE	Anual
		Criação de postos de trabalho, por sector de atividade (%)	*	Aumentar	INE	Anual
Dinâmica Turística	<p>Aumentar a atratividade turística do concelho</p> <p>Aumentar o apoio, suporte e promoção da atividade turística</p>	Taxa ocupação hoteleira (quarto) (%)	20.7 (2022)	Aumentar	Turismo de Portugal	Anual
		Estabelecimentos Turísticos (N.º)	5 (2022)	10	INE	Anual
		Unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) (N.º)	2 (2020)	Aumentar	Turismo de Portugal	Anual
		Capacidade hoteleira (N.º de camas)	219 (2022)	Aumentar	Turismo de Portugal	Anual
		Percurso temáticos (N.º)	3 (2022)	Aumentar	INE	Anual
FCD Ordenamento e Qualificação do Território						

Crerios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Valor de Referncia (Ano de Referncia)	Tendncia ou Meta para o horizonte do plano	Fonte de Informao	Perodo de Recolha
Ordenamento do territrio	<p>Fomentar a organizao espacial do territrio</p> <p>Promover um correto ordenamento biofsico e paisagstico, atravs da consolidao de espaos verdes urbanos</p> <p>Incentivar processos de regenerao e requalificao urbana</p> <p>Fomentar a reabilitao e ocupao de edifcios</p> <p>Fomentar a fruio da floresta nas suas variadas vertentes</p> <p>Incentivar a requalificao nos centros histricos</p>	Populao Residente total e por grupos etrios (N.º hab)	Total 6205 (2021)	Aumentar	INE	Anual
		Espaos verdes urbanos (ha)	6 (2020)	>10.60ha	CMB	Anual
		Reserva Agrcola Nacional afetada por propostas de solo urbano (ha)	0 (Ano de eficcia da Reviso do PDM)	N.A.	CMB	Anual
		RAN utilizada para fins no agrcolas (%)	-- (Ano de eficcia da Reviso do PDM)	Manter	CMB	Anual
		Reserva Ecolgica Nacional afetada por propostas de solo urbano (ha)	0 (Ano de eficcia da Reviso do PDM)	N.A.	CMB	Anual
		REN com ocupao compatvel (%)	-- (Ano de eficcia da Reviso do PDM)	Manter	CMB	Anual
		Estrutura Ecolgica Municipal afetada por propostas de solo urbano (ha)	-- (Ano de eficcia da Reviso do PDM)	As necessrias desde que compatveis.	CMB	Anual
		Licenas para reconstruo e reabilitao (N.º)	3 (2018)	Aumentar	CMB	Anual
		Licenas para novos loteamentos (N.º)	0/2022	Aumentar	CMB	Anual
		Taxa de ocupao das reas de atividade econmica (%)	-	Aumentar	CMB	Anual
		Taxa de ocupao dos loteamentos urbanos (% e ha/ano)	-	Aumentar	CMB	Anual
		Concretizao de Unidades Operativas de Planeamento e Gesto (N.º)	0 (2022)	6	CMB	Anual

Crerios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Valor de Referncia (Ano de Referncia)	Tendncia ou Meta para o horizonte do plano	Fonte de Informao	Perodo de Recolha
Acessibilidades	Melhorar e potenciar as acessibilidades	Meios de deslocao passiva	*	Melhorar	CMB	Anual
		Tempo de deslocao entre trabalho e habitao (min)	*	Reduzir	CMB	Anual
		Recetores expostos a situaoes de no conformidade com o valor limite regulamentado no RGR (N.º)	0 (2009) (mapa de ruido)	Manter	CMB	Anual
		Populao afetada por nveis de poluio atmosfrica superiores aos limites legais (N.º de pessoas)	0 (2022)	Manter	CMB	Anual
		Capacidade de transporte de passageiros por meio de transporte (N.º de passageiros) Repartio modal transporte individual / transporte coletivo (%)	*	N.A.	CMB	Anual
		Capitao de espaoes verdes (m²/hab)	9.6 (2020)	18	CMB	Anual
		Capacidade de alojamento para seniores (N.º camas)	168 (2020)	Aumentar	CMB	Anual
		Capacidade de alojamento em cooperativas jovens (N.º de camas)	0 (2020)	Aumentar	CMB	Anual

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Valor de Referência (Ano de Referência)	Tendência ou Meta para o horizonte do plano	Fonte de Informação	Período de Recolha
		Condições de acessibilidade a equipamentos de saúde (escala qualitativa)	*	Aumentar	CMB	Anual
		Áreas de equipamentos desportivos (m ²)	25500 (2020)	Aumentar	CMB	Anual
		Produção de RSU (kg/hab)	384.4 (2019)	250	CMB	Anual
		Valorização de Resíduos (%)	10 (2019)	50	CMB	Anual
FCD Recursos Naturais e Património Natural						
		Espécies invasoras ou com risco ecológico conhecido (N.º e ha)	*	N.A.	CMB	Anual
Floresta	Controlar as monoculturas de espécies de rápido crescimento e as invasoras lenhosas Proteção das espécies florestais autóctones e das folhosas de folha caduca Proteção Florestal, controlo de pragas e doenças	Área de Floresta de produção e agroflorestais (%)	21.9 (2018)	40	CMB/COS	Anual
Paisagem	Proteção e Salvaguarda da Paisagem Diminuição das áreas degradadas e intrusões visuais	<i>Número de intrusões visuais (construções em grande escala, lixeiras entre outras) (N.º)</i>	<i>0 (2022)</i>	<i>Manter</i>	<i>CMB</i>	<i>Anual</i>
		Investimento em ações de valorização e recuperação paisagística (€)	0 (2022)	Aumentar	CMB	Anual

Crítérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Valor de Referência (Ano de Referência)	Tendência ou Meta para o horizonte do plano	Fonte de Informação	Período de Recolha
	Contenção da edificação dispersa e do ordenamento da expansão urbana	Áreas degradadas e principais intrusões visuais (pedreiras não recuperadas, lixeiras, áreas de depósito de entulho, etc.) (ha)	1 (2022)	Reduzir	CMB	Anual
Recursos Naturais	Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos Reduzir os níveis de poluição na água para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais Promover o consumo eficiente e racional do recurso água	Qualidade da água superficial (escala qualitativa)	*	Melhorar	CMB	Anual
		Qualidade da água subterrânea (escala qualitativa)	*	Melhorar	CMB	Anual
		Investimento em ações de limpeza e requalificação dos recursos hídricos (€)	0 (2022)	Aumentar	CMB	Anual
		Consumo de água por habitante (m ³ /hab)	46.9 (2020)	Reduzir	CMB	Anual
		Utilização de água, por sector de atividade e tipologia (m ³ /setor de atividade)	*	Reduzir	CMB	Anual
		Perdas no sistema de abastecimento de água (%)	60/2020	15	CMB	Anual
Atmosfera	Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública Redução da poluição do ar Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites (N.º de dias)	*	Reduzir	CCDR	Anual
		Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)	0.74 (2020)	0.4	CMB	Anual
Solo		Superfície agrícola utilizada (ha)	5164 (2020)	6500	CMB	Anual

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Valor de Referência (Ano de Referência)	Tendência ou Meta para o horizonte do plano	Fonte de Informação	Período de Recolha
	Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo	Impermeabilização dos solos (% relativa ao concelho)	3.5 (2018)	Reduzir	CMB	Anual
	Reduzir a ocorrência de situações de erosão do solo Salvaguarda dos solos pedologicamente evoluídos Racionalização da expansão urbana Controlo da impermeabilização do solo	Pedreiras recuperadas (N.º)	0 (2022)	Aumentar	CMB	Anual
FCD Património Cultural						
Património Cultural	Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos Valorizar a diversidade e a identidade local Promover o turismo cultural	Obras em edifícios classificados (recuperação/manutenção) (N.º)	0 (2022)	5 no horizonte do plano	CMB	Anual
		Recuperação de edifícios urbanos degradados (N.º)	6 (2020)	Aumentar	CMB	Anual
		Edifícios degradados ocupados e fora de uso (N.º)	*	Reduzir	CMB	Anual
		Circuitos históricos e culturais (N.º)	3 (2022)	5 no horizonte do plano	CMB	Anual
		N.º de visitantes de monumentos históricos (N.º visitantes)	*	Aumentar	CMB	Anual
		Património classificado e em vias de classificação (N.º de elementos classificados)	9 (2022)	14 no horizonte do plano	CMB	Anual

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Valor de Referência (Ano de Referência)	Tendência ou Meta para o horizonte do plano	Fonte de Informação	Período de Recolha
		Investimento na inventariação e conservação de elementos patrimoniais (€)	*	Aumentar	CMB	Anual
FCD Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos						
Energia	Aumento da eficiência energética Utilização racional de energia Utilização e produção de energia renováveis	Consumo de energia elétrica (kWh/hab)	14.907.528 kWh (2021) 2400 kWh/hab (2021)	Reduzir	INE; CMB	Anual
		Produção de energia através de recursos renováveis (kW/hab)	*	Aumentar	INE; CMB	Anual
		Investimento em programas de eficiência energética (€)	*	Aumentar	INE; CMB	Anual
Alterações Climáticas	Diminuição das emissões de CO ₂ Adaptação às alterações climáticas	Emissão de CO ₂ (Kton/ano)	18,370 Kton (2019)	Reduzir	INE; APA	Anual
		Quantidade de GEE (t/km ²)	2.124 Kton (2019)	Reduzir	INE; APA	Anual
		Investimentos em estudos e programas de adaptação às alterações climáticas (€)	0 (2022)	Aumentar	INE; CMB	Anual
Risco Naturais	Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas Prever e mitigar a ocorrência de risco de inundações	Ocupação humana em áreas de riscos naturais (N.º hab)	0 (2022)	Reduzir	CMB	Anual
		Área ardida (ha)	2 (2019)	Reduzir	CMB	Anual
		Ocorrência de incêndios (N.º ocorrências)	14 (2019)	Reduzir	CMB	Anual
		Edifícios afetados pela ocorrência de incêndios (N.º edifícios)	0 (2019)	Reduzir	CMB	Anual

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Valor de Referência (Ano de Referência)	Tendência ou Meta para o horizonte do plano	Fonte de Informação	Período de Recolha
		Ocorrência de cheias (N.º ocorrências)	*	Reduzir	CMB	Anual
		Elementos expostos e população exposta a zonas com risco de cheia (N.º)	*	Reduzir	CMB	Anual
Acidentes industriais	Prever e mitigar a ocorrência de risco de acidentes industriais	Ocorrência de acidentes industriais (N.º ocorrências)	0 (2022)	Manter	CMB	Anual
		Acidentes com transportes de matérias perigosas (N.º acidentes)	0 (2022)	Manter	CMB	Anual

* - Valores de referência a apurar após realização de estudos específicos, na fase de seguimento

9. GOVERNANÇA

Neste ponto, apresentam-se as diretrizes e medidas que configuram boas práticas no que se refere à Governança.

O conceito de governança abrange um “conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia” (Partidário 2007).

O quadro de governança prende-se, entre outros aspetos, com a criação de uma rede interrelacionada de instituições e organizações, governamentais e não-governamentais, incluindo painéis de cidadãos ou outras formas de organizações deliberativas de cidadãos. Através dos princípios de responsabilidade, transparência, integridade, eficiência e liderança este quadro contribuirá para um desempenho efetivo e eficiente da AAE, ao longo dos seus vários ciclos.

Neste contexto, é importante, neste domínio, identificar os mecanismos de Articulação e Cooperação Institucional, Participação Pública e Transparência de Processos, contribuindo-se, deste modo, para a constituição de um quadro de governança para a implementação e acompanhamento da revisão do PDMB.

No quadro seguinte, apresenta-se um quadro de governança para a ação, identificando as entidades e respetivas responsabilidades, ou seja, quem precisa de fazer o quê, quer para a realização bem-sucedida da estratégia, quer para a articulação institucional, transparência de processos, participação e comunicação dos atores chave e da população em geral.

Quadro 22 – Quadro de governança

Entidades	Diretrizes de governança
CMB	<ul style="list-style-type: none"> - Promover ou colaborar proficuamente na elaboração de estudos que permitam um melhor conhecimento do território e das suas tendências de evolução, com particular ênfase nos domínios relacionados com os riscos naturais. - Estabelecer os mecanismos e os procedimentos que permitam as ações de seguimento da revisão do PDMB, de acordo com as diretrizes da AAE. - Programar atempadamente e articular com todas as entidades intervenientes para que a implementação das ações previstas no PDM decorra de forma agilizada e sustentável. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.

Entidades	Diretrizes de governança
	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer e implementar ações de informação, sensibilização e esclarecimento face às diferentes temáticas relacionadas com a proposta de revisão do PDM e sua operacionalização. - Garantir a inclusão de toda a população no envolvimento e partilha de informação em processos de desenvolvimento e planeamento territorial. - Apostar na criação de plataformas colaborativas, assentes na premissa de diálogo contínuo e concertação. - Assegurar uma cooperação estratégica com os agentes económicos e com os agentes administrativos regionais licenciadores das atividades económicas. - Dinamizar parcerias com os vários agentes que atuam no território (investidores, empresários, agentes culturais, académicos, investigadores, etc.) num quadro de colaboração, diálogo e gestão eficiente de processos. - Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego e dinamizar/promover ações de formação e valorização profissional. - Desenvolver uma cultura de transparência e visibilidade das atividades concelhias, num quadro de proximidade à população. - Promover ações de proximidade com as populações (workshops, sessões públicas, ações de rua, etc.) com o objetivo de auscultar opiniões e informar sobre processos de decisão. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
APA	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a existência e disponibilização de informação de base atualizada, no quadro das respetivas responsabilidades e competências, necessária às ações de seguimento; - Promover e apoiar a realização de estudos que permitam um melhor conhecimento do território e da evolução, a curto e médio-longo prazos, em domínios em que se reconheça que deve ser aprofundada e/ou atualizada a informação existente (p.e no domínio dos riscos naturais, amplificadas pelos efeitos das alterações climáticas). - Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais com a operacionalização das estratégias e atuação do município, no âmbito dos vários domínios e ambientais e de planeamento e ordenamento territorial. - Desenvolver mecanismos estruturados e permanentes de circulação de informação entre entidades responsáveis pelo ordenamento do território e pela proteção civil, a nível regional e local, por forma a articular plenamente o ordenamento do território com a prevenção do risco. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.

Entidades	Diretrizes de governança
<p>Outras Entidades da Administração Central e Regional e outras Entidades</p> <p>CCDR Centro</p> <p>DRAP Centro</p> <p>ICNF</p> <p>DGEG</p> <p>INE</p> <p>DRC Centro</p> <p>DRE Centro</p> <p>ANEPC</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a existência e disponibilização de informação de base atualizada, no quadro das respetivas responsabilidades e competências, necessária às ações de seguimento; - Promover e apoiar a realização de estudos que permitam um melhor conhecimento do território e da evolução, a curto e médio-longo prazos, em domínios em que se reconheça que deve ser aprofundada e/ou atualizada a informação existente (p.e no domínio dos riscos naturais, amplificados pelos efeitos das alterações climáticas). - Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais com a operacionalização das estratégias e atuação do município, no âmbito dos vários domínios e ambientais e de planeamento e ordenamento territorial. - Desenvolver mecanismos estruturados e permanentes de circulação de informação entre entidades responsáveis pelo ordenamento do território e pela proteção civil, a nível regional e local, por forma a articular plenamente o ordenamento do território com a prevenção do risco.
<p>Representantes de setores de atividade económica</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar formas de colaboração/parcerias com o município e dinamizar a sua implementação. - Estudar e promover, conjuntamente com o município, ações possíveis para operacionalizar os objetivos e medidas previstas na Revisão do PDM e para alcançar as metas estabelecidas. - Recolher e divulgar informação de base útil para a monitorização do Plano. - Participar nos processos de consulta pública e nas ações de sensibilização, divulgação e comunicação promovidas pelo município.
<p>População em geral</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Adotar comportamentos ambientalmente responsáveis. - Participar ativamente nos processos de consulta pública.

10. CONCLUSÕES

O presente relatório serve de base à segunda fase do processo de AAE da proposta de revisão do PDM do Belmonte.

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de Revisão do PDM foi suportado na análise de cinco FCD: Desenvolvimento Económico e Competitividade; Ordenamento e Qualificação do Território; Recursos Naturais e Património Natural; Património Cultural; e Energia e Riscos Naturais e Tecnológicos.

No processo de AAE foram tidos em consideração os objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDM, assentes em 9 objetivos estratégicos, designadamente OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular; OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos; OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo; OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos; OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade; OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana; OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade; OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos; OE9: Adaptação às alterações climáticas.

No decurso da avaliação de cada FCD foi verificada a consideração dos objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico no processo de revisão do PDMB, facto reforçado através do regulamento da proposta de revisão do Plano, obrigando ao cumprimento de determinadas medidas que garantam a sustentabilidade ambiental.

Durante o processo de AAE, constatou-se que a revisão do PDM contribui de forma muito significativa para a sustentabilidade ambiental do município, em várias vertentes, nomeadamente através da contenção da edificação dispersa, da qualificação de espaços industriais e empresariais infraestruturados, da melhoria das condições de saneamento básico e da promoção e preservação do património natural e construído.

Espera-se ainda que a presente proposta de revisão do PDMB, venha a promover níveis de dinâmica e de desenvolvimento económico municipal, capazes de produzir efeitos positivos na economia local, atraindo e fixando mais investimentos, gerando mais emprego e mais qualificado, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações, não introduzindo desequilíbrios, ambientais e paisagísticos, no sistema biofísico, que assumam significado relevante.

Salienta-se que a proposta de orientações de seguimento apresentada no Relatório Ambiental para cada FCD assenta numa lógica de sustentabilidade que permitira ao Município fazer uma leitura permanente e ambientalmente correta dos efeitos da execução do Plano.

Evidencia-se, ainda, a importância do acompanhamento da implementação do PDM, através da atualização periódica do Plano de Controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental da área de análise.

11. BIBLIOGRAFIA

- APA (2011) - Nota Técnica - A Declaração Ambiental em AAE.
- APA (2013) - Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica.
- APA (2020) - Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA.
- APA (2020) - 'Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas'.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE (2014) "Revisão do PDM de Belmonte. Relatório Preliminar"
- CCDRC (2019) - Guia orientador - Revisão do PDM.
- Comissão Nacional do Território (CNT) (2020) - Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais.
- DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE (2000) "Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável." Amadora.
- DGOTDU (2008) "Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território." Documento de apoio 1. Lisboa.
- Direção Geral do Território (DGT) (2021) - Guia - Formação dos planos territoriais, Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental'.
- DGT (2020) - Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT.
- PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2007). "Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental estratégica – Orientações Metodológicas". Agência Portuguesa do Ambiente (APA).
- SIAM (2006) "Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação" Projecto SIAM II. F. D. Santos e P. Miranda (Editores). Gradiva, Lisboa.
- Diplomas legais aplicáveis.

ANEXO I – INSTRUMENTOS DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)

A primeira revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), foi publicada pela Lei n.º 99/2019, de 05 de setembro, revogando a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.

O PNPOT é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional. Constitui também um instrumento de cooperação com os demais estados-membros para a organização do território da união europeia.

É um instrumento chave de articulação entre a política de desenvolvimento económico e social e a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, com as diversas intervenções com incidência territorial. Aprovado o novo PNPOT, seguir-se-á a operacionalização do Modelo de Governança para a sua implementação, suportado por um fórum intersectorial que reúne as principais entidades responsáveis por políticas públicas relevantes para o território e a produção do primeiro Relatório do Estado do Ordenamento do Território, que estabelece a situação de referência e os indicadores de dinâmica que servirão de base ao acompanhamento de implementação do Programa.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Enfatizar a importância da Governança Territorial como motor de articulação institucional e reforço da subsidiariedade, através da cooperação vertical entre diferentes níveis governamentais, da cooperação horizontal entre distintos atores, e de uma maior coerência entre políticas setoriais e políticas de base territorial, promovendo uma maior eficiência e eficácia, assim como a transparência e a prestação de contas;
- Promover dinâmicas preferenciais de Organização Territorial, identificando os recursos territoriais capazes de criar sinergias e gerar massas críticas que favoreçam geografias funcionais, flexíveis e integradas, passíveis de apoiar ganhos de sustentabilidade e colmatar diferenças de dimensão, densidade e acesso a serviços e amenidades;
- Valorizar a Diversidade e a Especificidade Territoriais, considerando os ativos e as potencialidades locais e regionais como elementos de desenvolvimento e de diferenciação para o aumento da coesão e da sustentabilidade, nomeadamente em territórios rurais ou menos desenvolvidos;
- Reforçar a Solidariedade e a Equidade Territoriais como forma de promover a discriminação positiva dos territórios e reduzir as disparidades geográficas e sociais através de mecanismos de política que garantam direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de residirem em áreas centrais ou periféricas ou com diferentes graus de desenvolvimento ou expostas a diferentes riscos;
- Promover a Sustentabilidade da Utilização dos Recursos nos diversos Territórios, assumindo a pressão da escassez e do desperdício dos recursos e delapidação do património natural, paisagístico e cultural, e a importância do fomento de uma economia mais verde e circular, de uma energia mais limpa e eficiente, da descarbonização da sociedade e da contenção e reversão das perdas de património natural,

paisagístico e cultural;

- Incentivar as Abordagens Territoriais Integradas enquanto instrumentos de potenciação dos ativos locais e regionais e de capacitação institucional a diferentes níveis territoriais, desenvolvendo estratégias, políticas e intervenções de coordenação e de cooperação para a coesão.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2005-2015 (ENDS 2005-2015)

A Estratégia Nacional aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 30 de junho.

Este instrumento de orientação estratégica, para o horizonte de 2005, visa nortear o processo de desenvolvimento do País, numa perspetiva de sustentabilidade, em articulação coerente com os demais instrumentos, planos e programas de ação em vigor ou em preparação, incluindo os que se referem à aplicação dos fundos comunitários no período de programação até 2013, e fazendo o apelo à iniciativa dos cidadãos e dos diversos agentes económicos e sociais.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades permitam assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.

OBJETIVOS PRINCIPAIS

1. Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento.

Profunda alteração da qualificação da população ativa dos portugueses, incentivando a formação ao longo da vida e à disponibilidade de competências necessárias para um maior potencial de inovação das empresas, como para o cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do Ambiente, num contexto de crescente complexidade, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas para a evolução para a "sociedade do conhecimento";

2. Economia Sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro.

Assegurar um crescimento mais rápido à economia portuguesa, que permita retomar a dinâmica de convergência, tal objetivo deverá assentar num crescimento mais rápido da produtividade, associado a um forte investimento nos sectores de bens transacionáveis, o que pode ser compatível com a criação de emprego exige uma mudança no padrão das atividades do país, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional; esse crescimento deverá ser menos intensivo em consumos energéticos e recursos naturais, aproveitando e estimulando as possibilidades endógenas do país, incluindo património, cultura, conhecimentos e competências.

3. Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural

Assegurar um modelo de desenvolvimento que integre a proteção do ambiente numa sociedade em que a proteção do ambiente assenta sobretudo na prevenção e valorização e em que o património natural seja assumido como

valor a evidenciar e fator de diferenciação positivo.

4. Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida

Reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa, atuando ao nível das redes, do sistema urbano e da competitividade e atratividade das cidades e área metropolitanas, assegurando uma melhor articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território conducente à salvaguarda do seu valor estratégico no longo prazo, ao mesmo tempo que se promovem padrões mais elevados de qualidade de vida em todo o território nacional

5. Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual

Assegurar que as instituições responsáveis pela satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação e segurança social sejam capazes de suportar o choque do “envelhecimento da população e do amadurecimento” etário da população ativa hoje residente, num quadro de coesão e equidade sociais, sem provocarem um descontrolo das finanças públicas e uma carga adicional de impostos.

6. Papel ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global

Cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para afirmação de Portugal no mundo, e contribuir de forma empenhada para os esforços crescentes da comunidade internacional no sentido da sustentabilidade dos ecossistemas e o equilíbrio ambiental do planeta no seu todo.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE 2030 – ENCDB 2030

A ENCDB 2030, aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros 55/2018, de 7 de maio, constitui um documento de referência das políticas de ambiente para reduzir a perda de biodiversidade, tendo subjacente os compromissos internacionais e nacionais assumidos no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável do Plano Estratégico da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade.

EIXOS ESTRATÉGICOS

Eixo 1 - Melhorar o estado de conservação do património natural. - Este é o objetivo último a concretizar no quadro desta Estratégia. Estancar a perda de biodiversidade é um compromisso global perante uma realidade que é tangível e consensual. No caso nacional, esta realidade assume uma expressão mais relevante na medida em que a riqueza natural do país é hoje mais do que uma obrigação ética, mas antes um dos pilares que concorre para o seu desenvolvimento, a par da sua riqueza cultural e paz social.

Eixo 2 - Promover o reconhecimento do valor do património natural. - Tão importante quanto o conhecimento fundamentado das características, interações e interdependências essenciais do património natural, é a compreensão

do serviço que assegura o mesmo e a capacidade de saber transmitir essa realidade. É preciso analisar este património na ótica dos múltiplos serviços que presta e que têm de ser valorizados de forma transversal, conseguindo torná-los evidentes perante a sociedade, levando-a ao reconhecimento da sua utilidade e mais-valia. Esta abordagem, para além de permitir consolidar modelos de desenvolvimento orientados, torna ainda possível concretizar instrumentos de natureza económica e financeira que permitam contabilizar a utilização destes recursos e dinamizar medidas que visem a sua promoção, nomeadamente, por via de um enquadramento fiscal adequado.

Eixo 3 - Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade. - Com efeito, é a partir do reconhecimento do valor do património natural que é possível sustentar a apropriação pela sociedade em geral do desígnio da promoção da biodiversidade e da conservação da natureza. Além de este ser um dos objetivos estratégicos de Aichi no âmbito da Convenção para a Diversidade Biológica (CDB), é também uma marca muito presente na própria ENCNB 2001-2010. Com efeito, já nessa altura se dava grande destaque à necessidade de concretizar as preocupações com esta matéria nas diferentes políticas e práticas setoriais, algo que permanece como um dos principais desafios da atualidade. Todavia, é preciso ir mais longe na medida em que esta apropriação tem de ser alcançada de forma transversal na sociedade e, em particular, na sua base de sustentação, que são as pessoas que vivem e cuidam dos territórios.

ESTRATÉGIA NACIONAL DAS FLORESTAS

A ENF, atualizada recentemente pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro, estrutura o quadro orientador da política florestal nacional para as próximas décadas, servindo de base para a tomada de decisão e formulação de medidas de política em matéria de desenvolvimento sustentável das florestas.

LINHAS DE AÇÃO ESTRATÉGICAS

A ENF define as seguintes linhas de ação estratégicas:

- Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- Especialização do território;
- Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável;
- Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos;
- Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector;
- Racionalização e simplificação dos instrumentos de política por forma a inverter as pressões dos aglomerados existentes sobre o sistema natural.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 (PDR 2015-2020)

O Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, foi aprovado pela Decisão de Execução da Comissão notificada com o número C(2014) 9896, de 12.12.2014, e vem substituir o programa PRODER como novo modelo de apoio ao desenvolvimento de projetos agrícolas.

A operacionalização do PDR 2020 é feita através de 4 Áreas e 10 Medidas, que se subdividem em operações.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. **Crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura.**

Melhoria da eficiência na utilização dos consumos intermédios na produção agrícola e florestal;

Aumentar o investimento no setor agroflorestal;

Renovação e reestruturação das explorações agrícolas;

Melhorar a distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar;

Dinamização de novos mercados de destino para os produtos agroalimentares e florestais;

Aumentar a produção de matérias-primas florestais de forma sustentável;

Reforço dos mecanismos de gestão do risco.

2. **Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos.**

Ultrapassar as limitações na disponibilidade de água e melhoria da eficiência na sua utilização;

Aumento da eficiência energética;

Aumentar a produtividade da terra;

Proteção dos recursos naturais: água e solo;

Proteção e promoção da biodiversidade;

Combate à desertificação.

3. **Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural.**

Diversificação da atividade económica (turismo rural e os produtos de qualidade de base local);

Criação de condições de viabilidade da pequena agricultura;

Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA (PNA)

O Plano Nacional da Água (PNA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, estabelece o enquadramento para a gestão das águas e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho, de 23 de outubro de 2000 (Diretiva-Quadro da Água), que estabeleceu um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, definindo os seus objetivos, princípios e preceitos normativos, entre os quais se destacam os planos de gestão de região hidrográfica (PGRH) e os programas de medidas (PM).

Assim, o PNA adota as definições constantes da Diretiva-Quadro da Água e da LA, observando os objetivos fixados

pelo ordenamento europeu e as demais normas decorrentes da legislação nacional aplicável. O novo PNA pretende definir as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar em particular pelos planos de gestão de região hidrográfica (PGRH) para o período 2016 -2021 e os programas de medidas que lhes estão associados. Esta revisão reflete, igualmente, as grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022 -2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva -Quadro da Água. O PNA pretende, deste modo, ser um plano abrangente mas pragmático, enquadrador das políticas de gestão de recursos hídricos nacionais, dotado de visão estratégica de gestão dos recursos hídricos e assente numa lógica de proteção do recurso e de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional.

OBJETIVOS FUNDAMENTAIS

- a) A proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;
- b) A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- c) A mitigação dos efeitos das inundações e das secas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional;
2. Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas;
3. Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água;
4. Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes;
5. Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos.

ESTRATÉGIA TURISMO 2027 (ET2027)

A Estratégia Turismo 2027 aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017 de 27 de setembro, é o referencial estratégico para o Turismo em Portugal na próxima década, e consubstancia uma visão de longo prazo, que se compagina com ações concretas no curto prazo.

OBJETIVOS

- Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional;
- Assegurar estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
- Promover uma integração das políticas setoriais;
- Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do Turismo;
- Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo.

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN 2000)

O Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de agosto, aprova os objetivos e principais linhas de desenvolvimento do Plano Rodoviário Nacional (PRN).

O PRN é o diploma definidor da classificação e das características das comunicações públicas rodoviárias.

OBJETIVOS GERAIS

1. Potenciar o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários;
2. Desenvolvimento de potencialidades regionais;
3. Redução do custo global daqueles transportes;
4. Aumento da segurança da circulação;
5. Satisfação do tráfego internacional;
6. Adequação da gestão da rede, sem prejuízo de terem sido respeitados os grandes objetivos do PRN85;
7. Aumento da densidade das zonas fronteiriças afeta à rede de outras estradas;
8. Promoção do fecho de malhas viárias
9. Melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, contribuindo para a correção das assimetrias, verificadas no desenvolvimento sócio-económico do País.

PLANO NACIONAL ENERGIA E CLIMA 2030 (PNEC 2030)

O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), recentemente aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, inclui uma caracterização da situação existente em Portugal em matéria de Energia e Clima, abrangendo as cinco dimensões do Regulamento: descarbonização, eficiência energética,

segurança de abastecimento, mercado interno da energia e investigação, inovação e competitividade, bem como a definição dos contributos nacionais e principais linhas de atuação planeadas para o cumprimento dos diferentes compromissos globais da União, incluindo em termos de redução de emissões de gases com efeito de estufa, energias renováveis, eficiência energética e interligações, sendo um dos principais instrumentos de política energética e climática para a década 2021-2030.

OBJETIVOS

- i **DESCARBONIZAR A ECONOMIA NACIONAL** Assegurar uma trajetória de redução de emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE) em todos os setores de atividade, designadamente energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas e resíduos e águas residuais, e promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais (mainstreaming)
- ii **DAR PRIORIDADE À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA** Reduzir o consumo de energia primária nos vários setores num contexto de sustentabilidade e custo eficaz, apostar na eficiência energética e no uso eficiente de recursos, privilegiar a reabilitação e a renovação do edificado, e promover edifícios de emissões zero
- iii **REFORÇAR A APOSTA NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E REDUZIR A DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA DO PAÍS** Reforçar a diversificação de fontes de energia através de uma utilização crescente e sustentável de recursos endógenos, promover o aumento da eletrificação da economia e incentivar I&D&I em tecnologias limpas
- iv **GARANTIR A SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO** Assegurar a manutenção de um sistema resiliente e flexível, com diversificação das fontes e origens de energia, reforçando, modernizando e otimizando as infraestruturas energéticas, desenvolvendo as interligações e promovendo a integração, a reconfiguração e a digitalização do mercado da energia, maximizando a sua flexibilidade
- v **PROMOVER A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL** Descarbonizar o setor dos transportes, fomentando a transferência modal e um melhor funcionamento das redes de transporte coletivo, promovendo a mobilidade elétrica e ativa e o uso de combustíveis alternativos limpos
- vi **PROMOVER UMA AGRICULTURA E FLORESTA SUSTENTÁVEIS E POTENCIAR O SEQUESTRO DE CARBONO** Reduzir a intensidade carbónica das práticas agrícolas e promover uma gestão agroflorestal eficaz contribuindo para aumentar a capacidade de sumidouro natural.
- vii **DESENVOLVER UMA INDÚSTRIA INOVADORA E COMPETITIVA** Promover a modernização industrial apostando na inovação, na descarbonização, digitalização (indústria 4.0) e na circularidade, contribuindo para o aumento da competitividade da economia
- viii **GARANTIR UMA TRANSIÇÃO JUSTA, DEMOCRÁTICA E COESA** Reforçar o papel do cidadão como agente ativo na descarbonização e na transição energética, criar condições equitativas para todos, combater a pobreza energética, criar instrumentos para a proteção dos cidadãos vulneráveis e promover o envolvimento ativo dos cidadãos e a valorização territorial.
- ix

PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA - BASES E LINHAS ORIENTADORAS (PNUEA)

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água - Bases e Linhas Orientadoras (PNUEA), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho, tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O SETOR URBANO

- Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O SETOR URBANO

- Elevar significativamente o conhecimento dos gestores e operadores dos sistemas de abastecimento de água e dos utilizadores em geral;
- Promover a sensibilização, informação e formação dos principais intervenientes no uso da água, bem como na introdução nos programas e livros escolares de matéria específica;
- Conhecer o nível de ineficiência dos sistemas públicos de abastecimento de água através do seu apetrechamento com equipamentos de medição e com sistema de transmissão e tratamento da informação, abrangendo todo o ciclo urbano da água;
- Garantir uma dinâmica de sucesso na implementação do uso eficiente da água, dirigindo os maiores esforços para os sistemas públicos (não domésticos), e para as maiores concentrações humanas onde os custos não são suportados diretamente pelos utilizadores da água (ex: escolas; centros comerciais; estações de serviço; hospitais; repartições e serviços da administração pública; hotéis; instalações desportivas - ginásios, piscinas, estádios, etc. -; aeroportos; terminais rodo e ferroviários; escritórios; restaurantes; lavandarias; etc.);
- Reduzir ao mínimo o uso da água potável em atividades que possam ter o mesmo desempenho com águas de qualidade alternativa e de outras origens que não a rede pública de água potável, promovendo a utilização de água da chuva e a eventual reutilização de águas residuais tratadas e;
- Promover a utilização de equipamentos normalizados e certificados para o uso eficiente da água, incentivando a sua produção e comercialização;
- Instituir prémios e distinções oficiais para equipamentos, instalações e sistemas que demonstrem o seu valor acrescentado ao nível da eficiência e que prestigiem as entidades produtoras de equipamentos e gestoras de sistemas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O SETOR AGRÍCOLA

- Redução das perdas de água nos sistemas de condução de água para rega e das dotações brutas de rega;
- Articulação gradual das receitas associadas aos tarifários e o custo real da água, com ênfase nos volumes

utilizados, sem perda de competitividade do setor.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O SETOR AGRÍCOLA

Aumento da eficiência global dos sistemas de rega através de:

- Melhoria da qualidade dos projetos (captação, exploração, rega, etc.);
- Redução das perdas de água no armazenamento, transporte e distribuição (reabilitação de barragens, impermeabilização de canais, construção de reservatórios de compensação em pontos estratégicos e no final dos canais, automatização das estruturas de regulação, etc.), com recurso por exemplo aos fundos do ProDeR, ou outros programas que lhe sucedam (após 2013);
- Redução das perdas na aplicação de água ao solo (introdução de sistemas de aviso e agro-meteorológicos, reconversão dos métodos de rega, com automatização e adequação de procedimentos na rega por gravidade, aspersão e localizada, etc.).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O SETOR INDUSTRIAL

- Otimização do uso da água na unidade industrial, sem prejuízo na eficiência dos processos e operações em que decorre desta utilização, tal como no âmbito da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) no contexto do regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP);
- Limitação dos impactos no meio ambiente associados às descargas de águas residuais industriais, conseguida através de uma melhor gestão do ciclo da água, no sentido da prevenção ligada a uma maior poupança já prevista em sede da PCIP.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O SETOR INDUSTRIAL

- Redução dos consumos de água e dos volumes de águas residuais geradas através da adequação de procedimentos, utilização mais eficiente de equipamentos e dispositivos e a adoção de sistemas de reutilização/recirculação da água;
- Redução do consumo de água na unidade industrial através da diminuição das perdas reais nos sistemas de distribuição;
- Redução do consumo de água na unidade industrial racionalizando a água através de alterações efetuadas ao nível dos processos de fabrico industrial;
- Utilização na unidade industrial de águas residuais ou remanescentes, provenientes de outros processos nos sistemas de arrefecimento e na lavagem de equipamentos;
- Redução do consumo de água na unidade industrial através da alteração de hábitos dos utilizadores;
- Redução do consumo de água na unidade industrial recuperando o vapor de água gerado nos sistemas de aquecimento da unidade industrial.

PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 2020 (PERSU 2020+)

O PERSU 2020, para o período 2014-2020, aprovado pela Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro, configura um instrumento de planeamento de referência na área dos resíduos urbanos (RU), que proporciona a implementação de um conjunto de ações que se revelaram fundamentais na concretização da política de resíduos urbanos na altura preconizada. A Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho, aprova o PERSU 2020+, que constitui um ajustamento às medidas vertidas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020). **O PERSU 2030, que irá dar seguimento ao PERSU 2020+, encontra-se em elaboração.**

OBJETIVOS

- Aumento da Recolha seletiva de biorresíduos nas zonas com maior potencial de biorresíduos (em conformidade com os resultados do estudo contratado para avaliar técnica, ambiental e economicamente o modelo de potencial de implementação da recolha seletiva de biorresíduos), complementando-se a rede de tratamento através de unidades de compostagem comunitárias, em áreas de menor densidade populacional;
- Prosseguir o reforço da recolha seletiva multimaterial, com maior enfoque nas regiões com maior potencial de produção de resíduos de embalagens, mediante a promoção de investimento em sistemas de recolha inovadores (porta a porta, PAYT, outros) que possibilitem o aumento das quantidades e da qualidade dos resíduos;
- Priorizar o investimento no reforço da capacidade instalada de triagem multimaterial nas regiões com maior potencial de recolha seletiva;
- Ajustar a atual tecnologia das TM/TMB para a receção de biorresíduos de recolha seletiva;
- Produção de Combustível Derivado de Resíduos (CDR), com auxílio de sistemas de secagem, compatível com as especificações de mercado;
- Na valorização energética a partir do biogás de aterro sanitário e digestão anaeróbia;
- Para cumprimento das metas de preparação para reutilização e de reciclagem, bem como o desvio de frações valorizáveis de aterro (10% de deposição em aterro até 2035), prosseguir investimentos relativos à redução e valorização das componentes materiais da “Fração Resto” resultante do tratamento dos resíduos, a desenvolver em contexto regional;
- Desenvolvimento de plataforma de transação (de subprodutos e de matérias primas secundárias);
- Implementar sistemas de incentivo e de tara retornável de resíduos de embalagens de modo a recuperar cerca de 40 a 45% do potencial de embalagens de plástico dos resíduos urbanos até 2025, encaminhando-os para reciclagem, com contabilização para as metas dos SGRU respetivos, com prioridade para os materiais plástico, metais ferrosos e alumínio. Esta abordagem está articulada com a recente proposta da Diretiva “Plásticos” e com as conclusões do Grupo de Trabalho sobre Plásticos;
- Dinamizar e incrementar campanhas de prevenção e redução de produção de resíduos, como um desígnio no quadro de uma transição para uma economia circular;
- Incrementar as campanhas de educação e sensibilização para a sustentabilidade ambiental dos cidadãos

em articulação com a Estratégia Nacional para a Educação Ambiental (ENEA) e a Estratégia de Combate ao Desperdício Alimentar; – Incrementar as ações de sensibilização e fiscalização, pois a sua importância como fonte de material reciclável deve ser objeto de uma atenção particular quanto ao cumprimento da legislação, face ao impacto na quantidade e qualidade dos materiais recolhidos seletivamente.

PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS 2020 (PENSAAR 2020)

O PENSAAR 2020, aprovado pelo Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril, estabelece as orientações e fixa os objetivos de gestão e proteção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos, para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais para o período 2014-2020.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Eixo 1: Proteção do ambiente, melhoria da qualidade das massas de água;
- Eixo 2: Melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- Eixo 3: Otimização e gestão eficiente dos recursos;
- Eixo 4: Sustentabilidade económico-financeira e social;
- Eixo 5: Condições Básicas e transversais. Universalidade, continuidade e qualidade do serviço.

NOTA:

O PENSAAR 2020 encontra-se em revisão. Com o fim do período temporal deste plano foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, incluindo no seu âmbito de aplicação não apenas o abastecimento de água e a gestão de águas residuais, mas também a gestão de águas pluviais - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030). A nova estratégia terá como objetivo assegurar a sustentabilidade do setor a longo prazo, constituindo-se como o instrumento norteador das políticas para o ciclo urbano da água, nomeadamente na resposta aos desafios que se colocam por força das alterações climáticas.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA 2020 (ENE 2020)

A Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril de 2010, define as grandes linhas estratégicas para o setor da energia.

EIXOS ESTRATÉGICOS

Eixo 1 – Agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira

Eixo 2 – Aposta nas energias renováveis

Eixo 3 – Promoção da eficiência energética.

Eixo 4 – Garantia da segurança de abastecimento

Eixo 5 – Sustentabilidade económica e ambiental

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA OS EFLUENTES AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS (ENEAPAI)

A ENEAPAI, Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro, tem como objetivo definir a estratégia para implementação de um novo modelo institucional, de gestão e técnico, que seja uma alternativa sustentável para o tratamento de efluentes produzidos por estes setores (bovinicultura, suinicultura, avicultura, matadouros, lagares, queijarias e adegas). A Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI) encontra-se em revisão para o período 2018-2025 foi já apresentada publicamente. O Grupo de trabalho está a proceder à conclusão dos trabalhos para posterior aprovação.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- a) O cumprimento do normativo ambiental e dos objetivos da política de ambiente e do ordenamento do território, através do cumprimento do normativo legal, e de uma abordagem territorial e setorial integrada;
- b) A sustentabilidade dos modelos de gestão, associada à implementação de modelos de gestão eficientes e sustentáveis, e da aplicação do princípio do utilizador-pagador e garantia de um quadro tarifário sustentável para os setores económicos;
- c) A gestão eficiente dos recursos financeiros, que deve ter em conta a utilização adequada dos instrumentos de co-financiamento, designadamente o Quadro de Referência Estratégico Nacional, e do potenciar das soluções coletivas e a utilização de infraestruturas existentes.

PLANO DE GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS QUE INTEGRAM A REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS DO OESTE (RH5) (PGRH TO)

O Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que Integram a Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-F/2016, de 22 de março, constitui um instrumento que visa o planeamento, a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da região hidrográfica a que respeita.

Nos termos da Diretiva Quadro da Água (DQA) e da Lei da Água (LA), o planeamento de gestão das águas está estruturado em ciclos de 6 anos. Assim, o primeiro PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste esteve em vigor até ao final de 2015. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, republicada Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro, veio aprovar o 2.º ciclo de planeamento dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica de Portugal Continental para o período 2016-2021.

OBJETIVOS

O PGRH da RH5 pretende contribuir, de forma integrada e articulada com as demais figuras de planeamento, para orientar a proteção e a gestão das águas e a compatibilização das suas utilizações com as respetivas disponibilidades de forma a:

- Garantir a utilização sustentável da água, assegurando a satisfação das necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades;
- Proporcionar critérios de afetação aos vários tipos de usos pretendidos, tendo em conta o valor económico de cada um deles, bem como assegurar a harmonização da gestão das águas com o desenvolvimento regional e as políticas setoriais, os direitos individuais e os interesses locais;
- Fixar as normas de qualidade ambiental e os critérios relativos ao estado das águas.

PLANO DE ACÇÃO NACIONAL PARA O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (PNACD)

A primeira da primeira revisão e atualização do Plano de Ação Nacional para o Combate à Desertificação, foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro.

O PANCD visa, no fundamental a adoção de atitudes e ações ativas de combate à degradação dos recursos e a aplicação de normas de prevenção.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- 1) Melhorar as condições de vida das populações afetadas;
- 2) Melhorar as condições dos ecossistemas afetados;
- 3) Gerar benefícios globais a partir da efetiva implementação da CNUCD;
- 4) Mobilizar recursos destinados a apoiar a implementação da CNUCD na construção de parcerias eficazes entre os atores nacionais e internacionais.

PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR (PROF CI)

O Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior, aprovado pela Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro e pela Declaração de Retificação n.º 17/2019, de 12 de abril, enquadra-se nos instrumentos de política setorial “que incidem sobre os espaços florestais e visam enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado dos espaços”.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- a) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- b) Especialização do território;
- c) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
- d) Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
- e) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- f) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

Proposta de PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO (PROT - C)

O PROT C é enquadrado pela Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo, determinada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de março. Aguarda ainda a publicação do Plano, tendo-se assumido a versão do documento que data de 20 de setembro de 2010 (submetida a Discussão Pública).

Os PROT são instrumentos de desenvolvimento territorial e de natureza estratégica. Em matéria de conteúdo, estabelecem a estrutura regional do sistema urbano, das redes de infraestruturas e dos equipamentos de interesse regional e definem os objetivos e princípios quanto à localização das atividades e os grandes investimentos públicos; as suas normas fixam o quadro estratégico, as orientações de carácter genérico e as diretrizes para o ordenamento do território regional.

OBJETIVOS GERAIS

1. Definir diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas a nível regional;
2. Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos setoriais;
3. Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulado no plano de desenvolvimento regional;
4. Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intraregionais;
5. Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da

região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;

2. A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;
3. O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;
4. A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas;
5. O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;
6. O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior.

PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTOS 2030 (PNI 2030)

O Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), tem como objetivo constituir o instrumento de planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, para fazer face às necessidades e desafios da próxima década e décadas vindouras.

A Resolução da Assembleia da República n.º 154/2019, de 23 de agosto, resolve recomendar ao Governo que, na próxima legislatura, na análise dos investimentos para o período 2021-2030, tenha em consideração as propostas que constam do relatório do Grupo de Trabalho - Programa Nacional de Investimentos 2030.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Coesão, reforçando a coesão territorial, em particular através do reforço da conectividade dos territórios, e da atividade económica, valorizando o capital natural;
- Competitividade e Inovação, aumentando e melhorando as condições infraestruturais do território nacional, capitalizando o potencial geográfico atlântico nacional e reforçando a inserção territorial de Portugal na Europa, em particular na Península Ibérica;
- Sustentabilidade e Ação Climática, promovendo a descarbonização da economia e a transição energética, adaptando os territórios às alterações climáticas e garantindo uma maior resiliência das infraestruturas.

ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA 2020 (EIDT-BSE)

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela (EIDT-BSE) surgiu no âmbito da estratégia Portugal 2020, sendo publicada em fevereiro de 2015 pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), aproveitando a oportunidade de financiamento dos quadros comunitários e a possibilidade de estruturar o território para uma visão projetada para 2020.

Este plano tem como premissa a aposta em "projetos que promovam e potenciem a escala intermunicipal, as

redes de cooperação, a especialização produtiva inteligente e a utilização de infraestruturas existente”.

EIXOS ESTRATÉGICOS

- 1) Reforçar a atratividade e conectividade do território;
- 2) Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e conhecimento;
- 3) Promover Região inclusiva;
- 4) Consolidar a Região sustentável.

PLANO DE AÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR (PAEC)

O Plano de Ação para a Economia Circular, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro, define o modelo estratégico de crescimento e de investimento assente na eficiência e valorização dos recursos e na minimização dos impactes ambientais. Este documento surge à luz dos compromissos internacionais de Portugal, como o Acordo de Paris, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a própria União Europeia.

O PAEC apresenta três níveis de ações a serem introduzidas e trabalhadas durante os próximos 3 anos: ações nacionais, que consolidam algumas das ações de vários Ministérios para esta transição, agendas setoriais e agendas locais, que devem ser adaptadas às especificidades socioeconómicas regionais. Pela sua transversalidade.

AÇÕES

- Ação 1 — Desenhar, Reparar, Reutilizar: uma responsabilidade alargada do produtor
- Ação 2 — Incentivar um mercado circular
- Ação 3 — Educar para a economia circular
- Ação 4 — Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável
- Ação 5 — Nova vida aos resíduos!
- Ação 6 — Regenerar recursos: água e nutrientes
- Ação 7 — Investigar e inovar para uma economia circular

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE BELMONTE (PMDFCI)

O decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações efetuadas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro, aprova o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Os PMDFCI são definidos pelo Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho como instrumentos que contêm medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das medidas de prevenção, incluem a previsão e o

planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios. Têm de ser elaborados de acordo com o Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios e com o respetivo Programa Regional de Ordenamento Florestal.

O PMDFCI de Belmonte, para o período 2021 – 2030, publicado através do Regulamento (extrato) n.º 413/2021 em DR 2ª série n.º 92 de 12 de maio, contém as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das medidas de prevenção, inclui a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

EIXOS ESTRATÉGICOS

- I. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- II. Redução da incidência dos incêndios;
- III. Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- IV. Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- V. Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE BELMONTE (PMEPC)

O PMEPC de Belmonte, em vigor, foi elaborado com o intuito de “Clarificar e definir as atribuições e responsabilidades que competem a cada um dos agentes de proteção civil intervenientes em situações de emergência de proteção civil, suscetível de afetar pessoas, bens, ou o ambiente”. Conforme refere esse mesmo Plano na sua elaboração esteve subjacente “a sua adequação às necessidades operacionais do concelho, tendo-se para tal procedido a uma recolha criteriosa e rigorosa de informação no âmbito da análise de riscos, a avaliação de meios e recursos disponíveis”.

OBJETIVOS PRINCIPAIS

- Providenciar, através de e uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empregar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofe e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;

- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências justifique a ativação do PMEPC;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes,
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e a colaboração na estrutura de resposta à emergência”.

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)

O PRR é um programa integrado no pacote extraordinário de financiamento aprovado pela Comissão Europeia para dotar os países da zona euro de instrumentos destinados à recuperação económica e social, o *Next Generation EU*. O PRR é o instrumento nacional do Mecanismo de Recuperação e Resiliência aprovado pela CE. Pelo seu carácter extraordinário, o Plano de Recuperação e Resiliência é uma “supervitamina” destinada a acelerar a recuperação económica e social e promover uma transformação resiliente e justa, colocando Portugal no caminho da dupla transição, verde e digital. O PRR reúne uma visão estratégica, reformas e investimentos estruturantes a implementar até 2026. Foi organizado em 3 dimensões estratégicas, Resiliência, Transição Climática e Transição Digital, que agrupam 20 componentes, 83 investimentos e promovem 37 reformas.

DIMENSÕES DO PRR

- **Dimensão da Resiliência:**
 - Componente 1 - Serviço Nacional de Saúde (SNS)
 - Reforçar a capacidade do SNS para responder às mudanças demográficas e epidemiológicas do país, à inovação terapêutica e tecnológica, à tendência de custos crescentes em saúde e às expectativas de uma sociedade mais informada e exigente.
 - Componente 2 – Habitação
 - Relançar e reorientar a política de habitação em Portugal, salvaguardando habitação para todos, através do reforço do parque habitacional público e da reabilitação das habitações indignas das famílias de menores rendimentos, por forma a promover um acesso generalizado a condições de habitação adequadas.
 - Componente 3 – Respostas Sociais
 - reforçar, adaptar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar e a coesão social

e territorial. Pretende-se ainda promover uma intervenção integrada em comunidades desfavorecidas, com vista ao combate à pobreza.

- Componente 4 – Cultura
 - Valorizar as artes, o património e a cultura enquanto elementos de afirmação da identidade, da coesão social e territorial e do aumento da competitividade económica das regiões e do país através do desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e social de elevado valor económico.
- Componente 5 - Capitalização e Inovação Empresarial
 - Aumentar a competitividade e a resiliência da economia com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva. Capitalizar empresas economicamente viáveis anteriormente à eclosão da recessão económica, originada pela pandemia e incentivar o investimento produtivo em áreas de interesse estratégico nacional e europeu.
- Componente 6 - Qualificações e Competências
 - Aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, para combater as desigualdades sociais e de género e aumentar a resiliência do emprego (em situações de crise económica como a provocada pela pandemia), sobretudo dos jovens e dos adultos com baixas qualificações, bem como uma participação equilibrada entre mulheres e homens no mercado de trabalho.
- Componente 7 – Infraestruturas
 - Reforçar a resiliência e a coesão territorial, através do aumento da competitividade do tecido produtivo e permitindo uma redução de custos de contexto.
- Componente 8 – Florestas
 - Desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais capaz de proteger Portugal de incêndios rurais graves num contexto de alterações climáticas, e com impacto duradouro ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial.
- Componente 9 – Gestão Hídrica
 - A gestão hídrica constitui uma área de intervenção estratégica face à necessidade de se mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência dos territórios do Algarve, Alentejo e Madeira, as regiões com maior necessidade de intervenção em Portugal, aos episódios de seca, tendo por base os cenários de alterações climáticas e a perspetiva explanada na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA) e no Programa de Ação para as Alterações Climáticas (P-3AC), contribuindo para a diversificação da atividade económica destas regiões e para o seu desenvolvimento económico, social e ambiental.
- **Dimensão da Transição Climática:**
 - Componente 10 - Mar
 - Desenvolver uma resposta estrutural, duradoura e impactante preparando o caminho para a construção de uma economia do mar mais competitiva, mais coesa e mais inclusiva, mas também mais descarbonizada e sustentável, com maior capacidade de

aproveitamento das oportunidades decorrentes das transições climática e digital. Alinhada com estes princípios, a componente Mar irá contribuir para as opções nacionais relacionadas com o reforço do potencial produtivo nacional, procurando garantir condições de sustentabilidade e competitividade do tecido empresarial ligado ao mar, assim como assumir a ambição de combater algumas das bolsas de pobreza localizadas em comunidades costeiras, e assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso num contexto de adaptação às transições climática e digital. Ao nível da preservação do valor dos serviços ecossistémicos oceânicos, esta componente irá contribuir de forma inequívoca para a “Saúde dos Oceanos”. Complementarmente, a mesma contribuirá para o reforço da capacidade operacional, formativa e científica do país.

- Componente 11 - Descarbonização da Indústria
 - Descarbonização do setor industrial e empresarial e a promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos concretizando medidas do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC), constituindo um objetivo estratégico central no PRR, no sentido em que contribui para acelerar a transição para uma economia neutra em carbono e, ao mesmo tempo, para promover a competitividade da indústria e das empresas, por via da sua descarbonização, redução do consumo de energia e da promoção de fontes endógenas de energia.
- Componente 12 - Bioeconomia Sustentável
 - Desenvolver as iniciativas necessárias à alteração de paradigma para acelerar a produção de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos (em alternativa às matérias de base fóssil). Através de uma transição para a Bioeconomia Sustentável é possível apoiar a modernização e a consolidação da indústria por meio da criação de novas cadeias de valor e de processos industriais mais ecológicos, apresentando-se assim como uma oportunidade para toda a Europa.
- Componente 13 - Eficiência Energética em Edifícios
 - Reabilitar e tornar os edifícios energeticamente mais eficientes, potenciando o alcance de múltiplos objetivos, proporcionando inúmeros benefícios sociais, ambientais e económicos para as pessoas e as empresas.
- Componente 14 - Hidrogénio e Renováveis
 - Promover a transição energética por via do apoio às energias renováveis, com grande enfoque na produção de hidrogénio e de outros gases de origem renovável e, no contexto das Regiões Autónomas, de energias de fonte renovável. Em consequência, fomentar o crescimento económico e o emprego por via do desenvolvimento de novas indústrias e serviços associados, bem como a investigação e o desenvolvimento, acelerando o progresso tecnológico e o surgimento de novas soluções tecnológicas, com elevadas sinergias com o tecido empresarial e reduzir a dependência energética nacional, quer pela produção de energia a partir de fontes endógenas, quer pela utilização direta de hidrogénio, quer pela utilização indireta (ex.: amónia verde), e dessa forma contribuir

significativamente para a melhoria da balança comercial e o reforço da resiliência da economia nacional.

- Componente 15 - Mobilidade Sustentável
 - Assegurar o desenvolvimento de projetos robustos, com forte contributo para a melhoria dos sistemas de transporte coletivo, que promovam o reforço e a utilização crescente do transporte público com a conseqüente redução da dependência do transporte individual rodoviário, que promovam a descarbonização do setor dos transportes, e que tenham um importante contributo para a recuperação dos efeitos económicos e sociais resultantes da crise pandémica, em particular ao nível do emprego.
- **Dimensão da Transição Digital:**
 - Componente 16 - Empresas 4.0
 - Recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital, permitindo o acesso ao conhecimento e aos meios tecnológicos digitais que promovem: a modernização do trabalho e dos processos de produção; a desmaterialização dos fluxos de trabalho; a mitigação dos défices de competências na utilização das tecnologias digitais; abranger de forma equilibrada mulheres e homens; a incorporação de ferramentas e metodologias de teletrabalho; a criação de novos canais digitais de comercialização de produtos e serviços, a adoção de uma cultura de experimentação e inovação, o reforço do ecossistema de empreendedorismo nacional e a incorporação de tecnologias disruptivas nas suas propostas de valor das empresas.
 - Componente 17 - Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas
 - Modernização e simplificação da gestão financeira pública, promovendo assim uma mudança estrutural e fundamental para o aumento da qualidade e sustentabilidade das finanças públicas portuguesas.
 - Componente 18 - Justiça Económica e Ambiente de Negócios
 - Robustecer e tornar mais eficientes as relações dos cidadãos e empresas com o Estado e reduzir os encargos e complexidades que inibem a atividade empresarial e assim impactam sobre a produtividade. Com esta componente pretende-se a diminuição da carga administrativa e regulamentar enfrentada pelas empresas, através da redução de obstáculos setoriais ao licenciamento e aumento da eficiência dos Tribunais.
 - Componente 19 - Administração Pública: Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança
 - Providenciar um melhor serviço público, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto, bem como promover a eficiência, a modernização, a inovação e a capacitação da Administração Pública, reforçando o contributo do Estado e da administração pública para o crescimento e desenvolvimento económico e social.
 - Componente 20 - Escola Digital

- Criar condições para a inovação educativa e pedagógica através do desenvolvimento de competências em tecnologias digitais, da sua integração transversal nas diferentes áreas curriculares e da modernização do sistema educativo português.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A MOBILIDADE ATIVA CICLÁVEL 2020-2030 (ENMAC)

A ENMAC, aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto, pretende dar um contributo para a descarbonização da mobilidade, favorecendo opções de deslocação mais sustentáveis como a utilização da bicicleta. Simultaneamente, pretende maximizar os benefícios para a saúde dos cidadãos, proporcionando-lhes hábitos de vida mais saudáveis.

DIMENSÕES DO ENMAC

- **Enquadramento e Legislação:**
 - Enquadramento regulatório garantindo segurança e conforto de ciclistas
 - Aperfeiçoar o Código da Estrada
 - Rever e publicar o Regulamento de Sinalização de Trânsito
 - Avaliar a atenuação da culpa do lesado como causa de exclusão ou redução da indemnização em caso de responsabilidade objetiva
 - Avaliar o alargamento do âmbito do Fundo de Garantia Automóvel
 - Avaliar o alargamento do âmbito e cobertura dos patrulheiros de trânsito
 - Melhorar a legislação sobre condições de trabalho
 - Avaliar o alargamento da cobertura do seguro escolar
 - Regulação territorial favorecendo os modos ativos de transporte
 - Contemplar as redes e cicláveis nos instrumentos de gestão territorial
 - Assegurar a articulação intermunicipal no desenvolvimento de redes
 - Incluir mecanismos de promoção da mobilidade ativa na legislação
 - Regular cargas e descargas de mercadorias em zonas urbanas
- **Investigação e Desenvolvimento:**
 - Aprofundamento e disseminação do conhecimento técnico e científico
 - Apoiar a investigação aplicada ao contexto nacional
 - Promover a partilha de conhecimento especializado
- **Eixo de Intervenção #1 - Infraestruturas e Intermodalidade:**
 - Mobilidade ativa fácil e atrativa, com infraestrutura adequada
 - Desenvolver e aplicar um guia de normas nacionais para intervenções físicas
 - Privilegiar, priorizar e promover a implementação de intervenções ligeiras
 - Eliminar discontinuidades e obstruções nas vias para ciclistas
 - Generalizar medidas de acalmia de tráfego em zonas urbanas

- Tornar as interseções para ciclistas seguras e confortáveis
- Massificar a instalação de estacionamentos de bicicleta
- Facilitar a mobilidade ativa nas zonas urbanas
- Criar e mapear redes cicláveis intermunicipais de excelência
- Promover percursos cicláveis para desporto e lazer
- Promoção da intermodalidade e integração com transportes público
 - Intervir junto dos operadores de transporte público
 - Fomentar a implementação de sistemas públicos de bicicletas partilhadas
- **Eixo de Intervenção #2 - Capacitação e Apoio:**
 - Intervenção junto de peões, ciclistas e automobilistas
 - Desenvolver um quadro de referência nacional para ensinar a pedalar
 - Incluir o ciclismo como matéria extracurricular
 - Estimular a mobilidade ativa junto de pessoas com deficiência
 - Reforçar a formação para a cidadania rodoviária
 - Formação específica para profissionais
 - Promover competências técnicas e académicas
 - Melhorar a formação de motoristas
 - Formar formadores de utilizadores profissionais
 - Criar um centro de informação interdisciplinar
 - Capacitação de decisores
 - Promover um encontro nacional – Cimeira da Mobilidade Ativa
 - Realizar ações locais de capacitação e discussão
 - Fiscalização de incumprimentos legais e regulamentares
 - Promover a dimensão preventiva no cumprimento do Código da Estrada
 - Aumentar a fiscalização efetiva dos níveis de poluição de viaturas
 - Aumentar o número de agentes da autoridade que se deslocam em bicicleta
 - Incentivos
 - Implementar medidas de apoio à aquisição de bicicletas
 - Incrementar os benefícios para entidades públicas e privadas
- **Eixo de Intervenção #3 – Cultura e Comportamentos:**
 - Promover uma forte cultura de mobilidade ativa
 - Promover a «Visão Zero» na sinistralidade envolvendo velocípedes
 - Criar oportunidades de reconhecimento de «campeões»
 - Intervir junto dos jovens em idade escolar
 - Promover mudança de comportamentos em grupos específicos da população
 - Criar uma plataforma de comunicação digital integrada
 - Incentivar e apoiar a realização de eventos e iniciativas populares
 - Promover campanhas publicitárias e ativar parcerias
- **Monitorização e Avaliação:**

- Monitorização de medidas e resultados
 - Estabelecer um conjunto de indicadores de desempenho. Implementar uma rede nacional de monitorização
 - Adaptar sistemas complementares de recolha de dados
- Avaliação de desempenho e retorno de investimento
 - Avaliar e rever periodicamente a estratégia nacional
 - Avaliar e comparar resultados a nível regional, concelhio, local e setorial

PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR (PVI)

O PVI, cuja Revisão foi aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, de 27 de março, que substitui o Programa Nacional para a Coesão Territorial, destina-se a abrir uma nova etapa no desenvolvimento dos territórios do interior, contrariando a tendência de desertificação das últimas décadas.

EIXOS PRIORITÁRIOS DO PVI

- Eixo 1: Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior;
- Eixo 2: Promover a Cooperação Transfronteiriça para Internacionalização de Bens e Serviços;
- Eixo 3: Captar Investimento e fixar Pessoas no Interior;
- Eixo 4: Tornar os Territórios do Interior mais Competitivos.

ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030

A Estratégia Portugal 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 novembro, está estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030.

AGENDAS TEMÁTICAS DA ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030

- Agenda temática 1 — As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, mer desigualdade:
 - Sustentabilidade demográfica
 - Promoção da inclusão e luta contra a exclusão
 - Resiliência do sistema de saúde
 - Combate às desigualdades e à discriminação
- Agenda temática 2 — Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento:
 - Promoção da sociedade do conhecimento
 - Inovação empresarial

- Qualificação dos recursos humanos
- Qualificação das instituições
- Agenda temática 3 — Transição climática e sustentabilidade dos recursos:
 - Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética
 - Tornar a economia circular
 - Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais
 - Agricultura e florestas sustentáveis
 - Economia do mar sustentável
- Agenda temática 4 — Um país competitivo externamente e coeso internamente:
 - Competitividade das redes urbanas
 - Competitividade e coesão na baixa densidade
 - Projeção da faixa atlântica
 - Inserção territorial mercado ibérico

PROGRAMA OPERACIONAL CENTRO 2020 (CENTRO 2020)

O CENTRO 2020 tem como base uma estratégia de desenvolvimento regional partilhada e construída através de uma forte mobilização de todos os parceiros regionais. A Região Centro terá, assim, como prioridades, até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico industrializado, competitivo e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

EIXOS DE INTERVENÇÃO DO CENTRO 2020

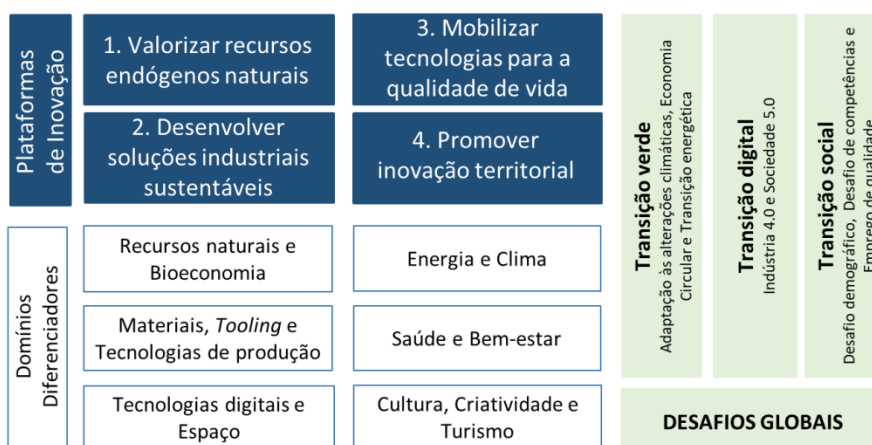
- Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)
- Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)
- Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)
- Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)
- Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)
- Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)
- Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)
- Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)
- Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)
- Eixo 10: Assistência técnica

ESTRATÉGIA REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO

INTELIGENTE 2021-2027 (RIS3 DO CENTRO)

A versão revista da RIS3 do Centro foi aprovada pelo respetivo Conselho Coordenador em reunião que decorreu no dia 27 de abril de 2021. A definição da RIS3 é um processo de construção coletivo e contínuo que foi tornado obrigatório pela Comissão Europeia, no âmbito da Política de Coesão para 2021-2027, constituindo uma identificação, em cada região, das áreas prioritárias para atribuição de fundos comunitários à Investigação e Inovação.

QUADRO LÓGICO DE ATUAÇÃO DO RIS3



PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA CIM BSE

As Estratégias de Adaptação às Alterações Climáticas (EAAC) da Região das Beiras e Serra da Estrela encontram-se estruturadas sob quatro objetivos principais, nomeadamente, Informar; Reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta; Participar, sensibilizar e divulgar, e ainda, Cooperar a nível Internacional. A região das Beiras e Serra da Estrela regista altas temperaturas e baixa precipitação durante os meses de Verão, sendo particularmente vulnerável à escassez de água. Nesse sentido, a região pretende melhorar a sua resposta a esta e outras preocupações, sendo uma das apostas a melhoria do ambiente, garantindo atratividade e sustentabilidade. A região está igualmente atenta às questões relacionadas com as alterações da biodiversidade, no património ambiental e natural, que facilita o aumento da ocorrência de incêndios com consequência potencialmente graves e em diversos setores. Neste sentido, no âmbito do desenvolvimento EAAC-BSE é importante compreender melhor quais as principais causas climáticas, atuais e futuras. A adaptação às alterações climáticas é um desafio transversal, que requer o envolvimento de todos, numa abordagem integrada.

OBJETIVOS DO PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA CIM BSE

- Informação e conhecimento: constitui a base de todo o exercício de adaptação às alterações climáticas e foca-se sobre a necessidade de consolidar e desenvolver uma base científica e técnica sólida;
- Reduzir vulnerabilidades e aumentar a capacidade de resposta: constitui o fulcro deste plano e corresponde ao trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação;
- Participar, sensibilizar e divulgar: identificar o imperativo de levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas e a transmitir a necessidade de ação e, sobretudo, suscitar a maior participação possível por parte desses agentes na definição e aplicação do plano;
- Cooperar a nível internacional – abordar as responsabilidades em matéria de cooperação internacional na área da adaptação às alterações climáticas.

DESAFIOS DO PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA CIM BSE

- Integrar a adaptação às alterações climáticas em processos de planeamento e decisão de agentes locais e regionais;
- Sensibilizar os agentes locais;
- Aumentar a capacidade de incorporação de medidas de adaptação e mitigação nos seus instrumentos planeamento locais;
- Assegurar que estratégias se adequam às especificidades territoriais;
- Garantir a participação ativa de diversos agentes nas diversas fases do desenvolvimento do plano.

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. A mobilização dos meios de implementação – dos recursos financeiros às tecnologias de desenvolvimento e transferência de capacitação – é também reconhecida como fundamental. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns. São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Erradicar a Pobreza;
2. Erradicar a Fome;
3. Saúde de Qualidade;

- 4 . Educação de Qualidade;
- 5 . Igualdade de Género;
- 6 . Água Potável e Saneamento;
- 7 . Energias Renováveis e Acessíveis;
- 8 . Trabalho Digno e Crescimento Económico;
- 9 . Indústria, Inovação e Infraestruturas;
- 10 . Reduzir as Desigualdades;
- 11 . Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- 12 . Produção e Consumo Sustentáveis;
- 13 . Ação Climática;
- 14 . Proteger a Vida Marinha;
- 15 . Proteger a Vida Terrestre;
- 16 . Paz, Justiça e Instituições Eficazes;
- 17 . Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O AR 2020 (ENAR 2020)

A ENAR 2020, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto, tem uma visão que assenta em melhorar a qualidade do ar, com vista à proteção a saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e à preservação dos ecossistemas.

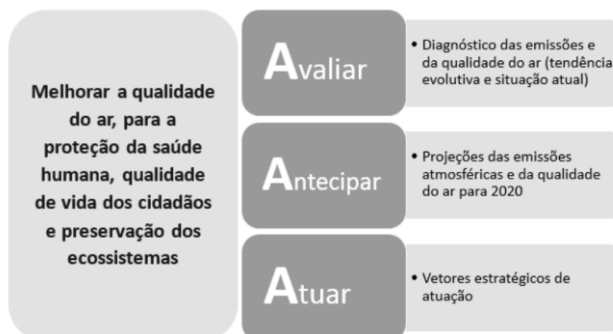
OBJETIVOS DA ENAR 2020

- Cumprimento em 2020 dos objetivos de emissões e de qualidade do ar;
- Cumprimento das metas para a melhoria da qualidade do ar preconizadas para 2020;
- Delinear o caminho para que sejam atingidos a longo prazo objetivos de qualidade do ar recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS);
- Alinhar medidas com a Política Climática que incidam simultaneamente nos poluentes atmosféricos e nos gases com efeito de estufa com o benefício para a qualidade do ar e alterações climáticas.

OBJETIVOS PRIORITÁRIOS DA ENAR 2020

- Cumprimento em 2020 dos objetivos de emissões e de qualidade do ar;
- Cumprimento dos valores estabelecidos pela legislação e preconizados para a melhoria da qualidade do ar para 2020 e 2030;
- Delinear o caminho para que sejam atingidos, a longo prazo, os objetivos de qualidade do ar recomendados pela OMS;
- Alinhar medidas com a Política Climática que incidam simultaneamente nos poluentes atmosféricos e

gases com efeito de estufa com o benefício para a qualidade do ar e alterações climáticas assentes em três eixos: Avaliar, Antecipar e Atuar.



ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA 2050 (RNC 2050)

O RNC 2050, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, estabelece, de forma sustentada, a trajetória para atingir a neutralidade carbónica em 2050, define as principais linhas de orientação, e identifica as opções custo eficazes para atingir aquele fim em diferentes cenários de desenvolvimento socioeconómico.

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DO RNC 2050

- Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar;
- Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050;
- Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactos das alterações climáticas;
- Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica;
- Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento;
- Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território;
- Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objetivo da neutralidade carbónica (governança) e assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais;
- Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (ENAAC 2020)

A ENAAC, aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 18 de março e prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 julho 2020, que aprovou o PNEC 2030, estabelece objetivos e o modelo para a implementação de soluções para a adaptação de diferentes sectores aos efeitos das alterações climáticas: agricultura, biodiversidade, economia, energia e segurança energética, florestas, saúde humana, segurança de pessoas e bens, transportes, comunicações e zonas costeiras.

OBJETIVOS DA ENAAC 2020

- Informação e conhecimento: manter atualizado e disponível o conhecimento científico;
- Reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta: de forma integrada, definir medidas que Portugal terá de adotar, à semelhança da comunidade internacional, com vista à minimização dos efeitos das alterações climáticas;
- Participar, sensibilizar e divulgar: aumentar a consciencialização sobre as alterações climáticas e os seus impactes;
- Cooperar a nível internacional: apoiando os países mais vulneráveis, designadamente no quadro da CPLP.

ÁREAS TEMÁTICAS DA ENAAC 2020

- Investigação e inovação:
 - Promove a ciência e o conhecimento nacionais nas áreas relevantes para uma coerente implementação da ENAAC 2020.
- Financiar e implementar a adaptação
 - Centra-se na priorização e articulação de fundos e meios disponíveis para o coerente financiamento das opções e medidas de adaptação necessárias à implementação da ENAAC 2020 e no estabelecimento de eficazes mecanismos de reporte, designadamente no âmbito das obrigações internacionais.
- Cooperação internacional:
 - Promove o trabalho de cooperação com outros países nas temáticas necessárias à implementação da ENAAC 2020 e das estratégias equivalentes nesses países e regiões do mundo, privilegiando os países prioritários para a cooperação portuguesa.
- Comunicação e divulgação (Plataforma Nacional de Adaptação):
 - Apoia o desenvolvimento, sistematização e disseminação da informação necessária à tomada de decisão.
- Integrar a adaptação no ordenamento do território:
 - Promove a introdução da componente adaptação nos instrumentos de política e gestão territorial, incluindo a capacitação dos agentes sectoriais no que respeita à integração

territorial de medidas específicas de adaptação.

- Integrar a Adaptação na Gestão dos Recursos Hídricos:
 - Promove a introdução da componente adaptação nos instrumentos de política, planeamento e gestão dos recursos hídricos, incluindo a capacitação dos agentes sectoriais no que respeita à gestão dos recursos hídricos.

PROGRAMA DE AÇÃO PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (P-3AC)

O P-3AC, aprovado através do Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019 de 2 de agosto, complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020), tendo em vista o seu segundo objetivo, o de implementar as medidas de adaptação. O P-3AC elege oito linhas de ação concretas de intervenção direta no território e nas infraestruturas, complementadas por uma linha de ação de carácter transversal, as quais visam dar resposta aos principais impactes e vulnerabilidades identificadas para Portugal.

LINHAS DE AÇÃO DO P-3AC

- Prevenção de incêndios rurais — intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais;
- Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo;
- Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez;
- Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas;
- Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima;
- Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais;
- Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações;
- Aumento da resiliência e proteção costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundação;
- Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização.

ANEXO II – RELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS PARA A 1.ª REVISÃO DO PDMB E OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DOS PLANOS DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO



Com Relação



Sem Relação

Objetivos do QRE	Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Princípios / Objetivos Estratégicos Territoriais do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)										
Gerir os recursos naturais de forma sustentável	X	X	X	X					X	X
Promover um sistema urbano policêntrico							X	X		
Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial						X	X	X		
Reforçar a conectividade interna e externa						X	X	X		
Promover a governança territorial						X				
Objetivos da Estratégica Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015)										
Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento						X				
Economia Sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro	X	X			X	X			X	X
Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural	X	X	X	X					X	X
Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida							X	X		

Objetivos do QRE	Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual						X				
Papel ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global	X	X	X	X	X		X		X	X
Objetivos da Estratégica Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)										
Melhorar o estado de conservação do património natural				X					X	
Promover o reconhecimento do valor do património natural	X	X	X	X	X					
Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade	X	X	X	X	X					
Objetivos da Estratégica Nacional das Florestas										
Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;				X	X				X	X
Especialização do território;	X			X		X				
Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável;	X								X	X
Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos;			X			X				
Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector	X									X
Racionalização e simplificação dos instrumentos de política por forma a inverter as pressões dos aglomerados existentes sobre o sistema natural.	X						X		X	X
Objetivos Estratégicos do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020										

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
	Crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura	X	X							
	Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos	X	X	X	X					
	Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural	X	X							
Objetivos Estratégicos do Plano Nacional de Água (PNA)										
	Garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional		X	X					X	
	Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas	X	X				X			
	Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água	X	X	X	X					
	Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes	X	X	X	X					
	Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos						X		X	X
Objetivos da Estratégia Turismo 2027 (ET2027)										

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
	Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional			X						
	Assegurar estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional			X						
	Promover uma integração das políticas setoriais			X						
	Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do Turismo			X						
	Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo			X						
Objetivos do Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)										
	Potenciar o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários							X		
	Desenvolvimento de potencialidades regionais							X		
	Redução do custo global daqueles transportes									
	Aumento da segurança da circulação							X		
	Satisfação do tráfego internacional							X		
	Adequação da gestão da rede, sem prejuízo de terem sido respeitados os grandes objetivos do PRN85							X		

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB		OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Objetivos do QRE										
Aumento da densidade das zonas fronteiriças afeta à rede de outras estradas										
Promoção do fecho de malhas viárias								X		
Objetivos do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)										
Descarbonizar a economia local		X	X		X					
Dar prioridade à eficiência energética			X		X					
Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do país			X		X					
Garantir a segurança de abastecimento					X				X	X
Promover a mobilidade sustentável								X		
Promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono		X		X						
Desenvolver uma indústria inovadora e competitiva		X	X	X						
Garantir uma transição justa, democrática e coesa										
Objetivos Estratégicos do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)										
Setor Urbano	Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento						X			
Setor Agrícola	Redução das perdas de água nos sistemas de condução de água para rega e das dotações brutas de rega				X					

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB		Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
	Articulação gradual das receitas associadas aos tarifários e o custo real da água, com ênfase nos volumes utilizados, sem perda de competitividade do setor										
Setor Industrial	Otimização do uso da água na unidade industrial, sem prejuízo na eficiência dos processos e operações em que decorre desta utilização, tal como no âmbito da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) no contexto do regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP)			X		X					
	Limitação dos impactos no meio ambiente associados às descargas de águas residuais industriais, conseguida através de uma melhor gestão do ciclo da água, no sentido da prevenção ligada a uma maior poupança já prevista em sede da PCIP			X							
Objetivos do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020+)											
	Aumento da Recolha seletiva de biorresíduos nas zonas com maior potencial de biorresíduos (em conformidade com os resultados do estudo contratado para avaliar técnica, ambiental e economicamente o modelo de potencial de implementação da recolha seletiva de biorresíduos), complementando-se a rede de tratamento através de unidades										

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
de compostagem comunitárias, em áreas de menor densidade populacional									
Prosseguir o reforço da recolha seletiva multimaterial, com maior enfoque nas regiões com maior potencial de produção de resíduos de embalagens, mediante a promoção de investimento em sistemas de recolha inovadores (porta a porta, PAYT, outros) que possibilitem o aumento das quantidades e da qualidade dos resíduos						X			
Priorizar o investimento no reforço da capacidade instalada de triagem multimaterial nas regiões com maior potencial de recolha seletiva									
Ajustar a atual tecnologia das TM/TMB para a receção de biorresíduos de recolha seletiva									
Produção de Combustível Derivado de Resíduos (CDR), com auxílio de sistemas de secagem, compatível com as especificações de mercado									
Na valorização energética a partir do biogás de aterro sanitário e digestão anaeróbia				X					
Para cumprimento das metas de preparação para reutilização e de reciclagem, bem como o desvio de frações valorizáveis de aterro (10% de deposição em aterro até 2035), prosseguir investimentos relativos à redução e valorização das componentes materiais da "Fração Resto" resultante do tratamento dos resíduos, a desenvolver em contexto regional									
Desenvolvimento de plataforma de transação (de subprodutos e de matérias primas secundárias)	X								

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Implementar sistemas de incentivo e de tara retornável de resíduos de embalagens de modo a recuperar cerca de 40 a 45% do potencial de embalagens de plástico dos resíduos urbanos até 2025, encaminhando-os para reciclagem, com contabilização para as metas dos SGRU respetivos, com prioridade para os materiais plástico, metais ferrosos e alumínio. Esta abordagem está articulada com a recente proposta da Diretiva "Plásticos" e com as conclusões do Grupo de Trabalho sobre Plásticos									
Dinamizar e incrementar campanhas de prevenção e redução de produção de resíduos, como um desígnio no quadro de uma transição para uma economia circular	X		X						
Incrementar as campanhas de educação e sensibilização para a sustentabilidade ambiental dos cidadãos em articulação com a Estratégia Nacional para a Educação Ambiental (ENEA) e a Estratégia de Combate ao Desperdício Alimentar; – Incrementar as ações de sensibilização e fiscalização, pois a sua importância como fonte de material reciclável deve ser objeto de uma atenção particular quanto ao cumprimento da legislação, face ao impacto na quantidade e qualidade dos materiais recolhidos seletivamente									
Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020)									
Proteção do ambiente, melhoria da qualidade das massas de água			X						
Melhoria da qualidade dos serviços prestados						X			X
Otimização e gestão eficiente dos recursos				X					X
Sustentabilidade económico-financeira e social	X				X				

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Condições Básicas e transversais. Universalidade, continuidade e qualidade do serviço										
Objetivos da Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020)										
	Agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira				X					
	Aposta nas energias renováveis				X					
	Promoção da eficiência energética		X		X					
	Garantia da segurança de abastecimento								X	X
	Sustentabilidade económica e ambiental	X	X	X	X					
Objetivos Estratégicos da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)										
	O cumprimento do normativo ambiental e dos objetivos da política de ambiente e do ordenamento do território, através do cumprimento do normativo legal, e de uma abordagem territorial e sectorial integrada	X		X						
	A sustentabilidade dos modelos de gestão, associada à implementação de modelos de gestão eficientes e sustentáveis, e da aplicação do princípio do utilizador-pagador e garantia de um quadro tarifário sustentável para os sectores económicos			X						
	A gestão eficiente dos recursos financeiros, que deve ter em conta a utilização adequada dos instrumentos de co-financiamento, designadamente o Quadro de Referência		X	X						

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Estrategico Nacional, e do potenciar das soluções coletivas e a utilização de infraestruturas existentes.										
Objetivos Estratégicos do Plano de Gestão da Região Hidrográfico do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH TO)										
	OE1 — Adequar a Administração Pública na gestão da água									
	OE2 — Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água			X						
	OE3 — Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras		X	X						X
	OE4 — Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos			X						
	OE5 — Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água								X	X
	OE6 — Promover a sustentabilidade económica da gestão da água	X	X	X						
	OE7 — Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água									
	OE8 — Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais		X	X						
Objetivos Estratégicos do Plano de Ação Nacional para o Combate à Desertificação (PANCD)										
	Melhorar as condições de vida das populações afetadas	X	X			X				
	Melhorar as condições dos ecossistemas afetados			X						

Objetivos do QRE	Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Gerar benefícios globais a partir da efetiva implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD)		X	X	X	X	X				
Mobilizar recursos destinados a apoiar a implementação da CNUCD na construção de parcerias eficazes entre os atores nacionais e internacionais		X	X	X	X	X				
Objetivos Estratégicos do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI)										
Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos									X	X
Especialização do território		X								
Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos		X	X							
Internacionalização e aumento do valor dos produtos		X	X							
Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor		X	X							
Racionalização e simplificação dos instrumentos de política										
Objetivos Estratégicos da Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)										
O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu		X	X							
A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais		X	X	X	X					

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
	O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico	X	X	X		X				
	A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas	X								
	O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral									
	O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior	X	X							
Objetivos Estratégicos do Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)										
	Coesão, reforçando a coesão territorial, em particular através do reforço da conectividade dos territórios, e da atividade económica, valorizando o capital natural	X	X	X	X			X		
	Competitividade e Inovação, aumentando e melhorando as condições infraestruturais do território nacional, capitalizando o potencial geográfico atlântico nacional e reforçando a inserção territorial de Portugal na Europa, em particular na Península Ibérica	X	X					X		
	Sustentabilidade e Ação Climática, promovendo a descarbonização da economia e a transição energética, adaptando os territórios às alterações climáticas e garantindo uma maior resiliência das infraestruturas	X			X				X	X
Objetivos Estratégicos da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela 2020 (EIDT-BSE)										

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
	Reforçar a atratividade e conectividade do território		X	X		X		X		
	Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e conhecimento		X			X				
	Promover Região inclusiva		X			X				
	Consolidar a Região sustentável	X	X	X	X				X	X
Ações do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)										
	Ação 1 — Desenhar, Reparar, Reutilizar: uma responsabilidade alargada do produtor	X	X							
	Ação 2 — Incentivar um mercado circular	X	X	X						
	Ação 3 — Educar para a economia circular	X	X	X						
	Ação 4 — Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável	X	X	X						
	Ação 5 — Nova vida aos resíduos!	X	X							
	Ação 6 — Regenerar recursos: água e nutrientes	X	X	X	X					
	Ação 7 — Investigar e inovar para uma economia circular	X	X							
Eixos Estratégicos do Plano de Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Belmonte (PMDFCI)										
	Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais								X	X

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
	Redução da incidência dos incêndios								X	X
	Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios								X	X
	Recuperar e reabilitar os ecossistemas								X	X
	Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz								X	X
Objetivos do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Belmonte										
	Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe								X	
	Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil								X	
	Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver								X	
	Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes								X	
	Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe								X	
	Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade								X	

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
	Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique								X	
	Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes								X	
	Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência								X	
Dimensões do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)										
	Dimensão da Resiliência	X		X		X	X			
	Dimensão da Transição Climática			X	X				X	X
	Dimensão da Transição Digital								X	
Dimensões da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC)										
	Enquadramento regulatório garantindo segurança e conforto de ciclistas						X	X		
	Regulação territorial favorecendo os modos ativos de transporte							X		
	Aprofundamento e disseminação do conhecimento técnico e científico							X		

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
	Mobilidade ativa fácil e atrativa, com infraestrutura adequada					X	X	X		
	Promoção da intermodalidade e integração com transportes público					X	X	X		
	Intervenção junto de peões, ciclistas e automobilistas					X		X		
	Formação específica para profissionais						X			
	Capacitação de decisores									
	Fiscalização de incumprimentos legais e regulamentares									
	Incentivos									
	Promover uma forte cultura de mobilidade ativa						X	X		
	Monitorização de medidas e resultados									
	Avaliação de desempenho e retorno de investimento									
Eixos prioritários do Programa de Valorização do Interior (PVI)										
	Eixo 1: Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior	X	X		X					
	Eixo 2: Promover a Cooperação Transfronteiriça para Internacionalização de Bens e Serviços		X							
	Eixo 3: Captar Investimento e fixar Pessoas no Interior	X				X	X			

Objetivos do QRE	Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Eixo 4: Tornar os Territórios do Interior mais Competitivos		X				X			X	X
Agendas Temáticas da Estratégia Portugal 2030										
Agenda temática 1 — As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade		X				X	X			
Agenda temática 2 — Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento			X							
Agenda temática 3 — Transição climática e sustentabilidade dos recursos					X				X	X
Agenda temática 4 — Um país competitivo externamente e coeso internamente				X			X			
Eixos de Intervenção do Programa Operacional Centro 2020 (CENTRO 2020)										
Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)									X	
Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)		X	X					X		
Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)						X				
Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)						X				
Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)						X	X			

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
	Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	X	X	X		X			X	
	Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)			X					X	
	Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	X					X			
	Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)					X	X	X	X	X
	Eixo 10: Assistência técnica									
Quadro Lógico da Estratégia Regional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2021-2027 (RIS3 do Centro)										
	1. Valorizar recursos endógenos e naturais	X	X		X					
	2. Desenvolver soluções industriais e sustentáveis	X	X		X					
	3. Mobilizar tecnologias para a qualidade de vida	X	X		X	X				
	4. Promover inovação territorial						X			
Objetivos do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM BSE										
	Informação e conhecimento: constitui a base de todo o exercício de adaptação às alterações climáticas e foca-se sobre a necessidade de consolidar e desenvolver uma base científica e técnica sólida								X	X

Objetivos do QRE	Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Reduzir vulnerabilidades e aumentar a capacidade de resposta: constitui o fulcro deste plano e corresponde ao trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação					X				X	X
Participar, sensibilizar e divulgar: identificar o imperativo de levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas e a transmitir a necessidade de ação e, sobretudo, suscitar a maior participação possível por parte desses agentes na definição e aplicação do plano					X				X	X
Cooperar a nível internacional – abordar as responsabilidades em matéria de cooperação internacional na área da adaptação às alterações climáticas					X				X	X
Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável										
Erradicar a Pobreza						X				
Erradicar a Fome						X				
Saúde de Qualidade						X				
Educação de Qualidade						X				X
Igualdade de Género						X				
Água Potável e Saneamento						X	X			
Energias Renováveis e Acessíveis					X					

Objetivos do QRE	Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Trabalho Digno e Crescimento Económico						X	X			
Indústria, Inovação e Infraestruturas	X	X								
Reduzir as Desigualdades						X				
Cidades e Comunidades Sustentáveis		X								
Produção e Consumo Sustentáveis		X								
Ação Climática					X				X	X
Proteger a Vida Marinha										
Proteger a Vida Terrestre				X					X	X
Paz, Justiça e Instituições Eficazes						X				
Parcerias para a Implementação dos Objetivos										
Objetivos da Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020)										
Cumprimento em 2020 dos objetivos de emissões e de qualidade do ar	X	X	X	X	X					X
Cumprimento das metas para a melhoria da qualidade do ar preconizadas para 2020	X	X	X	X	X					X
Delinear o caminho para que sejam atingidos a longo prazo objetivos de qualidade do ar recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS)	X	X	X	X	X					X

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Alinhar medidas com a Política Climática que incidam simultaneamente nos poluentes atmosféricos e nos gases com efeito de estufa com o benefício para a qualidade do ar e alterações climáticas	X	X	X	X					X
Premissas Fundamentais do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)									
Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar	X	X		X					X
Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050		X		X					X
Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas								X	X
Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica	X	X		X				X	X
Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento		X							
Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território		X				X			
Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objetivo da neutralidade carbónica	X	X		X					X

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB	Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
	(governança) e assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais									
	Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva		X			X				X
Objetivos da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)										
	Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar	X	X		X				X	X
	Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050	X	X		X				X	X
	Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas								X	X
	Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica	X	X		X					
Linhas de Ação do Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)										
	Prevenção de incêndios rurais — intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais								X	X
	Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo				X					

Objetivos Estratégicos para a 1.ª Revisão do PDMB Objetivos do QRE	OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular	OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos	OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo	OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana	OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	OE9: Adaptação às alterações climáticas
Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez				X					
Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas								X	X
Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima			X			X		X	X
Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais			X					X	X
Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações			X					X	X
Aumento da resiliência e proteção costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundação			X					X	X
Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização					X			X	X

ANEXO III – ENTIDADES CONSULTADAS NO ÂMBITO DO RFCD E RESULTADOS DAS CONSULTAS

RECOMENDAÇÕES DAS ERAE		ANÁLISE DA EQUIPA TÉCNICA
DGADR	<p>Relativamente ao Quadro de Referência Estratégico entende-se que os seguintes documentos estratégicos, no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural, deverão integrar a listagem de instrumentos de ordem superior com incidência no concelho:</p> <p>Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 – PDR 2020; Estratégia para o Regadio Público 2014-2020; Agenda de Inovação para a Agricultura 2030.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Foi atualizado o QRE.
ANEPC	<p>Na Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (7. Fatores críticos para a decisão), no quadro 7, o FCD “Energia e Risco Ambiental e Tecnológico” deverá ser adaptado para o FCD “Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos”, de acordo com a Avaliação Nacional de Risco, produzido pela ANEPC e disponível através do site institucional. O referido FCD deverá igualmente ser substituído, nos quadros 8, 9 e 14. No quadro 14, o critério “Risco Naturais” deverá ser dividido em “Risco Misto” e “Riscos Naturais”, uma vez que os incêndios florestais/rurais estão classificados na tipologia de risco misto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Foi considerado no Relatório Ambiental.

ANEXO IV – ENTIDADES CONSULTADAS NO ÂMBITO DO RA PRELIMINAR E RESULTADOS DAS CONSULTAS

RECOMENDAÇÕES DAS ERAE	ANÁLISE DA EQUIPA TÉCNICA
<p>O Quadro de Referência Estratégico identifica a generalidade dos instrumentos externos destinados à avaliação ambiental da revisão PDM, de âmbito nacional, regional e municipal (Estratégias, Programas e Planos), encontrando-se, contudo, em falta as referências já feitas na apreciação aos elementos iniciais e que face à sua aplicabilidade ao município e às matérias inerentes à revisão e questões ambientais, devem ser tomados em conta:</p> <p>A nível nacional e regional, considerar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que o Governo submeteu e foi aprovado pela Comissão Europeia, face à sua dimensão e relevância estratégica, pelo seu impacto estrutural e ambição, pelo seu simbolismo enquanto resposta conjunta da União Europeia a uma crise sem precedentes e com impacto em todo o território nacional; - O Programa Nacional para a Coesão Territorial; <p>A nível regional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Programa Nacional de Valorização do Interior; - A Estratégia Portugal 2030; - O Programa Operacional Regional Centro 2020 disponível em: http://centro.portugal2020.pt/index.php/documentos-gerais; - A Estratégia Regional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3 do Centro, acessível em http://ris3.ccdrc.pt/); <p>A nível sub-regional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM BSE disponível em: https://cimbse.pt/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Intermunicipal-de-Adaptacao-as-Alteracoes-Climaticas.pdf; <p>A matriz de convergência entre QE e QRE, é clara na forma como chegam às correlações, na medida que os objetivos para os QRE (referidos) são apresentados no Anexo I (ressalvando-se que aqui, a generalidade dos Diplomas, referem as suas redações atuais propondo-se que seja acrescentada a publicação do PMDFCI 21/30 Regulamento (extrato) n.º 413/2021 em DR 2ª série n.º 92 de 12 de maio, tornando mais fácil a sua análise.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerado ▪ Refere-se que o Programa Nacional de Valorização do Interior, cuja Revisão foi aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, de 27 de março, substituiu o Programa Nacional para a Coesão Territorial, razão pela qual este último não foi considerado.
<p>No FCD “Ordenamento e Qualificação do Território”, no Critério “Ordenamento do Território”, os Objetivos e Indicadores deveriam ser direcionados para aspetos mais concretos deste tipo de IGT, como sejam a classificação e qualificação do solo nas diferentes categorias, áreas de restrições de utilidade pública (REN, RAN ou outras) afetadas por propostas de solo urbano, afetação de Estrutura Ecológica Municipal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerado
<p>Sugerem-se como indicadores de controlo a “taxa de execução do solo programado”, a “percentagem de reclassificação do solo rural em solo urbano”; a “taxa de execução do espaço industrial” e a “taxa de ocupação dos loteamentos urbanos”. Deverão ainda ser considerados indicadores que traduzam o “n.º de estabelecimentos industriais em solo rural” e a concretização das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (indicadores de controlo).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerado

RECOMENDAÇÕES DAS ERAE	ANÁLISE DA EQUIPA TÉCNICA
Sugerem-se também os indicadores de controlo: “percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas” e “percentagem de REN com ocupação compatível”.	▪ Considerado
No FCD “Ordenamento e Qualificação do Território”, no Critério “Qualidade de vida das populações”, um Indicador a ter em consideração caso venham a ser propostas/programadas infraestruturas básicas e de transporte, será um relativo à taxa de execução das mesmas (nomeadamente das redes e dos sistemas de tratamento), bem como aos equipamentos.	▪ Considerado
Num território com população tendencialmente envelhecida, deveria ser considerado um Indicador inerente à “Taxa de cobertura de respostas sociais para idosos”, eventualmente no critério “Qualidade de vida das populações” do FCD 2.	▪ Considerado
Num território de grande ocupação rural, sugere-se a ponderação de um indicador referente à “Área de solo suscetível à desertificação” e a “Área de Uso agrícola (regadio e culturas temporárias) em áreas de elevada suscetibilidade à ocorrência de seca”.	▪ Considerado
Não devem ser referidos Indicadores cujo âmbito extravase o conteúdo material do PDM.	▪ Considerado
O RA deverá associar os Indicadores a uma situação de partida e a metas a atingir, de forma a poderem ser avaliados os impactos estratégicos decorrentes da execução da revisão do PDM, bem como ainda as respetivas Fontes de informação (cf. quadro 21).	▪ Considerado, sempre que possível nesta fase.
Diferenciar os indicadores de avaliação da execução da alteração do plano dos indicadores destinados a avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente resultante da implementação das ações previstas, pois são estes últimos que permitem adotar medidas para identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.	▪ Considerado
Articular os indicadores propostos com indicadores que possam resultar da elaboração e implementação de outros Planos, em vigor ou previstos, para a área do município, de forma a permitir a sua sistematização e evitar riscos de redundância.	▪ Considerado
Melhorar a definição dos indicadores, de forma a permitir/facilitar a sua mensuração e quantificação em unidades que suportem a sua utilização, ajustando-se à informação disponível.	▪ Considerado
Finalmente, e a título indicativo, refira-se que um número excessivo de indicadores torna difícil a identificação dos efeitos negativos significativos imprevistos, dificultando a elaboração do programa de monitorização e controlo.	▪ Considerado
Retificar alguns lapsos detetados, nomeadamente na correspondência entre o referido no corpo de alguns capítulos e o que posteriormente é apresentado, como por exemplo no quadro 21 da pág. 161, onde se refere indicadores e metas por FCD inexistentes. Retificar na pág. 76 “ETAR de Monte Trigo” por “ETAR de Monte do Bispo”	▪ Considerado

	RECOMENDAÇÕES DAS ERAE	ANÁLISE DA EQUIPA TÉCNICA
	<p>Sobre as ações a desenvolver identificadas e reportadas à CCDRC, alerta-se para o facto de que as mesmas não deverão extravasar as atribuições que, a esta entidade estão cometidas, designadamente as estabelecidas no DL n.º 134/2007, de 27.04. Neste sentido importa referir que não é da competência da CCDRC fomentar e apoiar o processo de participação pública (é matéria da competência da CM), nem acompanhar a fase de monitorização do Plano, como referido no quadro de governança que consta na página 169.</p> <p>No referido quadro da página 169 considerar a Direção Regional da Cultura do Centro, da Direção Regional de Economia do Centro e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, pela importância que poderão vir a assumir na fase de seguimento do plano.</p> <p>A título de complemento aponta-se a necessidade de cumprimento dos requisitos legais ambientais e recomenda-se a adoção de boas práticas ambientais e de técnicas e tecnologias mais limpas, na fase de integração e construção do edificado. Face ao disposto no n.º 2 do art.º 13.º do RJAEE, os resultados da AAE devem ser ponderados na definição de âmbito do estudo de impacte ambiental (EIA) do projeto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerado
IMT	<p>2.3. Sobre a temática da Mobilidades Urbana Sustentável e dos Transportes, recomenda-se cumulativamente ao previsto nos elementos do Plano, a adoção de uniformização de procedimentos, tendo em consideração estratégias e guiões aprovados a nível nacional e promoção das seguintes medidas/ações:</p> <p>- A Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto, como contributo para a descarbonização da mobilidade, favorecendo opções de deslocação mais sustentáveis como a utilização da bicicleta. Simultaneamente, pretende maximizar os benefícios para a saúde dos cidadãos, proporcionando-lhes hábitos de vida mais saudáveis. (...)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerado no QRE
DRC Centro	<p>Relativamente à Avaliação Ambiental Estratégia Relatório Ambiental, considera-se que o descritor Património Natural deverá ser abordado no âmbito da análise do FCD Recursos Naturais e Património Natural, devendo ser excluído do FCD Património Cultural</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerado

	RECOMENDAÇÕES DAS ERAE	ANÁLISE DA EQUIPA TÉCNICA
APA	<p>Deve referir-se que a Declaração Ambiental deve ser publicitada pela entidade responsável pela sua elaboração, como referido na pág.5 do RFCD e deve ser não só enviada à APA, mas também às restantes entidades consultadas no procedimento de AAE, de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, pelo que esta referência deve ser acrescentada no capítulo da introdução.</p> <p>Cabe acrescentar que na Figura 1 do RFCD: Faseamento de elaboração da 1.ª Revisão do PDMB e da AAE devem ser retificadas as últimas fases dos dois processos, de planeamento e de AAE. No processo de planeamento, o esquema deverá terminar com implementação e monitorização do plano. Já no procedimento de AAE o esquema deverá terminar com a fase de seguimento da AAE, de acordo com o art.º 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007. A monitorização do Plano e da AAE do mesmo são dois processos distintos com objetivos diferentes.</p> <p>Para além dos guias mencionados na página 10, sugere-se ter ainda em consideração os seguintes guias e informação técnica no decurso deste procedimento de AAE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Guia - Formação dos planos territoriais, Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental', Março 2021, Direção Geral do Território (DGT). Disponível em https://cnt.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/Guia_DGT%20AAE_mar2021.pdf - Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT, Janeiro 2020, Direção geral do Território (DGT). Disponível em: https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/red_v03_gaae_19fev2020_bq.pdf - Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais, publicado em Dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT). Disponível em: https://cnt.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/Guia_PDM-GO.pdf - 'Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA, datada de abril 2020, disponível no site da APA. - 'Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA, datada de abril 2020, disponível no site da APA. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerado
	<p>Concorda-se globalmente com a proposta de QRE apresentada. Contudo, sugere-se que sejam considerados no QRE, adicionalmente, os seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável; - Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020) – Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto; - Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho; - Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020), Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 julho 2020, que aprovou o PNEC 2030; - Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019 de 2 de agosto. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerado
	<p>No Quadro 6 – Convergência entre os instrumentos do QRE com as QE do Plano julga-se que o PNEC deverá mostrar relação forte com as questões 4, 7 e 9.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerado

RECOMENDAÇÕES DAS ERAE	ANÁLISE DA EQUIPA TÉCNICA
<p>Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) que estabelecem o quadro de avaliação devem ser em número reduzido mas holísticos, integrados e focados, recomendando-se um número de FCD entre 3 e 5 para que seja assegurado um foco estratégico, não devendo nunca ultrapassar 7. Concorda-se com os FCD apresentados considerando-se que estes são representativos e abrangentes. Relativamente aos critérios de avaliação, que fornecem detalhes sobre o que significam os FCD, contribuindo para a especificação dos mesmos, de acordo com as melhores práticas existentes em matéria de AAE, e de modo a não perder o foco estratégico, devem ser, por princípio, limitados a dois por FCD.</p> <p>Quanto aos indicadores a utilizar, segundo as mesmas recomendações, devem ser adotados 2 ou 3 por critério de avaliação, devendo, contudo, ser considerados caso a caso, sendo selecionados aqueles que conduzam à identificação das tendências significativas. A proposta apresentada identifica 91 indicadores, considerando-se demasiados perdendo-se o foco estratégico. Considera-se que estes deverão ser ponderados e reduzidos, sugerindo-se um esforço de síntese antes de avançar para a próxima fase deste procedimento de avaliação ambiental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Foi efetuada a ponderação possível, nesta fase do procedimento
<p>Para os critérios de avaliação de cada FCD, e respetivos indicadores, devem ser mencionadas as fontes de informação a utilizar para a análise e avaliação dos FCD a concretizar no Relatório Ambiental. Sugere-se que alguma da informação para os indicadores de índole ambiental poderá ser obtida no Relatório do Estado do Ambiente, disponível em: https://rea.apambiente.pt/. Esta Agência tem ainda disponíveis no seu site vários Sistemas de Informação que poderão ser úteis neste contexto.</p> <p>De salientar que os indicadores devem ser mensuráveis e encontrar-se associados a valores de referência (correspondentes ao posicionamento do município) e a metas a atingir, as quais devem encontrar-se em consonância com as metas constantes nos documentos hierarquicamente superiores e referenciados no QRE, o que terá de se verificar nas fases seguintes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerado, sempre que possível
<p>Verifica-se que o RFCD não apresenta uma estratégia de comunicação, focando-se o capítulo 8 apenas nos momentos de consulta previstos no regime jurídico de AAE.</p> <p>Quanto à fase subsequente do procedimento de AAE, ou seja, a elaboração do Relatório Ambiental (RA), alerta-se para a importância de ser estabelecido um Quadro de Governança, com identificação dos principais agentes envolvidos e suas responsabilidades. Este quadro apresenta um papel importante não só no estabelecimento de prioridades e para assegurar o foco da AAE, como também para validar a avaliação e levar a cabo o seguimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerado